



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2015

Ana Filipa Moutela **Inclusão de Estudantes com Necessidades**
Marques Traqueia **Especiais no Ensino Superior**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2015

**Ana Filipa Moutela
Marques Traqueia**

Inclusão de Estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira, Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutaram, lutam e hão de continuar a lutar por um mundo mais justo e mais humano.

o júri

presidente

Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Maria Laura Pereira da Fonseca
Professora Auxiliar Aposentada da Universidade do Porto

Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Gostaria de prestar o meu agradecimento...

À Professora Doutora Rosa Madeira, pelo enriquecimento pessoal e humano que me proporcionou, desde o início da minha frequência do Curso, e pelo apoio, incentivo e confiança constantes, demonstrados ao longo da concretização deste Projeto.

Aos alunos da Universidade de Aveiro que participaram no mesmo, sem os quais este não seria possível, pelo interesse, pelo empenho, pela colaboração e pelo contributo que deram para a sua realização.

À Coordenadora do Gabinete Pedagógico, Dra. Gracinda Martins, pela informação transmitida, pela disponibilidade e pela participação na Tertúlia realizada no final do Projeto.

Às colegas de curso que participaram também nesta iniciativa, pelo seu interesse e pela forma como nos acolheram.

Ao Professor Doutor António Moreira e às colegas Tatiana Marçal e Evelyn Santos, pela disponibilidade, apoio e informação concedida no início do desenvolvimento do Projeto.

Por último, mas não menos importante, deixo o meu profundo e sincero agradecimento à minha família e amigos, pela compreensão, pelo apoio e pelo incentivo que sempre demonstraram.

palavras-chave

Inclusão, Participação, Autodeterminação, Necessidades Especiais, Ensino Superior

resumo

Desde a exclusão social vivida pelas pessoas portadoras de deficiência nas civilizações da Antiguidade até ao conceito de Inclusão, têm-se registado inúmeras transformações sociais e políticas, relacionadas com a luta pela igualdade de oportunidades e pelo cumprimento dos Direitos Humanos das mesmas.

Também ao nível da Educação estas mudanças são visíveis. Atualmente, é dada uma maior importância ao Ensino Especial e promove-se a Escola Inclusiva, tendo esta evolução possibilitado o gradual aumento do número de estudantes universitários com Necessidades Especiais. A Educação Inclusiva tende a estender-se até ao Ensino Superior, mas continuam a verificar-se ainda situações de isolamento, discriminação e preconceito.

Com o presente trabalho, apresenta-se um projeto de construção de um contexto de Inclusão, Participação e Autodeterminação, desenvolvido na Universidade de Aveiro, em conjunto com um grupo de alunos com Necessidades Especiais.

keywords

Inclusion, Participation, Self-determination, Special Needs, Higher Education

abstract

Since social exclusion experienced by people with disabilities in the ancient civilizations to the concept of inclusion, there have been numerous social and political transformations, related to the fight for equal opportunities and the accomplishment of their Human Rights.

In what concerns to Education these changes are also visible. Today greater importance is given to Special Education and the Inclusive School is promoted, having these developments made possible the gradual increase of the number of university students with Special Needs. Inclusive Education tends to extend up to Higher Education, but there are still situations of isolation, discrimination and prejudice.

With this paper, we present a project of creating a context of Inclusion, Participation and Self-Determination, developed at the University of Aveiro, together with a group of students with Special Needs.

O problema não está em sermos diferentes. Está em que, quando falamos da diferença, de diferentes, estamos involuntariamente a introduzir um outro conceito, o conceito de superior e de inferior. É aí que as coisas se complicam.

José Saramago

ÍNDICE

Índice	i
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 – Enquadramento teórico-conceitual	5
1.1 – O conceito de exclusão social e as representações sociais da deficiência	5
1.2 – Da exclusão à inclusão social – contextualização histórica	12
1.3 – Inclusão, Participação e Autodeterminação de Estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior	18
Capítulo 2 – Metodologia de Investigação	27
2.1 – Grupo Participante	27
2.1.1 – O contexto da Universidade de Aveiro	27
2.1.2 – Apresentação do Grupo	36
2.2 – Orientações Metodológicas	37
2.2.1 – Método de Investigação-Ação Participativa	37
2.2.2 – Técnicas e Instrumentos	39
2.2.2.1 – Grupos de Discussão Focalizada (<i>Focus Group</i>)	39
2.2.2.2 – Abordagem biográfica	40
2.2.2.3 – Outros instrumentos	43
2.2.2.3.1 – Diário de Bordo e Notas de Campo	43
2.2.2.3.2 – Entrevistas e conversas informais	43
Capítulo 3 – Projeto GUÊ ATUA	45
3.1 - A (In)visibilidade e identidade do grupo – a criação do GUÊ ATUA	47
3.2 - Necessidades <i>versus</i> direitos – Universidade Inclusiva ... e depois da universidade?	51
3.3 - A luta pela voz e o direito ao silêncio – a ação e o futuro do GUÊ ATUA	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
CONCLUSÃO	64
LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES FUTURAS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
ANEXOS	73
Anexo I – Diário de Bordo – Notas de Campo	75
Anexo II – Guião - Tertúlia “TALK - Talking about inclusion”	147
Anexo III – Transcrição – Tertúlia “TALK – Talking about inclusion”	149
Anexo IV – Apresentação - Tertúlia “TALK – Talking about inclusion”	169

INTRODUÇÃO

A forma como a sociedade aborda a temática da diferença, o jogo entre o “eu”, ou o “nós”, e o “outro” tem sofrido grandes alterações ao longo dos tempos. Estas têm acompanhado as mudanças vividas em cada época ao longo da História e são explicadas através dos valores culturais, sociais, políticos, económicos e religiosos defendidos em cada período histórico. No entanto, qualquer que seja o contexto, nesta noção de diferença, está sempre presente o conceito de poder ou, como afirma Saramago, “o conceito de superior e de inferior.”. É esta “hierarquia” que explica a exclusão e segregação a que muitos grupos sociais foram votados ao longo da História.

Hoje em dia, apesar de se verificarem ainda muitas situações discriminatórias, constata-se um maior respeito pela diferença. Defende-se a igualdade de oportunidades e de direitos, promove-se a inclusão, a aceitação do “outro”, quer em termos culturais, como políticos, religiosos, sexuais, físicos e intelectuais.

(...) a diferença, nesta perspectiva, é produto de um jogo relacional no qual deixou de haver um centro privilegiado a partir do qual se pode determinar quem são os outros, quem são os diferentes (...) já não é possível falar e fazer programas políticos para os “outros”, para os incluir, ou para os excluir, sem questionar e investigar a natureza da relação que existe entre o “Nós” hegemónico e os outros, definidos como diferentes. (Stoer e Magalhães, 2005: 10)

No que diz respeito às pessoas com condições de deficiência, verifica-se, de uma forma geral, uma crescente preocupação com as suas necessidades e com o respeito pelos seus direitos. A introdução do conceito de criança com Necessidades Educativas Especiais (NEE), no contexto escolar, tem contribuído para esta mudança de ideologia e de comportamentos. Defende-se a promoção de uma maior interação entre a escola, os técnicos, a família e a própria comunidade, em geral, no sentido de proporcionar ao indivíduo o acesso à educação, o exercício da cidadania ativa e a efetiva inclusão na comunidade.

Na área da educação, muito tem sido feito, mas muito há igualmente a fazer. O gradual aumento de alunos com Necessidades Especiais (NE) no Ensino Superior (ES) mostra que algo está, de facto, a mudar. No entanto, trata-se de uma nova realidade para a qual, por vezes, as instituições universitárias não estão preparadas, criando situações de isolamento e exclusão vividas por estes estudantes.

O argumento que desenvolveremos parte precisamente da encruzilhada em que se parece encontrar o pensamento e a acção sobre as diferenças. (...) questionamos os diferentes como interlocutores (mesmo na sua condição de eventuais “silenciados”) e não como entidades a quem a voz deve ser politicamente devolvida. O acto de devolução de voz pode não escapar à delimitação do outro como objecto, desta feita através da nossa generosidade política. (...) “a diferença somos

nós” (...) a diferença, nesta perspectiva, é produto de um jogo relacional no qual deixou de haver um centro privilegiado a partir do qual se pode determinar quem são os outros, quem são os diferentes. (ibidem)

Poderemos, pois, referir que o caminho para a inclusão ainda não está concluído. Há ainda muitas barreiras físicas e, sobretudo, ideológicas que necessitam de ser derrubadas.

Por este motivo, o Projeto que nos propomos desenvolver terá como temática de investigação a inclusão no Ensino Superior, concretamente no que diz respeito aos estudantes com Necessidades Especiais, ou seja, jovens e adultos portadores de deficiências que, durante o desenvolvimento do Projeto em questão frequentam o Ensino Superior. Centraremos a investigação no contexto académico da Universidade de Aveiro (UA), por se tratar da instituição da qual também fazemos parte.

Tendo em consideração a referida problemática em investigação, surgem algumas questões:

- Poderemos considerar a Universidade de Aveiro uma universidade inclusiva?
- Como é visto, na atualidade, o estudante universitário com Necessidades Especiais?
- Quem são os estudantes com NE que frequentam esta instituição?
- Quais são as suas necessidades? Os seus projetos e sonhos? Quais são as suas potencialidades?
- De que forma os seus testemunhos e experiências de vida poderão contribuir para a consciencialização da comunidade académica numa perspetiva inclusiva e de respeito pelos Direitos Humanos?
- De que forma poderemos contribuir para melhorar condições de inclusão, participação, autoadvocacia e autodeterminação deste grupo suscetível de discriminação?

Com vista a desenvolver uma reflexão sobre estas questões, consideramos que o presente trabalho tem como objetivos:

Objetivos Gerais

- Promover condições de inclusão dos estudantes com Necessidades Especiais na comunidade académica;
- Analisar as disposições de consciencialização da comunidade académica para a problemática da diversidade e inclusão de grupos minoritários:
 - pela escuta de testemunhos e narrativas pessoais sobre trajetórias de inserção e sucesso académico a valorizar junto da comunidade;
 - pela exploração de oportunidades de reconhecimento das capacidades e potencialidades de autoadvocacia dos direitos de ação social;

- Analisar as condições de cooperação entre pares na criação de condições de empoderamento e de autodeterminação de estudantes identificados como portadores de Necessidades Especiais.

Objetivos Operacionais

- Dar a conhecer a realidade vivida pelos estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior;
- Reforçar redes de relações entre pares, promovendo a criação de encontros de reflexão e partilha entre os participantes e a comunidade académica;
- Dinamizar atividades como forma de promover a consciencialização por parte da comunidade da problemática investigada, colocando em prática o papel dos participantes como atores sociais.

Dados os objetivos propostos e a temática a ser abordada, ao presente Projeto, foi atribuído o título “Inclusão de Estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior”. Este será dividido em três partes que seguidamente se apresentam.

Em primeiro lugar, sintetizar-se-á a fundamentação teórico-conceitual, mostrando os conceitos centrais do Projeto e fazendo referência às linhas de orientação e abordagens teóricas que norteiam a investigação. Será, portanto, feito um enquadramento sobre os conceitos de exclusão social e representações sociais associadas à deficiência, bem como uma contextualização histórica sobre a evolução que os mesmos foram registando, ao longo dos tempos, até aos conceitos de inclusão, participação e autodeterminação, mostrando o reflexo que estes têm vindo a revelar no Ensino Superior.

Seguidamente, será feita uma abordagem à metodologia da investigação. Serão apresentadas as opções metodológicas e indicadas as técnicas de investigação, instrumentos e estratégias que se consideram mais adequados aos objetivos propostos. Apresentaremos ainda o contexto e o grupo de atores sociais participantes no Projeto em questão.

A antropologia cultural e a etnologia, por um lado, e as ciências médicas, por outro, de braço dado de resto com as ciências sociais e humanas (Foucault, s/d), tornaram-se, sobretudo a partir do século XIX, um forte sustentáculo das políticas de diferença, isto é, na base da legitimidade e de legitimação pela qual as pessoas e os grupos diferentes se tornavam objectos da acção organizadora do pensamento e da compulsão ordenadora (governativa) das sociedades ocidentais. (Stoer e Magalhães, 2005: 8)

Na terceira parte do presente trabalho, será feita a apresentação do Projeto GUÊ ATUA, salientando-se os dados gerados através da participação do referido grupo, de acordo com a metodologia explicitada.

Por último, serão apresentadas as considerações finais: a conclusão e as limitações e implicações futuras deste Projeto.

Consideramos que, do ponto de vista da problemática social, se trata de um Projeto relevante para uma maior consciencialização da sociedade para a problemática da inclusão e do respeito pelos Direitos Humanos, dada a necessidade de eliminar preconceitos ainda existentes e de promoção de estratégias de criação de condições de participação plena dos mesmos, numa lógica de autodeterminação e luta contra a exclusão social.

Por outro lado, do ponto de vista académico, regista-se uma escassez de estudos em Portugal e, concretamente, na Universidade de Aveiro, relativos a esta problemática, pelo que se entende que a investigação nesta área será útil e pertinente. Por estes motivos, consideramos ser de significativa relevância esta abordagem, dado o seu eventual contributo social e científico.

CAPÍTULO 1

Enquadramento teórico-conceptual

1.1 – O conceito de exclusão social e as representações sociais da deficiência

Ao longo dos tempos, as abordagens sociológicas à **exclusão social** têm sido várias. Diversos autores e pensadores têm analisado o fenómeno em questão, influenciando o pensamento social e os modos de vida daqueles que são considerados os excluídos. Assim, para podermos falar de exclusão social, nomeadamente da vivenciada pelas pessoas em condição de deficiência, urge analisar os processos psicológicos e sociológicos associados à mesma.

Max Weber, por exemplo, centrou-se “nos fatores constitutivos da sociedade, a política, a economia, o direito, a religião, etc., mais do que nas relações intrínsecas dos indivíduos e dos grupos.” (Labandeiro, 2004: 5). Por outro lado, Durkheim apresenta a distinção entre solidariedade mecânica (laços sociais existentes nas sociedades tradicionais) e solidariedade orgânica (laços sociais existentes nas sociedades modernas, em que se verifica uma maior diferenciação das profissões), contribuindo para a evolução das abordagens a este fenómeno social. (*ibidem*)

Porém, o conceito de exclusão social é relativamente recente e a sua definição é complexa, dada a sua associação a outros fenómenos.

No entanto, sabe-se que o estado que o conceito exprime já se encontrava nas sociedades tradicionais de outros tempos, quer sob a forma de exílio, do ostracismo ateniense, do desterro em Roma, da condição de pária na civilização hindu, ou do gueto desde a Idade Média. A rejeição consistia em separar um indivíduo ou um grupo da comunidade ordinária. Desta forma, encontravam-se, por um lado, os membros de pleno direito e os membros com um estatuto à parte. A exclusão era, portanto, parte da normalidade das sociedades sem estar associada a questões morais ou políticas.

Para Robert Castel (citado por Labandeiro, 2004: 9), a exclusão social é entendida, como a fase extrema do processo de “marginalização”, uma vez que se trata de um processo “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas do indivíduo com a sociedade. (*ibidem*)

Denise Jodelet, abordando “Os processos psicossociais da exclusão”, comenta a polissemia e a dificuldade de definição da palavra exclusão, referindo que “Há pelo menos um nível onde uma abordagem única da exclusão pode fazer sentido: o nível das interações entre pessoas e entre grupos, que dela são agentes ou vítimas.” (Jodelet, 2004: 53)

A exclusão tem sido, assim, alvo de diversos estudos psicossociológicos. Um dos primeiros de maior relevância é a Teoria da frustração-agressão, defendida por Dollard, em 1939. Para o referido investigador, o preconceito é uma forma de agressão e resulta de uma frustração. O impedimento de atingir um objetivo provoca um estado de cólera que aumenta a tendência

agressiva. “A ocorrência de comportamento agressivo pressupõe sempre a existência de frustração, e por outro lado, a existência de frustração leva sempre a alguma forma de agressão.” (Dollard et al., 1939, citado por Neto, 1998).

Mais tarde, em 1964, os autores Bettelheim e Sanowitz apresentam o fenómeno de deslocamento sobre um “bode expiatório”. Esta teoria está relacionada com a transferência da frustração e da agressividade para alvos mais fáceis de atingir. Como refere Jodelet, este pode não apresentar comportamentos marcadamente agressivos, “mas mesclados de atitudes depreciativas, sob a forma de preconceitos e de estereótipos negativos” (Jodelet, 2004: 55).

É ainda pertinente falar da Escola de Frankfurt. Este grupo de investigadores, de que faziam parte Adorno, Frankel-Brunswick, Levinson e Sanford, apresenta, em 1950, a Teoria da Personalidade Autoritária. São desenvolvidos estudos sobre o etnocentrismo (tendência rígida a aceitar aqueles que são culturalmente semelhantes e a rejeitar aqueles que são diferentes) e apresentadas a Escala Anti-semitismo e a Escala F (Jodelet, 2004: 57).

Numa revisão de literatura sobre as teorias do etnocentrismo, LeVine e Campbell, citados por Vala e Monteiro (2002) definem-no como um síndrome que se caracteriza pela perceção e avaliação da realidade centrada no grupo de pertença e que serve de ponto de referência para a classificação e avaliação dos outros grupos. O estudo sobre a personalidade autoritária (Adorno et al., citados por Vala e Monteiro, 2002) mostrara, de facto, que a adesão a valores religiosos e morais do grupo de pertença estava associada à rejeição de minorias, com base nas suas diferenças étnicas, religiosas e morais.

Mais recentemente têm sido desenvolvidas abordagens cognitivas relacionadas com os conceitos de **categorização social**, **estereótipo** e **preconceito**, que tentaremos de seguida sintetizar.

A categorização social está relacionada com a classificação dos indivíduos numa divisão social, através da atribuição de determinadas características comuns, sendo feita uma segmentação do meio social em classes cujos membros são considerados como equivalentes.

Por categoria social, definida a partir da perspetiva dum observador externo, entende-se uma coleção de dois ou mais indivíduos que têm pelo menos um atributo em comum que os distingue dos membros de outras categorias (...). Passando à perspetiva interna, os membros duma categoria social podem transformar-se num grupo psicológico quando se auto-percecionam como pertencendo à mesma categoria social (Turner, 1982). Quando os indivíduos são classificados com base em características sociológicas semelhantes, tais como idade, género, profissão, habilitações, cor de pele, etc., são definidos como membros duma categoria sociológica (Merton, 1957, citado por Vala e Monteiro, 2002)

O conceito de estereótipo define-se como os esquemas, imagens, que constituem formas específicas de organização subjetiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos, que permitem compreender a sua incidência e resistência nas interações sociais.

Os estereótipos são estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas, e que determinam os nossos julgamentos e avaliações, acerca de grupos humanos e dos seus membros (Hamilton & Troiler, 1986). Estes julgamentos e avaliações estão geralmente associados a características como a «raça», o género, a aparência física, a origem geográfica ou social, ou algum aspeto associado, por exemplo, à identidade religiosa, política, étnica, sexual, de alguém. (Miller, 1982, citado por Vala e Monteiro, 2002)

Quanto à noção de preconceito, podemos referir que se sintetiza como as opiniões ou atitudes partilhadas por membros de um grupo acerca de outro, mostrando uma atitude favorável ou desfavorável em relação a membros de algum grupo, baseada sobretudo na pertença a esse ou outro e não em características particulares de membros individuais.

As razões apontadas para a emergência de fenómenos de conflito e discriminação entre grupos sociais – a limitação de recursos, a incompatibilidade dos objetivos, a simetria do poder – nem sempre foram as invocadas, ou mesmo as estudadas, na tentativa de clarificar (explicar, prever) esta gama de fenómenos, associado aos quais aparece um determinado tipo de atitudes globalmente designado como preconceito. (Vala e Monteiro, 2002)

De acordo com Jodelet (2002), relacionados com o fenómeno da exclusão social, temos os conceitos de **segregação** (afastamento, manutenção de uma distância topológica), **marginalização** (manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou de um corpo social) e **discriminação** (fechamento do acesso a certos bens ou recursos, a certos papéis ou *status*, ou através de um fechamento diferencial ou negativo).

Para o entendimento e explicação do fenómeno da exclusão social é essencial ter em consideração também a noção de **representação social**. Este é um conceito interdisciplinar, pois é necessária a análise de várias ciências como a sociologia, a psicologia, a história e a antropologia.

Apresentamos, seguidamente, uma revisão da literatura, no sentido de definir o referido conceito:

- "... as representações sociais constituem uma orientação para a acção na medida em que modelam e constituem os elementos do contexto em que um comportamento ocorre (...). Ou seja, a acção envolve um sistema representacional, uma rede de representações que ligam o objeto ao seu contexto." (Moscovici, 1979, citado por Vala e Monteiro, 2002)
- "... um conjunto de conceitos, proposições e explicações criados na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ser vistas como a versão contemporânea do senso comum." (*ibidem*)
- "O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específica, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos

generativos e funcionais socialmente marcados. Em sentido mais lato, designa uma forma de pensamento social”. (Jodelet, 1983, citado por Neto, 1998)

- “... uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (*ibidem*)

Apesar de apresentarem enunciados distintos, tanto Moscovici como Jodelet apontam possibilidades de definição de representação social como um conjunto de conceitos, de uma forma de conhecimento específico, construído a partir de uma realidade comum, formando o pensamento social.

Em síntese, a **exclusão social** refere-se aos efeitos negativos de atitudes discriminantes sobre a construção da autoimagem. Está ainda relacionada com o sentimento de insegurança e de inferioridade, com o *status* marginalizado, privado de prestígio e de poder e com a interiorização das imagens negativas veiculadas pela sociedade. É ainda de destacar que a exclusão provoca a desmoralização, a perda dos sinais identificatórios e está relacionada com a desorganização comunitária e com problemas sociais como a discriminação face à diferença.

Castells, citado por Stoer e Magalhães (2005), define o conceito de exclusão social como:

(...) o processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de aceder a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autónoma dentro das normas sociais, enquadrados por instituições e valores, num determinado contexto. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional esta posição é comumente associada com a possibilidade de acesso a um trabalho pago regularmente para, pelo menos, um membro num agregado familiar estável. A exclusão social é, de facto, o processo que não permite a uma pessoa o trabalho no contexto do capitalismo. (Stoer e Magalhães, 2005: 65-66)

Assim, a exclusão é um fenómeno social, como foi referido anteriormente, mas também económico e institucional, dado que está intrinsecamente relacionado com a questão da empregabilidade, com as instituições sociais e económicas, com políticas administrativas e sociais, com dinâmicas culturais, etc.

Stoer e Magalhães (2005) apresentam-nos ainda a exclusão social e a inclusão social como um único conceito: “(...) falar de exclusão social é falar simultaneamente de inclusão social.”; “A inclusão social e a exclusão social são concebidas como um único conceito, inseparáveis um do outro.” (*ibidem*: 66) ;

Os referidos autores apresentam uma reflexão sobre “os Lugares da exclusão”, com base nos paradigmas socioculturais da “pré-modernidade”, “modernidade” e “pós-modernidade”, tentando deste modo explorar a natureza da mudança social e a forma como os atores sociais se posicionam face à mesma. (*ibidem*: 67)

Neste capítulo do livro, seleccionamos cinco lugares do impacto da exclusão social (o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território) precisamente para poder explorar as dimensões múltiplas do fenómeno de exclusão social. Estes Lugares podem ser caracterizados como províncias de um mapa que se sobrepõem, cada Lugar ligado pelos contextos nos quais são activados (família, escola, hospital, prisão, tribunal, bairro, etc.) e pelos níveis aos quais funcionam (local, regional, nacional, e supranacional). Cada Lugar junta e activa o que Santos (1995) denomina “espaços estruturais” (espaço de trabalho, espaço de cidadania, espaço doméstico, espaço do mercado, espaço da comunidade, espaço do mundial), que, por sua vez, são atravessados por variáveis sociológicas tais como classe social, género, etnicidade e idade. Neste sentido, explorar estes Lugares nas suas diferentes dimensões é, com certeza, mapear a exclusão /inclusão social. (ibidem)

Deste modo, Stoer e Magalhães apresentam uma reflexão sobre a relação entre inclusão/exclusão e o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território.

Concretamente no que diz respeito ao Lugar do Corpo, os referidos autores, com a colaboração de David Rodrigues, relacionam esta dimensão com o conceito de exclusão social. O Século XX é apresentado por vários autores como “O Século do Corpo” (Ribeiro, 2003, citado por Stoer e Magalhães, 2005:68). De facto, temos vindo a assistir a um aumento da importância dada ao mesmo. O corpo deixou de ser objeto de estudo exclusivo da Medicina e passou a sê-lo também em áreas como a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia, a Educação, etc. Verificamos o avanço tecnológico na investigação genética, no transplante de órgãos, na criação de “próteses corporais” que substituem ou acrescentam funções a “um corpo encarado como insuficiente e incapaz de desempenhar as funções para que as novas exigências sociais o desafiam” (ibidem: 69). São desenvolvidas inúmeras culturas do corpo como a moda, o culto da beleza, da elegância e do exercício físico, as cirurgias plásticas com fins estéticos, os *piercings*, as tatuagens, etc. Todos estes aspetos mostram a importância que o corpo assume na sociedade atual. Daí que este possa estar também relacionado com os processos de inclusão/exclusão.

Pelo corpo passaram, e passam, as marcas que determinaram a categorização e a valorização desigual das pessoas. No corpo não só seguiram e se reproduziram os caminhos da exclusão, mas também foram criadas formas particulares, por vezes discretas e capciosas, de exclusão. Há, assim, tipos de exclusão que encontraram a sua razão principal no corpo. (ibidem)

O corpo é, assim, estudado de várias perspetivas. Para Michel Foucault, citado por Stoer e Magalhães (2002) inscreve-se na História e é posicionado num espaço ao qual tem de se adaptar. Para Maurice Merleau-Ponty (ibidem), o corpo é detentor de uma certa “autonomia”, “está em permanente e activa relação com o seu envolvimento e cria um “espaço funcional” à sua volta.”. Radley (ibidem), por outro lado, apresenta o corpo como “irredutível a relações de poder e controlo”, exemplificando com o jogo infantil que é uma forma de a criança assumir riscos e desafios, quebrando normas e divergindo de códigos morais estruturados. Stoer e Magalhães dão-nos ainda outros exemplos: as manifestações populares e religiosas, a dança, a caricatura, a

sexualidade, etc. Em todos estes casos, verificamos a existência de dicotomias como “claro - escuro”, aceitação - não conformação, poder - “fora do poder” ou mesmo “contrapoder”. Ou seja, “O corpo é, assim, não só a sede da experiência no mundo, mas muitas vezes o lugar da resistência a uma ordem social que a pessoa ou os grupos não querem aceitar.” (*ibidem*: 70-71).

Para além destas perspetivas, o corpo está também associado à comunicação e à expressividade. Mesmo ainda antes de adquirir a linguagem verbal, o ser humano já comunica através do corpo. Os movimentos, os gestos, as expressões faciais, a imobilidade, o silêncio, a entoação, o ritmo, a proxémia são formas de comunicar que nele permanecem mesmo após a aquisição da linguagem verbal e que lhe conferem visibilidade:

A visibilidade da comunicação assume-se como um “cartão de visita”, um conjunto de dados que permitem ao interlocutor fazer um juízo de valor que obviamente nem sempre é coincidente nem coerente com os valores que a pessoa pretende transmitir. (ibidem: 72)

Todo este conjunto de códigos está relacionado com as perceções que cada pessoa tem do seu corpo e do dos outros. As imagens corporais são, no fundo, a relação entre o conhecimento e o nível de satisfação que detemos sobre o mesmo. Esta noção depende de vários fatores, como por exemplo, as representações sociais, o contexto sociocultural, a constante mudança dos padrões de beleza, a visão sobre a idade, entre outros. O corpo é, pois, uma forma de determinação social, de aceitação ou de rejeição social.

Tendo em consideração todos estes aspetos, apresenta-se, assim, a problemática do corpo como lugar de exclusão ou de inclusão social.

Merece-nos maior destaque a questão da deficiência: qual a relação do corpo com a exclusão social a que as pessoas com condições de deficiência têm sido votadas?

Como referem Stoer e Magalhães (2002), “As marcas da deficiência encontram-se presentes no corpo.” É pela expressão corporal, pela linguagem verbal e não-verbal, pelos movimentos ou imobilidades, pelos traços fisionómicos e alterações das estruturas e funções do corpo, que a visibilidade da deficiência é apresentada. É da relação entre esta visibilidade e a “invisibilidade social” que historicamente estas pessoas têm tido que surge a exclusão social. “O corpo é, assim, um lugar primordial da deficiência, e é nele que se alicerça a avaliação que conduz à exclusão” (*ibidem*:78).

Os autores em questão apresentam três razões principais que levam à exclusão/inclusão social das pessoas com condições de deficiência.

A primeira razão prende-se com a mudança de paradigma de análise a que atualmente começamos a assistir. A deficiência é considerada, numa perspetiva histórica, como uma temática do foro médico e assistencial, estando relacionada portanto com a necessidade de “cura”, de “recuperação” ou “reabilitação”, dada a condição inalterável da própria pessoa. A deficiência era (é) vista como um defeito para o qual a resposta era a de cariz médico ou, na impossibilidade, caritativo e assistencial. Nos nossos dias, verificamos que esta é analisada com base num modelo

social, que “reconhece que a deficiência é causada pelas barreiras sociais e estruturais criadas pela sociedade e sabe da necessidade de participação das pessoas com deficiência na tomada de decisões sobre si próprias”, e no modelo afirmativo que defende uma perspectiva não-dramática, mas antes positiva, baseada “em eventuais benefícios do estilo e da experiência de vida de ser deficiente” (*ibidem*: 78).

Uma outra razão está relacionada com uma outra mudança: historicamente, não se reconhecia a autonomia e a cidadania das pessoas em condição de deficiência. A criação de legislação que prevê os direitos das mesmas e sanções para quaisquer atos discriminatórios faz com que haja legalmente um reconhecimento da autonomia e do direito à participação e à cidadania.

A terceira razão está relacionada com a imagem das pessoas em condição de deficiência como “improdutivas e permanentemente devedoras à sociedade” (*ibidem*: 79), ou seja, dependentes de, por exemplo, subsídios estatais. O avanço tecnológico na criação de tecnologias de apoio, bem como o desenvolvimento de programas de formação e integração profissional têm vindo a provar que as mesmas podem ter sucesso profissional e, como tal, ser cidadãos produtivos e contribuintes, numa sociedade que se estrutura em bases económicas e políticas (*ibidem*).

Assim, o Lugar do corpo, no paradigma que aqui designamos pré-moderno, delimita o processo de inclusão/exclusão a partir da comunidade. Ser incluído significa um corpo apropriado pela comunidade, sendo a exclusão aquilo que escapa ao controlo desta, isto é, aquilo que se perfila como o estranho. No paradigma moderno, o corpo é normalizado no sentido médico e no sentido social, sendo a exclusão um fenómeno que surge como da ordem da reabilitação, isto é, o corpo é potencialmente recuperável. No paradigma emergente, identificado como pós-moderno, o corpo incluído é o corpo que se agencia a si próprio, enquanto o excluído é aquele que surge como não plástico, não moldável, isto é, como inactivo em relação a si mesmo. (ibidem: 120)

Concluimos, desta forma, que a exclusão social baseada na deficiência nos remete para representações e imagens relacionadas com o corpo e com uma perspectiva de análise fundamentada na Medicina e no assistencialismo. Atualmente, verificamos uma mudança de paradigma que se baseia no reconhecimento da autonomia, da cidadania e dos direitos face à diferença.

No modelo de pós-modernidade, ainda emergente, a inclusão/exclusão depende de estratégias que já não têm o Estado e as instituições que promoveram a engenharia social da modernidade no seu centro, mas, em vez disso, baseiam-se nos guiões dos próprios indivíduos e grupos. O corpo aparece, portanto, com as características de sujeito da sua própria enunciação. Assim, a inclusão social e a exclusão social articulam-se com o corpo na construção de identidades e na reivindicação de novas formas de cidadania. (ibidem: 82)

1.2 – Da exclusão à inclusão social - contextualização histórica

Como foi referido anteriormente, a forma como o ser humano aborda a questão da deficiência está relacionada também com a evolução histórica. Não poderemos falar de inclusão ou exclusão social das pessoas com Necessidades Especiais sem refletir sobre a imagem que as mesmas foram tendo ao longo dos tempos. É, portanto, essencial fazer uma análise das representações sociais associadas ao conceito de deficiência, tendo em consideração uma perspetiva histórica.

Durante as civilizações grega e romana, regista-se a crença de que a deficiência era presságio de males futuros, pelo que as crianças com deficiência, em Roma, por exemplo, eram atiradas da Rocha Tarpeia (Silva, 2009). Assim, eram abandonadas e excluídas da sociedade ou até mesmo eliminadas: “... em Esparta, na Antiga Grécia, crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas e, em Roma, atiradas aos rios.” (Correia, 1999).

Durante o período da Idade Média, a sociedade era dominada pela religião e pelo divino. Acreditava-se que a deficiência decorria de forças demoníacas, pelo que era associada “à imagem do diabo e a atos de feitiçaria e bruxaria” (*ibidem*). Por esta razão, as pessoas com deficiência eram vítimas de perseguições e execuções. Porém, foi também na Idade Média que surgiram as primeiras instituições de caridade dirigidas às mesmas. Alguns nobres e ordens religiosas fundaram hospícios e albergues para as acolher. Contudo, estas viviam em condições de profunda degradação, abandono e miséria. Para além disso, mantinha-se a ideia de que “os deficientes representavam uma ameaça para pessoas e bens” (Silva, 2009). A segregação destas era, assim, vista como necessária à segurança da sociedade.

Nos séculos XVII e XVIII, proliferava a mendicância e a deficiência era utilizada como uma forma de atrair a caridade ou de promover o entretenimento alheio. “Como forma de atrair a caridade, compravam-se nos asilos crianças deficientes de tenra idade, que eram barbaramente mutiladas e abandonadas à sua sorte quando, com o avançar da idade, deixavam de ter utilidade.” (*ibidem*). As pessoas com deficiência mental, por outro lado, eram totalmente abandonadas. Aqueles que conseguiam sobreviver eram entregues em instituições do Estado, como orfanatos ou prisões. Destacam-se dois exemplos ilustrativos da situação vivida na época: o Hôtel Dieu, em Paris, que acolhia pessoas com deficiência mental em condições degradantes, e o Bethel Royal Hospital, em Londres, no qual o público pagava para entrar e apreciar as mesmas como se de um espetáculo se tratasse.

Mais tarde, ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX, as pessoas com deficiência eram remetidas para instituições sobretudo de cariz assistencialista. Estas eram construídas afastadas das populações e os institucionalizados eram privados de liberdade, permanecendo sem qualquer contacto com a família ou a comunidade. Ou seja, vivia-se uma situação de visível segregação.

Neste período, surgiram, por outro lado, transformações sociais relacionadas com alguns estudos que viriam a modificar a forma com então se abordava a questão da deficiência. São de salientar os estudos sobre causas do foro biológico, sociológico ou psicológico, desenvolvidos por autores como Esquirol, Itard, Seguin e Montessori. Para além destes, são de referir igualmente os testes psicométricos de Binet e Simon e as obras de Bonet e Ponce de Léon. Deste modo, estas concepções pós-renascentistas que vieram dar fundamento à Escola Nova e a consciência de que os conceitos de deficiência mental e doença mental são distintos constituem marcos de grande importância no que diz respeito à forma como a pessoa com deficiência era vista.

Um outro aspeto relevante é o surgimento das primeiras escolas para surdos e, seguidamente, para cegos e para pessoas com deficiência mental. Referimos, a título exemplificativo, em Portugal, a criação do Instituto de Surdos, Mudos e Cegos (1822), do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa (1916) e do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira (1941).

Verificamos, assim, uma maior preocupação com a situação das pessoas com deficiência, pois é reconhecido o direito à educação especializada e à reabilitação. Apesar disso, a institucionalização continua a ser uma forma de segregação das mesmas.

A política global consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência. (Correia, 1999)

Após a II Grande Guerra, viveu-se um novo período no domínio da Educação Especial. As transformações sociais verificadas estão relacionadas com uma série de acontecimentos, documentos e legislação que vieram facilitar a integração da pessoa com deficiência, contrariando, assim, a tendência anterior para a segregação. São de destacar e **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (Nações Unidas, 1948) e a **Declaração Universal dos Direitos da Criança** (Nações Unidas, 1959). Surgem também, nesta altura, as primeiras associações de pais de crianças portadoras de deficiência. Estas contribuíram para a consciencialização da desumanização e da marginalização vivida pelas pessoas com deficiência e, para além disso, para a luta desta minoria pelo seu lugar na sociedade.

Em Portugal, nos anos 60, são criadas as primeiras associações de pais: a Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Mongoloides (1962), mais tarde chamada Associação Portuguesa de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (1965). Fundaram-se, ainda, Centros de Educação Especial e também Centros de Observação, os quais dependiam do Ministério dos Assuntos Sociais.

Desta forma, dá-se o início da fase da integração, em que se verifica uma mudança de filosofia relativamente à Educação Especial e se proclama o direito à educação, à igualdade de oportunidades e à participação na sociedade.

Um outro contributo relevante é o *Princípio da Normalização*, apresentado por Bank-Mikkelsen, diretor dos Serviços para Deficientes Mentais da Dinamarca. Este defendia que a pessoa com deficiência deveria desenvolver um tipo de vida tão normal quanto possível, incluindo-se neste os vários contextos vividos pela mesma: família, educação, formação, trabalho e segurança social. Regista-se uma tentativa de reconhecer direitos, aceitar especificidades e contribuir para o desenvolvimento de potencialidades, de forma que a vida da pessoa com deficiência seja o mais próximo possível daquilo que é considerado o “normal”. Através do documento “Individuals with Disabilities Education Act”, o termo “handicap” é substituído por “disability” e verifica-se a tentativa de promoção do ensino individualizado para as crianças portadoras de deficiência (Planos de Apoio Educativo) e o envolvimento das escolas na transição dos alunos para a vida ativa. Este *Princípio da Normalização* estendeu-se a outros países europeus, bem como à América do Norte.

Seguidamente, vão surgindo outros contributos, nomeadamente legislação, estudos, eventos sociais, que vão ajudar à sistematização da integração da pessoa com deficiência e, consequentemente à transição para a sua inclusão. É de destacar o ***Warnok Report Special Education Needs*** (1978), pois é neste estudo que é introduzido o conceito de criança com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Para além disso, o mesmo prevê a articulação entre a Escola, o Estado e a família, pelo que começa a haver um maior envolvimento e uma maior consciencialização do papel da família. É também nesta altura que se começa a defender a integração de alunos com NEE em turmas regulares, evitando assim a sua segregação.

Em 1981, através dos eventos e estudos desenvolvidos no âmbito do “Ano Internacional das Pessoas com Deficiência”, reconhece-se o direito à igualdade de oportunidades, o direito à integração e o direito à “normalização” das crianças e dos jovens com deficiência, isto é, a sua plena participação numa sociedade para todos, o que proclama uma intervenção centrada na escola. É reforçado o papel do Professor do Ensino Especial e começa-se a perspetivar as causas dos problemas em termos globais. “O processo de integração no sistema regular de ensino teve assim, como objetivo, “normalizar” o indivíduo, a nível físico, funcional e social, pressupondo a proximidade física, a interação, a assimilação e a aceitação.” (*ibidem*). Salienta-se, ainda, a importância das Nações Unidas na definição de metas a atingir para a inclusão social das pessoas com deficiência.

Em Portugal, nos anos 70, sobretudo com a reforma do Ministro Veiga Simão, começa a promover-se também uma filosofia baseada nos princípios anteriormente referidos. Mais tarde, com a entrada na então Comunidade Económica Europeia, em 1986, publicou-se a Lei de Bases do Sistema Educativo, em 14 de Outubro do mesmo ano, o DL 3/87, de 3 de Janeiro, que estabeleceu a regionalização dos serviços do Ministério da Educação, e a Reforma do Sistema Educativo. Estes foram acontecimentos particularmente relevantes para a Educação Especial no nosso país. Em 1988, dá-se a criação de Equipas de Educação Especial, promovendo a proximidade local, o diagnóstico e encaminhamento das crianças, através da colaboração entre a Escola e a família. Em 1990, com a legislação sobre a escolaridade obrigatória e gratuita para

todos os alunos e o reforço do apoio social aos alunos e suas famílias, foi dado um grande passo no sentido da inclusão das crianças com NEE e da satisfação das suas necessidades e das famílias.

O Decreto-Lei 319/91, de 23 de agosto, comparado pela literatura ao **Warnock Report** inglês, veio enfatizar o papel dos pais e da família na orientação educativa das suas crianças. Na referida legislação é introduzido o conceito de Necessidades Educativas Especiais, permanentes ou temporárias, que veio sobrepor-se às categorizações do foro médico que eram até essa altura utilizadas. Responsabilizou a escola do ensino regular pela educação de todos os alunos, e atribuiu um papel mais explícito aos pais na orientação educativa dos seus filhos. Este documento definiu, pela primeira vez, um conjunto de medidas a aplicar aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, as quais deveriam ser expressas num Plano Educativo Individual que, nas situações mais complexas, remetia para a medida “Ensino Especial” e para um Programa Educativo. O encaminhamento para uma instituição de educação especial, também previsto, era o último dos recursos e só deveria ter lugar quando a escola comprovadamente não tivesse capacidade de resposta. (Silva, 2009).

Em 1994, a **Declaração de Salamanca**, aprovada por vários países, veio impulsionar grandemente o movimento pela inclusão das crianças com NEE, ou seja, uma escola para todos. Este documento defende que “a escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nómadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.” (UNESCO, 1994).

Em Portugal, em 1997, com o Despacho 105/97, de 1 de julho, defende-se, oficialmente, pela primeira vez, o princípio da Escola Inclusiva, que consiste na aprendizagem conjunta de todos os alunos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. O papel da Escola é, assim, reconhecer e satisfazer as necessidades dos seus alunos, adaptando-se à diversidade de ritmos de aprendizagem. É, neste tipo de educação essencial a cooperação com a família e a comunidade.

De acordo com Rodrigues (2004),

O conceito de Inclusão tem sido exaustivamente tratado na literatura especializada. Em termos genéricos considera-se que o conceito de “Inclusão”, vulgarizado a partir da conferência da Unesco em Salamanca em 1994 (UNESCO, 1994), representa uma evolução face ao conceito de “Integração” na medida em que a Inclusão significa um modelo de pertença total à instituição enquanto que a Integração se refere à adaptação a uma instituição inicialmente estranha. (...) o processo de Inclusão é determinado pela interação entre as variáveis individuais e as do envolvimento. Ninguém é aceite só pelas suas capacidades individuais nem contra as suas capacidades individuais, só pelas características do meios nem contra as características do meios.

O processo de Integração/Inclusão é pois um processo interactivo e dinâmico resultante da influência mútua de múltiplos factores. (Rodrigues, 2004: 2)

Para Sassaki (1997, citado por Barbosa, 2002: 6), a inclusão social é o “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”.

Barbosa refere ainda que “ a educação inclusiva é desafiante, visto que ela está lidando com temas relacionados com a aceitação, com o rompimento de preconceitos, com o desvelamento das informações a respeito do assunto, do desconhecido para o conhecido, o que leva a mudanças de valores e atitudes de todos os envolvidos, na possibilidade de que todos saibam viver e se envolver melhor com as diversidades encontradas na sociedade” (*ibidem*).

Citando Foreste e Pearpoint (1997), o autor enuncia que a inclusão

(...) não quer absolutamente dizer que somos todos iguais. Inclusão celebra, sim, nossa diversidade e diferenças com respeito e gratidão. (...) Inclusão é um antídoto para o racismo e o sexismo, pois acolhe essas diferenças e as celebra como capacidades mais do que como deficiências. Inclusão é uma farsa quando se refere apenas a “brancos, brilhantes e classe média”. Inclusão significa todos – juntos dando apoio e suporte uns aos outros. (ibidem: 14)

É ainda de mencionar a importância da **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, adotada pelas Nações Unidas, em 2006, e aprovada, até à data, por 127 países. Este documento é tido como um marco histórico, representando um importante instrumento legal no reconhecimento e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra as mesmas. É também instituído um sistema de monitorização internacional da aplicação da Convenção, através do qual o Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência, criado pela Convenção e composto por peritos independentes, analisará os progressos verificados a nível nacional, com base em relatórios nacionais apresentados pelos Estados Parte. Este sistema de monitorização consta do Protocolo Opcional à Convenção que foi ratificado por Portugal, mas tem cariz facultativo.

O conceito de criança com NEE é, como vimos, relativamente recente, em relação ao percurso da evolução do Ensino Especial. Este conceito data de 1978, através do **Warnock Report Special Education Needs**, em que foi utilizado pela primeira vez.

Em 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou a **Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicap)**. Este documento teve como propósito apresentar uma análise de doenças e incapacidades, numa perspetiva médica, direccionada para a prevenção e reabilitação.

Em 1999, foi publicada, por Mulcany, uma revisão do referido documento, que procura dar ênfase aos aspetos sociais da reabilitação e às capacidades de participação das pessoas com

deficiência. Apesar de os objetivos deste novo documento se identificarem com os do anterior, verifica-se um maior reforço das potencialidades das mesmas, em detrimento das suas incapacidades ou limitações.

De acordo com Correia (1999), as Necessidades Educativas Especiais podem ser divididas, como referimos, em dois grandes grupos: as permanentes (que se mantêm durante grande parte ou até mesmo durante toda a vida escolar do aluno e que exigem adaptações generalizadas do seu currículo) e as temporárias (que exigem a adaptação parcial do seu currículo num determinado momento do seu desenvolvimento). Nas NEE permanentes, enquadram-se as de caráter intelectual (deficiência mental e a sobredotação), de caráter sensorial (cegueira e surdez), de caráter emocional (psicoses, etc), de caráter motor (paralisia cerebral, espinha bífida, distrofia muscular, etc), de caráter processológico (dificuldades de aprendizagem), e ainda o autismo, o traumatismo craniano e outros problemas de saúde. As NEE temporárias estão relacionadas com problemas ligeiros ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico e socioemocional ou problemas relacionados com a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo.

Desta forma, como meio de combater situações de segregação criadas pela existência destas desvantagens sociais é de extrema importância o conhecimento da deficiência, da sua tipologia, das incapacidades que lhe estão associadas, por forma a desenvolver as potencialidades da pessoa com deficiência. Este conhecimento é, assim, muito importante no trabalho multidisciplinar relacionado com a inserção social e inclusão de estudantes com NEE.

Entende-se por Estudante com Necessidades Educativas Especiais (ENEE) o estudante que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas suscetíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com os demais estudantes, com base na Lei nº38/2004, de 18 de agosto. (Universidade de Aveiro, 2015)

De acordo com dados apresentados por David Rodrigues, professor universitário e Presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, “Atualmente existem 31.776 alunos com NEE e PEI (o que representa 2,6%). Nas escolas especiais estão matriculados 2.382 (0,2%). Estes números colocam Portugal no grupo de países europeus com maior taxa de inclusão escolar de alunos com deficiência” (Rodrigues e Nogueira, 2010). Trata-se, portanto, de uma viragem na forma como a questão da deficiência tem vindo a ser abordada. Para tal, tem contribuído a legislação publicada, o papel das instituições, das associações de pais, etc. Destaca-se também, em Portugal, o papel desempenhado por nomes como o já referido David Rodrigues ou Ana Maria Bénard da Costa, atualmente coordenadora do projeto “Rede Inclusão”.

Deste modo, poderemos concluir que a forma como a deficiência foi sendo vista, ao longo dos tempos, sofreu grandes transformações. Na atualidade, nomeadamente em Portugal, verifica-se uma maior abertura e consciencialização para a problemática das Necessidades Educativas Especiais.

1.3 – Inclusão, Participação e Autodeterminação de Estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior

Como demonstrámos anteriormente, nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre Inclusão, nomeadamente no que diz respeito à educação. Durante muito tempo, o conceito de Educação Inclusiva cingia-se sobretudo ao Ensino Básico e Secundário. Apesar do avanço que podemos constatar na forma como as crianças e jovens com NEE são percecionados na Escola, não poderemos afirmar que vivemos atualmente uma educação plenamente inclusiva. Em muitos casos, em muitas escolas, assistimos ainda a uma tentativa de integração dos mesmos. Inclusão implica, como vimos, uma adaptação às necessidades dos alunos, uma noção de pertença e plena participação, sendo pois um processo muito mais complexo do que a simples integração de um aluno com NEE numa determinada escola ou turma.

No entanto, é incontestável o desenvolvimento que a Educação Inclusiva tem tido internacionalmente. As políticas educativas promotoras da inclusão, bem como o avanço tecnológico e científico, têm permitido às crianças e jovens, de uma forma geral, novas possibilidades de acesso à educação e novas perspetivas de trabalho futuro. Falamos não só de NEE, mas de todo um vasto número de situações, como os contextos economicamente mais desfavorecidos, as etnias, os grupos religiosos, etc., grupos a que tradicionalmente era vedado o acesso à educação. Medidas como a escolaridade obrigatória ou os apoios sociais tornaram possível a estas crianças ansiarem por um percurso escolar mais alargado, numa sociedade que acredita que a formação universitária está associada a um “emprego melhor” e melhores condições de vida.

Por outro lado, a mudança ideológica ocorrida nos últimos tempos defende muito mais o multiculturalismo, a diversidade e os direitos humanos. Defende-se, ainda que de forma emergente, não só a Escola Inclusiva, mas sobretudo uma sociedade inclusiva.

Estas transformações são visíveis, também, ao nível do Ensino Superior. Desde modo, poderemos considerar que caminhamos para o verdadeiro significado da palavra “Universidade”. Etimologicamente, esta tem origem no vocábulo *universitas*, que em Latim significa a totalidade, o conjunto, a comunidade. Ou seja, a inclusão. Defende-se que as “diferenças” não deverão ser vistas como motivo de exclusão social, de discriminação, mas antes de enriquecimento, de valorização das potencialidades individuais e de grupo. Porém, há ainda um longo caminho a percorrer nesse sentido.

Na **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**, redigida a partir da **Conferência Mundial sobre Educação Superior**, realizada em Paris, a 9 de outubro de 1998, estão enunciados os princípios que, mundialmente, se consideram essenciais para uma Educação, a nível superior, virada para uma nova realidade vivida a partir da II Guerra Mundial e das transformações económicas, políticas, culturais e sobretudo sociais que daí decorreram.

A segunda metade deste século passará para a história da educação superior como o período de sua expansão mais espetacular: o número de matrículas de estudantes em escala mundial multiplicou-se mais de seis vezes, de 13 milhões em 1960 a 82 milhões em 1995. Mas este é também o período no qual ocorreu uma disparidade ainda maior – que já era enorme – entre os países industrialmente desenvolvidos, os países em desenvolvimento e especialmente os países pobres, no que diz respeito a acesso e a recursos para o ensino superior e pesquisa. Também foi o período de maior estratificação socioeconómica e aumento das diferenças de oportunidades educacionais dentro dos próprios países, inclusive em algumas nações mais ricas e desenvolvidas. (...) A própria educação superior é confrontada, portanto, com desafios consideráveis e tem de proceder à mais radical mudança e renovação que porventura lhe tenha sido exigido empreender, para que nossa sociedade, atualmente vivendo uma profunda crise de valores, possa transcender as meras considerações económicas e incorporar as dimensões fundamentais da moralidade e da espiritualidade. (UNESCO, 1998)

Neste documento, são recordados os princípios da **Declaração Universal dos Direitos do Homem**, nomeadamente, o pressuposto de que “toda a pessoa tem o direito à educação” e que “a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respetivo mérito” (Nações Unidas, 1948), bem como o estabelecido na **Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino**:

Para os fins da presente Convenção, o termo "discriminação" abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição económica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino (...) (Nações Unidas, 1960)

Destacamos também a referência à **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, que, apesar de se dirigir sobretudo à Educação Básica, enuncia a urgência de luta contra a discriminação no acesso à educação, entre outras situações, no que diz respeito às pessoas com Necessidades Especiais:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos

portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.
(UNESCO, 1990)

Verificamos, assim, consciência e interesse por parte das organizações, a nível mundial, em fomentar o cumprimento dos direitos humanos, no que concerne à igualdade de acesso à educação, nomeadamente, ao Ensino Superior:

O acesso ao ensino superior para membros de alguns grupos específicos especiais como povos indígenas, minorias culturais e linguísticas, grupos desfavorecidos, povos que vivem sob ocupação e pessoas com deficiência deve ser ativamente facilitado, já que estes grupos podem possuir, coletiva ou individualmente, uma experiência e talentos que podem ser de grande valor para o desenvolvimento social e nacional. Ajuda material e soluções educativas podem contribuir para superar os obstáculos que enfrentam estes grupos para aceder ao ensino superior e prosseguir os seus estudos. (UNESCO, 1998)

No que diz respeito ao contexto internacional, consideramos pertinente elencar alguns exemplos de países em que a discussão em torno da temática da inclusão de estudantes com NE no Ensino Superior se tem manifestado de forma mais aprofundada.

O Brasil tem sido apontado como um país onde esta discussão mais se tem desenvolvido. Prova disso é, de facto, a maior quantidade de estudos académicos e publicações sobre a temática que encontramos oriundos deste país. Considera-se que, para além da investigação científica, diversas universidades brasileiras procuram desenvolver estratégias de promoção da inclusão, nomeadamente através da formação contínua dos professores, da adaptação curricular, da criação de recursos pedagógicos, da organização de programas de, por exemplo, tutoria entre pares, bem como de centros de apoio dirigidos aos estudantes universitários com NE. (Abreu, Antunes e Almeida, 2012: 109).

Nos Estados Unidos da América, os movimentos sociais pelos Direitos Humanos e de luta contra a discriminação e exclusão social, ocorridos entre os anos 40 e 60 do século XX, proporcionaram também o desenvolvimento do movimento pela Escola Inclusiva, nomeadamente através de políticas educativas promotoras da inclusão. No entanto, assiste-se atualmente a alguma polémica relacionada com os estudantes com dificuldades de aprendizagem que, graças a adaptações curriculares, concluem o Ensino Superior com classificações mais elevadas do que os alunos que não usufruem das mesmas. Este é um exemplo apresentado por Abreu, Antunes e Almeida (2012) que demonstra que os caminhos da inclusão nunca são definitivos e exigem constantes reflexões (*ibidem*: 108).

Na Noruega, para além do facto de o Ensino Superior ser gratuito, é de referir que recentes reformas educativas, como por exemplo a prática do ensino em grupo ou a organização modular e a definição de um Plano de Estudo Individual para cada estudante, têm proporcionado resultados bastante positivos para a grande maioria dos alunos (*ibidem*: 109-110).

Relativamente a Espanha, é de salientar a importância que a já referida **Declaração de Salamanca** teve no desenvolvimento de estratégias específicas nas universidades. A eliminação de barreiras arquitetónicas, as adaptações metodológicas e a acessibilidade de materiais são alguns exemplos de procedimentos que têm vindo a desenvolver-se nas universidades espanholas. No entanto, estes não se verificam ainda em todas as instituições de Ensino Superior (*ibidem*).

Porém, apesar da evolução registada em termos de inclusão, sobretudo no que diz respeito ao Ensino Básico e Secundário, que anteriormente sintetizámos, continuam a verificar-se, de uma forma geral, situações em que as barreiras ideológicas ainda se mantêm, concretamente no Ensino Superior. Falamos de questões relacionadas com aspetos pedagógicos, como a adaptação de conteúdos programáticos ou a utilização de recursos alternativos, mas também de questões como as relações interpessoais entre pares ou a empregabilidade depois da conclusão dos estudos.

Most new students with disabilities identify the attitudes of their teachers and classmates, as well as those of the staff members of the institution, as major factors in their success. Too often they must struggle to convince their teachers and classmates that they are capable of college-level work. Accurately or inaccurately, many of them perceive the staff of the office for disabled student services as aligned with the institution rather than working to support the needs of the students. In higher education, we must look carefully at our own attitudes to insure that we do not set up barriers for students. Jaschik (1993) quotes Kirk MacGugan, physical and environmental disability coordinator at San Francisco State University: "This is about integration, about breaking away from the isolation of special buses, special rooms, and special dorms. We've got to keep reminding ourselves that 'separate but equal' is not equal. (Walling, 1996:4)

Estes são alguns exemplos de preocupações, de contextos, em que a proclamada e defendida Inclusão poderá ainda não ser efetiva, pois continuam a vivenciar-se situações de marginalização, preconceito, falta de tolerância e de abertura da sociedade face à diferença, nomeadamente no que concerne ao Ensino Superior.

Uma outra realidade que encontramos é a escassez de estudos nesta área específica. Como sintetiza Moreira (2005),

A inclusão do aluno com necessidade educacional especial (NEE) tem representado um desafio da Educação Infantil à Superior. Todavia, as estatísticas oficiais, os estudos e pesquisas, em sua maioria no Brasil, elucidam acerca da condição desse alunado na educação básica, quase nada se tem sobre essa situação no ensino universitário, o que indica a carência de reflexões e, sobretudo, políticas públicas que contemplem ações que avancem para uma educação inclusiva no ensino superior.

Entretanto, esta parece ser uma realidade que vai além do território brasileiro pois, Costa e Rodrigues (1999) ao levantarem essas questões na educação portuguesa lembram que há 25 anos atrás o tema central em Educação Especial versava as possibilidades e as metodologias de

integração de alunos com necessidades educativas especiais nos níveis iniciais de educação. Hoje os avanços que se foram verificando nos diferentes graus de ensino, a reflexão começa a se estender sobre a Integração / Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Universidade. (Moreira, 2005)

No que diz respeito ao contexto português, apesar de toda a evolução que a Escola Inclusiva tem registado nas últimas décadas, muito devido ao papel desempenhado por David Rodrigues e Ana Maria Bénard da Costa, como anteriormente sintetizámos, a inclusão de estudantes com NE no Ensino Superior encontra-se ainda a dar os primeiros passos.

O aumento do número de estudantes que acedem ao Ensino Superior tem aumentado significativamente em Portugal, dadas as transformações socioeconómicas e políticas ocorridas nas últimas décadas, nomeadamente devido ao alargamento da escolaridade obrigatória e das políticas educativas de cariz democratizador. Apesar de se verificar igualmente um incremento do número de alunos com NE no Ensino Superior, este é ainda bastante limitado.

Regista-se também uma pluralidade de estudos na área das Necessidades Educativas Especiais e da Escola Inclusiva, mas concretamente no que se refere ao Ensino Superior, encontramos uma visível escassez de publicações, começando atualmente esta a ser uma preocupação dos investigadores:

Há 25 anos o tema da actualidade em Educação Especial era a reflexão sobre as possibilidades e as metodologias de integração de alunos com necessidades educativas especiais na educação pré-primária e primária (COSTA e RODRIGUES, 1999). Hoje, como reflexo dos avanços que se foram verificando nos diferentes graus de ensino estamos a reflectir sobre a Integração/Inclusão de estudantes com Necessidades Especiais na Universidade. (Rodrigues, 2004:1)

Como foi referido anteriormente, grandes transformações têm começado a verificar-se também no Ensino Superior. Uma vez que, cada vez mais, as crianças com NEE são incluídas na escola regular, o número de alunos que acedem a este nível de formação académica é também, cada vez maior. No entanto, dado que esta é de facto uma nova realidade, verifica-se uma grande escassez de dados e de estudos quanto à situação portuguesa. Apesar de existirem estudos académicos e relatórios emitidos por organismos relacionados com a área educativa, estes cingem-se à realidade verificada até ao 12º ano de escolaridade. No que diz respeito ao Ensino Superior, regista-se, como referimos, uma visível falta de informação e investigação, sobretudo relativamente ao contexto nacional.

Foi recentemente apresentado pelo Grupo de Trabalho para o Apoio a Estudantes com Deficiências no Ensino Superior (GTAEDS), do qual fazem parte várias instituições de Ensino Superior portuguesas, um primeiro estudo exaustivo sobre a realidade em questão – ***Inquérito nacional sobre os apoios concedidos aos estudantes com NEE no Ensino Superior***, desenvolvido pelas investigadoras Lúcia Pires, Ana Almeida Pinheiro e Valentina Oliveira. No Seminário “Inclusão no Ensino Superior”, promovido pelo referido grupo e realizado na

Universidade de Lisboa, a 19 de junho de 2014 (cf. Anexo 1 - Nota de Campo – Diário de Bordo – 19/06/2014), foi apresentado o registo de 1.318 alunos com Necessidades Especiais que frequentam as instituições de ensino que participaram no referido estudo, no ano letivo de 2013/2014.

O grupo de trabalho em questão, GTAEDES, foi formalizado em 2004 e é constituído por instituições de ensino superior público com serviços de apoio a estudantes com NE: Universidade dos Açores, Universidade de Aveiro - Gabinete Pedagógico, Universidade de Coimbra - Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes Deficientes, Universidade de Évora - Núcleo de Apoio ao Estudante, Universidade de Lisboa - Reitoria, Universidade do Minho - Gabinete de Apoio ao Estudante com Deficiência, Universidade do Porto - Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência, Universidade Técnica de Lisboa - Serviços de Ação Social, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Serviço de Apoio ao Aluno, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Gabinete de Apoio Psicopedagógico e Instituto Politécnico de Leiria - Serviço de Apoio ao Estudante. Tem como objetivos essenciais “proporcionar um serviço de melhor qualidade a estudantes com deficiências” e “promover a aproximação inter-serviços que apoiam estudantes com deficiências, por forma a facilitar a troca de experiências, o desenvolvimento de iniciativas conjuntas e a racionalização de recursos”.¹

Para além disso, verificamos igualmente a falta de legislação estatal, a nível nacional, que regule todos os estabelecimentos de Ensino Superior. A ausência desta origina a criação de vários regulamentos internos, em cada universidade. Os estudantes com NE dependem, assim, da sensibilidade e do interesse destas instituições, quer na satisfação das suas necessidades específicas, quer na criação de fundamentação legal que regule os seus direitos.

O Estado Português considera que estes estudantes precisam de medidas específicas, no sentido de terem iguais possibilidades de acesso e sucesso neste grau de ensino, mas não os defende depois do seu ingresso, passando este encargo para as instituições que os acolhem (Espadinha, 2010). Na grande parte das vezes, as decisões e medidas criadas, na universidade, ficam à mercê do conceito de NEE entendido pelo dirigente máximo de cada instituição, originando vários regulamentos internos interinstituições, em vez de um único regulamento intrainstituições, ou seja, um regulamento que possa ser seguido em todas as instituições de ensino superior portuguesas, contemplando as necessidades individuais de cada aluno com NEE. (Abreu, Antunes e Almeida, 2012: 111)

Por outro lado, a passagem do Ensino Secundário para o Ensino Superior acarreta normalmente enormes mudanças para qualquer estudante: novas metodologias de ensino, novas e maiores exigências de estudo, novas relações interpessoais e, muitas vezes, necessidade de mudança de residência e consequente afastamento da família. Um estudante com NE terá

1 – in <http://gtaedes.ul.pt/gtaedes/apresenta> (consultado a 09/09/2015)

eventualmente de enfrentar também estas mudanças e, além delas, muitas outras. Falamos, por um lado, de barreiras físicas e arquitetônicas de um espaço novo, falta de serviços de apoio, dificuldades na acessibilidade de materiais e bibliografia, falta de formação dos docentes, etc. Por outro lado, as barreiras ideológicas que se verificam podem exteriorizar-se em atitudes discriminatórias face aos mesmos. Estas agravantes são, por vezes, apresentadas como entraves à permanência destes estudantes na universidade, resultando no abandono e não-conclusão da sua formação académica.

Como referem ainda Carlos Meireles-Coelho e Manuel Ângelo Silva,

Perante os horizontes de um planeta cada vez mais povoado, a mundialização de vários sectores de atividade humana, a comunicação a uma escala cada vez mais universal e a interdependência crescente entre todos os povos, o mundo vive uma situação de multiriscos que se reflete no relacionamento social. O crescimento económico e o progresso não trouxeram necessariamente mais desenvolvimento humano. Pelo contrário: as desigualdades e as exclusões sociais vêm-se acentuando, a tolerância e o espírito democrático ficaram mais abalados. É que não basta a coesão social, é necessário passar a uma participação democrática efetiva; não basta o crescimento económico, é preciso o desenvolvimento humano. Neste contexto, a educação para o século XXI deverá concentrar sua atenção na compreensão do mundo e do outro, no pilar do aprender a conviver com os outros e no aprender a ser. (Meireles-Coelho e Silva, 2007)

Também Stoer e Magalhães (2005), a propósito da sua reflexão sobre a “diferença”, problematizam os conceitos de cidadania e participação:

Com a emergência da “cidadania reclamada”, e dado que esta dimana, em última instância, do carácter incompleto da “cidadania atribuída” do contrato social moderno, o locus de determinação de quem é a diferença pluralizou-se de tal forma que já não há, aparentemente, modo de recompor um acordo “nacional” ou mesmo “inter-nacional” sobre esta questão. A incompletude da cidadania atribuída deriva do facto de ser intrinsecamente incapaz de traduzir o reconhecimento em cidadania participada. (...) ao pluralizarem-se as vozes dos indivíduos e dos grupos fazem com que a diferença surja reivindicada nas primeiras pessoas do singular e do plural: “a diferença somos nós”; a “diferença sou eu”. (Stoer e Magalhães, 2005:98)

É no contexto das emancipações, dos movimentos de luta pelos Direitos Humanos, como é o caso do Movimento dos (D)eficientes Indignados, que verificamos também um reflexo dos conceitos de Participação e Autodeterminação dos Estudantes com NE no Ensino Superior:

A relação do estudante com NE com a Universidade é pois um processo interactivo em que se devem considerar conjuntamente as suas características e as solicitações, recursos e possibilidades das Universidades. Esta relação encontra-se no entanto, condicionada pelo reconhecimento de direitos da pessoa com NE. Classicamente consideram-se três direitos “educacionais” (HEGARTY, 1994): a) o direito à educação – a Universidade como já dissemos faz parte do sistema educativo, b)

o direito à igualdade de oportunidades – isto é o direito de usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência e c) o direito à participação social – consubstanciado no direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade. (Rodrigues, 2004: 2)

Para fazer face às barreiras anteriormente mencionadas, o estudante universitário com NE necessita de exercer grande pro-atividade. Poderemos falar, assim, daquilo que Sassaki (1997, citado por Abreu, Antunes e Almeida, 2012: 111) “apresenta como o fenómeno da bilateralidade, ou seja, é necessário que a pessoa portadora de deficiência seja pro-ativa e, dessa forma, se consiga um movimento de inclusão fomentado pelo próprio, atuando sobre o meio, e um movimento desencadeado pelo meio, atuando sobre a pessoa em questão.”.

Isto é, não basta que a instituição de Ensino Superior promova a satisfação das necessidades dos estudantes. A sua inclusão será tanto mais efetiva quanto mais o estudante se autodeterminar pelo cumprimento dos seus direitos.

Ainda que de forma muito pontual e, na maioria das vezes, informal, começa a perceber-se a geração de um “movimento” internacional pelo cumprimento dos Direitos Humanos no que diz respeito ao Ensino Superior, pela igualdade de oportunidades e pelo direito à participação social, instaurado pelos próprios atores sociais, ou seja, os próprios estudantes.

Destacamos dois projetos que nos parecem significativos: **European Action on Disability within Higher Education (EADHE)** e **Steunpunt Inclusief Hoger Onderwijs (SIHO) - Support Center for Inclusive Higher Education**.

O EADHE é um projeto de Aprendizagem ao Longo da Vida, a nível europeu, financiado pela Comissão Europeia, no âmbito do Programa ERASMUS. Com a sua ação entre 2012 e 2014, teve como objetivo produzir novos conhecimentos sobre as necessidades dos estudantes com NE nas instituições de Ensino Superior e usar esse conhecimento para tornar públicas boas práticas para atender a essas necessidades, promovendo o dismantelamento de barreiras no Ensino Superior e garantindo a igualdade de oportunidades. Deste projeto fizeram parte várias universidades europeias, nomeadamente a Universidade de Coimbra, instituição portuguesa.²

O SIHO refere-se a um Núcleo de Apoio à Educação Inclusiva sediado na Universidade de Ghent - Bélgica, desde 2018, e ampliado para as Universidades de Bruxelas, Antuérpia e Limburg. Tendo como missão promover a igualdade de oportunidades e a plena participação no Ensino Superior por parte de estudantes com NE, é um organismo especializado na tomada de ações de luta contra a eliminação das barreiras que os mesmos enfrentam e tem como objetivo incentivar os estudantes a potencializarem as suas oportunidades de vida, de aprendizagem e de emprego.³ Este projeto conta com a colaboração de Geert Van Hove, Professor das referidas instituições com o qual a Universidade de Aveiro tem mantido estreita relação na promoção da inclusão social.

2 - in <http://www.eadhe.eu/> (consultado a 15/09/2015)

3 - in <http://www.siho.be/english/> (consultado a 15/09/2015)

A diferença entre este último projeto apresentado e qualquer departamento, gabinete ou organismo de apoio já existente em grande parte das instituições de Ensino Superior é que, para além de eventuais psicólogos, assistentes sociais, professores, etc, dos mesmos fazem parte também os próprios alunos com NE que, numa lógica de autoadvocacia e autodeterminação, atuam pela satisfação das suas necessidades específicas, mas sobretudo, pelo reconhecimento da sua voz e plena participação em condições de igualdade de direitos, ou seja, de “(...) “baixo para cima”, quer dizer, a partir dos interesses, projectos e vontades dos indivíduos e dos grupos.” (Stoer e Magalhães, 2005:167).

Há necessidade, para tanto, de se desenvolver na instituição de ensino superior uma participação democrática, como veículo de cidadania plena de seus interlocutores, como forma de gestão de mudanças sociais permanentes. A inclusão passa a ser educativa, à medida que ela exige de todos uma mudança de paradigmas e a realidade social elaborada de maneira mais universalista. (Barbosa, 2002)

Concluimos, assim, que é notória a necessidade de construção de uma sociedade de igualdade de oportunidades, colocando em prática a plena participação e inclusão dos seus membros. No que diz respeito à Educação, e concretamente ao Ensino Superior, verificamos uma maior consciencialização relativamente à inclusão de alunos com NE, apesar das muitas barreiras físicas e, sobretudo, ideológicas que ainda persistem. Os próprios estudantes têm, assim, um papel decisivo na promoção da sua efetiva inclusão, numa perspetiva de autodeterminação e luta pelo cumprimento dos seus direitos.

CAPÍTULO 2

Metodologia de Investigação

2.1 – Grupo Participante

2.1.1 – O contexto da Universidade de Aveiro

O contexto é mais do que um mero cenário que pode ir mudando sucessivamente - ele faz parte do retrato, emprestando vida à imagem retratada pelo investigador (Graue e Walsh, 2003:25)

De acordo com informação disponibilizada pela própria instituição, a Universidade de Aveiro (UA) é “uma fundação pública com regime de direito privado que tem como missão a intervenção e desenvolvimento da formação graduada e pós-graduada, a investigação e a cooperação com a sociedade.”⁴ Criada a 15 de dezembro de 1973 e situada na cidade de Aveiro, apresenta uma oferta formativa de 57 cursos de graduação e 127 cursos de pós-graduação a um universo de cerca de 15 mil estudantes. Distribuídos por 16 departamentos, 4 escolas e 18 centros de investigação, 903 docentes, 118 investigadores e 635 colaboradores não-docentes contribuem para o prestígio e reconhecimento da instituição a nível internacional, nomeadamente no que diz respeito à inovação, “à qualidade das infraestruturas que oferece, à qualidade da sua investigação e à excelência do seu corpo docente.”⁴ Apresenta como missão:

*Criar conhecimento, expandir o acesso ao saber em benefício das pessoas e da sociedade, através da investigação, do ensino e da cooperação; Assumir um projeto de formação global do indivíduo, ser ator na construção de um espaço europeu de investigação e educação, e de um modelo de desenvolvimento regional assente na inovação e no conhecimento científico e tecnológico.*⁴

No que diz respeito a alunos com Necessidades Especiais, de acordo com dados fornecidos pelo Gabinete Pedagógico (GP) da instituição, cuja ação sintetizaremos seguidamente, nos últimos dez anos, tem-se verificado um aumento significativo do número de estudantes que ingressam na mesma. A título de exemplo, no ano letivo de 2005/2006, registaram-se 23 alunos e, no ano letivo de 2013/2014, totalizavam-se 57 alunos identificados, conforme a tabela seguinte:

4 – in <http://www.ua.pt/PageText.aspx?id=151> (consultado a 09/09/2015)

NE	2005 2006	2006 2007	2007 2008	2008 2009	2009 2010	2010 2011	2011 2012	2012 2013	2013 2014
Deficiência motora com uso de cadeira de rodas	5	5	6	7	11	11	12	12	10
Deficiência motora com uso de outros auxiliares de locomoção	-	-	-	-	1	2	2	2	2
Deficiência motora sem auxiliares de locomoção	1	1	2	4	2	5	5	6	8
Deficiência a nível dos membros superiores	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Cegueira	1	1	4	4	3	2	2	2	1
Baixa visão	2	3	4	3	1	2	4	6	7
Outras deficiências visuais (daltonismo, estrabismo, etc.)	1	1	-	1	-	-	-	-	1
Surdez	1	-	-	1	2	4	2	3	1
Deficiência auditiva pouco severa	-	-	-	2	2	2	2	2	1
Dislexia	3	9	13	14	15	17	21	18	17
Síndrome de Asperger	-	-	-	2	4	4	5	3	3
Doenças graves	7	4	4	5	9	6	4	5	4
Doenças do foro psiquiátrico	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Anomalia cromossomática	-	-	1	1	1	1	1	-	-
Fibrodysplasia ossificante progressiva	-	-	-	1	1	1	1	1	-
TOTAL	23	26	36	47	54	61	62	61	57

Tabela 1 – Alunos com NE na Universidade de Aveiro (informação disponibilizada pelo Gabinete Pedagógico)

Nesta instituição, os estudantes com Necessidades Especiais ou com doenças crónicas que dificultam o seu percurso académico recebem apoio específico por parte do Gabinete Pedagógico, organismo que desenvolve várias iniciativas no sentido de proporcionar o acompanhamento de todos os alunos da Universidade de Aveiro. Relativamente a estes, são tomados os procedimentos necessários à satisfação das suas necessidades específicas, nomeadamente apoio social, alojamento adaptado, acessibilidades, ajudas técnicas, etc.

Criado em 1991, o GP surge da preocupação da instituição, na figura da Reitoria, com o bem-estar e sucesso académico da comunidade estudantil da mesma. Este tem como função essencial informar e apoiar todos os alunos da UA. Nos casos em a situação não pode ser resolvida pelo mesmo, os alunos são devidamente encaminhados para outras entidades ou serviços.

Relativamente aos estudantes com Necessidades Especiais, estes recebem apoio específico por parte do mesmo. O primeiro contacto é, muitas vezes, feito através de sessões de

orientação para aqueles que pretendem candidatar-se à Universidade de Aveiro. Com o objetivo de dar a conhecer os procedimentos e acessibilidades existentes, no final de cada ano letivo, é feito um convite às escolas secundárias do distrito, proporcionando visitas à instituição nas quais podem participar os próprios alunos, bem como professores e encarregados de educação. Após o ato da matrícula e em articulação com outros organismos e serviços, nomeadamente as Direções de Curso e a Ação Social, são tomados os procedimentos considerados pertinentes para a satisfação das necessidades específicas dos alunos em questão.

De uma forma geral, ao longo dos últimos anos, têm sido feitas intervenções para melhorar as acessibilidades e eliminação de barreiras arquitetónicas. Damos como exemplos a construção de rampas de acesso, a colocação de plataformas elevatórias, a adaptação de residências e de instalações sanitárias, etc. É de referir também o investimento na aquisição de equipamento específico, como uma cadeira com verticalização, equipamento de transcrição para áudio, transcritor e impressora Braille, lupa TV, etc., ou na criação de espaços de estudo preparados para alunos com deficiências de ordem visual ou motora, bem como na implementação de ajudas técnicas como a transcrição para áudio da bibliografia sugerida pelos docentes. Merece ainda referência a Biblioteca Aberta do Ensino Superior (BAES), com conteúdos acessíveis *online*, permitindo a produção, o acesso e partilha de informação.

No que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e à avaliação dos alunos, prevê-se a articulação entre o Gabinete Pedagógico, o Diretor de Curso e os respetivos docentes, de forma a solucionar as situações apresentadas. É através desta articulação que o Gabinete, na voz da sua Coordenadora, Dra. Gracinda Martins, comunica a necessidade de adaptação de materiais e bibliografia para outros formatos ou a de condições especiais de avaliação, nomeadamente, concessão de tempo extra nas provas de avaliação, permissão para utilização de computador, substituição de conteúdos e de instrumentos de avaliação, etc.

A UA tem procurado, de várias formas, tornar-se, cada vez mais, uma universidade inclusiva, proporcionando aos seus estudantes com necessidades especiais (NEEs), dentro do que é viável, condições para que possam prosseguir os seus estudos em situação de igualdade de oportunidades.⁵

A responsável pelo Gabinete Pedagógico refere ainda que:

A preocupação principal de todos quantos trabalham com estudantes com necessidades especiais do Ensino Superior prende-se com a criação e melhoramento das acessibilidades físicas e pedagógicas; queremos para estes estudantes as melhores condições de estudo, frequência de aulas, métodos de avaliação adequados, ajudas técnicas ... e muito bem, pois essas são as condições indispensáveis para que um estudante com NEEs possa frequentar o Ensino Superior e cumprir, com sucesso, os objetivos pessoais.⁵

5 - in <https://www.ua.pt/pedagogico/PageText.aspx?id=12894> (consultado a 09/09/2015)

Para que esta satisfação de necessidades específicas destes alunos possa ser concretizada, é de referir a colaboração de um grupo de cerca de 60 voluntários, composto por estudantes, docentes e pessoal não docente, que prestam os mais variados serviços no âmbito do apoio aos mesmos, igualmente com a articulação do Gabinete Pedagógico. Desde o ensino de percursos no *campus* a alunos com deficiência visual, ao apoio nas refeições a alunos com limitações motoras ou ao apoio a nível académico, como no processamento de texto em trabalhos, são várias as intervenções do grupo.

Uma outra dimensão das funções do GP que consideramos relevante mencionar é a organização de ações e eventos culturais, de lazer e desportivos, em articulação com outras entidades da UA. Destacamos a realização de palestras e tertúlias, a prática da modalidade de Vela Adaptada, a criação do Grupo “Danças Inclusivas” e a colaboração com a Associação Académica, nomeadamente com o Grupo Experimental de Teatro da Associação Académica (GRETUA), na concessão de entradas gratuitas aos alunos com NE e seus acompanhantes em espetáculos e concertos durante a Semana Académica.

Mas, a inclusão contempla também outras vertentes, nomeadamente, as atividades culturais, desportivas e de lazer.

A Universidade de Aveiro, através do Gabinete Pedagógico, que sendo um gabinete de apoio a todos os estudantes desta instituição, tem uma vertente muito específica de apoio aos estudantes com NEEs, mantém viva a sua preocupação com a inclusão, procurando, dentro do possível, proporcionar-lhes uma vivência alargada da vida universitária.⁶

No entanto, apesar de todas as iniciativas que têm sido tomadas, através de informação facultada pela Coordenadora do GP, registam-se algumas situações em que a UA ainda não consegue oferecer uma resposta, nomeadamente a dos alunos com problemas de surdez, para os quais seria necessário disponibilizar intérpretes de Língua Gestual, ou alunos com limitações motoras que careçam de um cuidador a tempo inteiro. Para além disso, é referida também a mais-valia que seria a instalação de piso tátil, nos espaços do *campus* universitário, para facilitar a mobilidade das pessoas com deficiência visual grave.

Não obstante os entraves financeiros impeditivos da concretização destes projetos, verificamos a existência de vontade política, por parte da instituição, em proporcionar aos alunos com NE acesso à educação em igualdade de oportunidades. Prova da mesma é a recente publicação do ***Estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais da Universidade de Aveiro***:

6 - in http://gtaedes.ul.pt/gtaedes/atividades_gpua (consultado a 09/09/2015)

A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, garantindo o acesso a bens de natureza fundamental para o desenvolvimento físico, social e cultural dos cidadãos, promove-se criando as condições que assegurem uma verdadeira igualdade de oportunidades e o reconhecimento das especificidades dos diferentes “pontos de partida”.

Como é hoje unanimemente reconhecido, a educação constitui um dos fatores mais decisivos para a mobilidade social sendo, por isso, imprescindível assegurar a criação do enquadramento jurídico e normativo que reconheça a singularidade dos estudantes com necessidades educativas especiais e acautele, na lógica de uma política saudavelmente inclusiva, as condições para uma verdadeira igualdade de facto. (Universidade de Aveiro, 2015)

O referido Estatuto expõe os procedimentos a tomar para a concessão do mesmo e enumera as atribuições e funções do Gabinete Pedagógico, como a promoção da identificação de estratégias e apoios especializados de que possa eventualmente o estudante beneficiar, (nomeadamente, a articulação entre este, o Diretor de Curso e os professores, no sentido de serem feitas as adaptações curriculares e de avaliação necessárias), e a concessão de apoio social (atribuição de bolsa, alojamento nas residências de estudantes, etc.).

Segundo informações fornecidas pela Coordenadora do referido Gabinete Pedagógico, o documento em causa foi redigido pela mesma, com base na sua experiência no apoio aos alunos com NE da UA e nos regulamentos de outras instituições de nível superior que fazem parte do GTAEDS. Foi revisto por juristas, discutido em Conselho Pedagógico e colocado à consulta da comunidade académica. Concluídos os trâmites regulamentares, foi aprovado pelo Reitor da instituição e publicado.

Por outro lado, é visível o aumento de interesse pela investigação académica na área das NEE. Para além da criação dos cursos de Mestrado em Ciências da Educação, nas áreas de Ensino Especial e de Educação Social e Intervenção Comunitária, nos últimos anos, têm sido desenvolvidos vários projetos, teses e dissertações relacionados com a promoção da satisfação de necessidades específicas, com o desenvolvimento de equipamentos e suportes digitais e com a inclusão. Esta situação verifica-se não só no âmbito do Departamento de Ciências da Educação como também de outros departamentos como o Departamento de Comunicação e Arte, o Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial e o Departamento de Eletrónica, Telecomunicações e Informática.

Apesar de se publicarem anualmente variados estudos na área das Necessidades Educativas Especiais, a grande maioria dos mesmos são dirigidos a crianças, ao Ensino Básico e Secundário. Verifica-se, pois, alguma escassez de investigação relacionada com o Ensino Superior. Por outro lado, a grande maioria do mesmo está voltada para as acessibilidades, numa perspetiva assistencialista. Como referimos anteriormente, na visão de David Rodrigues, estamos a passar da fase do assistencialismo para a fase dos Direitos Humanos (cf. Anexo 1 - Nota de Campo – Diário de Bordo – 19/06/2014).

Destacamos, pela sua relação com o Projeto que desenvolvemos, dois dos últimos trabalhos publicados pelo Departamento de Educação: ***Inclusão no Ensino Superior: Retratos de Estudantes com Deficiência*** (Marçal, 2013) e ***Ingresso e permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior: um estudo qualitativo*** (Santos, 2014). Ambos os estudos estão relacionados com a inclusão de estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior, concretamente alunos da Universidade de Aveiro.

No projeto desenvolvido por Tatiana Marçal (2013), são apresentadas as vivências e experiências de três alunos com NE da Universidade de Aveiro. Através da elaboração dos seus retratos (*Portraiture*), instrumento adotado no projeto, no âmbito de uma investigação de caráter qualitativo e baseada no método da investigação ação-participativa, é reconhecida a importância da inclusão e da criação de uma sociedade mais respeitadora dos direitos das pessoas com NE. A partilha de vivências e perspetivas sobre a educação foi utilizada com o propósito de dar visibilidade às capacidades e potencialidades destes estudantes. Com base nas suas experiências pessoais, de caráter autobiográfico, é destacada a ênfase que os participantes colocaram na superação das adversidades ao longo da sua vida e na crença nas suas capacidades e determinação para a concretização dos seus objetivos. É salientado o apoio familiar, bem como a prática de desporto ou a pertença a grupos de canto e de dança, como contributos para a sua autoconfiança e valorização.

Ao colocar a voz dos participantes no centro deste projeto, esperamos dar um passo para a criação de oportunidades para todos e promoção da mudança. Ao centrarmo-nos nos aspetos positivos das suas vidas, como é suposto acontecer na construção de Retratos, procurámos sensibilizar a comunidade académica e estudantil para as suas vivências no ensino superior e convocá-los como exemplos de sucesso. Tal como os outros jovens, com ou sem deficiência, ao ingressar no ensino superior, os estudantes com deficiência procuram a valorização pessoal, o aumento do conhecimento, a crescente autonomia e acesso a oportunidades de crescimento social e profissional. Esperamos que este projeto represente um estímulo para que sejam consideradas as experiências das pessoas com deficiência, pois pensamos que a voz dos estudantes com deficiência deverá ser ouvida por forma a promover a sua maior participação no ensino superior. (Marçal, 2013: 90)

Assim, através da voz dos participantes, são referidas questões relacionadas com o ingresso no Ensino Superior: a falta de informação sobre as condições, nomeadamente sobre o contingente especial, as opções de cursos à disposição que melhor correspondessem aos seus interesses, etc. Quanto à sua experiência de alunos, do Ensino Básico ao Superior, é mencionada a dificuldade em se concretizarem as, por vezes, necessárias adaptações curriculares ou de materiais e instrumentos de avaliação, a falta de conhecimento e de formação dos professores e a consequente falta de crença nas suas capacidades.

É igualmente feita uma reflexão acerca das suas próprias perspetivas sobre as temáticas da deficiência e da inclusão, sendo feitas referências a vivências em que os participantes

enfrentaram situações de discriminação e preconceito, quer no contexto acadêmico quer no das relações entre pares.

A forma como os participantes neste projeto olham a deficiência enquadra-se nas suas concepções mais recentes sobre a deficiência e a inclusão, em que se reconhece a liberdade de escolha e decisão à pessoa com deficiência, assim como se procura colocar ênfase nas capacidades de cada um e nas conquistas alcançadas. (ibidem: 83)

É através das relações interpessoais que os estudantes adquirem uma maior perceção da sua responsabilidade social, bem como dos seus direitos enquanto cidadãos e membros de uma comunidade. A relação com os outros permite o autoconhecimento e o reconhecimento do nosso papel na sociedade.

Deste modo, as conversas com os participantes permitiram perceber “as suas perspetivas sobre a deficiência a dimensão positiva e potenciadora em que se basearam para superar as barreiras no seu caminho. Com efeito, colocaram ênfase na sua determinação na luta contra o preconceito e as atitudes discriminatórias, revelando que eram capazes e tinham potencialidades para conseguir serem bem sucedidos.” (ibidem: 82).

Tal como sintetiza a autora,

(...) é fundamental reconhecer a necessidade de integrar as questões da deficiência nas estratégias para o desenvolvimento, admitindo-se que a discriminação com base na deficiência representa um atentado à dignidade e valores humanos. (...)

Neste sentido, destacamos as suas vivências pela sua luta em prol dos seus direitos e pelo reconhecimento das diferenças humanas, reconhecendo que as pessoas com deficiência desempenham um papel na sociedade e não lhes deverá ser negado o direito de participação. (ibidem: 83)

No entanto, como qualquer projeto de investigação, o estudo em questão levanta algumas limitações:

Contudo consideramos uma limitação do projeto, as dificuldades sentidas na construção dos Retratos, nomeadamente em termos artísticos que se pressupõe que assuma uma vertente artística, combinando assim a Arte e a Ciência (...) Assim, reconhecemos que ao longo deste projeto tivemos a possibilidade de construir um Retrato o mais fiel possível dos participantes, contudo consideramos que a vertente estética/artística fortaleceria o Retrato dos participantes, representando algo único e extremamente pessoal. (ibidem:91-92)

No projeto desenvolvido por Evelyn Santos (2014), é feita uma abordagem ao percurso pré-universitário, ao ingresso e à permanência no Ensino Superior, de 11 estudantes com NE da Universidade de Aveiro, entre 19 e 50 anos. A investigadora apresenta como objetivo essencial

compreender os principais fatores educativos, socioculturais, organizacionais e políticos que desempenharam um papel fundamental no processo de inclusão destes alunos. Através do paradigma da investigação interpretativa com cariz qualitativo, utilizando técnicas de recolha de dados através da pesquisa documental e da entrevista semiestruturada, é feita uma análise de conteúdo dos mesmos.

Conclui-se que o percurso pré-universitário, apesar de referido como atribulado pelos estudantes, os impulsionou a iniciar o percurso académico. Ainda, foi verificada a importância de vários apoios explicitados, em especial o da família. O Contingente Especial para acesso ao ensino superior foi referenciado por todos os estudantes como um importante suporte. A forma como a universidade organiza-se na fase de entrada dos estudantes, foi considerada satisfatória, mas apresentando aspectos pontuais a serem modificados. Os recursos, as acessibilidades físicas/estruturais e culturais/atitudinais bem como os apoios disponibilizados são citados como fundamentais para a permanência destes estudantes na UA, porém, a falta de respaldo legal e de políticas inclusivas nacionais dificultam esse processo. (Santos, 2014: Resumo)

Desta forma, através da investigação realizada, são focados aspetos relacionados com a caracterização pessoal e sociodemográfica dos participantes, o seu percurso pré-universitário, o ingresso na Universidade de Aveiro e a sua experiência de permanência nesta instituição. Dentro da temática da inclusão de estudantes universitários com NE, o trabalho em questão aborda duas dimensões da mesma: o percurso social e escolar pré-universitário dos entrevistados (“procurando compreender, a partir das perspectivas dos estudantes, os principais apoios recebidos nessa fase e na etapa para a escolha e ingresso destes na universidade, pois percebe-se que muito se fala sobre os estudantes, sobre a universidade, sobre os professores, entretanto pouco ouve-se a perspectiva deles.”); e o percurso universitário (“com o objetivo de descrever e discutir, partindo do entendimento dos estudantes com NEE, a organização e acessibilidade da Universidade de Aveiro (UA) no momento do acesso e permanência.”) (*ibidem*: 2).

Em síntese, verifica-se que não existe fundamentação legal de políticas para a Educação Inclusiva no Ensino Superior, tanto a nível nacional como institucional. Na falta deste suporte legislativo, a Universidade de Aveiro tem vindo a desenvolver este processo de inclusão com uma certa autonomia, através de uma intervenção individualizada nos vários casos de alunos que ingressam na instituição. É destacada a ação do Gabinete Pedagógico nesse sentido. Um outro aspeto relacionado com esta conclusão é que, apesar da visível preocupação com a inclusão no Ensino Superior, esta é uma realidade recente, comparativamente ao percurso que temos vindo a assistir no Ensino Básico e Secundário. No entanto, verifica-se que a UA tem investido na mesma e considera-se que está mais bem preparada para receber estudantes com NE do que as escolas de Ensino Básico e Secundário.

Assim, apesar de estar muitas vezes em causa a própria sensibilidade dos organismos face a esta questão, o estudo conclui que os participantes consideram a Universidade de Aveiro uma Universidade Inclusiva.

Um outro ponto a salientar é o facto de a maioria dos estudos nacionais e internacionais analisados apresentarem apenas dados estatísticos e/ou bibliográficos sobre a caracterização dos alunos com NE. Registam-se também, embora em menor número, relatos de práticas ou programas de apoio à inclusão. Nestas publicações, é apresentada a falta de conhecimento e investimento das instituições universitárias face à inclusão de estudantes com NE, considerando-se, na maior parte dos casos, que este processo é ainda insatisfatório ou pouco efetivo.

No que diz respeito a limitações e implicações futuras do estudo desenvolvido por Santos, são mencionados alguns constrangimentos relacionados com o tempo e o consentimento dos participantes. A investigadora salienta também a necessidade de um estudo futuro mais alargado, analisando também as perceções dos docentes, dos alunos que já concluíram a sua formação académica e daqueles que planeiam ingressar na UA. Destacamos ainda a falta de confiança de alguns dos alunos contactados quanto ao anonimato, bem como sua insegurança ao falar das suas limitações, sendo verificado algum receio de participação. Por outro lado, é apresentada a importância e necessidade de estudos visando a diversidade, referindo-se à formação inicial dos professores, bem como à formação contínua.

Por último, fazemos referência a um outro aspeto salientado pela autora neste estudo, dado que consideramos que justifica a necessidade e urgência de um projeto como o que presentemente desenvolvemos. Um dos estudantes entrevistados sugeriu a criação de um grupo de apoio e interajuda entre estudantes. Fez, portanto, a sugestão de organização um grupo de alunos da UA, com e sem Necessidades Especiais, em que os participantes pudessem discutir assuntos do seu interesse e prestar ajuda mútua, nomeadamente na inclusão de novos alunos na instituição. Entendemos, assim, que estes são alguns dos objetivos essenciais a que nos propusemos, na fase inicial deste Projeto, e que existe interesse académico e, sobretudo, social para que o mesmo seja desenvolvido.

As investigações realizadas por Marçal e por Santos são, pois, dois estudos, com características distintas, aos quais consideramos pertinente fazer uma referência, dado que foram desenvolvidos no contexto da Universidade de Aveiro, tendo como participantes estudantes com NE desta instituição. Através do reconhecimento da sua voz, foi possível abordar a temática da inclusão, concretamente no Ensino Superior, apresentando a experiência de ser (ou não) incluído.

O que é um contexto? Um contexto é um espaço e um tempo cultural e historicamente situado, um aqui e agora específico. É o elo de união entre as categorias analíticas dos acontecimentos macro-sociais e micro-sociais. O contexto é o mundo apreendido através da interação e o quadro de referência mais imediato para actores mutuamente envolvidos. (Graue e Walsh, 2003:25)

2.1.2 – Apresentação do Grupo

Para a concretização do presente Projeto foi solicitada a colaboração do Gabinete Pedagógico, no sentido de nos serem facultados contactos de estudantes com NE da Universidade de Aveiro que pudessem estar interessados em participarem no mesmo. Foram concedidos 17 contactos de email de alunos com deficiências motoras e sensoriais.

Após os primeiros contactos para apresentação do Projeto, registaram-se os seguintes dados:

- 3 alunos aceitaram participar no mesmo;
- 1 aluna participou de forma menos ativa e sem assumir um compromisso formal;
- 4 alunos responderam aos primeiros emails, informando que não poderiam participar, pois tinham outros compromissos;
- 9 alunos não responderam aos emails enviados.

Assim, o grupo de participantes é composto, para além da investigadora, por 3 outros alunos da Universidade de Aveiro.

Por uma questão de garantia de anonimato, ao longo do presente Projeto, estes serão identificados da seguinte forma, conforme tabela abaixo:

- Participante A (PA)
- Participante B (PB)
- Participante C (PC)

Participante	Idade	Sexo	Curso	Residência
A	24	F	Licenciatura em Bioquímica	Aveiro
B	30	M	Mestrado em Novas Tecnologias da Comunicação	Aveiro
C	27	F	Doutoramento em Multimédia em Educação	Espinho
D	28	F	Mestrado em Psicologia	Aveiro

Tabela 2 – Grupo de Participantes no Projeto

Serão ainda feitas algumas referências a uma estudante que, como foi referido anteriormente, participou de forma menos ativa e formal. Esta será designada como Participante D (PD)

É ainda de referir que o presente Projeto contou também com a colaboração da Professora Rosa Madeira e da Coordenadora do Gabinete Pedagógico, Gracinda Martins, como participantes externas do mesmo.

2.2 – Orientações Metodológicas

Descobrir é trabalhoso e dispendioso. Requer muito trabalho de campo, olhos e ouvidos bem abertos, apreender, assimilar, esquadrinhar, uma e outra e outra vez. (...) Descobrir desafia o investigador na sua análise, que visa explorar criticamente não só aquela parte do mundo que está a ser estudada, mas o próprio processo de investigação em si mesmo. Em última análise, todo esse trabalho gera um conhecimento que é incerto e mutável, mas gera algum conhecimento. (Graue e Walsh, 2003:10)

2.2.1 – Método de Investigação-Ação Participativa

Tratamos aqui de Metodologia, que significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa.

Tendo em atenção a pesquisa documental realizada e considerando os objetivos do Projeto, consideramos que o Método de Investigação-Ação Participativa será aquele que mais de acordo está com o propósito do mesmo.

A Investigação-Ação pode ser descrita como uma família de metodologias de investigação que incluem ação (ou mudança) e investigação (ou compreensão) ao mesmo tempo, utilizando um processo cíclico ou em espiral, que alterna entre a ação e a reflexão crítica. (Coutinho, 2013: 361-362)

Isto é, a Investigação-Ação Participativa revela um compromisso entre a produção de conhecimento científico e a intenção de transformação do real. Trata-se de uma prática de investigação interessada em mudar a realidade. Tem, portanto, um carácter emancipatório.

Embora as raízes de métodos e teorias participativas possam ser seguidas até muitas fontes e tradições, cinco foram identificadas como particularmente influentes. Estas incluem a investigação participativa activa inspirada por Paulo Freire (1972); (...) Mas, ao tentar envolver os participantes no projecto investigativo, “a participação não implica simplesmente a aplicação mecânica de uma “técnica” ou método, sendo antes parte de um processo de diálogo, acção, análise e mudança (Pretty et al., 1995: 54). O uso bem sucedido de técnicas participativas requer um compromisso de

processos progressivos de partilha de informação, diálogo, reflexão e acção. (Christensen e James, 2005: 145)

O Projeto que apresentamos tem como objetivos primordiais criar condições de empoderamento do grupo de participantes, numa perspetiva de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação e contribuir para a valorização dos testemunhos dos participantes como forma de consciencialização da problemática da inclusão dos estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior. Logo, tem um cariz de promoção de mudança, no qual a própria participação do grupo está presente, pois todo o indivíduo, independentemente da sua formação, é produtor de conhecimento.

E assim, mais uma vez, verificamos que sempre que numa investigação se coloca a possibilidade, ou mesmo necessidade, de proceder a mudanças, de alterar um determinado status quo, em suma, de intervir na reconstrução de uma realidade, a Investigação – Ação regressa de imediato à ribalta para se afirmar como a metodologia mais apta a favorecer essas mudanças.

(Coutinho, 2013: 363-365)

É, portanto, de reforçar a noção de que o grupo de participantes é, de facto, ator social neste contexto. Não se trata do objeto da investigação, mas do sujeito participante, produtor de conhecimento:

“durante demasiado tempo os psicólogos têm visto como objectos, as pessoas que foram o foco das suas observações ou experiências embora numa inversão estranha do significado se refiram a elas como “sujeitos”; Esta ortodoxia científico-convencional foi desafiada em 1991 por guias de referência emitidos pela British Psychological Society (Sociedade Psicológica Britânica (BPS) e sinalizou um deslocamento da política a favor de as referir como “participantes” (BPS, 1991:5, citado por Christensen e James, 2005: 9)

Como apresentam ainda Stoer e Magalhães,

É interessante sublinhar que é uma importante característica dos saberes e das políticas ocidentais esta preocupação com o outro, com as diferenças, sobretudo que a preocupação científica com o outro é exclusivamente ocidental. A separação sujeito/objecto, fundadora do olhar científico, foi já há muito denunciada como uma relação que não se esgotava na epistemologia, sendo sobretudo da ordem do político. (Stoer e Magalhães, 2005: 9)

Concluimos, pois, que o método da Investigação-Ação Participativa se revela o mais adequado à concretização dos objetivos inicialmente propostos no desenvolvimento do presente Projeto. Assim, “(...) tanto investigadores como investigados são reconhecidos como participantes activos na recolha de dados, necessitando dum reconhecimento dos problemas de poder, controlo e autoridade no processo de investigação.” (*ibidem*: 145)

2.2.2 – Técnicas e Instrumentos

2.2.2.1 – Grupos de Discussão Focalizada (*Focus Group*)

O método de investigação proposto está relacionado com a observação qualitativa. Como tal, consideramos que a geração de dados poderá ser feita através de várias técnicas ou instrumentos de investigação.

Uma dessas técnicas é o *Focus Group* (Grupo de Discussão Focalizada). Trata-se de um pequeno grupo de discussão, de debate, focalizado num tópico particular, num tema, proposto pelo investigador ou pelos próprios participantes. É uma metodologia de investigação, mas também uma forma de intervir, dada a interação entre o investigador e o grupo e entre os vários elementos do mesmo. É, portanto, uma forma de escuta, de produção e de interpretação discursiva. O discurso e o debate são utilizados como uma forma de conhecimento, de geração de dados. Através da experiência e das vivências dos participantes, abordam-se problemáticas sociais.

De facto, tal como referem Teddlie e Tashakorri (2009), o focus group combina a entrevista e observação, já que, embora muito semelhante à entrevista – o investigador coloca aos entrevistados uma série de perguntas pré-determinadas – pelo simples facto de envolver um grupo, as interações que se estabelecem entre os participantes são uma importante fonte de informação para a colheita de dados.

O focus group visa explorar percepções, experiências ou significados de um grupo de pessoas que têm alguma experiência ou conhecimento em comum sobre uma dada situação ou tópico (Kumar, 2011). Por exemplo, podem ser tópicos de um focus group temas como a violência doméstica, a deficiência, a droga ou a questão dos refugiados de guerra. Os tópicos devem ser preparados de antemão seja por iniciativa do investigador ou mesmo dos participantes (Kumar, 2011), utiliza um protocolo muito semelhante ao de uma entrevista semiestruturada, e deve ser realizado sempre num ambiente “não ameaçador” (Krueger e Casey, 2000, p.5). (Coutinho, 2013:143)

O *Focus Group* encerra, assim, um estatuto estratégico de gerar dados, através da produção de conhecimento social e cultural. Kitzinger, citado por Christensen e James (2005), apresenta nove vantagens do mesmo:

(...) a interação dos participantes, enfatizando respectivamente as atitudes dos respondentes, as prioridades, a linguagem e os padrões de referência; encoraja uma variedade comunicativa; ajuda a identificar as normas do grupo; fornece uma perspectiva dos processos sociais e pode encorajar conversas abertas sobre assuntos embaraçosos. Além do mais, concentrando a atenção na interação entre participantes, o investigador é capaz de: explorar diferenças; usar o conflito para clarificar o porquê das pessoas fazerem o quê; explorar argumentos para ver como as pessoas mudam de opinião; e analisar a maneira como formas particulares de discurso facilitam ou inibem a comunicação de pares. (Christensen e James, 2005: 156)

A técnica em questão está também relacionada com o conceito de reflexividade, pois a interação que proporciona permite uma constante reflexão acerca do discurso, dos procedimentos, das dinâmicas utilizadas, etc. Como refere Callaway, citado por Christensen e James (2005: 216), “a reflexividade abre caminho para uma consciência política.” Hertz (*ibidem*) defende que se atinge a reflexividade “através do afastamento, diálogo interno e escrutínio constante (e intensivo)” do todo o processo de investigação, em que o investigador continuamente se questiona acerca das suas próprias interpretações das experiências de campo. Para tal, é necessária, por parte do investigador, uma reflexão sobre os seus próprios preconceitos e ideias pré-concebidas, dado que estão em causa as diferenças entre a sua própria cultura e as culturas dos que estuda.

2.2.2.2 – Abordagem biográfica

Por outro lado, o Projeto desenvolvido tem também como base de investigação a Abordagem Biográfica, através do conceito de Bordieu de que a história de vida é construída como um documento histórico: “(...) o método dos relatos de vida permite considerar os sujeitos como atores sociais” . (Albarello et al., 1997: 205).

Na confluência da história, da antropologia, da psicologia social e da sociologia, o objectivo deste método é, sempre segundo G. Balandier, “aceder (pelo interior) a uma realidade que ultrapassa o narrador e o modelo. Trata-se de captar as vivências sociais, o sujeito nas suas práticas, na maneira como negocia as condições sociais que lhe são particulares. (Albarello et al., 1997: 206)

Como refere Lechner (2009),

A abordagem biográfica engendrou múltiplas orientações no seio das ciências sociais: utilizada inicialmente nos anos 1920 pela Escola de Chicago, que tenta uma investigação empírica visando “estudar a sociedade no seu conjunto” (Coulon, 1992:24), esta corrente estabelece um método qualitativo que se articula em torno da palavra do actor social. (Lechner, 2009: 17)

Segundo o referido autor, a abordagem biográfica contribui para “a partilha na diferença, a coexistência pacífica, a regeneração, a reformulação de laços sociais, o desenvolvimento de competências, a “evolução” das identidades humanas.

Por outro lado, de acordo com Albarello et al. (1997),

A história individual constrói-se através de mediações, constituídas pelos grupos primários a que pertencemos e pelos organismos com os quais lidamos. A abordagem biográfica evidencia estes mecanismos transacionais e intermediários da relação entre o individual e o social. Permite, por exemplo apreender aquilo a que P. Bourdieu chama o habitus da classe. (...) É definido por P.

Bourdieu como uma força formadora de hábitos (...) que indicam ao indivíduo maneiras de ser e de se comportar nas situações sociais. (ibidem: 209)

A abordagem biográfica está, assim, relacionada com a interligação entre o individual e o social, bem como com o constante questionamento sobre a forma como funciona a sociedade.

Nestas investigações não se trata de “demonstrar” qualquer coisa, de verificar hipóteses previamente elaboradas, mas antes de produzir conhecimentos novos respeitantes a este ou àquele aspecto da realidade social encarada. O investigador apresentará esses conhecimentos novos em função das questões de partida, é certo, mas também em função das “descobertas” efectuadas no decurso da investigação e das novas questões surgidas. Como em qualquer investigação, aliás, as investigações que utilizam a abordagem biográfica constituem etapas numa interrogação mais ampla sobre o funcionamento da sociedade. (ibidem: 230)

Deste modo, podemos referir que

O olhar biográfico visa todos os exercícios de biografização, ou seja, os actos de se contar. Estes são exercícios de interpretação da experiência vivida através dos quais se processa uma estruturação e significação da experiência. (...) Mas sobretudo são aí criadas as condições para que os sujeitos se construam como autores e actores das suas vidas dentro dos limites de possibilidades internas e externas.

Assim sendo, o olhar biográfico nunca conduz apenas a uma simples descrição das realidades vividas e narradas pelos humanos. É sempre também um exercício reflexivo, daquele que biografiza, sobre si próprio. (...) Não só os estatutos e os saberes se transformam com o trabalho biográfico, este também liberta os actores sociais de rótulos e classificações mais ou menos opressivos. (Lechner, 2009: 6)

Lechner afirma ainda que “Enquanto método, o biográfico é um instrumento de conhecimento das realidades humanas baseado na experiência narrada dos sujeitos. Estes aqui são entendidos como tendo capacidades para serem autores e actores conscientes das suas próprias vidas e não meros objectos de análise científica.” (*ibidem*)

Através da Abordagem Biográfica, o indivíduo fala de si, mas ao falar de si, apresenta a sua comunidade, o seu contexto. Como referem Poirier *et al*, “O método biográfico equivale, neste sentido, a uma tentativa feita para captar o não explicado, o não retido, para se situar nessa encruzilhada da pessoa e da sociedade que é a própria vida.” (Poirier *et al*, 1999: 151)

Cada pedaço de narrativa ouvido ou escrito é uma ilustração construída de uma vida, de formas de vida que nunca são isoladas nem isoláveis dos contextos mais vastos da existência. Nenhum sujeito está isolado dos contextos em que nasce, vive ou morre. O olhar biográfico permite captar esses mundos num efeito de profundidade. Trata-se de um olhar prolongado, aprofundado, sobre os

universos de pertença e de construção dos indivíduos. (...) São provas de confiança, são canais de comunicação entre o mundo da produção científica/académica e o mundo lá fora, são pontes de aproximação e sensibilização entre grupos sociais assimétricos. Quer isto dizer que se trata de um instrumento cujo peso político não deve passar despercebido aos cientistas sociais.(ibidem:8)

Os referidos autores acrescentam ainda que a esta interação entre investigador e investigado contribui para a “dimensão formadora e transformadora do trabalho biográfico” (ibidem: 9).

Os diálogos e entrevistas em torno das histórias de vida das pessoas têm mesmo um alcance formador colectivo. Os diários e escritas autobiográficas também o podem ter se forem partilhados. (...) as histórias de vida e relatos de experiência têm ainda o poder de emancipar. Desde logo porque levam a tomadas de consciência, depois porque ultrapassam a fronteira dos estereótipos e permitem aos sujeitos ressituar-se face à sua história e papéis sociais. (ibidem)

Deste modo, para Lechner, “a história de vida é considerada não como um produto acabado, tal como é geralmente apresentada, mas como uma matéria-prima sobre a qual, e a partir da qual, se tem de trabalhar”. Sendo assim, “o narrador não é um sujeito isolado, faz parte de vários grupos, de uma sociedade e de uma cultura precisas. É preciso que todas estas dimensões sejam restituídas.” (Lecher, 2009: 38).

No entanto, tal como Poirier *et al* sintetizam, o recurso às Histórias de Vida na investigação científica levanta algumas questões nem sempre fáceis de resolver: *Biografia directa ou indirecta? Especialização do tema ou exaustividade? Directividade da entrevista ou liberdade de palavra? Colóquio singular ou discussão de grupo? Reprodução integral ou reconstrução? Unicidade do testemunho ou verificação?* (Poirier *et al*, 1999: 13-15).

Por outro lado, citando Paulo Freire, Lechner mostra-nos que “a função da educação é libertar as pessoas.” (Lechner, 2009: 68). A reflexividade e o conhecimento de si próprio conduz o sujeito ao conhecimento do outro e da própria realidade.

Freire fala do “papel da consciência na libertação do homem” (Freire, 1974b: 25 e 30). E esta flexibilidade, esta tomada de consciência, de acordo com o seu método de ensino, é muito procurada também a partir de histórias de vida e narrativas dos quotidianos. (ibidem)

Em conclusão,

As práticas de reflexão sobre si que os relatos biográficos oferecem apresentam-se assim como laboratórios de compreensão da nossa aprendizagem da arte de viver num mundo mutante, globalmente não controlado, e no entanto parcialmente controlável à escala individual. Um mundo em que se faz e desfaz incessantemente e que condena ao fracasso a crença numa identidade fixa, em proveito de uma existencialidade em devir. (ibidem: 48)

2.2.2.3 – Outros instrumentos

2.2.2.3.1 – Diário de Bordo e Notas de campo

Por último, a elaboração de um Diário de Bordo a partir das Notas de Campo tomadas ao longo da investigação é também outra estratégia de registo de informação e reflexão sobre os dados. Pensamos que são formas de promover a reflexividade ao longo do processo de investigação, conceito imprescindível no método da Investigação-Ação Participativa.

O que é a reflexividade? Uma resposta honesta a esta questão poderá ser que se trata de algo mais fácil de fazer do que definir. Porém, alguns autores fornecem, de facto, ajudas valiosas para os que tentem solucionar esta questão. Callaway (1992) afirma que a reflexividade abre caminho para uma consciência mais radical do “eu”, que é um modo de auto-análise e de consciência política. Hertz (1997), em consonância, sugere que a reflexividade é atingida “através do afastamento, diálogo interno e escrutínio constante (e intensivo) “do processo através do qual os investigadores constroem e questionam as suas interpretações das experiências de campo (Hertz, 1997:vii). (Christensen e James, 2005: 215-216)

Deste modo, tomámos, desde o início da realização do presente Projeto, o procedimento de ir registando notas de campo, por vezes, sob a forma de pequenos apontamentos, tópicos e esquemas, que seguida e gradualmente foram tomando a forma de um Diário de Bordo. Como referem Graue e Walsh,

As notas tomadas no campo são incompletas; são apenas recordações que nos permitirão mais tarde escrever uma descrição narrativa completa. (...) No campo, o investigador gera dados. Estes dados assumem formas variadas e quanto mais formas assumirem melhor será. (Graue e Walsh, 2003:159)

2.2.2.3.2 – Entrevistas e conversas informais

Considerámos ainda enriquecedor, além das técnicas e instrumentos já apresentados, recorrer também a entrevistas formais e gerar dados a partir mesmo de conversas informais e pontuais.

O desenvolvimento das ciências sociais e o alargamento correlativo dos conhecimentos atraíram a atenção para a complexidade da ação humana. Ultrapassando o estudo dos factos externos, os investigadores foram-se interessando cada vez mais pelo indivíduo, pela sua forma de ver o mundo, pelas suas intenções, pelas suas crenças. Para esta abordagem em profundidade do ser humano, a entrevista tornou-se um instrumento primordial. O que explica em grande parte a sua atracção é a compreensão rica e matizada das situações que este método proporciona. (Albarelo et al., 1997: 84)

Assim, para além da informação gerada a partir das sessões de *Focus Group*, da Abordagem Biográfica, do registo de Notas de Campo, pensamos que a realização de entrevistas e as próprias conversas informais contribuem para a geração de dados mais aprofundados. Consideramos, pois, que estes instrumentos têm bastante utilidade na contextualização da realidade estudada.

A este propósito, salientamos ainda o facto de termos tomado a opção de não gravar nem as reuniões com os participantes nem as entrevistas e conversas informais. Se, por um lado, a gravação nos permitiria o registo fiel de toda a informação e consequente reanálise tantas vezes, quantas as necessárias, por outro lado, partilhamos da imagem do gravador como um terceiro elemento inibidor numa relação investigador-participante que se quer natural e de confiança. Esta foi, efetivamente, a nossa posição: a de criar uma relação de proximidade e segurança que nos permitisse, de facto, “entrar no terreno”.

CAPÍTULO 3

Projeto GUÊ ATUA

(...) preferimos o termo geração de dados em vez do mais comumente utilizado recolha de dados. Os dados não estão por aí à nossa espera, quais maçãs na árvore prontas a serem colhidas. A aquisição de dados é um processo muito activo, criativo e de improvisação. Os dados têm de ser reunidos antes de poderem ser recolhidos. Se a investigação consiste em assimilar e esgravatar, nós privilegiamos o esgravatar sobre o assimilar, ou melhor, primeiro há que esgravatar e, depois, assimilar. O investigador não é uma mosca pousada na parede ou um sapo metido no bolso. Está lá. Não pode ser de outra maneira. Faz parte da equação. (Graue e Walsh, 2003:115)

Utilizando a imagem apresentada por Graue e Walsh, depois de “esgravatar” e “assimilar”, juntamente com os participantes do Projeto, depois de termos estado “lá”, chegamos à parte em que tentamos refletir sobre os dados gerados.

O processo de fazer interpretação num enquadramento histórico-cultural requer que se preste muita atenção à relação entre os contextos sociais local e alargado, das “relações de poder/conhecimento entre sejam quais forem os circunstancialismos particulares, regionais e contemporâneos presentes num dado momento” (Fendler e Popkewitz, 993, p.24). E requer ainda uma certa dose de confiança nesta relação. (Graue e Walsh, 2003:26)

Ao longo de todo o processo de investigação, utilizando o Método de Investigação-Ação Participativa, recorremos a reuniões com os participantes, baseadas nas técnicas de *Focus Group* e Abordagem Biográfica, bem como a entrevistas e conversas informais, como esplanámos anteriormente, tendo sido elaborado um registo de Notas de Campo que deu origem ao Diário de Bordo do Projeto (ANEXO I).

Assim, sintetizamos o processo do desenvolvimento do presente Projeto através de três momentos:

Primeira Etapa

- Contacto com participantes do Projeto anteriormente desenvolvido por Marçal (2013), através de correio eletrónico e reunião informal com cada participante individualmente;
- Entrevista à Coordenadora do Gabinete Pedagógico, Dra. Gracinda Martins;
- Reunião informal com o Professor Doutor António Moreira, do Departamento de Educação;
- Envio de convite, através de correio eletrónico, à participação no Projeto a 17 estudantes com NE da UA.

Segunda Etapa

- Reuniões de *Focus Group* com os Participantes;
- Criação do grupo “Sempre em Frente” na rede social *Facebook*;
- Criação do GUÊ ATUA – Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação;
- Participação do Grupo em sessão sobre PATH, com alunos do Mestrado em Ciências da Educação – Educação Social e Intervenção Comunitária.

Terceira Etapa

- Preparação e realização da Tertúlia “TALK – Talking about inclusion”, em conjunto com o grupo de participantes.

Tomando em consideração as etapas apresentadas, bem como as várias ações com elas relacionadas, consideramos que o Projeto em questão se desenvolve com base nas seguintes dimensões de construção e dinamização:

- A dimensão institucional que se refere, por um lado, ao envolvimento do GP como fonte de informação e como “amigo crítico” no desenvolvimento do projeto, através do pedido e troca de informação, por correio eletrónico e através de reuniões e conversas informais, e, por outro lado, ao diálogo sobre disposições dos estudantes, e da comunidade académica, sobre experiências e perspetivas de inclusão;

- A dimensão interpares que está relacionada com o interconhecimento e colaboração entre pares na criação de contexto de comunicação, através da delimitação do campo de interesses e possibilidades de ação, bem como das tomadas de decisão conjuntas sobre temáticas a abordar e iniciativas;

- A dimensão da interação com o exterior e construção identitária do grupo como sujeito coletivo de ação que diz respeito à criação de interfaces de diálogo intra e extra comunidade académica, pela criação de uma identidade social coletiva e pela abertura da discussão à problemática da inclusão de grupos minoritários.

Deste modo, considerando estas dimensões de construção e dinamização do Projeto e tomando como base o registo efetuado através das Notas de Campo, apresentamos seguidamente uma reflexão sobre os dados, não “recolhidos”, mas “gerados”. De forma a conferir uma certa organização ao conhecimento que pretendemos apresentar e discutir, tomámos a opção de o estruturar focando as seguintes temáticas:

- A (In)visibilidade e identidade do grupo – a criação do GUÊ ATUA
- Necessidades *versus* direitos – Universidade Inclusiva ... e depois da universidade?
- A luta pela voz e o direito ao silêncio – a ação e o futuro do GUÊ ATUA

3.1 - A (In)visibilidade e identidade do grupo – a criação do GUÊ ATUA

A identidade é um processo de criação de sentido pelos grupos e pelos indivíduos. Neste sentido, o self – tanto o individual como o colectivo – é um processo no qual a narração e a narrativa assumem um papel central. (Stoer e Magalhães: 2005: 101)

Ao longo do desenvolvimento do presente Projeto, a partir das sessões de grupo e do conhecimento delas gerado, fomos observando a forma como alguns conceitos que desenvolvemos no primeiro capítulo deste trabalho são vividos pelos participantes e o modo como revelam a sua (in)visibilidade enquanto grupo social. Referimo-nos às noções de exclusão e inclusão social, discriminação, representações sociais, preconceito, etc. A oposição entre o “nós” e o “eles” é muitas vezes revelada por olhares, palavras ou ações reveladoras do desconhecimento e do medo da diferença.

Logo nos primeiros contactos com os participantes, através das suas narrativas de experiências vividas na esfera pessoal ou no contexto académico, percecionámos o “lugar do corpo” (Stoer e Magalhães, 2005) como fator de visibilidade indesejada: *“As pessoas olham para nós como se fôssemos extraterrestres.”; “A sociedade só olha para a cadeira de rodas, para os movimentos involuntários, para a boca que foge para o lado e não para as potencialidades, para o percurso, para as histórias.”* (PC – Anexo I). Como exemplificou uma das participantes, verificam-se situações que fazem sentir uma grande revolta, tendo sido relatado o caso vivido pela mesma de, na cantina da instituição, onde existem mesas reservadas para os alunos com NE, devidamente assinaladas com o dístico representativo, em que um aluno que desconhecia dizia para outro, sem qualquer tipo de deficiência visível, *“Olha, esta mesa é para ti!”* e ambos se riam. (Anexo I).

Assim, poderemos referir que, sendo o grupo composto por estudantes de idades e cursos distintos, originários de diversas localidades e com objetivos de vida diferentes, têm algo que os interliga: a propensão para a vulnerabilidade, para a exclusão.

De acordo com o PB, a luta pela mudança do paradigma médico e assistencialista para o modelo social e de respeito pelos direitos humanos deve-se muito ao Movimento (d)Eficientes Indignados. Sobre este ponto, o participante considera que a greve de fome proclamada por Eduardo Jorge, em 2013, teve um grande impacto na sociedade, revelando-se “o ponto de viragem” (PB – Anexo I).

(...) muitas vezes, este tipo de política, tem carácter muito mais assistencialista, do que a real promoção da vida humana digna e justa. Oferece-se oportunidade porque é bonito ou faz bem para o coração caridoso das pessoas, e não como um direito pleno de cidadania, de participação da vida coletiva da sociedade e ainda, o imaginário social, em relação a essas pessoas é revestido da ideia de que têm menos valor, não são capazes, são menos aptas e não produzem. (Barbosa, 2002: 11)

No entanto, o preconceito continua a existir. Uma das razões apontadas pelos participantes é o desconhecimento: *“Eu acho que muito do preconceito que existe, parte também em muito do (???) , porque se as pessoas não convivem também não sabem como lidar com a pessoa que tenha alguma incapacidade.”* (PC – Anexo III); *“Normalmente, as pessoas que têm já pessoas na família com algum tipo de incapacidade têm mais facilidade em lidar com outras, porque já conhecem esse.”* (PA - Anexo III). Foi mostrado pela PC, referindo-se a uma situação vivida numa praia acessível, o desconhecimento da sociedade, de uma forma geral: aquando da solicitação da cadeira anfíbia ao funcionário responsável, este respondeu que esta não existia, apesar de a mesma estar visível. Quando a participante o confrontou com esta informação, o mesmo respondeu: *“Aquilo? Aquilo é para os nadadores-salvadores arrumarem as coisas deles!...”*. (Anexo I). Tratou-se, assim, de um exemplo prático do desconhecimento.

Como refere também uma das intervenientes na Tertúlia sobre inclusão, atividade realizada pelo grupo de que falaremos posteriormente, *“O que realmente aparece para quem não tem uma incapacidade é a incapacidade do outro. Primeiro, olho e vejo ali um cadeirante, um deficiente físico e eles dizem “Não, eu sou eu.”, antes de qualquer coisa, “Eu sou eu”. Normalmente, é assim mesmo que acontece, a gente olha para o que o outro tem de menos. Não é positivo. A gente olha primeiro para a incapacidade, não consegue, não sabe ou se não faz e depois é que vê a pessoa. E quando a gente nota que é uma pessoa, a gente não enxerga mais a diferença.”* (Anexo III)

No caso concreto da Universidade de Aveiro, estão identificados 57 estudantes com NEE. Relativamente a esta informação, o grupo transmite também o seu desconhecimento, informando que, cada um dos participantes conhece cerca de 10 alunos, a maior parte deles comuns entre si. Questionados sobre as eventuais razões para este desconhecimento dos restantes, surgiram algumas respostas: *“Escondem-se, têm medo, têm vergonha, não conhecem,...”* (Anexo I) É, pois, importante perceber a *“relação que a pessoa tem com o problema e a relação das outras pessoas com ela”*. (PB – Anexo I). Os participantes comentaram que *“as deficiências motoras ou sensoriais, como a cegueira, são visíveis, mas outro tipo de deficiências não são visíveis do exterior e as pessoas não andam rotuladas.”* (PB – Anexo I); *“as pessoas não precisam de andar com um porta-estandarte a informar que tipo de limitações têm.”* (PA – Anexo I). A este propósito, o PB comenta: *“Quando uma pessoa se esconde é porque não se aceita a si próprio. (...) Quando se aceita o seu corpo e as suas limitações com naturalidade, não se esconde.”* (PB – Anexo I). Ou como refere a PA: *“Está a autoprejudicar-se”;* *“É como uma máscara de uma personagem que não é verdadeira.”* (PA – Anexo I).

Em conversa sobre esta questão da visibilidade, falando sobre o dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e sobre a apresentação do projeto *Danças Inclusivas*, em que participou a PA, o PB apresentou-se contra a comemoração deste dia. Como refere, nesse dia, *“toda a gente se lembra dos deficientes. E então os outros 364?”* (PB – Anexo I).

No entanto, registam-se casos de pessoas que querem verdadeiramente ajudar, independentemente do dia. Ambos relatam experiências vividas que demonstram exatamente o

espírito de interajuda e o respeito pelos direitos e deveres de cidadania: um colega no laboratório “ficou em pânico” (PA – Anexo I), quando a PA tentava passar para a cadeira vertical e ele a quis ajudar, mas desconhecendo a melhor forma de o fazer; ou quando, num elevador, uma senhora, com a melhor das intenções, viu que o PB estava a tentar carregar no botão para chamar o elevador e não conseguia. “*Só atrapalhou ainda mais a situação, porque pensava que eu ia cair da cadeira e que era mudo. Depois o segurança é que lhe disse para me deixar desenrascar sozinho que eu conseguia.*”.(PB – Anexo I).

Deste modo, a falta de informação sobre a temática da deficiência e a inexistência de relações interpessoais com pessoas com Necessidades Especiais levam à categorização, ou seja, à aplicação de “rótulos”. A este propósito, salientamos a abordagem à questão da terminologia considerada adequada pelos participantes. Tendo sido proposto ao grupo uma reflexão sobre os conceitos de Deficiência, Necessidades Educativas Especiais e Necessidades Especiais ou Específicas, destacamos as seguintes intervenções:

- PC: O conceito de Deficiência assume um “*tom pejorativo. É igual a incapacidade. Dizer “Aquela pessoa é deficiente.” é como dizer “É um incapaz, não sabe fazer nada, não pensa, não tem valor.*”. A participante acrescenta ainda que NEE é um conceito muito utilizado, mas nem todas as pessoas que têm uma determinada deficiência têm NEE, isso pressupõe necessidades relacionadas com adaptações escolares e nem sempre elas são precisas. “*Necessidades Específicas*” não é muito esclarecedor, pois todos temos determinadas necessidades específicas em alguma fase da nossa vida, devido a um acidente, uma doença, em idade mais avançada, etc”. Para a mesma, o melhor conceito será o de Necessidades Especiais. No entanto, considera que a terminologia não é relevante: “*Somos todos diferentes. Somos todas pessoas. O melhor termo é “pessoa.”*” (PC – Anexo I);

- PA: O conceito de NEE não faz sentido para a participante: “*Não sei como é que consigo fazer os trabalhos todos e tenho NEE!*”. Sugere os termos “Adaptações” ou “Patologias”, mas qualquer um deles é “*apenas uma palavra*” (PA – Anexo I);

- PB: O participante refere que, antes de ser aluno da UA, desconhecia o significado do termo NEE. A palavra “deficiência” assume conotações negativas. “Necessidades Especiais” ou “Necessidades Específicas” são, na sua opinião, termos mais adequados. A este propósito comenta: “*De vez em quando, vem um iluminado dizer que o termo correto afinal é... E eu digo – procurem o significado no dicionário antes de usar o termo!*”. Utiliza ainda uma metáfora: “*Se eu for ao mercado e comprar todas as maçãs que estão à venda, vou comprar toneladas de maçãs: umas são doces, outras mais ácidas, umas estão podres, outras..., mas não deixam de ser maçãs! Ou seja, somos PESSOAS! Cada um com as suas características, mas todos somos pessoas.*” (PB – Anexo I).

Após estas reflexões iniciais sobre identidade, (in)visibilidade e terminologia, é proposto aos participantes a construção de uma ação comum com vista à criação de um espaço de discussão e organização de iniciativas promotoras da inclusão, partindo da experiência de cada

um dos participantes. À semelhança do projeto SIHO da Universidade de Ghent, foi proposto aos participantes a criação de um grupo de autoadvocacia e autodeterminação, construído pelos próprios estudantes com NE da Universidade de Aveiro, em que os mesmos sejam sujeitos da sua própria inclusão.

Um dos primeiros passos para esta construção foi, de facto, a atribuição de uma identificação e a definição de objetivos para o mesmo. Após várias sugestões e reflexão sobre as mesmas, foi criado Projeto GUÊ ATUA – Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação.

Nós demos este título ao nosso grupo, GUÊATUA, Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação, porque é exatamente esse o nosso objetivo, um grupo unido de estudantes que têm este objetivo de trabalhar e lutar pela autodeterminação. (Anexo III)

Ao longo das sessões com os participantes, foram sendo discutidos os objetivos e as possíveis iniciativas a desenvolver pelo grupo. Foram, assim, definidos como objetivos gerais do Projeto GUÊ ATUA (Anexo III):

- contribuir para a criação de igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior;*
- sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão;*
- criar condições de empoderamento numa perspetiva de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação;*
- reforçar redes de ligações entre pares, parceiros nacionais, instituições do ensino superior através de consultadoria orientada para a resolução de problemas.*

Estes são, efetivamente, os principais propósitos do grupo, definidos pelos próprios participantes. Passaremos, de seguida, a apresentar uma reflexão sobre a ação do mesmo.

3.2 - Necessidades versus direitos – Universidade Inclusiva ... e depois da universidade?

O acesso não está no entanto resolvido. Penso mesmo que será um item permanente da luta por melhor qualidade de vida e por condições de cidadania para toda a população. Só alguns exemplos: apesar da legislação recentemente aprovada sobre barreiras arquitetónicas (Dec-Lei 127/97 de 22 de Maio) o certo é que as nossas cidades e povoações continuam e continuarão a ser verdadeiros quebra cabeças de barreiras arquitetónicas (que são, como se sabe, uma expressão física das barreiras sociais, culturais e de discriminação económica). As barreiras arquitetónicas têm que ser vistas não como um conjunto de rampas e medidas a serem respeitadas mas como uma filosofia geral de acolhimento, conforto e facilidade em todas as dependências dos edifícios. (Talvez fosse interessante que os conceptores de edifícios vivessem eles próprios a situação formativa de carência de acessibilidade, como experiência tendente a melhorar as soluções que propõem). (Rodrigues, 2004)

Neste ponto, consideramos pertinente apresentar uma reflexão sobre alguns aspetos discutidos com o grupo de participantes, relacionados com a dimensão institucional da Universidade de Aveiro. Por outro lado, reconhecendo a voz dos mesmos, abordamos uma dimensão externa à própria instituição. A dicotomia “Necessidades” / “Direitos” é, assim, também alvo de discussão, nomeadamente no que diz respeito à Educação e à Empregabilidade. Como refere uma das participantes, “A Universidade de Aveiro é uma universidade inclusiva”, mas “E depois?” (PC – Anexo I). “É importante consciencializar os professores para as estratégias diferenciadas, mas o que falta é a ponte para a vida ativa.” (PC – Anexo I).

Falar em satisfação de Necessidades Educativas Especiais é diferente de falar em respeito pelos Direitos Humanos. A linha de orientação do presente Projeto não é a do estudo das necessidades do grupo, mas antes da reflexão sobre os direitos do mesmo, pressupondo a sua autodeterminação.

No entanto, questionados sobre a escolha da Universidade de Aveiro para a sua formação, os participantes B e C referem a proximidade geográfica. Por outro lado, a PA destaca as acessibilidades encontradas nesta instituição. A sua primeira opção seria Coimbra, pela proximidade da sua localidade de origem, mas “Acabar a licenciatura em Coimbra seria inviável!”. Na UA, “o campus é concentrado, as ruas direitas, há a cadeira vertical, que foi uma excelente aquisição,... Consigo trabalhar no laboratório, até consigo ver no microscópio!” (PA - Anexo I). No entanto, o PB comenta a disparidade verificada no que diz respeito ao financiamento das universidades. Apresenta a situação da Universidade do Porto que tem financiamento para pagar a cuidadores, em parceria com uma instituição bancária, ao contrário da de Aveiro que não o tem e tem de recorrer a voluntários. Se a UA disponibilizasse este tipo de apoio, provavelmente a sua vida na universidade teria sido diferente. Não precisaria de recorrer ao apoio de um familiar, que teve de abdicar do seu emprego, para o apoiar na frequência do Ensino Superior. (Anexo I)

Assim, apesar de toda a ação promotora de inclusão desenvolvida pela Universidade de Aveiro, através do Gabinete Pedagógico, nomeadamente, a eliminação de barreiras arquitetónicas, a construção de rampas, a adaptação de espaços nas residências académicas, a aquisição de uma cadeira com verticalização para uso nos laboratórios, a disponibilização de materiais acessíveis através da biblioteca digital BAES, o projeto Danças Inclusivas, a Bolsa de Voluntários ou a colaboração da Associação Académica, regista-se a existência de algumas situações em que quer a satisfação de necessidades quer o respeito pelo direito à igualdade de oportunidades não se verificam.

Relativamente à eliminação de barreiras arquitetónicas e físicas, destacamos os seguintes dados apresentados pelo Professor Doutor António Moreira: a altura das caixas de Multibanco que não é acessível para utilizadores de cadeiras de rodas; o acesso ao piso inferior da Mediateca do Departamento de Educação; o facto de se ter de pedir a chave para usar algumas casas de banho adaptadas ou alguns elevadores; o facto de algumas dessas casas de banho serem utilizadas como arrecadação; a inexistência de sinais de relevo, por exemplo, nos corredores ou circuitos do *campus*, o que dificulta a mobilidade e independência dos deficientes visuais, etc. Estas situações, na opinião do Professor, demonstram “a falta de sensibilidade de quem está à frente dos serviços. O que se faz é para mostrar que se faz, que existe e não para empoderar, para dar voz. Mostram falta de respeito.”. “A eliminação de barreiras arquitetónicas só está consignada àquilo que está na lei, sem consultar quem é deficiente.” (Anexo I)

Destacamos o facto de os elementos do grupo concordarem com as situações apresentadas, confirmando a falta de participação dos estudantes da UA na abolição das referidas barreiras, pois não se verifica a consulta a quem vai usufruir dessas mesmas adaptações.

Por outro lado, relativamente à formação de professores e a necessárias adaptações de carácter pedagógico, verificam-se igualmente algumas fragilidades. Segundo a PC, a formação de docentes na área da inclusão de alunos com NE é muito limitada. Acrescenta que os cursos de ensino não preparam professores e profissionais para desenvolverem um trabalho adequado com estes alunos, informando que, na sua licenciatura, teve apenas uma disciplina que abordou questões relacionadas com a deficiência e as NEE. Há, portanto, uma grande falta de conhecimento e preparação por parte do corpo docente da universidade, mas também, de uma forma geral, por parte da maioria dos professores.

A participante refere o caso particular de um colega invisual que sente grande dificuldade em acompanhar os conteúdos lecionados atempadamente, pois os documentos em *Powerpoint* facultados pelos docentes não estão preparados para ele. Comenta que já propôs fazer uma pequena ação de formação, sobretudo para os professores da UA, sobre a adaptação de materiais em *Powerpoint* para invisuais. Segundo a própria, é relativamente fácil fazê-lo, mas a maior parte dos docentes desconhece-o. Esta adaptação facilitaria muito o estudo a estudantes como o seu colega. Por outro lado, exemplifica também a discriminação de que, por vezes, os estudantes com NE são vítimas. Apesar de considerar que a UA é uma universidade inclusiva, ainda se verificam situações discriminatórias relativamente a docentes, como no caso da apresentação oral de um

trabalho em que foi penalizada e obteve uma classificação inferior à dos colegas: “*Discriminou-se pela minha dicção numa apresentação de um trabalho. Disse que eu tinha de arranjar uma alternativa! Qual? Pôr alguém a falar por mim?*”. (Anexo I)

Constrangimentos como os anteriormente apresentados são confirmados pelo Professor Doutor António Moreira, do Departamento de Educação (“*A formação de professores que têm contacto com alunos com NEE na UA não se faz!*” – Anexo I) e também pela Coordenadora do Gabinete Pedagógico (“*Os professores não têm tempo! Estão cheios de trabalho, têm de escrever artigos,... Se não for obrigatório, não vão.*” – Anexo I), dando o exemplo de uma ação de sensibilização sobre dislexia que organizou e para a qual não teve grande recetividade. No entanto, no que diz respeito a adaptações de material, de instrumentos de avaliação, etc., esta última informa que o que é solicitado para responder às necessidades dos alunos é correspondido. Há preocupação por parte dos docentes, mas verifica-se alguma dificuldade em receber formação. (Anexo I)

Salientamos, por outro lado, a perceção das participantes A e C quanto à participação dos estudantes com NE da UA em atividades académicas e representativas. Como é referido, “*Há igualdade de oportunidades.*” A PC refere que, se os alunos não querem participar, por exemplo, na Associação Académica, não participam, mas têm essa possibilidade, acrescentando que foi representante da turma na frequência do seu curso de Mestrado. Não há, pois, entraves a esta participação. (Anexo I)

Deste modo, consideramos que há espaço para uma maior participação dos estudantes com NE em assuntos com eles estritamente relacionados. Damos como exemplo a iniciativa desenvolvida pelo Gabinete Pedagógico, em articulação com os alunos do Ensino Secundário interessados em frequentar a UA, durante os meses de abril e maio, em que a instituição lhes é apresentada. Os participantes do presente Projeto nunca participaram na referida iniciativa. No entanto, consideram que seria pertinente e interessante fazê-lo, pois é muito mais útil para, por exemplo, um utilizador de cadeira de rodas, conhecer o espaço a partir das vivências de quem também a utiliza. Outro exemplo refere-se à recente publicação do *Estatuto do Estudante com NEE da UA*, para o qual não foi ouvida a voz dos próprios estudantes.

Um outro aspeto que merece reflexão surge a partir da leitura e discussão em grupo sobre a *Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência*. Destacam-se os princípios proclamados pelo texto em questão, sobretudo o respeito pela dignidade e igualdade de oportunidades, pela não discriminação, pelo respeito pela diferença e participação e inclusão plena e efetiva na sociedade. No que diz respeito à Educação, o grupo salienta o facto de estes princípios estarem previstos concretamente até ao Ensino Secundário, mas de ser feita pouca referência ao Ensino Superior.

Por outro lado, quanto à Empregabilidade, apesar de os referidos conceitos estarem representados no documento, a verdade é que nem sempre são cumpridos e, na prática, verificamos situações de discriminação em variadíssimas situações.

De acordo com a Coordenadora do Gabinete Pedagógico, para além da dificuldade em encontrar emprego adequado à formação vivida por grande parte dos jovens atualmente, os jovens com NE têm ainda uma agravante: deficiências que lhes limitam o acesso ao emprego. Não tem conhecimento de alunos com NE formados pela UA que estejam, no presente, empregados na sua área de formação, dando apenas o exemplo de um antigo aluno que faz fotografia, mas em regime de voluntariado, e de outro que está presentemente a trabalhar numa Câmara Municipal da região. Em pequenas localidades, esta situação é ainda mais difícil, dado que as grandes empresas têm interesse financeiro em contratar pessoas com NE. A Coordenadora refere ainda outro exemplo que ilustra o preconceito existente: uma antiga aluna com deficiência motora, à procura de emprego, colocava sempre nos currículos que enviava uma observação, informando que era utilizadora de cadeira de rodas – nunca obteve qualquer resposta e, por isso, passou a omitir esse facto. A dada altura, foi informada que havia interesse por parte de uma empresa e foi chamada para uma entrevista. Através do contacto telefónico, a mesma questionou a existência de elevador nas instalações, pois usava cadeira de rodas. Nesse mesmo momento, foi informada de que voltariam a ligar para remarcar a entrevista, mas não chegou a receber essa chamada.

Sobre este assunto, a PC falou do seu caso em específico: *“Todas as semanas mando currículos. Não digo o que tenho. Acho que não tenho de o fazer, mas às vezes penso se não seria melhor fazê-lo... Os empregadores têm benefícios... Mas é uma hipótese tão remota!”* (PC – Anexo I). A mesma comenta: *“Costumo até usar aquela analogia de que a universidade é uma redoma de vidro, em que estamos cá, estamos incluídos. No meu ponto de vista, considero que aqui há inclusão. Foi aqui quando eu vi mais inclusão no meu percurso académico, mas realmente, quando se sai daqui para o mundo exterior, para o mundo do trabalho, há muitas barreiras”.* (PC – Anexo III)

Conclui-se, assim, que os participantes consideram que se verifica na Universidade de Aveiro uma preocupação com a satisfação das Necessidades Especiais dos seus alunos e com o seu acesso à formação em igualdade de oportunidades. Por outro lado, vive-se ainda a inclusão destes estudantes numa perspetiva assistencialista, pelo que a participação ativa dos mesmos como atores da sua própria autodeterminação se revela essencial para a mudança de paradigma.

No entanto, apesar destas fragilidades, o contexto académico é visto pelos participantes de forma positiva face às barreiras sociais e ideológicas fora do mesmo, nomeadamente no que concerne à sua própria empregabilidade.

3.3 - A luta pela voz e o direito ao silêncio – a ação e o futuro do GUÊATUA

O comportamento ético está intimamente ligado à atitude – a atitude que cada um leva para o campo de investigação e para a sua interpretação pessoal dos factos. Entrar na vida das pessoas é ser-se um intruso. É necessário obter permissão, permissão essa que vai além da que é dada sob formas de consentimento. É a permissão que permeia qualquer relação de respeito entre as pessoas. (Graue e Walsh, 2003:76)

Após os primeiros contactos e encontros com os participantes, em que foi apresentada a proposta inerente ao presente Projeto, o grupo mostrou a sua receptividade e interesse na criação de um grupo de discussão e ação relacionado com a promoção da participação, autodeterminação e inclusão de estudantes com NE no contexto da Universidade de Aveiro.

Apresentei-lhes, então, o projeto, agora de uma forma já mais consistente. Falei-lhes da ideia de criar um grupo de autoadvocacia e autodeterminação com o objetivo de dar voz e visibilidade aos estudantes com NE da UA. Penso que gostaram da ideia, pois mostraram interesse e disponibilidade em participar. Surgiu logo a ideia de criarmos um nome para o grupo, algo que nos identifique... (Anexo I)

Uma das primeiras iniciativas práticas desenvolvidas pelo grupo de participantes foi a criação de um grupo na rede social *Facebook*. Este foi criado pelo PB que lhe deu o nome provisório de “Sempre em Frente”.

O PB propôs irmos trabalhando com bases em objetivos que vamos delineando de umas reuniões para as outras. Assim, traçámos já algumas ideias orientadoras: criarmos, para já, um grupo fechado no Facebook, para irmos comunicando e partilhando uns com os outros o que acharmos pertinente, e enviarmos um convite aberto, por email, aos vários contactos facultados pela Dra. Gracinda, apresentando o projeto e convidando esses estudantes a participarem no mesmo. (...) O PB criou o grupo no Facebook. Deu-lhe o nome provisório de “Sempre em Frente”. (Anexo I)

Foi, assim, solicitado à Coordenadora do Gabinete Pedagógico a comunicação de contactos de alunos da UA eventualmente interessados na participação neste projeto. Como referimos anteriormente, dos 57 alunos com NE da instituição, contactámos 17, através de uma primeira mensagem por correio eletrónico, em que é feita a apresentação do Projeto e o convite à participação:

O objetivo do mesmo será constituir um grupo de apoio e autoadvocacia, com alunos da UA, mas com a participação gradual e pontual de outras pessoas, eventualmente externas à universidade e, assim, criar um espaço de discussão, de sugestões, e promover, de alguma forma, ações que

contribuam para a consciencialização da comunidade sobre esta questão. No fundo, através deste espaço informal de discussão, no qual poderão ser abordadas questões como os direitos humanos, a discriminação, as relações interpessoais, a empregabilidade, etc, dar voz e visibilidade ao grupo. Este projeto já foi apresentado aos colegas PA, PB, PC e PD, para além da Dra. Gracinda. (...) Pensámos também em encontrar um nome que identificasse o nosso grupo, para em conjunto irmos criando um "movimento" de consciencialização da comunidade sobre esta problemática. (Anexo I)

Como mostrámos anteriormente, no Capítulo 2.1.2., relativo à apresentação do grupo participante, apesar de termos enviado várias mensagens, comunicando as próximas reuniões, para além dos três participantes, apenas quatro alunos responderam às mesmas, informando que não poderiam comparecer, por terem outros compromissos. Por outro lado, dos dezassete contactos, nove alunos não responderam a estas mensagens.

Consideramos que esta falta de receptividade nos remete para uma preocupação transmitida inicialmente pela Coordenadora do Gabinete Pedagógico: *“estes alunos estão cansados, fartos de, agora, de repente, toda a gente se interessar por eles e pelas suas vidas”; “eles apenas querem viver as suas vidas normalmente, fazer os seus cursos.”*(Anexo I).

A observação desta preocupação é visível também pelas palavras da PD, que apesar de não ter participado ativamente no presente Projeto, transmite informalmente a sua opinião sobre este tipo de iniciativas, revelando a sua saturação em participar em projetos e trabalhos académicos que acabam por *“não dar em nada”* (PD – Anexo I) e são arquivados sem se verificarem quaisquer mudanças. Refere também que está constantemente a receber pedidos de resposta a questionários de alunos de várias universidades de todo o país, pelo facto de ser uma estudante universitária com NE. Dá-nos o exemplo de um projeto anterior, de alunos da UA, em que é disponibilizado o seu tempo para mostrar, no próprio *campus*, as barreiras arquitetónicas que existem e dar sugestões de melhoria de acessibilidades para pessoas com deficiência visual, não se tendo verificado qualquer fruto deste seu contributo. Como refere ainda, este tipo de projetos acabam por *“invadir a privacidade da pessoa”* e não resultam em mudanças significativas. (PD – Anexo I). Acrescenta igualmente que considera existir inclusão no contexto da Universidade de Aveiro, mas que *“Há coisas que não se resolvem com um elevador ou com uma rampa. São situações de educação.”*; *“Muitos professores na UA precisam de ser sensibilizados para a inclusão”* e refere que viveu já situações de discriminação de colegas com ela própria. (PD – Anexo I). Daí que ela própria questione a utilidade de de um grupo de discussão (*“Vale a pena haver um grupo de comunicação?”*). Na sua opinião, através da simples conversa, não haverá mudança. (PD – Anexo I).

Reportando-nos ainda à criação do grupo “Sempre em Frente” na rede social *Facebook*, consideramos pertinente registar uma reflexão sobre os dados gerados a partir da ação do mesmo. A própria abertura deste grupo ao público em geral trouxe alguma discussão em torno do

receio de exposição, pelo que a criação de um grupo aberto não chegou a ser efetivada, apesar de esta ter sido inicialmente defendida. Foram feitas algumas propostas de adição de outros elementos que não tiveram recetividade por parte do grupo. Assim, do grupo fechado “Sempre em Frente” fizeram parte os participantes A, B e C e, posteriormente, foram adicionadas a Professora Doutora Rosa Madeira, como participante externa do Projeto, e a aluna da Universidade de Ghent, colaboradora do SIHO, Leen Thienpondt, pelo intercâmbio com a UA.

Da atividade do referido grupo, salientamos os seguintes dados relativos aos participantes:

- Publicações: PA – 0; PB – 1; PC – 3;
- Registos de “Gosto”: PA – 4; PB – 4; PC – 18;
- Comentários: Não foram registados comentários pelos participantes.

É ainda de referir que se registam cerca de 140 publicações (sobretudo de notícias da atualidade relacionadas com a temática da Deficiência e da luta pelo respeito dos direitos humanos das pessoas com NE), sendo que a investigadora regista 42 publicações. A maioria das mesmas foi feita pela participante externa Professora Doutora Rosa Madeira, pelo desempenho do papel de “amigo crítico” do grupo.

Concluimos, deste modo, que a proposta inicial de utilizar as redes sociais como forma de criação de um movimento informal de luta pelos direitos humanos não cumpriu o objetivo de se expandir para um grupo de maior alcance. Apesar de todas as publicações terem sido vistas pelos participantes, não se regista uma atividade significativa.

No entanto, consideramos que a ação do GUÊ ATUA foi mais visível e produtiva através da presença dos seus elementos em dois acontecimentos ocorridos junto da comunidade académica: a participação numa palestra sobre PATH e a organização de uma Tertúlia sobre Inclusão na Educação.

Em primeiro lugar, referimo-nos à palestra sobre a técnica PATH.

PATH – Planning Alternative Tomorrows with Hope. “O PATH é uma ferramenta concebida para reforçar os princípios da Inclusão, Diversidade e democracia e para ajudar a formar comunidades, organizações e pessoas democratas.” (Pearpoint et al., 2001: iii)

Poderemos sintetizar o PATH como um “caminho”, traçado pelo próprio participante, com a ajuda do investigador/moderador e com o apoio de amigos, familiares, pessoas que lhe transmitam confiança e segurança. É uma estratégia que possibilita identificar objetivos de vida, motivações e criar condições, no próprio participante, que lhe permitam concretizar sonhos e projetos.

A meta é construir uma compreensão da situação suficientemente comum e um apoio mútuo de tal modo que as pessoas em situações difíceis possam focalizar os seus desejos e a sua energia no desenvolvimento de situações plenas de esperança. O PATH (caminho) de que falamos não foi nivelado e pavimentado nem testado por outras pessoas; ele está à espera de ser feito pelas pessoas caminhando em conjunto, com esperança e partilhando social e pessoalmente objectivos importantes. O nosso propósito último é criar comunidades mais justas, mais acolhedoras e mais competentes – um pouco de cada vez. (Pearpoint et al., 2001: iii)

A referida sessão foi dinamizada pelo Dr. Mário Pereira, Psicólogo da Associação de Solidariedade Social de Lafões, e dirigida aos alunos de Mestrado em Ciências da Educação – Educação Social e Intervenção Comunitária. Consideramos pertinente a participação dos elementos do GUÊ ATUA nesta iniciativa, que se revelou de grande interesse para os mesmos e de profundo enriquecimento para os presentes.

Para além da apresentação da técnica de PATH, por parte do orador, foi gerada uma discussão em torno da temática da inclusão social das pessoas com NE. Destacamos algumas intervenções dos participantes que nos merecem maior atenção (Anexo I):

- Face à opinião da PC de que se verifica pouca sensibilização da sociedade para a inclusão, o dinamizador refere que esta *“é uma falsa questão”*, considerando ser necessário perceber a lógica dos serviços sociais: atribuir verbas à pessoa com deficiência é reconhecer o direito da mesma. É por esta razão que o financiamento é dado às instituições. Da mesma forma, é mais fácil a institucionalização de uma pessoa com uma deficiência motora, por exemplo, do que a adaptação da sua própria casa para o uso de uma cadeira de rodas, apesar de ser mais dispendioso.

- Relativamente à institucionalização das pessoas em situação de deficiência, o PB refere que *“As instituições abrem portas mas só as abrem até onde querem. É como se nos dissessem: Vamos abrir a gaiola, mas só podem voar dentro desta sala”*. Dá ainda o exemplo da situação de um residente numa instituição que conseguiu emprego. Precisava, no entanto, que a mesma lhe facultasse transporte e não conseguiu. *“Foi encostado à parede quando disse que ia chamar a televisão!”*. As pessoas com deficiência que estão institucionalizadas são vistas como *“clientes”* dessas instituições, acrescentando que estas recebem 900 euros por pessoa, enquanto a família recebe 70 ou 80 euros se a tiver a seu cargo.

Salientamos ainda algumas intervenções do Dr. Mário Pereira que nos parecem bastante pertinentes, dada a sua relação com os pressupostos defendidos no presente trabalho:

- *“As pessoas que trabalham na área do apoio à deficiência não se veem como parte dela.”;*
- *“Há muitas instituições, grupos de apoio que gastam muito dinheiro em promover grupos de dança, de teatro, etc., com deficientes, mas não gastam um cêntimo a promover a inclusão dessa pessoa no rancho da terra, por exemplo.”.*
- *“Os que chegam à universidade é porque têm capacidades. É preciso mostrar isto aos outros.”*

- “O princípio básico da exclusão é o nós e o eles.”.

No que diz respeito a esta sessão sobre PATH, concluímos que se tratou de um momento em que a voz dos participantes do Projeto foi reconhecida e valorizada pelos presentes, dando-lhes visibilidade e promovendo a consciencialização da necessidade de uma reflexão aprofundada sobre os direitos das pessoas com NE e, por outro lado, para as atitudes discriminatórias a que estas muitas vezes estão sujeitas, quer no âmbito académico, quer em termos sociais e até estatais.

Em segundo lugar, dirigimos a nossa atenção para uma atividade organizada, no final do ano letivo, pelos próprios participantes do Projeto: a Tertúlia “Talk – Talking about Inclusion”. Esta atividade foi preparada pelas participantes A e C, com a colaboração da investigadora e da orientadora do mesmo. Salientamos o facto de ter sido mantido o contacto com os participantes B e D, apesar de os mesmos não terem participado na iniciativa. A iniciativa teve lugar no dia 29 de maio de 2015, no Departamento de Educação desta instituição, com a colaboração e participação dos alunos do 1º ano do Mestrado em Ciências da Educação – Educação Social e Intervenção Comunitária. Participaram também na mesma a Dra. Gracinda Martins e a Professora Doutora Rosa Madeira.

Assim, a partir da sugestão de visionamento de vários filmes que abordam questões relacionadas com a inclusão/exclusão de pessoas com NE, foi definida pelo grupo a organização de uma tertúlia subordinada ao tema da Inclusão na Educação, à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem e com base no trabalho desenvolvido pelo SIHO, da Universidade de Ghent.

A preparação da atividade é narrada através das Notas de Campo registadas (Anexo I), sendo possível verificar que todo o processo foi elaborado em conjunto. Foi, assim, feita a seleção de determinadas partes dos filmes “**Como estrelas no céu – Toda a criança é especial**”, “**A cor do paraíso**” e “**A teoria de tudo**”, dado que abordam a temática da educação em vários contextos. O Grupo fez uma reflexão sobre a referida seleção, tendo sido editada a montagem das mesmas em vídeo e elaborada uma apresentação em *Powerpoint* (Anexo IV). Nesta apresentação são intercaladas as passagens dos filmes selecionados, momentos de discussão pelos presentes e imagens e citações sugestivas de debate. O Grupo preparou igualmente em conjunto um guião da atividade, no qual se apresentam os vários momentos da mesma, protagonizados por cada uma das participantes (Anexo II). Da realização desta Tertúlia foi feito o registo áudio, com a devida autorização dos presentes (15 pessoas), do qual foi feita a respetiva transcrição (Anexo III).

Através desta iniciativa, foi possível refletir sobre os conceitos de segregação, intergração, exclusão e inclusão. Foi abordada a temática da inclusão não só no contexto educativo, nomeadamente da Universidade de Aveiro, como também foram abordadas as áreas do emprego, da representação das pessoas com NE na política, da família e das relações interpessoais.

A este propósito, foi salientada pelas participantes A e C a importância da família e dos professores como impulsionadores do sucesso pessoal e académico das crianças e jovens com NE. Na opinião da PC, é muito importante que os professores “*acreditem nas potencialidades dos*

alunos. (...) Porque o filme também mostra que, se não fosse aquele professor a valorizar as capacidades daquele aluno, ele iria reprovar certamente e iria para a escola especial. Ou não estudar mais. Por isso, é que devemos estar atentos para que a exclusão não aconteça.”. Como referiu ainda, “há famílias que também só olham para a incapacidade do filho como mostra no filme. (???) Mas no caso de não saberem, mesmo assim, valorizam qualquer capacidade. (???) E acredito agora e se calhar há uns anos atrás, muitos sujeitos teriam a capacidade de chegar mais longe, mas foram colocados em CERCI ou outras instituições, porque não acreditaram neles. (...) E se calhar não tiveram a sorte de cruzar com profissionais que pudessem ir buscar qualquer capacidade e ver ali a ponte para o sucesso.” A PA acrescenta: “Isso também pode ter a ver com o ambiente familiar que a pessoa tem. Eu para chegar à escola tive que ter alguém que me pusesse lá e que me dissesse “Estuda.”” (Anexo I).

Tratou-se, deste modo, de uma experiência-piloto desenvolvida num grupo restrito de pessoas com as quais o Grupo já tinha tido um primeiro contacto, aquando da sessão sobre PATH, no sentido de avaliar a pertinência de organização de outras iniciativas abertas à comunidade da UA. Apesar de ter sido proposto ao Grupo o convite aos alunos do Núcleo de Psicologia e do Núcleo de Estudantes de Educação Básica, bem como da Associação de Estudantes, o mesmo tomou a opção de não o fazer nesta fase, dada essa necessidade de avaliação da pertinência da iniciativa. Por outro lado, foi também solicitada a colaboração do Professor Doutor David Rodrigues, através de email redigido e enviado pela PC, em nome do Grupo. Porém, não foi possível a sua presença.

Somos um grupo de estudantes da Universidade de Aveiro que tem como ambição conceber um projeto que visa contribuir para a criação da igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior, sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão, etc... (...) Neste sentido, gostaríamos de agendar consigo um encontro informal para que possamos expor, trocar e trabalhar ideias relacionadas com esta temática. (Anexo I)

Consideramos, portanto, que esta foi uma iniciativa que julgamos ter alcançado os seus objetivos, evidentemente num contexto favorável, ainda que restrito, em que as participantes *a priori* partilham dos nossos ideais, mas que criou condições de empoderamento do grupo, reconhecendo a voz não só da PA e da PC, elementos do Grupo participantes neste Projeto, mas dos estudantes com Necessidades Especiais, de uma forma geral. Foram levantadas questões relacionadas com a Inclusão e com os Direitos Humanos que nos parecem bastante pertinentes e que promoveram uma reflexão por parte dos presentes. Acreditamos, pois, que o projeto embrionário do GUÊ ATUA pode ter o seu espaço na Universidade de Aveiro, “*Porque não podemos ir sozinhos, temos de ser um grupo...*” (PC – Anexo III).

No entanto, apesar de um balanço final positivo, algumas críticas são apontadas. Numa reflexão posterior sobre a criação do grupo “Sempre em Frente” e a organização da Tertúlia, a PC refere:

Em relação à criação do grupo no facebook, este serviu essencialmente para partilhas entre o grupo e a não abertura do grupo a mais pessoas, na minha opinião deveu-se à tal indefinição dos objetivos atingir e que meios poderiam ser utilizados para determinados fins. De um modo geral, a tertúlia correu bem talvez por ter sido enquadrada num público que já está ciente das temáticas que foram abordadas. Contudo, penso que iniciativas como esta tinham que ser reestruturadas, uma vez que a visualização de alguns filmes com vários minutos cada pode ser muito maçador para quem está a assistir e poderemos perder o foque pretendido para aquela sessão. (Anexo I)

Deste modo, apesar de considerarmos pertinente a ação de um grupo de discussão e ação pela autodeterminação dos estudantes com NE no contexto universitário, o futuro do GUÊ ATUA está comprometido. Já na fase final do desenvolvimento do Projeto, após a realização da Tertúlia, o PB comunica ter tomado a opção de anular a sua matrícula do curso que frequentava, por motivos profissionais.

Falando do Projeto, lamenta não lhe ter sido possível continuar a participar no mesmo, mas é de opinião favorável à sua pertinência:

O Projeto baseava-se na vida independente e não só. Na minha opinião, sou a favor! Aliás, tudo o que seja para melhorar as condições, a independência das pessoas com limitações... porque a sociedade portuguesa e não só... Portugal está num paradigma de institucionalização em que eu coloco um grande símbolo de “STOP”! Eu não sou obrigado a ir para uma instituição, se eu tenho uma casa! (Anexo I)

Na sua opinião, referindo-se ao período em que participou no Projeto, este tem como objetivo essencial criar condições para que as pessoas com NE se tornem mais autónomas e independentes.

Todos somos pessoas. Todos temos direitos e deveres. Eu não caminho, mas desloco-me numa cadeira de rodas. Posso ter alguns benefícios, mas tenho também contrapartidas... Há que respeitar... (...) Hoje, mais do que nunca, estamos a mudar de paradigma... Fico satisfeito de ver pessoas com deficiências ou doenças raras a irem para a Universidade. É um direito, estudar! Mesmo que vá morrer em cinco anos... Isto aplica-se a tudo, à saúde, à discriminação, à educação, à igualdade. A sociedade tem de interagir e perder os preconceitos. Eu não aceito tudo, porque não gosto, mas tenho de respeitar! (Anexo I)

Refere ainda o exemplo de alguns da Universidade do Porto, utilizadores de cadeiras de rodas, que “estão a exigir a vida independente. Têm toda a razão do mundo! Eles vão para estudar, têm de ter as condições para estudar! Os direitos têm de ser iguais, mas nós, com

limitações físicas, temos de respeitar as pessoas ditas “normais” e elas têm de respeitar as pessoas com deficiência. Enquanto a sociedade não criar condições ou pensar “Ai, aquele coitadinho!”...” (Anexo I)

Através desta reflexão, observamos o sentido crítico do PB ao referir que não se pode olhar “para as pessoas como um todo”. É necessário ver as diferenças. “Deve-se ter direito à vida, à educação, a trabalhar, mas é preciso que se tenha as condições para isso.” No entanto, considera que, às vezes, o que de facto acontece é um paradoxo: “Tens de trabalhar, mas é melhor ficares em casa!”. (Anexo I)

Por outro lado, as participantes A e C informam que não estão interessadas em continuar com o Projeto do GUÊ ATUA. Na sua opinião, como já tinham referido noutros momentos, a Universidade de Aveiro é inclusiva, o problema posiciona-se noutros contextos, como o do emprego. Como referiu a “PC”, para ela, “Os objetivos do Grupo nunca foram muito bem definidos” e tratou-se de uma ideia que lhes “foi proposta”, ou seja, não partiu delas próprias, daí talvez não sentirem a vontade de continuação. Consideram que um grupo apenas de reflexão e discussão teórica e académica não tem utilidade. Para além disso, ambas referiram que um projeto deste género, para ser de facto eficaz e pertinente, exige uma disponibilidade de tempo que elas não possuem, devidos aos seus estudos. (Anexo I)

Eu penso que a primeira condição para ter garantido o GUÊ ATUA era a definição dos seus objetivos, ou seja, saber quais são as metas a alcançar, o que é que pretendemos na realidade com este grupo, que no meio ponto de vista nunca ficou bem definido; saber quais as pessoas que poderíamos envolver neste processo; era bom a existência de pessoas no grupo com realidades bem diferentes das nossas ou o conhecimento de situações, sobre as quais pudéssemos atuar/arranjar soluções para determinado acontecimento em conjunto; não pode ser mais um grupo de reflexão das questões relacionadas com a inclusão, mas sim um grupo pró-ativo na comunidade académica e na sociedade em geral. (PC - Anexo I)

Por outro lado, a participante considera a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência um documento de referência:

Na minha opinião a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência é importante na medida em que reconhece e promove os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, bem como promove o respeito pela sua dignidade inerente e a proibição da discriminação em todas as áreas da vida das pessoas. A Convenção responsabiliza toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, contudo penso que há muito caminho a desbravar neste sentido. (Anexo I)

Relativamente ao Ensino Superior, a participante é de opinião que, apesar de legislado o direito ao acesso a este nível de Ensino, em igualdade de oportunidades, por vezes, o mesmo não é aplicado.

Todavia, as condições de igualdade nem sempre são asseguradas pelas instituições de ensino superior, quer seja a nível arquitetónico, como a nível de disponibilização de conteúdos em formato acessível atempadamente, daí talvez a pertinência em discutir este documento, mas não basta apenas discuti-lo, têm-se que partir para a prática, ou seja, de alguma forma sensibilizar toda a comunidade académica para esta temática e, não só, criar condições para que a igualdade prevaleça. (Anexo I)

Em síntese, consideramos que a ação e o futuro do GUÊ ATUA se explica pela luta pela voz e pelo direito ao silêncio. Se, por um lado, partilhamos dos ideais de emancipação e autodeterminação dos próprios atores sociais, como forma de luta pelo cumprimento dos seus direitos de cidadania, por outro lado, temos o dever de respeitar as suas decisões.

Partindo dos dados gerados ao longo de todo o processo, concluímos que há espaço e justificação para o desenvolvimento futuro de um projeto idêntico. No entanto, observamos, através das vozes dos participantes, a necessidade de dotar o mesmo de um caráter mais pró-ativo e voltado para a comunidade exterior à própria universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÃO

Trata-me como igual, mas deixa-me ser quem sou!

(Stoer e Magalhães, 2005: 165)

Como foi referido anteriormente, nas últimas décadas, a visão social sobre a diferença tem vindo gradualmente a alterar-se. Apesar de assistirmos ainda à existência de inúmeras situações de apenas integração e até mesmo de exclusão social das pessoas com Necessidades Especiais, muito se tem feito no campo da Educação Inclusiva, sobretudo nos países ocidentais.

Concluimos, pois, que o facto de se registar um aumento gradual de estudantes com Necessidades Especiais que ingressam no Ensino Superior está relacionado com o investimento, não só financeiro como, sobretudo, social e ideológico, que tem sido feito pelas instituições universitárias, nomeadamente a Universidade de Aveiro, no sentido da satisfação das necessidades específicas dos mesmos e da promoção do justo acesso à educação, em igualdade de oportunidades e de direitos.

Os esforços para a construção de uma educação inclusiva têm-se centrado na maioria dos países na educação básica. No entanto, o facto do acesso ao Ensino Superior estar cada vez mais possível para mais jovens, o facto da formação universitária ser cada vez mais essencial para obter uma formação profissional e emprego e ainda o facto das instituições de ensino superior integrarem o ensino público, implica que actualmente se equacione o carácter inclusivo da Universidade sobretudo para jovens com condições de deficiência. (Rodrigues, 2004:1)

Partilhamos também da ideia defendida por Barbosa (2002), ao enunciar o grande desafio do Ensino Superior e da sociedade, de uma forma global:

Tomar consciência da diversidade e respeitar os iguais e os diferentes, é para nós o grande desafio da sociedade e, em particular, da escola de nível superior. Defendemos a ideia de que uma educação realmente pluralista deve basear-se num pensamento humanista, isto é, numa ética que encara, em uma perspectiva positiva, as consequências sociais do pluralismo humano (cultural, racial, de género, de riqueza, de capacidades). (Barbosa, 2002: 5)

Ou como nos apresenta Rodrigues (2004),

A questão é o que é que significa para a Universidade qualidade no processo ensino-aprendizagem? Significará escolher uns poucos a que dá a sua qualidade e excluir outros a que dá o insucesso?

Será isto qualidade em termos de uma instituição? Será isto qualidade em termos totais e institucionais? Como defendem Nucan, George, e McCausland (2000) é necessário desafiar as visões comuns de “excelência” e questionar porque é que a exclusão, a homogeneidade e o individualismo hão-de estar relacionados com a qualidade. Talvez a qualidade, numa sociedade cada vez mais multicultural, e heterogénea e em que as pessoas “diferentes” têm cada vez mais visibilidade e poder, a verdadeira qualidade tenha que se equacionar face a valores de cooperação, inclusão, negociação e colectivo. (Rodrigues, 2004:6)

Porém, apesar de toda a evolução verificada nos últimos tempos, como afirmam Stoer e Magalhães, continuamos a assistir a uma sociedade baseada na exclusão:

É paradoxal que numa altura em que toda a ênfase parece ser colocada na questão da inclusão, na educação inclusiva e na chamada “sociedade inclusiva”, a exclusão surja como sendo a norma. (Stoer e Magalhães, 2005: 10)

De facto, os conceitos de exclusão e inclusão estão intimamente relacionados, como anteriormente explicitámos. Não poderemos falar de inclusão social sem refletir sobre as causas da exclusão. A invisibilidade dos grupos minoritários tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento. No entanto, percecionamos atualmente uma nova realidade: a temática da discriminação, do preconceito, da exclusão, tem vindo a ser investigada pelos próprios grupos, numa perspetiva de emancipação e luta pelos próprios direitos.

A exclusão social e a “invisibilidade” dos grupos ignorados, ou marginais, nos diferentes países europeus tornaram-se uma questão central cujas causas e implicações são amplamente discutidas. Alguns modelos teóricos – dimanados de diferentes disciplinas como a medicina, a psicologia, a sociologia, a economia – procuram “explicar” as razões da exclusão social; outros centram-se em saber como é que os sistemas produzem exclusão através da normalização de certas características dos indivíduos. Recentemente, a questão da exclusão social tem sido o objecto de investigação levado a cabo pelos próprios “excluídos” sobre a sua situação. (Stoer e Magalhães, 2005: 61)

Ao longo do presente estudo, mostrámos esta relação entre os conceitos de exclusão e inclusão social, relacionando-os com as representações sociais associadas às pessoas com Necessidades Especiais. O passado de segregação vivida ao longo da História, a visão sobre a diferença, as relações de poder e, por outro lado, os avanços científicos e tecnológicos, as transformações políticas e sociais e as lutas pela emancipação dos grupos oprimidos são fatores essenciais para uma reflexão sobre a inclusão.

Através da investigação desenvolvida, tentámos construir um contexto de empoderamento, autoadvocacia e autodeterminação de um grupo historicamente vulnerável à discriminação. Com a participação de estudantes com NE da Universidade de Aveiro, concebemos um espaço de reflexão e luta pelos direitos humanos destas pessoas, reconhecendo-lhes a voz e

o papel de atores sociais. Com este propósito, surgiu a criação do GUÊ ATUA – Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação.

Foi feita uma reflexão sobre a (in)visibilidade e identidade dos estudantes com NE, sobre a sua efetiva inclusão, quer no Ensino Superior, quer na própria sociedade. Consideramos que, apesar das inúmeras alterações já anteriormente expostas, as pessoas com condição de deficiência são ainda socialmente discriminadas.

No contexto académico, verificamos que a falta de políticas públicas, nomeadamente legislação nacional ao nível do Ensino Superior, comum a todas as instituições, a falta de conhecimento e de formação dos professores e, por vezes, até mesmo das famílias, a inadequação de materiais e metodologias e, até mesmo, as relações interpessoais entre pares tornam mais difícil a caminhada na direção da plena inclusão e no respeito face à diversidade.

A este respeito, verificámos que, na perspetiva dos participantes, a Universidade de Aveiro é considerada uma instituição que promove a inclusão. No entanto, a grande preocupação dos mesmos prende-se com o seu percurso profissional, após a conclusão da sua formação. A empregabilidade é, de facto, um contexto em que efetivamente se encontram barreiras muito mais difíceis de ultrapassar: as barreiras ideológicas.

Tomando o exemplo de Ghent, apesar de vivermos na atualidade uma mudança gradual de paradigma, este não é um processo simples e fácil. No entanto, é esta mudança que favorece os conceitos de empoderamento e autodeterminação, princípios que tomamos como ponto de partida para o desenvolvimento do presente Projeto.

The new orthopedagogy embraces ideas of inclusion (Daniels & Garner, 2000; Van Hove, 2000; Villa & Thousand, 2000), instead of integration and normalisation. It favours concepts of empowerment (Van Hove & Roets, 2000) and self advocacy (Dybwad & Bersani, 1996) of the disabled and supports social engagement. The paradigm shift in Ghent is in line with worldwide developments and orthopedagogy has aligned itself with changes in both thinking and practice. However it is not easy to implement a simple shift from the medical to the social model, from remedy to rights (Embregts, 2000). But despite criticism from traditional sources, influence of the new approach grows steadily and its concepts are appreciated by current policymakers (Van Gennep, 1999; Van Hove et al., 2001; Van Loon & Van Hove, 2001). (Boekaert et al., 2004)

Concluimos, assim, que vivenciamos atualmente a mudança do paradigma assistencialista, de satisfação das necessidades específicas destas pessoas, para o paradigma dos direitos humanos. Isto é, a criação de condições de igualdade de oportunidades, nomeadamente no que diz respeito à educação, começa a ser entendida não como uma necessidade mas como um direito.

LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES FUTURAS

(...) o nosso “nós” desenvolve-se através do conflito com outros “nós”. Neste sentido, assumiu-se como ponto de partida pensar a diferença na sua incomensurabilidade. Assim, ao dizer que a diferença também somos nós, é a nossa própria alteridade (...) que se expõe na relação. O objectivo não é o de “emancipar” a diferença, acabando com ela, num amplo mesmo de igualdades que não foram negociadas, mas, ao contrário, lidar com a diferença através de um processo de negociação sem fim. (Stoer e Magalhães, 2005: 166)

Não obstante todo o conhecimento gerado, consideramos que o presente Projeto é um processo inacabado. Como referem Stoer e Magalhães, “o objetivo não é o de “emancipar” a diferença, acabando com ela”, isto é, não tínhamos como pretensão, com este trabalho, eliminar o preconceito. Esse será sempre um projeto utópico. Pretendíamos, antes, criar algumas condições para que a luta pelo reconhecimento da voz dos estudantes com NE, no contexto universitário, se fosse, gradualmente, efetivando. A proposta de criação de um grupo de autoadvocacia e autodeterminação, em que os mesmos participassem, não como objeto de investigação académica, mas sim como atores sociais responsáveis pelo seu próprio empoderamento, surgiu exatamente com esse propósito.

Um dos principais constrangimentos que tivemos de enfrentar prende-se com a dificuldade pessoal de conciliar a investigação em curso com as exigências a nível profissional e familiar. A falta do tempo necessário para o desenvolvimento da mesma foi notória e constante ao longo de todo o percurso, objeto até de reflexividade registada nas Notas de Campo tomadas. Consideramos esta a principal causa justificativa das limitações do Projeto. Com outra disponibilidade de tempo, teríamos conseguido um maior desenvolvimento dos objetivos propostos.

Por outro lado, apesar dos contactos iniciais efetuados a vários alunos da UÁ, apenas três mostraram interesse e disponibilidade na participação do mesmo. De facto, um Projeto como o GUÊ ATUA, para ser efetivamente emancipador, exige uma grande disponibilidade de tempo para reuniões conjuntas, para estabelecimento de contactos com a comunidade académica e com a comunidade externa à própria universidade, bem como para organização de iniciativas e desenvolvimento de ações de promoção da inclusão em diversos contextos. Pensamos que a falta de receptividade dos estudantes contactados e de disponibilidade na continuação futura do Projeto, manifestada pelos próprios estudantes participantes, se revelam também como limitações do mesmo.

Não queremos, de forma nenhuma, com esta observação, julgar os estudantes em questão. Apresentamos apenas uma outra fragilidade sobre a qual refletimos ao longo de todo o percurso: estes estudantes têm direito ao acesso à educação, em igualdade de oportunidades, mas também o direito ao seu tempo e às suas próprias vidas e projetos pessoais. Não é, pois uma balança fácil de equilibrar.

Porém, na nossa perspetiva, apesar de respeitarmos o seu direito ao silêncio, existem argumentos que justificam a pertinência da continuação de um projeto como o que idealizámos inicialmente. Apesar de a Universidade de Aveiro ter sido considerada pelos participantes como uma universidade inclusiva, muito há ainda a fazer, pois não vivemos efetivamente numa sociedade inclusiva. Pensamos que, tal como foi referido pelos participantes, a ação de um projeto como o GUÊ ATUA se deve voltar mais para a comunidade exterior e para a ação noutros contextos em que a discriminação é ainda visivelmente praticada, nomeadamente no contexto da empregabilidade e na forma como as pessoas com condição de deficiência são socialmente percecionadas. Utilizando as palavras de uma das participantes, “a universidade é uma redoma de vidro” (ANEXO II). Embora muitas barreiras ainda existam a este nível, o preconceito é maior fora do mesmo. É necessária uma ação voltada, sobretudo, para o exterior.

Este foi, assim, um projeto embrionário, mas no qual encontramos motivos para um crescimento futuro. Para que tal aconteça, será essencial uma ação conjunta e a união de esforços entre pares, nos vários contextos sociais, de forma a que a teoria da aceitação e do respeito pela diferença se torne prática corrente.

Alone we can do so little; together we can do so much.

Helen Keller

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Micaela; Antunes, Ana P.; Almeida, Leandro S. (2012). A Inclusão no Ensino Superior: Estudo exploratório numa Universidade Portuguesa. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*. Vol. 19. Biblioteca Pública Regional da Madeira.
- Albarello, Luc et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Barbosa, Marcelo Mello (2002). A inclusão e a diversidade no Ensino Superior. *Revista Educação & Mudança*. Nº 9/10. Brasil: Centro Universitário de Anápolis.
- Boekaert, Eric; Van Hove, Geert; D'Oosterlinc, Franky (2004). *The Search for an Integrated Paradigm on Care Models for People with Handicaps, Disabilities and Behavioural Disorders at the Department of Orthopedagogy of Ghent University*. *Education and Training in Development Disabilities*. 39 (3). 206-216.
- Christensen, Pia; James, Allison (organização) (2005). *Investigação com crianças – Perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Correia, Luís de Miranda (1999). *Alunos com Necessidades Educativas nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.
- Coutinho, Clara Pereira (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Ferrari, Marian A.L. Dias; Sekkel, Marie Claire (2007). Educação Inclusiva no Ensino Superior: um novo desafio. *Psicologia Ciência e Profissão*. Nº 27, Universidade de S. Paulo. 636 – 647.
- Goodley, Dan; Runswick-Cole, Katherine (s/d). Reading Rosie: The postmodern disabled child. *Educational & Child Psychology*. vol., 29. Nº2, 53-66.
- Graue, M. Elizabeth; Walsh, Daniel J. (2003). *Investigação etnográfica com crianças: Teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jodelet, Denise (2004). Pressupostos Psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização in: SAWAIA, Bader (org) *As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes.

Kowalsky, Ronen; Fresko, Barbara (2002). Peer Tutoring for College Students with disabilities. *Higher Education Research & Development*, vol. 21, Nº3.

Labandeiro, Irene da Rocha (2004). *A Vida num Cerco – Exclusão Social – Um Estudo de Caso e Histórias de Vida no Bairro do Cerco do Porto*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto: Universidade do Porto.

Lechner, Elsa (org.) (2009). *Histórias de vida: olhares interdisciplinares*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Marçal, Tatiana (2013). *Inclusão no Ensino Superior: retratos de estudantes com deficiência* (Projeto de Mestrado em Ciências da Educação – Educação Social e Intervenção Comunitária da Universidade de Aveiro). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Meireles-Coelho, Carlos (1988). Educação para todos? – Tratar a todos por igual? *Noesis*, nº 6, Lisboa: Noesis.

Meireles-Coelho, Carlos; Izquierdo, Teresa; Santos, Camila (2007). Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. J. M. Sousa (org.). *Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucess: políticas e actores*. Vol.2. Universidade da Madeira.

Meireles-Coelho; Silva, Manuel Ângelo (2007). Educação para a tolerância numa escola inclusiva e plural para todos. Pedro, Ana Paula; Martins, António; Fernandes, Carlos (coord.) *Congresso educação e democracia: representações sociais, práticas sociais e cidadania*. Universidade de Aveiro, 290-296.

Moreira, Laura Ceretta (2005). In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Cadernos*, Nº 25.

Nações Unidas (1948). Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Nações Unidas (1960). Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino.

Neto, Félix (1998). Psicologia social. Volume I. Lisboa: Universidade Aberta.

OECD (2003). Disability in Higher Education. OECD Publishing.

OECD (2011). *Inclusion os Students with Disabilities in Terciary Education and Employment, Education and Training Policy*, OECD Publusing.

Pearpoint, Jack; O'Brien, John & Forest, Marsha (2009). *PATH – Um caminho para futuros alternativos e com esperança*. Oliveira de Fades: Edição ASSOL.

Poirier, Jean; Clapier.Valladon; Raybaut, Paul (1999). *Histórias de Vida – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais – Trajectos*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Rodrigues, David (2004). A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. Cadernos, Nº 23. Brasil: Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Maria. (disponível em <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a1.htm>, consultado a 11/09/2015).

Rodrigues, David (2008). Desenvolver a Educação Inclusiva – Dimensões do desenvolvimento pessoal. Inclusão – Revista da Educação Especial. Vol. 4, nº 2, 7-16.

Rodrigues, David; Nogueira, Jorge (2010). Educação Especial e inclusiva em Portugal: Factos e opções. *Revista Educación*, vol. 3, Nº 1, 97-109.

Santos, Evelyn (2014). *Ingresso e permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior: um estudo qualitativo* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas da Universidade de Aveiro). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Silva, Maria Odete Emygdio da (2009). Da exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. *Revista Lusófona de Educação*, 13, 135-153.

Smith, Deborah Deutsch (2008). *Introdução à Educação Especial – Ensinar em tempos de Inclusão*. São Paulo: Artmed.

Stoer, Stephen R.; Magalhães, António (2005). A Diferença Somos Nós – A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais. Col. Biblioteca das Ciências Socias – Ciências da Educação, Nº 21. Porto: Edições Afrontamento.

Vala, Jorge (coordenação); Monteiro, Maria Benedicta (coordenação) (2002). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO (1990). Conferência Mundial sobre Educação para todos. Jomtien, Tailândia.

Universidade de Aveiro (2015). Estatuto do Estudante com Necessidades Educativas Especiais da Universidade de Aveiro(disponível em <https://www.ua.pt/pedagogico/ReadObject.aspx?obj=39104>, consultado em 09/09/2015).

Walling,, Linda Lucas (Editor) (1996). *Hidden Abilities in Higher Education: New College Students with Disabilities*. Columbia, USA: University of South Carolina.

WEBGRAFIA

- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (Agência)

<https://www.european-agency.org/>

- Associação Nacional de Docentes de Educação Especial Pró-inclusão

<http://proandee.weebly.com/>

- Disability Studies Quarterly

<http://www.dsqu.sds.org/>

- GTAEDES

<http://gtaedes.ul.pt/>

- Movimento (d)Eficientes Indignados

<http://www.deficientesindignados.org/>

- Rede Inclusão

<http://redeinclusao.web.ua.pt/>

- Support Center for Inclusive Higher Education

www.sihob.be

-Universidade de Aveiro

www.ua.pt

ANEXOS

ANEXO I

DIÁRIO DE BORDO – NOTAS DE CAMPO

De forma a garantir o anonimato dos participantes, ao longo do presente registo, são utilizadas as siglas PA, PB, PC e PD, conforme explicitado no corpo de texto do Projeto.

Março/Abril de 2014

Depois de a Professora Rosa Madeira me ter feito a proposta de abordar a temática da inclusão dos estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior, comecei a procurar alguma informação através da internet. De facto, como a mesma tinha referido, esta é uma área com poucos estudos e investigação em Portugal. Encontrei, logo nesta pesquisa inicial, muitos artigos e teses académicas sobre as NEE. No entanto, especificamente sobre o Ensino Superior, só descobri alguns artigos de autores brasileiros. Este facto despertou-me a curiosidade e comecei a sentir-me bastante motivada para desenvolver este projeto. Decidi elaborar o Pré-Projeto da UC Seminário de Especialização tendo já em mente esta mesma temática.

11/05/2014 – Envio de *email* para Tatiana Marçal.

Dei formalmente o primeiro passo para desenvolver o meu projeto!

A Professora Manuela Gonçalves facultou-me o contacto da Tatiana Marçal, autora de um projeto de Mestrado sobre a inclusão de estudantes com Necessidades Especiais na Universidade de Aveiro, que apresentou o seu trabalho no ano letivo anterior. Enviei-lhe um *email* a apresentar-me e a pedir a marcação de um encontro, no sentido de me ajudar a perceber como tinha desenvolvido o seu projeto, as suas expectativas iniciais, o resultado final,... Penso que este é um bom ponto de partida!

05/06/2014 – Reunião com Tatiana Marçal e com Professora Rosa Madeira.

Reunião com Professora Rosa Madeira e Dra. Gracinda Martins.

Encontrei-me, em primeiro lugar, com a Tatiana. Mais tarde, juntou-se a nós a Professora Rosa Madeira. Conversámos sobre o projeto que a Tatiana apresentou no ano letivo anterior, sobre as dificuldades que encontrou, sobre o resultado final,...

Informou-nos que o facto de ter feito um estágio em Ghent, durante uns meses, foi pessoalmente bastante enriquecedor, pois pôde acompanhar de perto a atividade desenvolvida pelo SIHO com os alunos dessa Universidade. No entanto, fez também com que se atrasasse o seu projeto na UA. A Tatiana referiu que só começou a trabalhar para o mesmo em fevereiro do ano passado. Logo, não teve o tempo necessário para o desenvolver como gostaria.

Falámos também de questões mais práticas como a forma como fez a sua investigação: baseou-a em entrevistas com os participantes, tendo realizado quatro sessões, de entre trinta a sessenta minutos cada, com cada um. Falou das dificuldades de marcação dos encontros, devido a conflitos de horários, da forma como cada um dos participantes gostava de realizar as entrevistas em locais diferentes dentro do espaço da universidade (por exemplo, a PD gostava do espaço exterior e a PC da sala onde costuma estar a trabalhar), da forma como sobretudo as conversas com o PB foram bastante ricas, dado que ele tem uma visão muito interessante sobre as temáticas da deficiência e da inclusão, etc. No final do projeto, preparou uma tertúlia com os participantes, em que foi mostrado o filme “Touch” e feito um debate a partir do mesmo.

Um outro aspeto que a Tatiana focou foi o facto de ter consciência das limitações do seu projeto. Este foi desenvolvido através da técnica da elaboração de retratos (*Portraiture*) seguindo uma abordagem biográfica. Faltou, segundo a própria, o produto final: a apresentação de um objeto artístico construído pelos próprios participantes que, no fundo, lhes desse voz.

Esta conversa com a Tatiana foi muito importante, pois foi a primeira abordagem à entrada no terreno. Ela mostrou-se disponível para me ajudar no que fosse possível e ficou de me enviar os contactos dos três alunos quem tinha trabalhado, bem como o seu projeto, pois este ainda não está publicado.

De seguida, reuni apenas com a Professora Rosa Madeira, que me orientou os próximos passos. Seria importante conhecer o trabalho do SIHO e, em Portugal, de David Rodrigues e Ana Maria Bénard da Costa. Sugeriu ainda contactar a Professora Inês Guedes, do DECA, uma vez que está ligada à área artística e poderia ser uma ajuda na elaboração do produto final a partir dos retratos. Outra indicação foi a de tentar fazer, logo em setembro, um *Focus Group* ou organizar uma conferência, de forma a dar voz aos próprios alunos. Como a professora disse: “começar de baixo para cima”.

Ainda neste dia, conheci a Dra. Gracinda Martins, Coordenadora do Gabinete Pedagógico e um forte apoio para os alunos da Universidade. Mostrou-se extremamente simpática e disponível para me ajudar. Informou que, neste momento, estão identificados 57 alunos com NEE na Universidade de Aveiro, alguns com deficiências motoras e sensoriais, como a paralisia cerebral, a cegueira ou a baixa visão, a surdez, outros com problemas menos “visíveis” como a dislexia ou o Síndrome de Asperger. Falou ainda da função do Gabinete Pedagógico e do modo como tenta apoiar estes alunos e promover a satisfação das suas necessidades, caso a caso. Focou também o projeto *Danças Inclusivas*, que existe há quatro anos e do qual fazem parte cerca de 14 alunos, com e sem deficiências. Este projeto está agora nas mãos da Associação Académica que está a formalizar um núcleo da mesma para o desenvolver.

Um outro assunto de que falou foi o Seminário do GTAEDES que se vai realizar em Lisboa, no dia 19 de junho. Este é um grupo de trabalho e apoio a estudantes universitários com Necessidades Especiais, do qual fazem parte várias universidades portuguesas. Sugeriu a minha inscrição no mesmo, pois seria uma boa forma de conhecer a realidade das várias instituições.

Depois desta reunião, enviei um email à Dra. Gracinda, como tinha sido combinado, a solicitar algum material informativo sobre os alunos com NE na Universidade de Aveiro e fiz a minha inscrição no Seminário do GTAEDES.

09/06/2014 – Encontro com a PC.

Encontrei-me com a PC, no Departamento de Matemática, onde costuma estar a trabalhar no seu projeto. Concluiu o Mestrado em Educação Especial e é doutoranda em Multimédia. Está desenvolver um *software* educativo para crianças com NEE. Tem paralisia cerebral sem uso de meios auxiliares de locomoção.

Através deste encontro, tentei perceber a sua opinião sobre a melhor forma de dar continuidade ao projeto da Tatiana. Questionei-a sobre isso e a sua resposta foi clara: “Os retratos não trazem nada de novo para os participantes”. Na sua opinião, a construção de um qualquer artefacto artístico não vai mudar a situação discriminatória que as pessoas com Necessidades Especiais enfrentam. Acrescentou ainda que a Universidade de Aveiro é uma universidade inclusiva. Registam-se algumas situações em que, de facto, se pode fazer mais, mas o problema é a transição para a vida ativa. Como ela referiu, na universidade não há grandes problemas, mas “E depois?”. Esta é, de facto, a sua preocupação: o ingresso no mercado de trabalho. Portanto, mais do que outro projeto para mostrar as vidas dos alunos, é necessário consciencializar as entidades empregadoras. “É importante consciencializar os professores para as estratégias diferenciadas, mas o que falta é a ponte para a vida ativa.”.

Portanto, a minha sugestão de tentar criar, na UA e com os participantes do projeto, um grupo de apoio, de autoajuda e autoadvocacia, no sentido de empoderar os estudantes com NE foi muito bem aceite. Falei-lhe, então, do SIHO, da Universidade de Ghent. Ela mostrou-se interessada e sugeriu que, através deste grupo, se pudesse falar de oportunidades de emprego e que se convidassem até as entidades patronais e o IEFP/Centro de Emprego a participar. Referiu que o papel da Dra. Gracinda é muito importante na Universidade e deu também a sugestão de se convidarem pessoas que já estão no mercado de trabalho.

No final, reforçou a ideia inicial: se o meu projeto tiver como objetivo a elaboração de retratos, não está disponível; se o propósito estiver relacionado com outro tipo de iniciativas como a criação deste grupo em que se abordem questões como a empregabilidade, terá todo o interesse em participar.

16/06/2014 – Encontro com a PD e a PA.

Marquei encontro com a PD em frente à Reitoria. Confesso que me sentia um pouco nervosa, pois não a conhecia e, dado que tem baixa visão, teria de ser eu a abordá-la, num espaço exterior, sem a conhecer fisicamente. No entanto, correu tudo bem! Sentámo-nos nos bancos junto ao Departamento de Educação e ficámos a conversar.

A PD é muito simpática e extrovertida. Foi também, tal como a PC, muito direta relativamente ao projeto da Tatiana. Disse que não achou interessante nem útil, “não trouxe nada de novo nem ajudou à inclusão”, dado o facto de se tratar de um grupo fechado, de reuniões individuais.

Entretanto, juntou-se a nós a PA. Está a fazer a Licenciatura em Bioquímica e usa cadeira de rodas, pois tem espinha bífida.

Falei-lhes, então, do meu projeto e da sugestão de criar um grupo de apoio com estudantes da Universidade de Aveiro. Mostraram-se interessadas e a PD fez algumas sugestões: fazer reuniões mensais com 6 a 10 alunos com deficiências e outros tantos sem deficiências, que poderiam ser voluntários ou não, para discutir temas. Assim, seria uma forma de promover as relações interpessoais entre pares. Tanto a PD como a PA referiram que não sentem qualquer problema de discriminação ou exclusão na Universidade em si, como organização. No entanto, sentem que as pessoas, de uma forma geral, sentem medo de se aproximar de uma pessoa cega ou que usa cadeira de rodas. A PA referiu até que sente que, às vezes, as pessoas se devem questionar: “Será que posso tocar?” e, então, preferem manter um certo afastamento. A PD sugeriu até que, após as reuniões, se poderia jantar em conjunto na cantina, como uma forma de promover o convívio. Fez ainda outra sugestão: com o objetivo de recolher informação para o projeto, as entrevistas aos alunos com NE poderiam ser feitas por outros alunos, com recurso a um gravador, a partir de um guião elaborado por mim. Seria uma forma de alargar os contactos dos alunos com NE e promover a sua maior inclusão na UA.

A propósito da questão da empregabilidade e com o objetivo de a promover, a PD sugeriu ainda a realização de um encontro organizado, nas últimas reuniões, para o qual seriam convidadas pessoas de fora da UA: por exemplo, do Centro de Emprego, representantes de empresas das áreas de estudos destes alunos, das Incubadoras de Empresas, etc, em que cada aluno com Necessidades Especiais se apresentasse e mostrasse o seu potencial académico e profissional. Outra sugestão foi a de convidar essas mesmas instituições e empresas para assistir à apresentação e defesa do meu projeto, no sentido de promover também a consciencialização para a inclusão.

No final desta conversa, referiu que estava a terminar a sua tese de Mestrado e que a iria defender no início do próximo ano letivo e que, por esse motivo, não poderia assumir um compromisso de participação no meu projeto nessa altura, mas que ajudaria no que pudesse. Fiquei de contactar ambas em setembro.

Tal como a conversa com a PC, esta foi também muito rica e ajudou-me a perceber o que fazia sentido trabalhar no meu projeto.

19/06/2014 – Seminário GTAEDES (Lisboa).

Entretanto, entrei em contacto também com a Evelyn Santos do 2º ano do Mestrado em Ciências da Educação, mas da área de Administração e Políticas Educativas. Está também a trabalhar na sua tese a temática da inclusão de estudantes com NEE no Ensino Superior, mas numa perspetiva diferente, a das políticas da instituição face a estes alunos. Combinámos participar no Seminário do GTAEDES, em Lisboa. Durante as viagens de comboio, fomos trocando bibliografia e impressões sobre os projetos de cada uma.

O evento em si foi bastante produtivo, pois dado que se comemoravam os 10 anos do grupo, foi feita uma retrospectiva do trabalho desenvolvido e focados os pontos a trabalhar no futuro. Penso que as notas que fui tirando e que seguidamente transcrevo serão importantes para o desenvolvimento do projeto.

Oradores:

Professor David Rodrigues:

- Fez a abertura dos trabalhos começando por referir que a palavra “universidade” tem origem no latim, na palavra *universitas*, que significa “universalidade”, “sentar à mesma mesa”, “inclusão”.
- Referiu a importância da pedagogia e das mudanças para que de facto a inclusão aconteça – “os currículos não podem ser elaborados só para alguns alunos”.
- “A universalidade não tem de estar lá em cima, tem de estar ao lado do estudante.”
- “A inclusão obriga a universidade a refletir sobre os perfis da formação” – novas áreas de acesso à formação para a pessoa com Necessidades Especiais.
- GTAEDES – conjunto de instituições que mostram o “caráter inovador, desassossegador da universidade”.

Dr. Cláudio Fernandes – Porta-voz do GTAEDES:

- Referiu que, há 10 anos atrás, verificava-se no grupo “espírito de pioneirismo”, “necessidade de unir esforços dispersos” e “um grande envolvimento dos parceiros”.
- Focou três documentos importantes: o Protocolo que formaliza a criação do GTAEDES, o Regulamento Interno (a missão) e a Ata da primeira reunião do grupo, em outubro de 2005.
- Falou das conquistas, da BAES, por exemplo, e mencionou que “o GTAEDES gerou movimento”.
- E o futuro? – “O *design* universal ainda não é garantido em todas as universidades; as NEE devem estender-se até ao Ensino Superior, não só até ao 12º ano (importância do papel do

governo); “Há hoje muitas instituições interessadas em continuar a fazer a mudança, com vontade.”

Dr. José Marques dos Santos – Reitor da Universidade do Porto:

- Falou do exemplo, do modelo de carinho nas questões da inclusão.
- Pretende-se criar condições para que seja possível “conciliar a excelência do ensino com as questões da inclusão”.
- “Há um longo caminho a percorrer para termos um Ensino Superior de facto inclusivo” – este depende das condições dadas a cada um para desenvolver as suas capacidades,
- A UP não tem “cursos específicos” para sobredotados (“elite intelectual”). Estes também têm NEE.
- “Depende das condições dadas a cada um para desenvolver as suas capacidades.”
- Temos de “fazer o melhor possível em cada momento. A perfeição é inatingível. Temos de fazer o possível, com os meios, as verbas, que temos.”
- Focou ainda a escassez de investigação.
- Nos anos 90, foi criado pela faculdade de Letras um grupo de apoio ao deficiente visual (SAED). Em 2000, esse serviço de apoio passa a servir toda a Universidade e não só aos da Faculdade de Letras. De seguida, é integrado na Reitoria. “Hoje, é um serviço para todos os alunos, mas com “agentes” em cada Faculdade”, não se tratando de “assistencialismo”.
- Criou-se também “legislação própria: o Estatuto do Estudante com NEE da Universidade do Porto”.
- É uma “inovação: há envolvimento do estudante e do Diretor de Curso na definição das suas necessidades para todo o curso e não de ano a ano”. “Cada estudante é que requer o apoio que necessita, não é nada imposto”.
- “A inclusão só será efetiva, se se tiver em conta toda a comunidade académica”.
- O Ensino Superior é o “parente pobre” da inclusão. No Ensino Básico e no Secundário, existe legislação e apoios. “Deveria haver uma verba específica para o Ensino Superior”.
- O GTAEDS tem um papel importante para fazer pressão junto do Governo.

Professor David Rodrigues:

- Resumiu as intervenções anteriores, destacando:
- A “perspetiva de futuro: o que conseguimos e o que nos falta fazer.”
- A “passagem da assistência para os direitos (não é uma boa-vontade, não é um favor, é um direito.”

De seguida, passou-se para a parte dos grupos de discussão. Eu e a Evelyn ficámos no grupo sobre aprendizagem e apoio social. Após algumas trocas de ideias e experiências relativas às várias instituições representadas, passou-se à apresentação da reflexão feita pelos vários grupos:

Pontos em destaque:

Grupo 1 – Apoio à transição para o Ensino Superior:

- Falta de informação das escolas secundárias para o contingente especial;
- Falta de informação por parte dos alunos;
- Acesso ao Ensino Superior tem vindo a aumentar com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano;
- Há mais alunos no Ensino Superior com NE – tem de haver uma articulação maior entre o Ensino Secundário e o Ensino Superior e, depois, entre os docentes do Ensino Superior e o aluno, ao entrar para o mesmo.

Grupo 2 – Aprendizagem e apoio social:

- Dificuldade em dialogar com os professores;
- Falta de preparação / formação dos professores universitários para o trabalho com alunos com NE (mas também relativamente aos funcionários e os próprios alunos);
- “Os afetos: espírito de interajuda é muito importante no meio universitário (não é só o voluntariado) – papel das associações académicas”;
- “Ações de acolhimento (por exemplo, em setembro, no início do ano letivo);
- Isolamento social dos estudantes: a primeira preocupação é a assistência, mas é tão importante a questão do isolamento social (exemplo: Semana Académica);
- Importância do voluntariado;
- “Rostos visíveis” (aspeto humano) é diferente dos números;
- Sugestão de que cada Universidade disponha de, em cada departamento, alguém a quem contactar;
- Adaptações curriculares / competências transversais não são feitas;
- Questões sociais (exemplo, as bolsas, apoio ao alojamento, ...);
- Intercâmbio entre instituições do Ensino Superior – partilha de experiências;
- Papel do docente (importância da formação);
- “Integração é diferente de inclusão”;
- “Necessidade de um trabalho integrado entre a universidade e as instituições fora da universidade”;
- Necessidade de sensibilização da comunidade académica numa perspetiva cultural”.

Grupo 3 – Acessibilidade:

- Acessibilidade física / digital;
- Inexistência de uma política editorial;
- Falta de informação dos serviços de apoio;
- Desorganização da informação existente;
- Importância de preservar as imagens, os gráficos, as fotografias nas digitalizações;
- Necessidade de haver auditorias, por exemplo, da Direção Geral do Ensino Superior, para colocar em prática os princípios legislados;
- Ajudas técnicas – necessidade de as instituições criarem um regulamento interno para a atribuição de bolsas e ajudas técnicas.

Grupo 4 – Empregabilidade:

- “Dificuldades de se estudar e trabalhar ao mesmo tempo quando se tem uma deficiência”;
- “Mutabilidade / contextos laborais e de formação ao longo da vida” vs. “Legislação muito fechada”;
- Questões ao nível do financiamento dos instrumentos de apoio;
- Integração dos estudantes no mercado de trabalho (indicadores de empregabilidade) – papel das universidades;
- “As empresas não têm muita sensibilidade para acolher os trabalhadores com deficiências. Fazem-no sobretudo por uma questão de cotas.” (legislação);
- “Um conjunto de crenças limitadoras (contexto de escola/universidade e depois entidades empregadoras) impedem o olhar para as potencialidades do estudante com NE.”;
- Necessidade de um ponto de encontro (virtual, por exemplo) – Fórum para trocar ideias, pistas, como fazer para encontrar emprego, onde procurar,...;
- Sessões no Ensino Secundário com o testemunho de estudantes do Ensino Superior;
- Sessões com antigos estudantes que já estão no mercado de trabalho – narrativas de inclusão/partilha de experiências;
- Marketing relacional por parte das universidades: transição para o Ensino Superior, frequência do curso, transição para o mercado de trabalho;
- Criação de um observatório de boas práticas – partilha de testemunhos, a nível nacional, no sentido de replicar para outros contextos/instituições.

Resumo das apresentações - pontos-chave:

- Articulação entre as várias partes;
- Informação – é necessário torná-la acessível a todos;

- Barreiras na escolaridade (nos diferentes níveis de ensino);
- Intercâmbio de experiências (sinergias);
- *Marketing* institucional (“É importante tornarmo-nos visíveis para quem está de fora.”).

Posteriormente, a Dra. Gracinda Martins, Coordenadora do Gabinete Pedagógico da Universidade de Aveiro, introduziu a apresentação dos resultados do “Inquérito nacional sobre os apoios concedidos aos estudantes com NEE no Ensino Superior”. Este estudo foi desenvolvido pelas investigadoras Lúcia Pires, Ana Almeida Pinheiro e Valentina Oliveira. Teve como objetivos conhecer a realidade dos estudantes com NEE no Ensino Superior e fazer a divulgação da informação a nível nacional e internacional.

Foi referido que, em 2007, se fez o primeiro questionário, em parceria com a DGES. Existe um estudo semelhante, recente, feito pelo Conselho Nacional de Educação, mas que só abrange os estudantes até ao 12º ano de escolaridade. O inquérito apresentado nesta sessão é o primeiro, a nível nacional, direcionado para o Ensino Superior.

Deste estudo, a partir das instituições que aceitaram responder ao questionário, registaram-se 1318 alunos com NEE, no ano letivo 2013/1024. As instituições de Ensino Superior que mais acolhem estes alunos são as universidades públicas.

As investigadoras informaram os presentes que os resultados deste estudo irão ser brevemente publicados na página do GTAEDDES, por distrito.

Já na parte final do Seminário, registou-se a intervenção de um participante no mesmo, Luís Oliveira, cego, que concluiu o Mestrado em Neuropsicologia e que falou um pouco da sua experiência. Mostrou que foi muito difícil ser trabalhador-estudante, com duas filhas, a receber um salário baixo. Elogiou o trabalho do GTAEDDES, mas referiu que de facto a sociedade coloca muitos entraves às pessoas com deficiências.

Um aspeto que considero digno de ser registado é que este foi um seminário sobre a inclusão no ensino superior. No entanto, estiveram presentes talvez cerca de 150, 200 pessoas e a grande maioria delas estavam de alguma forma ligadas ao ensino superior, por questões profissionais: professores, psicólogos, assistentes sociais, alguns alunos a frequentar mestrados na área das ciências sociais e da educação. Verifiquei que muito poucos presentes eram pessoas com deficiência, pelo menos no que diz respeito à parte motora e sensorial. A intervenção de Luís Oliveira, que mencionei anteriormente, foi a única feita por alguém que experiencia diariamente as situações de inclusão/exclusão de que se falou durante o Seminário.

20/06/2014 – Envio de email para as professoras Rosa Madeira e Manuela Gonçalves.

Enviei o seguinte email às Professoras Rosa Madeira e Manuela Gonçalves:

“Escrevo o presente email para fazer um "ponto da situação" relativamente ao meu projeto e pedir a vossa opinião, no sentido de entregar, no dia 30, o trabalho de Seminário já de acordo com aquilo que pretendo mesmo fazer no próximo ano.

Falei com a Tatiana e fiquei com a ideia de que ela própria tem consciência que deveria ter desenvolvido mais o seu projeto. Referiu que, na parte final, o produto artístico não foi muito bem conseguido. Deveria ter apresentado algo com mais impacto. Disse que o estágio em Ghent, apesar de toda a riqueza que a experiência lhe trouxe, impediu-a de desenvolver o projeto com mais tempo.

Encontrei-me também com a PC e com a PD, em dias diferentes. Ambas me mostraram que o projeto desenvolvido pela Tatiana, a partir dos retratos, não lhes trouxe nada de novo, ou seja, não contribuiu nem para uma maior consciência da comunidade para a questão da inclusão no ensino superior, nem para a melhoria das suas próprias condições. Referiram que teriam todo o gosto em colaborar comigo, mas que se pretendesse fazer o mesmo tipo de projeto, não estariam interessadas, porque não encontram grande utilidade no mesmo.

Não consegui ainda falar com o PB. Sei que ele tem estado muito ocupado com competições, para além do curso. No entanto, acredito que terá uma opinião semelhante. A PC e a PD referiram também que o facto de se reunirem várias vezes com a Tatiana, individualmente, não foi muito produtivo. Só fizeram uma sessão em conjunto... Desta forma, a investigação acaba por não dar grandes frutos, exatamente porque se trata de um grupo restrito e fechado.

Falaram também das suas preocupações. A PC considera que a UA é uma universidade inclusiva. Há pequenas coisas que se podem ir melhorando, sobretudo relativamente à consciência de alguns professores e à relação com os colegas, mas nada de grave. O que a preocupa é de facto a empregabilidade. A PC considera que o meu projeto teria muito mais interesse se se direccionasse para esta temática e possibilitasse uma maior abertura por parte de empresas e entidades empregadoras. Esta temática também preocupa a PD. Esta sugeriu ainda a questão das relações interpessoais, entre colegas com e sem deficiências. Considera que seria bem mais útil fazer algo que permitisse aos alunos com NE alargar os seus contactos para não estarem sempre dependentes da boa vontade dos voluntários quando precisassem de ajuda para alguma coisa ou simplesmente para irem tomar um café!

Conheci, por intermédio da PD, por acaso, a PA, de Bioquímica, que partilha desta opinião. Referiu até que as pessoas "têm medo de falar, de tocar"... São, portanto, estas barreiras que têm de ser derrubadas.

Assim, nestas conversas, tentei direccionar o projeto para a proposta de criação de um grupo aberto, que reunisse regularmente, por exemplo de quinze em quinze dias, para partilhar experiências, trocar ideias. etc. Seria um grupo de interajuda e de autoadvocacia, no qual participariam alunos com NE da UA, mas também outros interessados. Começaria, talvez, por convidar a Dra. Gracinda e alguns dos voluntários, mas tentaria desenvolver estratégias e

contactos com outros alunos, professores, etc. Em cada sessão, seria discutida uma temática de interesse para os participantes e, em sessões programadas, seriam convidadas instituições externas à UA, por exemplo o Centro de Emprego, associações empresariais e Incubadoras de Empresas da região, etc, consoante as temáticas abordadas. É claro que se corre o risco de não obter respostas, mas não custa tentar...

Relativamente à técnica dos retratos, penso que poderia ser aproveitada, mas de outra forma: através dos participantes do grupo seriam feitos pequenos grupos/pares, em que os alunos sem NE entrevistariam os alunos com NE, a partir de um guião elaborado por mim. As entrevistas seriam gravadas e filmadas, para depois ser feita a montagem de um documentário a ser apresentado no final do ano, numa palestra organizada para o efeito, em que os próprios alunos dariam o seu testemunho e mostrariam o seu potencial académico e profissional, à comunidade académica e eventuais empregadores.

Desta forma, a elaboração dos retratos não seria feita, na prática, exclusivamente por mim, mas permitiria, por outro lado, aos alunos participantes conhecerem outras pessoas e alargarem os seus contactos, tornando a investigação muito mais aberta. O objeto artístico seria o documentário, sendo necessária depois a colaboração do DECA, por exemplo, da professora Inês Guedes.

Ou seja, o projeto estaria centrado no Focus Group e, simultaneamente, nas abordagens biográficas/retratos.

Estive ontem presente no Seminário dos 10 anos do GTAEDS, juntamente com a Evelyn. O que foi apresentado e discutido ajudou-me a clarificar as ideias. Penso, portanto, que a proposta que vos apresentei agora terá uma maior utilidade...

Pedia-vos, então, a vossa opinião. Açam que posso avançar com estas ideias? Fazem sentido ou são demasiado ambiciosas?"

12/09/2014 – Encontro com Evelyn Santos.

Após a entrega do trabalho final do Pré-projeto, durante os meses de julho e agosto, fui fazendo alguma pesquisa e recolha de material para o Projeto a desenvolver. Encontrei várias teses que abordam questões relacionadas com a deficiência, as NEE, a inclusão, etc. Selecionei também livros e artigos de David Rodrigues, Ana Maria Benárd da Costa, Meireles Coelho, Poirier, entre outros. Especificamente sobre o Ensino Superior, encontrei algum material, mas de investigadores portugueses, bastante menos.

Combinei encontrar-me com a Evelyn logo no início do ano letivo, pois a experiência dela será bastante útil para começar a desenvolver o Projeto.

Neste encontro, trocámos mais algum material e ela deu-me algumas “dicas” importantes:

- É conveniente contactar o Comité de Ética da Universidade, pedir informações, enviar guião de entrevista, etc. Se o Projeto não passar pelo Comité e não for registado, é difícil depois editar o estudo em livro, se o desejar.

- É necessário fazer um termo de aceitação para os participantes assinarem. Sugeriu enviar primeiro por *email*, para eles lerem antes de eu entregar. Chamou a atenção para os alunos cegos que precisam de conhecer o documento antes.

- Utilizar gravador ou o PC nas gravações? – É preferível utilizar o próprio computador, pois permite-nos guardar logo os ficheiros das entrevistas e aceder a outro tipo de recursos que o gravador normal não permite.

- Entrevista ou questionário? Ambas as técnicas são produtivas. Se optar pela entrevista formal, é necessário fazer depois as transcrições, que são um trabalho muito demorado. Se optar pelo questionário, é necessário fazer o tratamento estatístico posteriormente.

- Exemplos de perguntas interessantes para as entrevistas: O que significa para si “deficiência”? O que significa para si “inclusão”? Qual o termo mais adequado: deficiência, NEE, Necessidades Especiais, Necessidades Específicas,...? Porquê a UA, pela proximidade geográfica do local de residência, pelas condições que oferece,...? Estava informado sobre a UA antes de vir estudar para esta universidade? Usou o contingente especial no acesso ao Ensino Superior?

Além destas “dicas”, falámos ainda de um aspeto curioso que a Evelyn se apercebeu ao longo das entrevistas que realizou: o conceito de deficiência é visto de forma diferente por cada um dos entrevistados. Por exemplo, ela referiu comentários como: um cego – “A minha vida é normal. Eu consigo fazer tudo. Só não consigo ver. Agora, uma pessoa que tenha de usar cadeira de rodas é que deve ter uma vida difícil! Não consegue fazer tudo o que eu consigo, não consegue caminhar...”; enquanto um deficiente motor poderá dizer: “A minha vida é normal. Eu consigo fazer tudo. Só não consigo andar. Para um cego é que deve ser muito difícil viver. Não consegue ver, não consegue fazer tudo o que eu faço!”. Estas observações mostram a diferença dentro da própria diferença e a forma como o conceito é visto de modos diferentes. A Evelyn achou tão interessante este facto que pensa escrever um artigo exatamente sobre o mesmo.

18/09/2014 – Envio de email para a PC e a PD.

Enviei o seguinte email à PC e à PD:

“Ainda se lembram de mim?”

Encontrámo-nos em junho e, nessa altura, falei-vos do meu projeto de Mestrado. As vossas opiniões e "dicas" foram mesmo muito importantes! Obrigada, mais uma vez!

Agora, é começar!

Aquilo que pretendo fazer é criar um grupo de apoio e de interajuda, em que se vão discutindo problemas, trocando ideias e, em conjunto, encontrar meios para que esse grupo tenha visibilidade dentro e mesmo fora da universidade. Seriam reuniões tanto quanto possível informais, de quinze em quinze dias ou mensais, ao final da tarde, em que, por exemplo, as questões da empregabilidade, das relações interpessoais, etc, fossem abordadas.

Por isso, gostava muito de contar convosco!

Amanhã vou ter o dia livre. Combinei encontrar-me com a Evelyn (acho que conhecem) por volta das 10.30. Vou também estar de manhã com a Prof. Rosa Madeira, que vai ser a minha orientadora.

Acham que podemos tomar um café todas juntas? A que horas e onde vos dá mais jeito?

Não sei como estão os vossos horários e se têm disponibilidade...”

A este email, a PD respondeu que estava a terminar a tese dela e que, por esse motivo, não queria estar a assumir um compromisso formal de participação no projeto, mas que ajudaria no que lhe fosse possível. Agradei a disponibilidade e comprometi-me a ir informando do que ia fazendo.

19/09/2014 – Reunião com Evelyn Santos e Professora Rosa Madeira.

Reunião com Professora Rosa Madeira e Professor António Moreira.

A PD e a PC não puderam estar presentes neste encontro. Assim, reuni só com a Professora Rosa Madeira e a Evelyn. Falámos praticamente dos mesmos pontos da conversa anterior com a colega. Ela apresentou à Professora o seu estudo e em que ponto do mesmo se encontrava. É claro que a sua área de especialização é a de Administração e Políticas Educativas e o seu projeto está relacionado com a parte institucional da inclusão, ou seja, por outras palavras, o que a UA faz pela mesma. No entanto, são sempre informações pertinentes para o projeto que pretendo desenvolver.

De seguida, a Professora propôs-me ir falar com o Professor António Moreira, Diretor do Departamento de Educação, portador de uma deficiência motora que lhe dificulta a locomoção. Apresentámos o tema a tratar e o projeto a desenvolver.

O Professor referiu que já se criaram projetos relacionados com a inclusão de pessoas com deficiência na UA anteriormente. Falou do projeto **Sem Barreiras** e da **Rede Inclusão**. No entanto, estes são projetos diferentes daquele que me proponho desenvolver, apesar da temática ser a mesma. Falámos, então, da intenção de criar um grupo de discussão e de organizar um ciclo de cinema sobre a questão em estudo. A Orientadora sugeriu convidar o Professor David Rodrigues para uma conferência, na qual participassem alunos e professores da UA.

Desta conversa, destaco as seguintes observações do Professor António Moreira:

- “A formação de professores que têm contacto com alunos com NEE na UA não se faz!”.

- “A eliminação de barreiras arquitetónicas só está consignada àquilo que está na lei, sem consultar quem é deficiente.”.

Alguns exemplos de situações referidas pelo professor: a altura das caixas de Multibanco não é acessível para utilizadores de cadeiras de rodas; o acesso ao piso inferior da Mediateca do Departamento de Educação; o facto de se ter de pedir a chave para usar algumas casas de banho adaptadas ou alguns elevadores; o facto de algumas dessas casas de banho serem utilizadas como arrecadação; a inexistência de sinais de relevo, por exemplo, nos corredores ou circuitos do *campus*, o que dificulta a mobilidade e independência dos deficientes visuais, etc. Estas situações, na opinião do Professor, demonstram “a falta de sensibilidade de quem está à frente dos serviços. O que se faz é para mostrar que se faz, que existe e não para empoderar, para dar voz. Mostram falta de respeito.”

Após esta conversa bastante enriquecedora com o Professor António Moreira, a Professora Rosa Madeira deu-me algumas indicações para o caminho a tomar:

- Procurar informação sobre as residências para os estudantes, sobre a BAES (Quem são os utilizadores? Quais são os recursos disponíveis?), sobre os Serviços Académicos (Há indicações para apoio a alunos com deficiências durante o período de matrículas?), sobre a participação da Associação de Estudantes, sobre a Bolsa de Voluntários, sobre o Remo Adaptado e as *Danças Inclusivas*, ...

- “Centrar o Projeto no sistema e não nas vidas das pessoas”, mas tendo em atenção que o objeto do mesmo “não é a inclusão na UA, mas a experiência de ser incluído”.

- Começar a registar Notas de Campo – relato das atividades, dúvidas, interrogações, o que me vai chamando a atenção,...

- Fazer entrevista à Dra. Gracinda mais tarde, partindo das informações disponibilizadas já por ela.

26/09/2014 – Envio de *email* para Professora Rosa Madeira.

Enviei à Prof. Rosinha o email que transcrevo, fazendo um ponto de situação:

“Esta semana não consegui ir à universidade. Começaram as aulas na segunda-feira e ainda estou a entrar no ritmo... Tenho mais turmas este ano e o horário muito cheio. Não vai ser fácil... Mas autorizaram-me a troca de uma hora e, à quinta-feira, vou poder sair às 15.30. Assim, ainda vai dar para falando com as pessoas e organizando as coisas....

Combinei encontrar-me com a PC na próxima semana, na quarta-feira, ao final da tarde, e na quinta, depois das aulas, provavelmente também irei à universidade, pelo menos para recolher algumas informações na biblioteca... Talvez a Isabel me sugira alguma coisa também...

A Evelyn já me enviou os nomes e contactos dos alunos que ela entrevistou, mas ainda não sei muito bem como começar! Acho que não poderei deixar de contactar a Dra. Gracinda,

porque ela tem um papel muito importante junto dos alunos e poderá também ser uma ponte entre mim e eles. Vou tentar, no fim de semana, reler o que ela me enviou anteriormente e listar algumas questões para lhe colocar. Estava a pensar marcar um encontro com ela depois... O que acha?"

01/10/2014 – Reunião com a PA, o PB e a PC.

Esta foi a primeira reunião com "o grupo"! Tinha combinado encontrar-me com a PC, no Departamento de Matemática, onde ela está a trabalhar no seu projeto. No entanto, quando lá cheguei, encontrei também a PA, que já conhecia, e o PB, com quem nunca tinha falado. Apresentámo-nos e ele justificou o facto de, em junho passado, não ter respondido aos meus *emails*. Nessa altura, estava cheio de trabalho e muito ocupado com competições. Ter reunido, mesmo que informalmente, com os três foi uma excelente surpresa e um bom sinal!

Apresentei-lhes, então, o projeto, agora de uma forma já mais consistente. Falei-lhes da ideia de criar um grupo de autoadvocacia e autodeterminação com o objetivo de dar voz e visibilidade aos estudantes com NE da UA. Penso que gostaram da ideia, pois mostraram interesse e disponibilidade em participar. Surgiu logo a ideia de criarmos um nome para o grupo, algo que nos identifique...

Combinámos, assim, reunir com alguma frequência, em princípio, de quinze em quinze dias, sendo a quarta-feira o dia mais favorável a todos.

08/10/2014 – Envio de email para a Professora Rosa Madeira e para a Dra. Gracinda Martins.

Enviei o seguinte email à Professora Rosa Madeira:

"Como não tivemos reunião ontem, hoje tentei ligar-lhe mas não consegui falar consigo. Por isso, envio este email. Preciso da sua ajuda..."

Na semana passada, encontrei-me com a PC, com a PA e com o PB. Reunimos os quatro informalmente e apresentei-lhes a ideia do meu projeto - constituir um grupo de apoio e autoadvocacia com alunos com NE da UA, em que participassem gradualmente também outras pessoas. Eles acharam o projeto muito interessante e mostraram-se disponíveis em participar. Um dos assuntos que acham muito pertinente trabalhar é a questão da empregabilidade. Sugeriram até criarmos um nome para identificar o grupo.

Combinámos reunir outra vez na próxima quarta-feira, dia 15, às 18 horas. O dia da semana que dá mais jeito a todos é a quarta, pelo que pensámos que as sessões deveriam realizar-se a esse dia, quinzenalmente. Seria importante que a professora estivesse presente nas

primeiras sessões para nos orientar. Está livre no dia 15? Acha que pode encontrar-se também connosco?

Outra coisa: o ideal seria que tivéssemos uma sala fixa destinada às reuniões. É possível eu reservar uma sala no nosso departamento (ou noutro)? Ou tem de ser por intermédio da professora?

Vou também enviar um email à Dra. Gracinda para a colocar a par do projeto e pedir também a sua colaboração. Estava a pensar reunir com ela nas próximas semanas...”

Solicitei, assim, à Dra. Gracinda, por email (que transcrevo de seguida), a divulgação do Projeto junto dos alunos que procuram o apoio do Gabinete Pedagógico:

“Não sei se ainda se recorda de mim... Sou aluna da Prof. Rosinha e estou, neste momento, a iniciar o meu projeto sobre a inclusão de alunos com NE no ensino superior.

Na semana passada, encontrei-me com a PC, com a PA e com o PB. Reunimos os quatro informalmente e apresentei-lhes a ideia do meu projeto - constituir um grupo de apoio e autoadvocacia com alunos com NE da UA, em que participassem gradualmente também outras pessoas. Eles acharam o projeto muito interessante e mostraram-se disponíveis em participar. O objetivo da constituição deste grupo é criar um espaço de discussão, de levantamento de necessidades, de sugestões, e promover, de alguma forma, ações que contribuam para a consciencialização da comunidade sobre esta questão.

Sugeriram criarmos um nome para identificar o grupo e a requisição de uma sala fixa para estas sessões. As mesmas irão realizar-se, em princípio, à quarta-feira, quinzenalmente, às 18 horas.

Combinámos reunir outra vez na próxima quarta-feira, dia 15, nesse horário. Ainda não sei o local...

Assim, gostaria de lhe fazer dois pedidos! Primeiro, se puder e achar pertinente, pedia-lhe para ir dando a conhecer este projeto aos alunos que procuram o Gabinete que possam estar interessados em participar, aos voluntários, etc, de forma a que não vissem este projeto como mais uma tese sobre esta temática, mas antes uma base para um grupo de trabalho que poderá continuar a existir na UA, mesmo depois de eu terminar o meu projeto.

Depois, gostaria de saber se tem disponibilidade para me receber nas próximas semanas. O dia em que saio mais cedo do trabalho é à quinta-feira, em que consigo estar na UA por volta das 16.30. Se puder reunir comigo, fico-lhe muito grata.

Por último, aproveito para a convidar a participar numa sessão (ou várias!) do nosso grupo. A sua presença será, com certeza, muito enriquecedora e gratificante.”

09/10/2014 – Envio de email ao Grupo.

Enviei o email abaixo, com vista à marcação da próxima reunião com a presença da Professora Rosa Madeira:

“Na semana passada, combinámos a nossa "reunião" seguinte para a próxima quarta-feira. No entanto, falei com a Prof. Rosinha e ela, nesse dia, não pode.

Como tínhamos falado que seria útil ela estar presente nas primeiras sessões, gostaria de vos perguntar se se importam de reunirmos antes na semana seguinte, ou seja, no dia 22, às 18H, para que ela possa estar.

Estão disponíveis ou causa-vos transtorno?”

A este email, todos responderam que estavam disponíveis para reunirmos no dia 22.

10/10/2014 – Envio de email para a PD.

Tal como tinha combinado com a PD, informei-a da próxima reunião:

“Na semana passada, encontrei-me com a PA, a PC e o PB. Falámos da ideia de constituir o grupo de apoio (que vai ter um nome, mas ainda não sabemos qual!) e vamos começar a avançar!

Combinámos o próximo encontro para o dia 22, quarta-feira, às 18 horas. Ainda não sei o local. Vou tentar arranjar uma sala fixa para as nossas reuniões. Logo que saiba, digo. Nesta reunião, vai estar presente também a Prof. Rosinha, que é a minha orientadora.

Se pudeses, aparece!”

No entanto, a PD respondeu que não poderia estar presente, pois já tinha outro compromisso.

16/10/2014 – Reunião com Dra. Gracinda.

A Dra. Gracinda disponibilizou-se a receber-me para falarmos do Projeto. Encontrámo-nos no Gabinete Pedagógico, de que é Coordenadora, no edifício da Reitoria.

Tentei preparar esta entrevista com todo o cuidado, listando uma série de perguntas que lhe gostaria de colocar. Apesar de não ter construído um guião de entrevista formal, tomei como ponto de partida os documentos que ela já me tinha enviado anteriormente e enumerei algumas questões ou pontos a abordar:

- De que forma o Gabinete Pedagógico apoia os alunos com NE na UA?
- Que tipo de necessidades são comunicadas?
- Como é feita a comunicação entre o Gabinete Pedagógico e os Departamentos/professores?
- De que forma é que os estudantes participam na abolição de barreiras arquitetónicas?
- As residências estão adaptadas para alunos com NE?
- Quem utiliza a BAES? Que tipo de recursos oferece?
- Como intervém o grupo de voluntários? Quem faz parte?
- Qual a opinião dos alunos sobre o grupo *Danças Inclusivas*?
- Que tipo de formação é oferecida aos docentes da UA? Qual a receptividade?
- Que tipo de colaboração existe entre o Gabinete Pedagógico e a Associação de Estudantes?
- Que indicadores possui sobre a questão da empregabilidade de alunos com NE, formados pela UA?
- O Gabinete de Estágios Profissionais tem algum contacto particular com estes alunos?
- A UA é uma universidade inclusiva?
- Quais são as preocupações dos estudantes que procuram o Gabinete Pedagógico?
- Tem conhecimento de alguma instituição de Ensino Superior, em Portugal, onde exista um grupo de apoio e autoadvocacia, formado por alunos com NE, que de alguma forma lhes dê voz?

Optei por não gravar a entrevista, talvez erradamente, pois desta forma teria a possibilidade de registar toda a informação. No entanto, penso que o gravador “assusta” as pessoas, fá-las retraírem-se e guardarem algumas respostas e comentários apenas para si próprias. Quis que esta reunião fosse o mais natural possível, mais uma conversa do que uma entrevista formal. Portanto, limitei-me a colocar algumas questões e tomar apenas uns apontamentos:

- Um aspeto que a Dra. Gracinda me sublinhou, logo desde o início, e que, de certa forma, me preocupou foi que “estes alunos estão cansados, fartos de, agora, de repente, toda a gente se interessar por eles e pelas suas vidas”. Perguntou-me se eu ia fazer questionários, pois se os fizesse, provavelmente, não iria obter respostas. Disse-me que “eles apenas querem viver as suas vidas normalmente, fazer os seus cursos,” e que era provável que não obtivesse muita receptividade para o projeto. No entanto, mostrou-se disponível para colaborar no que fosse possível, pois considerava o projeto interessante.
- Também por parte dos docentes, verifica-se uma grande falta de receptividade para a formação. “Os professores não têm tempo! Estão cheios de trabalho, têm de escrever artigos,... Se não for obrigatório, não vão.”. Deu o exemplo de uma ação de sensibilização sobre a dislexia que organizou e para a qual não teve grande receptividade. No entanto, no que diz respeito a

adaptações de material, de instrumentos de avaliação, etc., aquilo que é solicitado para responder às necessidades dos alunos é correspondido. Há preocupação por parte dos docentes, mas não há tempo para receber formação. Portanto, alertou para o facto de que, se eu pensasse em organizar uma qualquer formação para professores, provavelmente não iria ter grande colaboração. Sugeriu antes convidar os alunos dos cursos de ensino e da Escola de Saúde, pois provavelmente iria obter um melhor resultado.

- Relativamente às funções do Gabinete Pedagógico, referiu que normalmente são os alunos que se dirigem ao Gabinete Pedagógico, apresentando a sua situação e o apoio de que necessitam. Caso a caso, são analisadas essas situações e feitas as comunicações necessárias para prestar ao aluno o apoio solicitado. Referiu a título de exemplo a adaptação de espaços na residência que fica mais próxima do *campus*, a aquisição de uma cadeira com verticalização para uso nos laboratórios, a construção de rampas de acesso, etc. Referiu que a Universidade de Aveiro tem preocupação com a inclusão dos estudantes com deficiências e com a satisfação das suas necessidades.

- A biblioteca digital BAES é um serviço de muito boa qualidade. A funcionária Andrea é extremamente prestável e faz um excelente trabalho.

- Outro projeto interessante é o das *Danças Inclusivas*. Trata-se de um grupo de 13/14 alunos, com e sem NE que surgiu há cerca de quatro anos, exatamente com o objetivo de promover a inclusão através de atividades lúdicas. Comentou a sua falta de tempo para dar o apoio e orientação ao grupo. Neste momento, o projeto foi entregue à Associação de Estudantes, que está a criar um núcleo para fazer o devido acompanhamento ao mesmo, apesar de o processo estar a ser muito demorado. A Dra. Gracinda referiu ainda que, atualmente, a PC e o PB estão menos ativos, por questões académicas e profissionais, mas que a PA faz parte da iniciativa, acrescentando que a opinião dos mesmos é que é uma atividade de que gostam, em que se divertem e criam amizades.

- Quanto à questão da empregabilidade, comentou que, de facto, este é um problema que atinge presentemente os jovens, de uma forma geral, dada a situação do país. A agravar o mesmo, temos o facto de estes alunos serem portadores de deficiências que lhes limitam o acesso ao emprego. Não tem conhecimento de alunos formados pela UA que estejam, neste momento, empregados na sua área de formação. Deu apenas o exemplo de um antigo aluno que faz fotografia, mas em regime de voluntariado, e de outro que está presentemente a trabalhar na Câmara de Oliveira do Bairro. É muito difícil para estes alunos conseguirem um emprego relacionado com a sua formação académica. Nas pequenas localidades, nas pequenas empresas, é ainda mais difícil, dado que as grandes empresas ainda têm interesse financeiro em contratar pessoas com deficiência. Deu ainda outro exemplo que ilustra o preconceito existente: uma antiga aluna com deficiência motora, à procura de emprego, colocava sempre nos currículos que enviava uma observação, informando que era utilizadora de cadeira de rodas – nunca obteve qualquer resposta e, por isso, passou a omitir esse facto. A dada altura, foi informada que havia interesse por parte de uma empresa e foi chamada para uma entrevista. Através do contacto telefónico, a

mesma questionou a existência de elevador nas instalações, pois usava cadeira de rodas. Nesse mesmo momento, foi informada de voltariam a ligar para remarcar a entrevista. Evidentemente, não chegou a receber essa chamada...

- A Dra. Gracinda sugeriu, a este propósito, a consulta da página da OED (Operação de Emprego para Pessoas com Deficiência), que trabalha no sentido de promover a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Mencionou ainda a Associação Convivência, de Aveiro, que dinamiza iniciativas relacionadas também com a inclusão. Esta seria uma sugestão para organizar “um evento para fora”, no sentido de consciencializar a própria comunidade local esta questão.

- No que diz respeito ao Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais (GESP), referiu que encaminha para este organismo os alunos interessados e que vai recebendo informações acerca das iniciativas do mesmo. Porém, não tem conhecimento se é feito um trabalho específico com os estudantes com NE.

- Sobre a Bolsa de Voluntários, a Dra. Gracinda informou que se trata de um grupo de pessoas, maioritariamente alunos e funcionários que apoiam os alunos com deficiência nas mais variadas atividades, desde levar o almoço ou jantar, ajudar em tarefas domésticas, ir às compras, até apoiar nas atividades académicas, como passar trabalhos a computador. Há ajudas que já estão programadas, outras surgem ocasionalmente. Neste caso, é enviada uma mensagem para os voluntários pedindo uma pessoa para realizar determinada tarefa. Normalmente, não é identificado o aluno que precisa de ajuda, só após a resposta de um voluntário. Por vezes, esta resposta é rápida, mas outras é difícil encontrar uma pessoa disponível para este apoio. A Dra. Gracinda referiu que muitas vezes foi ela própria que o prestou.

- Em relação à Associação de Estudantes, comentou que, para além do facto de esta ter aceitado responsabilizar-se pelas *Danças Inclusivas*, os seus elementos, e nomeadamente o Conselho do Salgado, têm colaborado com iniciativas do Gabinete Pedagógico.

- Não tem conhecimento da existência de um grupo, noutras universidades, com as características daquele que pretendemos criar na UA.

- As preocupações dos alunos que procuram o seu apoio prendem-se sobretudo com as questões académicas, com os seus cursos, com as necessidades pontuais ou mais específicas que vão sentindo. No entanto, partilham também com ela questões relacionadas com a empregabilidade, com aspetos financeiros, ou com questões mais pessoais como a sexualidade, a vontade de constituir família e de ter uma vida “normal”. A Dra. Gracinda referiu que há pessoas que dizem que “ter um filho com deficiência foi a melhor coisa que lhes aconteceu”... Referiu que a vida destas crianças, destes jovens não é nada fácil. As limitações que têm tornam tudo mais difícil. Por outro lado, já é complicado ser mãe, muito mais é ser mãe de um filho com uma deficiência e ter de enfrentar obstáculos junto com eles. Falou do receio de muitas mães (e pais) de verem os seus filhos com deficiência constituírem família, pois muitas das vezes acabam por se unirem a pessoas também com deficiência, pois são aquelas que mais fazem parte do seu círculo de amigos e, então, o seu papel de cuidadoras passa a ser duplicado; por outro lado, se a união

é feita com uma pessoa sem deficiência, o risco da relação não correr da melhor forma é elevado e o sofrimento dos filhos ainda maior.

Estas foram as últimas reflexões partilhadas pela Dra. Gracinda. Foi uma conversa extremamente interessante e agradável. O seu profissionalismo e simpatia são, de facto, de destacar.

Pedi-lhe ainda o favor de me facultar o contacto de alguns alunos que, no seu entender, possam estar interessados em participar no projeto. Dos 57 alunos identificados na UA, optámos por, nesta fase inicial, contactar aqueles que são portadores de deficiências motoras e sensoriais, talvez por serem mais visíveis.

20/10/2014 – Receção de email da Dra. Gracinda Martins.

Recebi da Dra. Gracinda uma lista de 17 contactos de email de alunos com deficiências motoras e sensoriais.

22/10/2014 – Reunião com Grupo e Professora Rosa Madeira.

Nesta reunião, para além de mim e da Professora Rosa Madeira, estiveram presentes a PA, a PC e o PB. Quem tomou a palavra foi praticamente a Professora. Falou-nos do Professor Geert, da Universidade de Ghent e do projeto SIHO que trabalha exatamente para a inclusão de estudantes universitários com NE e é organizado exatamente por eles mesmos. Mostrou o seu interesse em ajudar a criar na Universidade de Aveiro um projeto idêntico, construído também pelos próprios alunos.

Referiu também que na UA estão identificados 57 alunos com NEE. Perguntou à PA, à PC e ao PB quantos conheciam. Cada um deles respondeu que conhece cerca de 10 estudantes. A Professora perguntou: “Então, onde estão os outros?”. Surgiram algumas respostas: Escondem-se, têm medo, têm vergonha, não conhecem,... É importante perceber a “relação que a pessoa tem com o problema e a relação das outras pessoas com ela”. O PB partilhou aqui uma experiência com um colega: tinham de apresentar um trabalho em conjunto e coube a esse mesmo colega iniciar a apresentação. Esta não correu muito bem e só mais tarde é que o PB soube que o colega tem Síndrome de Asperger. Se tivesse tido conhecimento antes, teria preparado a apresentação de outra forma, de modo a correr bem.

É, assim, importante “abrir a discussão”, “ir para a sociedade, ir para a rua”, como disse a Professora.

Falou ainda da diferença entre falar de necessidades e falar de direitos. As necessidades têm a ver com o bem-estar das pessoas. “É o que já faz, e muito bem, a Dra. Gracinda e o Gabinete Pedagógico.” Direito pressupõe autodeterminação. É esta a linha de orientação do

projeto: não seguir pelo estudo das necessidades das pessoas com deficiência, mas sim pela reflexão sobre os direitos destas pessoas, pela sua autodeterminação.

Fez também referência à luta desenvolvida pelo Movimento (d)Eficientes Indignados. Sobre este ponto, o PB acrescentou que a greve de fome proclamada por Eduardo Jorge, em 2013, teve um grande impacto na sociedade. Na sua opinião, poderemos questionar se se trata de um caso de sensacionalismo ou de autodeterminação, mas o que é um facto é que este foi “o ponto de viragem”.

A Professora fez ainda um “exercício” bastante interessante e curioso. Foi perguntando a cada um o nome, a idade, a localidade onde vivem, o curso, a doença ou deficiência de que é portador,... Depois disse: “Veem? O que é que vos une? O que é que vos liga uns aos outros e vos faz estar aqui? São pessoas diferentes, têm idades diferentes, frequentam cursos diferentes,... Nem sequer é a deficiência que vos une! O que vos liga é a propensão para a vulnerabilidade. É o estereótipo, o preconceito.”. Faz, portanto, todo o sentido falarmos de direitos da pessoa com deficiência e da sua autodeterminação.

Seguidamente, a PC acrescentou que “A sociedade só olha para a cadeira de rodas, para os movimentos involuntários, para a boca que foge para o lado e não para as potencialidades, para o percurso, para as histórias.”

Verificam-se alguns progressos. A PA contou que, por exemplo, há uns dias, estava sozinha no bar e, de repente, uma aluna que ela não conhecia perguntou se se podia sentar e acabaram por começar a conversar uma com a outra.

No entanto, também surgem situações como a que a PC partilhou e que a fez sentir uma grande revolta: há pouco tempo, na cantina, onde existem mesas reservadas para os alunos com NE, devidamente assinaladas com o dístico representativo, um aluno que desconhece dizia para outro, sem qualquer tipo de deficiência visível, “Olha, esta mesa é para ti!” e riam-se bastante, ambos. A este propósito, a Orientadora perguntou o que a PC tinha feito, ao que ela respondeu “Nada...”. A Professora deixou uma sugestão: este grupo que iremos criar pode ter uma página na internet em que, quem quiser pode apresentar este tipo de situações discriminatórias ou, por outro lado, de boas práticas de respeito pelos direitos humanos. Podem até ser criados uns cartões de apresentação para serem entregues às pessoas em situações deste género.

Como referiu também, “É preciso partir a parede de vidro.”. Aconselhou a leitura do texto sobre os “Pressupostos Psicossociais da Exclusão”, de Jodetet, e a pensarmos o que identifica o grupo. Sugeriu organizarmos, por exemplo, um ciclo de filmes sobre as lutas, não só sobre a deficiência, mas sobre a autodeterminação dos grupos excluídos, oprimidos.

No final da reunião, após a saída da Professora, ficámos os quatro a tentar “digerir” toda a informação que ela nos trouxe. Senti que estavam motivados. O PB propôs irmos trabalhando com bases em objetivos que vamos delineando de umas reuniões para as outras. Assim, traçámos já algumas ideias orientadoras: criarmos, para já, um grupo fechado no *Facebook*, para irmos comunicando e partilhando uns com os outros o que acharmos pertinente, e enviarmos um convite

aberto, por *email*, aos vários contactos facultados pela Dra. Gracinda, apresentando o projeto e convidando esses estudantes a participarem no mesmo.

23/10/2014 – Criação do Grupo no Facebook.

O PB criou o grupo no *Facebook*.

Deu-lhe o nome provisório de “Sempre em Frente”.

29/10/2014 – Envio de email para os contactos facultados pela Dra. Gracinda Martins.

Enviei o seguinte email para os contactos facultados pela Dra. Gracinda:

“O meu nome é Ana Traqueia e sou aluna do 2º ano do Mestrado em Ciências da Educação - Educação Social e Intervenção Comunitária.

Neste momento, estou a iniciar o meu projeto relacionado com a temática da inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino superior, nomeadamente na UA, que é orientado pela Professora Rosa Madeira. O objetivo do mesmo será constituir um grupo de apoio e autoadvocacia, com alunos da UA, mas com a participação gradual e pontual de outras pessoas, eventualmente externas à universidade e, assim, criar um espaço de discussão, de sugestões, e promover, de alguma forma, ações que contribuam para a consciencialização da comunidade sobre esta questão. No fundo, através deste espaço informal de discussão, no qual poderão ser abordadas questões como os direitos humanos, a discriminação, as relações interpessoais, a empregabilidade, etc, dar voz e visibilidade ao grupo.

Este projeto já foi apresentado aos colegas PA, PB, PC e PD, para além da Dra. Gracinda.

A PA, a PC, o PB e eu reunimos já duas vezes e combinámos repetir estes encontros quinzenalmente, à quarta-feira, às 18 horas. A PD não pôde estar presente nas duas reuniões anteriores, mas está a par do projeto.

O próximo encontro será no dia 5 de novembro, na sala do Geometrix, no Departamento de Matemática. Este será um local provisório, pois estamos a tentar requisitar uma sala fixa na UA para as nossas reuniões. Pensámos também em encontrar um nome que identificasse o nosso grupo, para em conjunto irmos criando um "movimento" de consciencialização da comunidade sobre esta problemática.

Venho, assim, deixar o convite para participar nestas reuniões e fazer parte deste grupo, de forma mais ativa e frequente ou pontualmente, de acordo com a sua disponibilidade.”

A este *email* obtive apenas as seguintes respostas: um aluno pergunta quais os benefícios para os alunos com NEE, a curto, médio e longo prazo; outra aluna refere que não pode estar

presente, pois tem sessão de fisioterapia nesse horário; e uma terceira aluna informa qye não pode estar presente, pois está a realizar um estágio em Lisboa.

30/10/2014 – Reunião com Professora Rosa Madeira

Encontrei-me com a Professora Rosa Madeira. Foi uma breve reunião, pois a mesma tinha um compromisso que surgira entretanto. Dei a conhecer o final da reunião anterior, após a saída da mesma, do interesse do grupo e das ideias que já tinham surgido. Comuniquei que o PB criara o grupo no *Facebook* e que através da rede social já tinham surgido três hipóteses para a identificação do grupo: “Sempre em Frente” – Nome provisório dado pelo PB; “GUÊATUA – Grupo Unido de Estudantes Ativista da Igualdade de Oportunidades da Universidade de Aveiro”, sugerido pela PC; e “INCLUA” – sugerido por mim.

Sugeriu-me, então, novas leituras: bibliografia sobre a técnica dos incidentes críticos; Os Lugares da Exclusão Social, de Stephen R. Stoer, António Magalhães e David Rodrigues, e A Diferença somos nós, dos dois primeiros autores, sem a participação direta de David Rodrigues. Procurei informação sobre estes livros, na internet, e pareceram muito interessantes e pertinentes. Encontrei uma recensão crítica sobre A diferença somos nós, de Anabela França Mota, que considerei bastante interessante.

04/11/2015 - Envio de *email* para os contactos facultados pela Dra. Gracinda Martins.

Por impossibilidade de reunirmos no dia 5, enviei novo *email* ao conjunto de contactos facultados pela Dra. Gracinda, informando da alteração da data da reunião. Responderam apenas: uma aluna que informa que não pode estar presente, mas pergunta como pode fazer depois; e um aluno que tinha respondido ao primeiro email e refere agora que não pode estar presente, pois tem outro compromisso.

12/11/2014 – Reunião com Grupo.

Neste dia, reuni apenas com a PC. A PA e o PB não puderam estar presentes. Falámos dos seguintes pontos:

- Nome do grupo:

Na opinião da PC, o nome que melhor se adequa ao grupo é “GUÊ ATUA”. Disse que gostava da sonoridade, mas que ela própria tinha dúvidas quanto ao termo “ativista”.

Quanto ao nome dado pelo PB, “Sempre em Frente”, considera que é interessante, mas não descreve o grupo.

Falámos, então, da possibilidade “INCLUA”. Dei-lhe a conhecer a recensão que encontrei sobre o livro A Diferença Somos nós (que, entretanto, encomendei) e apresentei-lhe um conceito em que nunca tinha pensado mas que, na minha opinião, faz todo o sentido: o termo “inclusão” é, por si só, discriminatório, pois não se pode falar em “inclusão” sem pensar em “exclusão”; hoje em dia, fala-se muito em Escola Inclusiva, em Educação Inclusiva, num tempo em que a própria sociedade deveria ser naturalmente inclusiva, sem ser necessário falar dessa necessidade. A PC concordou com estas observações e, portanto, o nome “INCLUA”, apesar de fácil memorização (Inclusão + UA), dá a sensação que se está a obrigar as pessoas a incluírem outras no seu grupo dominante. Logo, pensamos que não será o mais adequado.

- Terminologia:

Pedi a opinião da PC quanto à terminologia que considera mais adequada ao Projeto: deficiência, Necessidades Educativas Especiais, Necessidades Especiais, Necessidades Específicas,... Qual o conceito mais adequado? A PC considera que o conceito de “deficiência” assume um “tom pejorativo. É igual a incapacidade. Dizer “Aquela pessoa é deficiente.” é como dizer “É um incapaz, não sabe fazer nada, não pensa, não tem valor.”. NEE é um conceito muito utilizado, mas nem todas as pessoas que têm uma determinada deficiência têm NEE, isso pressupõe necessidades relacionadas com adaptações escolares e nem sempre elas são precisas. “Necessidades Específicas” não é muito esclarecedor, pois todos temos determinadas necessidades específicas em alguma fase da nossa vida, devido a um acidente, uma doença, em idade mais avançada, etc. Para ela, o melhor conceito será o de Necessidades Especiais. No entanto, mostrou que para ela o termo, o nome, não é importante. “Somos todos diferentes. Somos todas pessoas. O melhor termo é “pessoa”.”

- GTAEDES e *Sem Barreiras*:

Falei-lhe do projeto *Sem Barreiras*. Ela já conhecia e referiu logo que “não é a nossa linha! É mais sobre recursos tecnológicos de apoio às pessoas com deficiências, porque era de facto a área do Professor Jaime Ribeiro.” Falámos, a propósito daquilo que disse o Professor David Rodrigues no Seminário do GTAEDES, em junho passado: estamos a viver a passagem do assistencialismo para os direitos humanos. Um projeto como o *Sem Barreiras* está mais associado à questão do assistencialismo.

- Reunião com o Professor António Moreira:

Mostrei-lhe os apontamentos que retirei da reunião com o Professor António Moreira e fomos discutindo os vários pontos. Destaco o facto de a PC concordar como o Professor quanto à falta de participação dos estudantes da UA na abolição de barreiras arquitetónicas, pois não há uma consulta a quem vai utilizar essas adaptações. Concordou com questões como a altura das caixas Multibanco, as rampas, as casas de banho, etc. Mencionou ainda o facto de, em alguns casos, os elevadores estão fechados e é necessário ir pedir a chave ao segurança. Deu o exemplo da PA que traz uma chave consigo, mas se outro aluno precisar, tem de a pedir. “É uma falta de respeito.”, na sua opinião. Relativamente à falta de sinalização em relevo para os invisuais, referiu também que a própria Dra. Gracinda tem falado nesta questão várias vezes.

Uma sugestão que fiz e que a PC apoiou foi a de fazermos em conjunto um levantamento deste tipo de situações, na perspetiva dos direitos humanos, e preparar uma exposição aos organismos competentes da UA, no sentido de dar voz ao grupo e apelar à participação dos estudantes com deficiências da UA em questões que têm a ver com eles mesmos.

No que diz respeito a formação para docentes, ela também concorda que não se faz. Acrescentou que os cursos de ensino, mesmo o Mestrado em Ensino Especial, não preparam professores e profissionais para desenvolverem um trabalho adequado com estes alunos. Informou que, na sua licenciatura, teve apenas uma cadeira que abordou questões relacionadas com a deficiência e as NEE. Há uma grande falta de conhecimento e preparação por parte do corpo docente da universidade, mas também, de uma forma geral, por parte da maioria dos professores.

Referiu, a este propósito, o caso de um colega que é invisual, que sente uma dificuldade enorme em acompanhar os conteúdos lecionados atempadamente, pois os documentos em *Powerpoint* facultados pelos docentes não estão preparados para ele. A PC comentou que já propôs à Dra. Gracinda fazer uma pequena ação de formação, sobretudo para os professores da UA, sobre como adaptar materiais em *Powerpoint* para invisuais. Segundo a própria, é relativamente fácil fazê-lo, mas a maior parte dos docentes desconhece-o. Esta adaptação facilitaria muito o estudo a estudantes como o seu colega.

Deu ainda dois exemplos de situações em que é visível a discriminação que as pessoas com deficiências são alvo. A primeira refere-se a ela própria. Apesar de considerar que a UA é uma universidade inclusiva, ainda se verificam situações discriminatórias relativamente a docentes, como no caso da apresentação oral de um trabalho em que foi penalizada e obteve uma classificação inferior à dos colegas: “Discriminou-se pela minha dicção numa apresentação de um trabalho. Disse que eu tinha de arranjar uma alternativa! Qual? Pôr alguém a falar por mim?”. A segunda situação mostra o desconhecimento da sociedade, de uma forma geral: no verão foi com o PB a uma praia acessível. Quando pediram ao funcionário responsável a cadeira anfíbia, este disse não sabia o que era, que não tinham nada disso, apesar de a mesma estar até visível. Quando lhe disseram o que era, o funcionário respondeu: “Aquilo? Aquilo é para os nadadores-salvadores arrumarem as coisas deles!...”. É apenas um exemplo prático do desconhecimento.

- Reunião com Dra. Gracinda:

Dei também a conhecer os pontos tratados na reunião com a Dra. Gracinda. Um aspeto interessante foi o facto de eu ter perguntado à PC se, durante os meses de abril/maio, quando a UA recebe os possíveis novos alunos, alguma vez tinha participado nesta iniciativa ou se sabia se algum aluno com NE mostrava a UA a esses novos alunos. Ela nunca participou e desconhece casos de colegas que tenham eventualmente dado esse apoio, mas considerou que era uma boa ideia. Para um utilizador de cadeira de rodas, por exemplo, faz toda a diferença conhecer a universidade através de quem também a utiliza.

Outra questão importante de que falámos foi a da empregabilidade. Conteí-lhe os exemplos dados pela Dra. Gracinda de casos de dificuldade em encontrar emprego adequado à formação académica. A PC falou do seu caso em específico: “Todas as semanas mando currículos. Não digo o que tenho. Acho que não tenho de o fazer, mas às vezes penso se não seria melhor fazê-lo... Os empregadores têm benefícios... Mas é uma hipótese tão remota!”.

26/11/2014 – Reunião com Grupo.

Nesta reunião, não estive presente a PC. Então, optei por pôr a PA e o PB a par da reunião anterior com ela. Desta vez, reunimos numa sala de estudo do DECA, reservada pelo PB.

Tal como aconteceu com a PB, comecei por mostrar-lhes os *emails* que tinha enviado aos contactos que a Dra. Gracinda me facultou. Daqueles que me responderam a PA e o PB só conhecem dois. A PA disse que ela e a PC, em conjunto, conhecem no máximo quinze alunos com NE na UA. O PB confirmou. Falámos, então, das possíveis razões para este desconhecimento. Tanto a PA como o PB comentaram que “as deficiências motoras ou sensoriais, como a cegueira, são visíveis, mas outro tipo de deficiências não são visíveis do exterior e as pessoas não andam rotuladas.”. A PA acrescentou que “as pessoas não precisam de andar com um porta-estandarte a informar que tipo de limitações têm.”. No entanto, na sua opinião, há situações em que deveriam dar essas informações. Deu o seguinte exemplo: “Se uma pessoa tiver diabetes e for convidada para um jantar em casa de alguém que não o saiba, esse alguém vai oferecer ótimas sobremesas e, sem querer, pode colocar a vida do outro em risco, se ele até comer os doces.”

A este propósito, o PB comentou: “Quando uma pessoa se esconde é porque não se aceita a si próprio.”. A PA acrescentou: “Está a autoprejudicar-se”. Na opinião do PB, “Quando se aceita o seu corpo e as suas limitações com naturalidade, não se esconde.”. Como disse a PA: “É como uma máscara de uma personagem que não é verdadeira.”. O PB deu um exemplo: “Quando duas pessoas se conhecem, tornam-se amigas e iniciam uma relação amorosa, se não há essa aceitação própria, as coisas vão correr mal e a máscara vai cair, mais tarde ou mais cedo.”. Depois, acrescentou ainda: “Também há a questão do inconsciente, ou seja, quando alguém com

uma deficiência intelectual ou mental inconscientemente não se aceita, vive num mundo que não é a realidade.”.

Em conversa sobre esta questão da visibilidade, a PA acabou por dizer que, no dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, irá ser feita uma pequena apresentação do projeto *Danças Inclusivas*, em que ela vai participar. O PB é contra este dia. Parece que, nesse dia, “toda a gente se lembra dos deficientes. E então os outros 364?”.

No entanto, também há pessoas que querem verdadeiramente ajudar, independentemente do dia. Ambos contaram situações engraçadas, agora que as estavam a contar, que mostram isso exatamente. A PA falou de um colega no laboratório que estava ao seu lado e “ficou em pânico”, quando ela tentava passar para a cadeira vertical e ele a quis ajudar, mas não sabia como. Não sabia o que fazer, mas queria ajudar. O PB contou que, recentemente, num elevador, uma senhora, com a melhor das intenções, viu que ele estava a tentar carregar no botão para chamar o elevador e não conseguia. “Só atrapalhou ainda mais a situação, porque pensava que eu ia cair da cadeira e que era mudo. Depois o segurança é que lhe disse para me deixar desenrascar sozinho que eu conseguia.”.

Falámos, de seguida, da escolha do nome para o grupo. Eles concordaram que GUÊATUA era a melhor opção. Relativamente ao nome INCLUA, voltei a falar dos conceitos defendidos por Stoer e Magalhães e eles concordaram que o conceito de “inclusão” pressupõe “a existência de um grupo maioritário, fechado, pré-instituído, que a dada altura, abre as suas portas ao grupo minoritário” (PA). Mostrei-lhes, então, o livro e a revisão de que li algumas partes e o João disse: “É mesmo isso!”. Portanto, o nome está fora de questão!

Falei-lhes também do GTAEDS. Eles não conheciam e pareceram interessados.

Um outro aspeto focado foi a escolha da UA para a formação académica. O PB referiu que, no seu caso, tem a ver com a proximidade geográfica. No caso da PA, a situação é diferente. Ela escolheu a UA exatamente pelas acessibilidades. A sua primeira opção seria Coimbra, pela proximidade da sua localidade de origem, mas “Acabar a licenciatura em Coimbra seria inviável!”. Na UA, “o campus é concentrado, as ruas direitas, há a cadeira vertical, que foi uma excelente aquisição,... Consigo trabalhar no laboratório, até consigo ver no microscópio!”.

O PB levantou outra questão: o financiamento das universidades. Apresentou a situação da Universidade do Porto que tem financiamento para pagar a cuidadores, ao contrário da de Aveiro que não o tem e tem de recorrer a voluntários. Se a UA tivesse este tipo de apoio, provavelmente a sua vida na universidade teria sido diferente. Não precisaria de ter comprado casa em Aveiro, mudar-se e a mãe ter deixado o seu trabalho para vir viver com ele e apoiá-lo na Universidade.

Relativamente a situações que demonstram a falta de sensibilidade e até de respeito na abolição de barreiras arquitetónicas e acessibilidades, a PA deu outro exemplo: o aparelho de tirar senhas nos Serviços Académicos está muito alto, não é acessível para quem usa cadeira de rodas. O PB acrescentou que também não o é para os invisuais, pois não há indicações em Braille. “Têm de pedir ajuda.”

Quanto à terminologia a adotar, ambos consideram que o conceito NEE não faz qualquer sentido. A PA até comentou: “Não sei como é que consigo fazer os trabalhos todos e tenho NEE!”. O PB referiu que antes de vir para a UA nem sequer sabia o significado do termo. A palavra “deficiência” assume conotações negativas. “Necessidades Especiais” ou “Necessidades Específicas” são, na sua opinião, melhores. Sugeriam também os termos “Adaptações” ou “Patologias”, mas qualquer um deles é apenas uma palavra.

O PB costuma ter observações muito curiosas. A este propósito disse: “De vez em quando, vem um iluminado dizer que o termo correto afinal é... E eu digo – procurem o significado no dicionário antes de usar o termo!”. De seguida, utilizou uma metáfora: a das maçãs – “Se eu for ao mercado e comprar todas as maçãs que estão à venda, vou comprar toneladas de maçãs: umas são doces, outras mais ácidas, umas estão podres, outras..., mas não deixam de ser maçãs! Ou seja, somos PESSOAS! Cada um com as suas características, mas todos somos pessoas.”.

03/12/2014 – Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Fui assistir à apresentação das *Danças Inclusivas*, primeiro, em frente à Reitoria, e em seguida junto ao Centro Comercial Fórum. Foram apresentadas duas coreografias, por um grupo de cerca de quinze pessoas, três das quais estudantes com deficiências motoras, usando cadeira de rodas, entre eles a PA, que me pareceu bastante divertida. A PC e o PB estavam presentes, a assistir.

A apresentação foi introduzida pela Dra. Gracinda, que falou do projeto e agradeceu a colaboração dos elementos da Associação Académica presentes. No entanto, considero que havia muito poucas pessoas a assistirem. A atividade não teve o impacto que a Coordenadora do Gabinete Pedagógico esperaria. O mesmo aconteceu na apresentação próximo do Centro Comercial. Estavam praticamente as mesmas pessoas, agora apenas com a presença de representantes da Câmara Municipal de Aveiro que colaborou nesta iniciativa.

A PC e o PB também comentaram este facto.

Acompanhei-os a pé no percurso entre a universidade e o espaço da segunda apresentação. O facto de ir ao lado do PB, que usa cadeira de rodas elétrica, fez-me aperceber que, de facto, existem muitas barreiras físicas a serem eliminadas. Por exemplo, a simples altura de um passeio causa um enorme transtorno, pois nem sempre é possível subi-la. Por vezes, o PB teve de ir pela rua, ao lado dos automóveis, e subir para o passeio apenas quando este tinha rampa. E Aveiro é uma cidade plana! Outra coisa que me apercebi, neste percurso, foi que várias pessoas olhavam fixamente para nós. Não sei o que pensariam, mas de certeza não foram indiferentes.

08/12/2014 – Envio de *email* para os contactos facultados pela Dra. Gracinda Martins.

Enviei novo *email* para o grupo de contactos facultados pela Dra. Gracinda, convidando para uma sessão sobre PATH:

*“No âmbito do desenvolvimento do meu Projeto (Mestrado em Ciências da Educação - Educação Social e Intervenção Comunitária), venho por este meio deixar o seguinte convite: Vai realizar-se amanhã, terça-feira, dia 9 de dezembro, das 20 às 22 horas, na sala C.3.3 (Departamento de Educação), uma sessão sobre **PATH (Planning Alternative Tomorrows with Hope)**. Esta sessão é orientada por Mário Pereira, responsável da ASSOL (Associação de Solidariedade Social de Lafões) e organizada pela Professora Rosa Madeira. Destina-se sobretudo aos alunos do 1º ano do Mestrado, mas o convite é aberto a todos quantos se possam interessar. Fica, portanto, a sugestão! Basta aparecer!”*

A este *email* não obtive qualquer resposta.

09/12/2014 – Reunião com Grupo, Professora Rosa Madeira e Dr. Mário Pereira.

Sessão sobre PATH com Dr. Mário Pereira.

Antes da sessão sobre PATH com os alunos do 1º ano do Mestrado, reunimos com o dinamizador da mesma, o Dr. Mário Pereira, psicólogo da ASSOL.

Durante esta reunião, foram focados vários assuntos, sendo de destacar os seguintes pontos:

- Para o Dr. Mário, a pouca sensibilização da sociedade para a inclusão, como tinha referido a PC, “é uma falsa questão.”
- É necessário perceber a lógica dos serviços sociais: se se der dinheiro à pessoa com deficiência é reconhecer o direito da mesma, por isso é que o financiamento é dado às instituições. Da mesma forma, é mais fácil a institucionalização de uma pessoa com deficiência do que a adaptação da sua casa para o uso de uma cadeira de rodas, apesar de ser mais dispendioso.
- “Portugal reconheceu o direito à saúde e à educação. Em Espanha, reconhece-se o direito a apoio quando há incapacidade.” (Dr. Mário).
- Foi feita a sugestão de organizar uma tertúlia com o grupo, com o Dr. Mário e com o Dr. Celso Cruzeiro (advogado, ativista pela inclusão, tem livros publicados).
- “As instituições abrem portas mas só as abrem até onde querem.”, disse o PB, acrescentando mais uma metáfora: “É como se nos dissessem: Vamos abrir a gaiola, mas só podem voar dentro desta sala!”. Falou também da família como sendo o pilar da pessoa com deficiência.

- A Professora Rosa Madeira referiu que “a luta é pela dignidade. O problema é o preconceito, não é a distinção.”.

- O Dr. Mário fez algumas sugestões que poderão ser aproveitadas pelo grupo: por exemplo, procurar chegar aos alunos que vêm do secundário. “Os que chegam à universidade é porque têm capacidades. É preciso mostrar isto aos outros.”

- Falou-se também na publicação de um pequeno livro, mostrando as experiências de cada um (através dos incidentes críticos).

- O PB deu um exemplo de uma situação de um residente numa instituição que conseguiu trabalho. Precisava, no entanto, que a mesma lhe facultasse transporte e não conseguiu. “Foi encostado à parede quando disse que ia chamar a televisão!”. As pessoas com deficiência que estão institucionalizadas são vistas como “clientes” dessas instituições. Acrescentou que estas recebem 900 euros por pessoa, enquanto a família recebe 70 ou 80 euros se a tiver a seu cargo.

De seguida, assistimos à apresentação do Dr. Mário sobre a técnica do PATH, agora juntamente com outros colegas do curso.

Destaco ainda algumas passagens, ditas pelo Dr. Mário, que considero pertinentes:

- “As pessoas que trabalham na área do apoio à deficiência não se veem como parte dela.”;

- “O princípio básico da exclusão é o nós e o eles.”

- “Há muitas instituições, grupos de apoio que gastam muito dinheiro em promover grupos de dança, de teatro, etc., com deficientes, mas não gastam um cêntimo a promover a inclusão dessa pessoa no rancho da terra, por exemplo.”.

04/02/2015 – Envio de *email* para Professora Rosa Madeira.

Desde a sessão sobre o PATH, o Projeto ficou estagnado...

Enviei, assim, o seguinte *email* à Professora Rosa Madeira:

“Já não falamos há tanto tempo... Peço desculpa por isso! Nunca mais disse nada...”

Tenho andado mesmo muito cheia de trabalho. Mal tenho tempo para fazer as minhas coisas da escola. Este ano tenho mais turmas que o ano passado, tenho 32 horas letivas por semana... Sem contar com reuniões e outras atividades que vão surgindo. O tempo não estica!

Para além disso, os meus filhos também precisam muito que eu esteja com eles...

Por isso, o projeto, infelizmente, tem estado mesmo parado!

Estive com a PA, a PC e o PB, pela última vez, quando foi a sessão sobre o Path. Entretanto, foi a interrupção do Natal, o período de exames deles... Desde essa altura, confesso que não consegui mesmo dedicar-me ao projeto. E não sei como vou fazer para o acabar! Não consigo mesmo apresentar em junho, não tenho hipótese nenhuma, mesmo por falta de tempo...

Sendo assim, queria encontrar-me consigo para organizar as coisas e tentar encontrar uma "solução". Vai estar na UA na próxima semana, na quinta-feira, dia 12? Consigo chegar por volta das 16.45. Se puder, diga-me, que eu vou ter consigo."

Enviei também outro para o grupo:

"Como vão as coisas convosco? Já não falamos há tanto tempo...

Peço-vos desculpa por isso! Nunca mais disse nada...

Tenho andado mesmo muito cheia de trabalho. Mal consigo dar conta do recado! E os meus filhos também precisam muito que eu esteja com eles...

Por isso, o projeto, infelizmente, tem estado parado!

Vou encontrar-me com a Prof. Rosinha nos próximos dias e tentar organizar as coisas (não sei bem como!). Depois aviso-vos!"

Poucos minutos após ter enviado estas mensagens, a Professora ligou-me. Tivemos uma longa conversa. Ela tentou incentivar-me a continuar o projeto e a apresentá-lo em maio. Tentei explicar-lhe a minha situação profissional e familiar e a falta de tempo que tenho para o mesmo. Um projeto como este, para ser bem conseguido, exige uma disponibilidade de tempo que, infelizmente, não consigo ter. Vai ser quase impossível!...

De qualquer forma, combinámos reunir no dia 16.

16/02/2015 – Reunião com a Professora Rosa Madeira.

Tentei preparar esta reunião com a Orientadora com antecedência de forma a aproveitar todos os minutos do nosso pouco tempo. Fiz uma lista de pontos, de aspetos mais práticos, que queria discutir com ela. As conversas que temos tido por telefone têm-me ajudado a não desistir, apesar de estar a ser muito difícil corresponder àquilo que eu própria queria fazer com este projeto. Levei também algum do material que fui selecionando das pesquisas efetuadas. Sobre este aspeto, a Professora referiu que era urgente começar a fazer resumos desse material. É claro que tenho consciência disso, mas de facto, infelizmente, não tenho tempo para o fazer.

De qualquer forma, dessa lista de questões, destaco as seguintes:

- Questionário – uma vez que apenas três alunos da UA fazem parte do grupo neste momento, tentei pensar numa alternativa para gerar dados para o meu projeto, reconhecendo a voz dos estudantes da UA. Pensei, então, em elaborar um pequeno questionário de cerca de 4 perguntas de resposta aberta a ser enviado a todos os 57 alunos identificados pela Dra. Gracinda. A partir das respostas a este questionário, o grupo elaboraria uma exposição à UA, salientando a

identificação de barreiras físicas, arquitetónicas e organizacionais, mas também atitudinais e ideológicas, na linha dos direitos e não das necessidades. Penso que, desta forma, se iria dar visibilidade ao grupo. Por outro lado, poder-se-ia fazer uma seleção das histórias de vida apresentadas e tentar publicar um livro que fosse um testemunho.

- Nome do grupo – Reapresentei as três hipóteses que já tínhamos e disse que tínhamos concordado todos em que o nome seria GUÊ ATUA. Entretanto, já eu já tinha sugerido, no Facebook, uma alteração: substituir “Ativista” por “Autodeterminação”. Todos concordaram. A Professora só não gosta da parte da igualdade de oportunidades, pois é muito forçado.

Para além destas questões, a Professora pediu para vermos o material que fomos colocando na página e fazendo comentários. Isso também é gerar conhecimento.

17/02/2015 – Envio de email para o Grupo.

Após a reunião com a Prof. Rosinha, enviei novo email para o grupo:

“Reuni ontem com a Prof. Rosinha e ela sugeriu reunir connosco na próxima semana, na quarta-feira, dia 25, às 18h. Vocês podem? No Dep. de Matemática, no DECA, ou noutra sala...? Gostava que nessa reunião (ou até antes, aqui pelo email ou pelo facebook!) pudéssemos acertar/pensar em algumas coisas, como por exemplo:

- Nome e perfil/descrição do Grupo - Fica GUÊ ATUA (Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação e igualdade de oportunidades da Universidade de Aveiro)? A prof. gostou do nome, apesar de achar que a parte da igualdade de oportunidades é um pouco forçada pois não aparece no acrónimo. Por outro lado, acha que não é urgente haver um nome... Eu nisto discordo: acho que, mesmo que se trate de um projeto embrionário, deve ser identificado para se poder tornar público e visível... O que acham? Que ideias é que consideram pertinentes colocar na descrição do grupo? Criamos também um blog ou outro facebook público?

- Adesão da UA à rede de universidades europeias pela inclusão de estudantes com deficiências no ensino superior (<http://www.eadhe.eu/>) - A sugestão da eventual adesão da UA a este projeto foi anteriormente feita pelo Prof. Geert à Prof. Rosinha, mas acabou por nunca ser formalizada... Podemos tentar reabrir essa possibilidade, em conjunto com a Dra. Gracinda. O que acham? Estão links no facebook...

- PATH - Em dezembro tivemos aquela reunião com o Dr. Mário e, na altura, sugerimos convidá-lo para fazer um PATH para o grupo... O que acham? Falou-se também em convidar o Dr. Celso Cruzeiro para uma "tertúlia"...

- "Memórias" - paralelamente a qualquer iniciativa que organizemos, se se forem lembrando de pequenas "histórias" que tenham vivido, sobretudo na UA, como as que já me contaram (da cantina - PC; da ajuda no elevador - PB; da ajuda com a cadeira no laboratório - PA), tragam-nas para o grupo! Para as reuniões, por email, para o facebook, como quiserem... São exemplos de experiências vividas por vós que mostram situações quer de inclusão, quer de exclusão... Uma das ideias que eu tinha inicialmente era compilar estas memórias (vossas e de outras pessoas) e torná-las públicas, com a respetiva autorização, claro.

Já chega! Não vos chateio mais!!! :D

Reunimos dia 25? Se puderem, falem com outros colegas e tragam-nos!!!

Vou voltar a falar com a Dra. Gracinda para me dar mais contactos..."

25/02/2014 – Conversa telefónica com o PB.

Faço um pequeno registo desta conversa, porque, mesmo por telefone, o PB transmitiu informações importantes. Em primeiro lugar, disse que tem andado em competições e, por isso, não tem tido grande tempo. Não poderá, por esse motivo, estar presente na nossa próxima reunião.

Informou ainda que teve de optar entre a continuação do Mestrado ou a dedicação ao desporto, tendo optado por este último. No entanto, não tinha anulado a matrícula, continua aluno da UA e interessado no Projeto. Apenas terá de fazer uma pausa.

Falámos um pouco dos pontos que mencionei no *email* que anteriormente enviei ao grupo. Relativamente à página do *Facebook*, é de opinião de devemos alterar o nome do grupo, adicionar a descrição do mesmo e torná-lo uma página aberta a todos. Teremos, no entanto, de estar muito atentos aos comentários que possam surgir. Fiquei de pedir a opinião também à PA e à PC.

26/02/2015 – Reunião com o Grupo.

Encontrei-me com a PA e a PC no Departamento de Matemática. Como já não falávamos há bastante tempo, conversámos um pouco sobre a situação profissional e académica de cada uma, neste momento. Falámos também da PD que foi entrevistada num programa da televisão e vimos até um excerto do mesmo, pela internet.

Relativamente ao Projeto, coloquei-as a par da reunião anterior com a Professora Rosa Madeira. Definimos o nome do Grupo. Fica, então, **GUÊ ATUA – Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação na Universidade de Aveiro**. Como a orientadora tinha colocado uma

certa dúvida com a expressão “Igualdade de Oportunidades”, acabámos por a retirar. Para o perfil do grupo, vamos juntar os objetivos do meu Pré-projeto.

Quanto à adesão da UA à EADHE, rede europeia de universidades inclusivas, verifiquei na página da mesma que este foi um projeto interessante, mas que terminou em 2014, sem que a UA formalizasse a sua candidatura.

Fizemos também uma leitura de algumas partes da “Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência”, destacando os princípios proclamados pelo texto em questão, sobretudo o respeito pela dignidade e igualdade de oportunidades, pela não discriminação, pelo respeito pela diferença e participação e inclusão plena e efetiva na sociedade. No que diz respeito à Educação, salientámos o facto de estes princípios estarem previstos concretamente até ao Ensino Secundário, mas de ser feita pouca referência ao Ensino Superior. Quanto à Empregabilidade, apesar estes princípios estarem definidos no documento, a verdade é que nem sempre são cumpridos e, na prática, verificamos situações de discriminação em variadíssimas situações.

Destaco ainda algumas observações que a PA e a PC partilharam:

- No que diz respeito à participação de alunos com NE, referiram que “Há igualdade de oportunidades.” Se os alunos não querem participar, por exemplo, na Associação Académica, não participam, mas têm essa possibilidade. A PC acrescentou que foi representante da turma no Mestrado. Não há entraves a esta participação.

- Concordam que é importante dar um acompanhamento aos alunos com deficiências. Só até ao 12º ano é que estes têm esse apoio. No Ensino Superior é que a situação de complica.

Em relação à publicação de um livro de relato de experiências, sugestão feita anteriormente, tanto a PA como a PC são de opinião contrária a esta ideia. Não gostariam de ver publicadas as histórias de vida delas. Há, portanto, uma privacidade que temos de garantir.

05/03/2015 – Envio de *email* para o Grupo.

A pedido da Professora, enviei o seguinte email ao grupo:

“Na semana passada combinámos reunir na próxima quarta-feira, dia 11, com a prof. Rosinha.

No entanto, ela não vai poder... Vai ter uma aula de Empreendedorismo com a turma do mestrado e convidou-nos a participar! Vai ser com representantes do Banco do Tempo de Coimbra, uma organização que trabalha na área da intervenção e da inclusão. Se quiserem ir, será às 18h no Departamento de Educação. Fica o convite e o link do Facebook da mesma:

<https://www.facebook.com/BancodeTempoCoimbra/timeline>

Relativamente ao PATH, falei com a Prof. Rosinha e ela não se importa de nos dar o contacto do Dr. Mário (eu não tenho), mas primeiro quer ver o material que tenho para as coisas serem bem definidas antes de se marcar com ele. Fiquei de lhe enviar este fim de semana os meus apontamentos já em texto "mais ou menos" organizado... Estou a trabalhar nisso! Logo que tenha uma resposta, digo-vos."

Acabámos por não participar nesta sessão. Eu, por motivos familiares, não pude ir; e eles também tinham outros impedimentos nesse horário.

08/03/2015 – Envio de email para a Professora Rosa Madeira.

Enviei algum material à Professora:

"Envio em anexo o que comecei a fazer:

- o corpo do texto do projeto, com a informação do pré-projeto e algumas alterações e comentários;*
- o diário de bordo com as entradas correspondentes a todos os passos que dei até agora - o texto só está completo nas primeiras 4 páginas. Faltam as notas mais importantes, as das reuniões, mas ainda não cheguei lá! Vou fazê-lo nos próximos dias e, logo que termine, envio-lhe.*

Peço desculpa por não estar a conseguir corresponder àquilo que esperava de mim, mas de facto não está a ser fácil...

Beijinhos e obrigada por insistir comigo!"

08/04/2015 – Envio de email para o Grupo.

Após mais um momento em que não consegui avançar grande coisa, devido ao período de avaliações e reuniões na minha escola e a um grande desgaste daí decorrente, conversei telefonicamente com a orientadora e agendámos nova reunião.

Enviei novo email ao grupo:

"Olá a todos!

Tudo bem convosco? Espero que sim... Sei que nunca mais falámos, mas não me esqueci de vós! :)

As últimas semanas de março e a semana passada foram mesmo muito complicadas: avaliações, reuniões na escola, problemas e mais problemas... Fiquei completamente KO! Apesar

de ter ainda muita coisa para fazer, que ficou por acabar, o fim de semana da Páscoa foi mesmo para desligar de tudo!

Agora é voltar ao trabalho.

O projeto não se adiantou muito... Tenho pena de não estar a corresponder às espetativas (da Prof. Rosinha, às vossas e até mesmo às minhas), mas de facto este ano está a ser muito difícil para mim...

No entanto, já enviei alguns apontamentos à Prof. Rosinha e vou enviar mais algum material até ao próximo fim de semana. Contudo, não me parece que consiga entregar em maio. Não tenho tempo... Por muita vontade que tenha, não dá!

De qualquer forma, combinei encontrar-me com ela na próxima semana, na quinta-feira (dia 16) de tarde. Era ótimo que pudéssemos reunir todos para, em conjunto, vermos que seguimento dar ao projeto.

Acham que nos podemos encontrar e reunir com ela nesse dia, por volta das 17.30/18.00? Que dizem?

Beijinhos e continuação de boa semana! :)"

A PA respondeu logo que estava disponível para reunirmos na próxima semana.

09/04/2015 – Envio de *email* para o Grupo.

Enviei novo *email* ao grupo:

“Olá, outra vez!

Ok, PA!

PC e PB, podem na quinta, dia 16?

Entretanto, vejam se concordam com a descrição do grupo para o facebook. Tínhamos falado em aproveitar os objetivos do meu pré-projeto. Acrescentei só uma "apresentação".

Descrição do grupo:

Acerca de...

GUÊATUA

Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação na Universidade de Aveiro

O **GUÊ ATUA** é um projeto criado por estudantes da Universidade de Aveiro, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização de Educação Social e Intervenção Comunitária, com a orientação da Professora Doutora Rosa Madeira.

Apresentando como referência os princípios defendidos pela Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, acordados pelas Nações Unidas, o projeto **GUÊ ATUA** tem como objetivos essenciais:

- Promover a inclusão dos estudantes com Necessidades Especiais na comunidade académica;
- Dar visibilidade e voz às pessoas com deficiências, promovendo o reconhecimento das suas capacidades e potencialidades pessoais, académicas e profissionais, junto da comunidade;
- Criar condições de empoderamento das mesmas, numa perspetiva de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação;
- Dar a conhecer a realidade vivida pelos estudantes com Necessidades Especiais no Ensino Superior, identificando necessidades não satisfeitas, com vista à sua resolução;
- Reforçar redes de relações entre pares, promovendo a criação de encontros de reflexão e partilha entre os participantes e a comunidade académica;
- Dinamizar atividades como forma de promover a consciencialização por parte da comunidade académica e local, colocando em prática o papel dos participantes como atores sociais.

Tema – Etiquetas: Inclusão e Autodeterminação das Pessoas com Deficiência

Encontrei as imagens abaixo (do Google imagens!!!) que acho que podem servir para a identificação do grupo... O que acham? Dá para aproveitar alguma? Ou adaptar?

Outra coisa: recebi há tempos, no email da UA (vocês também devem ter recebido...) a comunicação do projeto abaixo. É uma página muito simples (acho que gratuita) de um projeto também da UA. O que acham de fazermos o mesmo?

<http://nudeproject.weebly.com/nude-enche-te-de-mundo.html>

Até breve!

Beijinhos”

A PA e a PC confirmaram a sua presença na próxima reunião. O PB respondeu a informar que tinha uma consulta médica e que provavelmente não chegaria a tempo. Seguiu-se uma troca de *emails* a confirmar a hora e o local de encontro.

13/04/2015 – Envio de *email* para a Professora Rosa Madeira.

“Olá, Professora!

Envio em anexo tudo o que tenho até agora!

Se puder, dê então uma olhadela.

A PA e a PC já confirmaram que podem reunir na quinta-feira. O PB ainda não sei...

Beijinhos e até quinta!

Ana”

16/04/2015 – Reunião com o Grupo e com a Professora Rosa Madeira.

Nesta reunião estiveram presentes a PA, a PC, a Professora Rosa Madeira e a PD, que não tinha intenção de ficar para a mesma, dado que tinha ido apenas falar com a PC, mas acabou por ficar.

A Professora tentou motivar a PD a ter um papel ativo no projeto, pois o seu contributo seria muito rico. No entanto, ela mostrou que está cansada, está saturada de participar em projetos, trabalhos de Licenciaturas, teses de Mestrados, etc que acabam por “não dar em nada” e são arquivados, sem se verificarem quaisquer mudanças. Falou do Projeto anterior da colega Tatiana que não teve qualquer utilidade. Referiu também que está constantemente a receber pedidos de resposta a questionários de alunos desta e até mesmo de outras universidades de todo o país, pelo facto de ser uma estudante universitária com NE. Confessou mesmo que ultimamente já nem responde, exatamente pelo facto de estar tão saturada. Deu o exemplo de um projeto anterior, de alunos da UA, em que ela disponibilizou o seu tempo para mostrar, no próprio *campus*, as barreiras arquitetónicas que existem e dar sugestões de melhoria de acessibilidades para pessoas com deficiência visual e, até ao presente, não viu qualquer fruto desse seu contributo. Como referiu, este tipo de projetos acabam por “invadir a privacidade da pessoa” e não resultam em mudanças significativas.

Quer na opinião da PD, quer da PA e da PC, a Universidade de Aveiro é uma universidade inclusiva. No entanto, como referiu a PD, “Há coisas que não se resolvem com um elevador ou com uma rampa. São situações de educação.” Mencionou ainda que “Muitos professores na UA precisam de ser sensibilizados para a inclusão” e que viveu já situações de discriminação de colegas com ela própria.

Porém, questionou: “Vale a pena haver um grupo de comunicação?”. Na sua opinião, através de reuniões como as que o grupo tem tido, através da simples conversa, não haverá mudança.

22/04/2015 – Reunião com o Grupo e com a Professora Rosa Madeira.

Nesta reunião, estiveram presentes a PA, a PC e a Professora Rosa Madeira.

A Orientadora sugeriu-nos o visionamento de alguns filmes que retratam situações de exclusão/inclusão de pessoas com determinadas incapacidades ou deficiências: *A teoria de tudo*, *Still Alice*, *Uma mente maravilhosa*, *O escafandro e a borboleta*, *As seis sessões*, *Fala com ela*, *O meu pé esquerdo*, *Filhos de um deus menor*, etc.

Acordámos em fazer uma seleção destes filmes e preparar uma tertúlia ou *workshop*, à luz da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do material que foi enviado à Professora pela colaboradora do SIHO, Leen Thienpondt. Combinámos que cada uma de nós iria ler estes documentos e fazer um levantamento de questões a partir dos mesmos e dos referidos filmes, no sentido de programar uma tertúlia ou um ciclo de cinema aberto à comunidade académica, com a parceria do Gabinete Pedagógico e da Associação de Estudantes.

A Professora sugeriu ainda adicionarmos ao “Sempre em Frente” a Leen Thienpondt.

24/04 – Envio de email para PB.

“Olá!

Como estás? Espero que a melhorar...

Combinámos reunir outra vez na próxima quarta-feira, dia 29, por volta das 18h.

Na reunião anterior, falámos em fazer em maio um workshop e tertúlia, talvez com a colaboração do 1º ano do mestrado, a partir de alguns excertos de filmes. Amanhã vou colocar no facebook os trailers daqueles de que nós falámos. Ficámos de, até quarta, cada uma de nós ver o que conseguir e escolher as partes que mais interessam, tendo em atenção a Convenção dos direitos das pessoas com deficiência e o material enviado pela Leen, do projeto SIHO (Universidade de Ghent). Este material já está no facebook. Se puderes, vai dando uma olhadela e, mesmo que não possas vir à reunião, comenta ou envia-nos as tuas sugestões...

Definimos também a criação de um novo grupo no facebook que vai mesmo ter o nome de GUÊATUA - Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação. Tirámos a parte da UA, para não usar o nome da universidade. A PC vai tratar disso. Assim, ficamos com o Sempre em Frente para conversarmos e colocarmos o que quisermos e, para o GUÊ ATUA, vamos convidando mais pessoas e colocando as coisas com mais rigor.

Beijinhos e bom fim de semana!

Ana”

29/04/2015 – Email de resposta do PB.

“Olá a todos,

Ana, como disse na semana passada está complicado. E mais uma vez não vou poder ir, pois irei a Universidade do Minho, e devo chegar tarde mas se eu poder ajudar de outra forma terei todo o prazer.

Penso que esta fase está a passar, e irei ter mais tempo para mim e para os meus amigos.

Peço desculpas, mas ainda não é desta.”

29/04/2015 – Reunião com o Grupo.

Voltei a reunir com a PA e a PC para organizarmos uma primeira experiência do grupo no terreno. Pensámos em usar uma aula da Professora Rosa Madeira, com as alunas do 1º ano do Mestrado em Ciências da Educação – ESIC e agendar uma tertúlia com as mesmas no final do mês de maio, antes do final das aulas. Seria uma experiência-piloto de “entrada no terreno” para avaliar, mais tarde, no início do próximo ano letivo, a organização de outra iniciativa aberta à comunidade da UA.

Decidimos esta primeira tertúlia abordaria o tema da Inclusão, mais concretamente, a Educação no Ensino Superior.

Falámos um pouco dos filmes que a Professora nos sugeriu anteriormente, vimos os *trailers* dos mesmos e selecionámos aqueles que nos pareceram mais adequados ao nosso objetivo. A propósito da questão da deficiência e de como esta é abordada nos vários filmes, a PC afirmou: “As pessoas olham para nós como se fôssemos extraterrestres.”, pelo que esperamos que esta iniciativa seja uma primeira tentativa de sensibilização dos eventuais participantes para esta temática, embora tenhamos consciência de que os mesmos estarão, *a priori*, recetivos e terão uma postura muito semelhante à nossa, por se tratarem de alunos do Mestrado, como referi.

Optámos por dividir os filmes pelas três e fazer uma análise mais aprofundada e uma seleção das partes que achássemos mais interessantes. Assim, eu analisarei o filme “Still Alice”, a PA analisará “A cor do paraíso” e “O meu pé esquerdo” e a PC analisará “A teoria de tudo” e “Como estrelas na Terra”.

A PC alertou para algumas questões práticas em que teremos de pensar também: a montagem das partes dos filmes selecionadas deve ser acessível a todos os participantes, é necessário legendar e dobrar as mesmas, a escolha da sala para a realização da tertúlia deve ser acessível, etc.

03/05/2015 – Email da PC.

“Olá a todos!

Como estão? Espero que se encontrem todos bem!

Na passada quarta-feira combinámos que a próxima reunião seria quinta-feira (dia 7) às 14h30m, certo? Acontece que na próxima quinta-feira há um seminário às 14h ao qual gostava de ir, normalmente o seminário tem a duração de 1 hora. Deste modo, proponha que a nossa reunião fosse às 15h/15h15m, pode ser?

Beijinhos e boa semana.!”

Eu e a PA respondemos a confirmar a nossa presença.

04/05/2015 – Envio de email para o Grupo.

“Olá, outra vez!

Falei com a Prof. Rosinha na sexta-feira passada. Ela concordou com a tertúlia a realizar na última semana de maio, numa das aulas do Mestrado. Ficou muito entusiasmada! Vai ver se consegue na quinta-feira reunir um pouco connosco para acertarmos a data e os pormenores.

Sugeri adicionarmos ao Sempre em Frente o Jorge e a Regina, de quem ela nos tinha falado na semana passada, e também o professor António Moreira, mesmo antes de termos o GUÊ ATUA em funcionamento pleno no facebook. Esteve a falar com ele sobre o nosso projeto e ele ficou interessado. O que acham?

PB, estamos a preparar uma "experiência-piloto" para a última semana de maio. Será uma tertúlia/workshop, partindo de uma montagem de alguns excertos de filmes que vamos fazer. Quando tivermos data certa, avisamos. Era ótimo que pudesses participar nessa altura! Vamos pondo-te a par! As melhoras e bom trabalho! :)

Beijinhos a todos.

Ana”

07/05/2015 – Reunião com o Grupo e Professora Rosa Madeira.

A tertúlia sobre a Inclusão na Educação, com o grupo de alunas do 1º ano do Mestrado, ficou agendada para o dia 29 de maio, pelas 18 horas. Apresentámos à Professora Rosa Madeira o que estávamos a pensar fazer: selecionar algumas passagens dos filmes que seleccionámos e fazer uma montagem a partir da qual se desenvolverá o diálogo com as participantes. Consideramos que os filmes que melhor se adequam a este projeto são “Como estrelas no céu – Toda a criança é especial”, “A cor do paraíso” e “A teoria de tudo”, dado que abordam a temática da educação em vários contextos. Eliminámos, assim, o filme “Still Alice”, por acharmos que não estão tão relacionados com a mesma.

A PC mostrou o *Powerpoint* que já tinha começado a fazer e combinámos rever os filmes selecionados e fazer um levantamento das partes que nos interessam para ela fazer a montagem a incluir na apresentação. Assim, eu irei rever o filme “Como estrelas no céu – Toda a criança é especial”, a PA, “A cor do paraíso” e “O meu pé esquerdo”, e PC, “A teoria de tudo”. Cada uma irá também retirar algumas questões, a partir dos mesmos e dos documentos do SIHO, para posteriormente prepararmos um guião para a tertúlia.

A Professora sugeriu convidarmos o Professor David Rodrigues para participar na iniciativa. Seria, de facto, uma enorme riqueza para nós se ele pudesse...Irá dar-nos o contacto.

Acordámos também em rever os objetivos do GUÊ ATUA. A PC já criou o grupo no *Facebook*, para experimentar, e colocou na apresentação do mesmo os meus objetivos do Pré-projeto. A Professora Rosa Madeira convidou-nos a reformular o perfil do grupo. Os objetivos de um projeto académico não são os mesmos de um grupo de alunos que pretende lutar pela sua autodeterminação e participação.

10/05/2015 - Email da Professora Rosa Madeira.

“Ana, PA, PB e PC,

Aqui vai o contacto do David Rodrigues, para que lhe escrevam a contar o percurso em construção que vocês estão a fazer e que espero que também possam explorar como sonho e projeto de existência coletiva na UA, com o David Rodrigues, com a Leen, com o Geert e com Colegas e grupos de outras universidades. O meu maior desejo é poder contar convosco, com a vossa experiência, resiliência e força para construir uma escola e sociedade mais inclusiva para e de todos os meninos e meninas.

*Um abraço grande
Rosinha”*

11/05/2015 – Envio de email para o Grupo.

Encaminhei o *email* da Professora Rosa Madeira para o Grupo.

“Olá a todos!

Encaminho-vos o email da Prof. Rosinha.

Ela falou com o Prof. David Rodrigues. Ele está interessado em participar no nosso projeto. No dia 29 de maio, não poderá estar connosco na tertúlia, porque tem de estar no Porto às 18 para a apresentação de um livro. No entanto, a Professora Rosinha sugeriu entrarmos em contacto com ele, por email, para apresentarmos o projeto, falarmos um pouco daquilo que pretendemos fazer e perguntar se ele tem disponibilidade para, exatamente no dia 29, de tarde, na passagem por Aveiro (ele virá de Lisboa para o Porto) se encontrar connosco para conversar um pouco.

PA e PC,

Era bom que fossem vocês a fazer este contacto em nome do grupo... Eu posso fazê-lo, claro, se preferirem, mas feito por vós é outra coisa!

PB e PD,

Estamos a preparar uma tertúlia sobre a inclusão no ensino superior para o dia 29 de maio, às 18h. Seria ótimo que pudessem participar!

Beijinhos.

Ana”

13/05/2015 – Resposta da PC.

“Olá a todos!

Ana Traqueia,

Neste momento custa-me estar a escrever / entrar em contacto com uma pessoa como Prof. David Rodrigues sem termos ainda bem definidos os nossos objetivos, mas podemos fazê-lo em conjunto se quiseres e eu depois até posso enviar.

Para a nossa tertúlia o melhor é fazer o download dos filmes, relembrem/confirmem quais são:

- 1. A Teoria de tudo*
- 2. O meu pé esquerdo*
- 3. Somos todos diferentes / Como estrelas na terra*

Ainda falta um penso eu, certo?

Vou tentar fazer o download dos filmes dublados em português.

Beijinhos”

17/05/2015 – Resposta da PA.

“Olá a todos,

Desde já as minhas desculpas por estar a responder apenas agora!!

Relativamente aos filmes, falta apenas referir um que se chama: "A Cor do Paraíso".

Beijinhos”

Nos dias seguintes, registou-se uma troca de *emails* sobre a preparação da tertúlia a realizar no dia 29 de maio:

PC:

(A propósito de uma reunião que marcámos, mas que acabou por não se realizar, por impedimento da PC)

“Olá queridas...!

Peço mais uma vez desculpa pelo transtorno que vos possa ter causado.

Conforme combinámos segue em anexo o que já fiz para a nossa tertúlia, tive que partilhar convosco uma pasta na dropbox, não deu para enviar a apresentação por email, e segue também o esboço do email a enviar para o professor David Rodrigues.

Aguardo o vosso feedback e sugestões.

Beijinhos,

Exmº Professor Doutor David Rodrigues,

Somos um grupo de estudantes da Universidade de Aveiro que tem como ambição conceber um projeto que visa contribuir para a criação da igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior, sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão, etc... Envolvida neste projeto está, também, a professora Rosa Madeira, que indicou o Professor David Rodrigues como alguém que tem como área de interesse a inclusão como um direito humano.

Neste sentido, gostaríamos de agendar consigo um encontro informal para que possamos expor, trocar e trabalhar ideias relacionadas com esta temática. Poder-nos-ia dizer qual a sua disponibilidade? Se em breve tem a possibilidade de vir a Aveiro?

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade e atenção e aguardamos, ansiosamente, pela sua resposta e possível colaboração neste projeto.

Com os melhores cumprimentos,"

Ana Traqueia:

"Olá PA e PC!

O email para o prof. David Rodrigues parece-me muito bem... O que achas, PA? Envias tu, PC?

Ontem, acabei por não enviar as partes do filme. Estava mesmo muito cansada à noite...

Envio hoje, ok?

Como é que fazemos para ir à dropbox?

Bjs"

PA:

"Olá Ana e PC,

O mail para o prof. David Rodrigues também me parece muito bem!!

Envio os minutos que seleccionei de cada um dos filmes que vi. Assim sendo:

1-" A Cor do Paraíso":

Min 35:46 ao min 36:18;

Min 40:40 ao min 41:04;

Min 42:02 ao min 47:08;

Min 57:50 ao min 59:28.

2- " Meu Pé Esquerdo":

Min 13:55 ao min 14:27;

Min 15:02 ao min 16:46.

Beijinhos”

PC:

“Ana Traqueia, penso que deves ter recebido um email para aderires à dropbox, certo?

Ou então tenta visualizar através deste

link <https://www.dropbox.com/sh/n3c9lxwa9q5tugu/AAA2j5YJ-VOMRg9Od5Nyx4tma?dl=0>

Sim, eu posso enviar o email para o professor David Rodrigues.

Beijinhos”

Ana Traqueia:

“Obrigada!

Falei com a prof. Rosinha e ela pediu para eu lhe encaminhar a tua proposta (PC) de email para o David Rodrigues. Disse mesmo para mencionarmos o pedido para reunirmos com ele no dia 29 de tarde. Ela disse que foi ele que até sugeriu isso... Disse também para colocarmos os nossos números de telefone para ele nos contactar se assim o desejar.

Outra coisa: era bom também incluirmos o PB neste contacto... Sabem alguma coisa dele? Ele não tem respondido aos emails e tenho receio de ser de alguma forma inconveniente em ligar-lhe...

Ela ficou também de falar com a Dra. Gracinda na segunda para a pôr a par do projeto, mas devemos também ser nós a convidá-la para a tertúlia. Pediu, no entanto, para aguardarmos pela conversa dela.

Beijinhos

Ana”

Ana Traqueia:

“Olá, PA e PC!

Liguei ao PB para falar da tertúlia. Ele não vai poder participar, pois tem de ir para o Porto de tarde. Ficou de me confirmar, até segunda-feira, se na semana seguinte, no dia 5 de junho, tem alguma coisa marcada. Se ele estiver disponível, talvez fosse possível falar com a Prof. Rosinha e adiar a tertúlia para esse dia para ele poder estar presente... Vocês podem? De qualquer forma, ele disse que ia confirmar... Vamos aguardar até segunda. O que acham?

Também não pode reunir connosco na quarta nem na quinta, porque tem fisioterapia.

PC, podes então acrescentar no email para o David Rodrigues a hipótese de encontro no dia 29, na passagem por Aveiro, e enviar-lhe?

Aqui vão as partes do filme "Como Estrelas na Terra, Toda Criança é Especial" (filme sobre uma criança com dislexia):

(Acho que são muitas partes e muito tempo, mas achei que eram interessantes... As que estão a amarelo talvez sejam as mais importantes, tendo em atenção o tema da educação)

00:02:00 - 00:02:43 - introdução: confusão de letras e maus resultados na avaliação da escola.

00:22:23 - 00:25:02 - dificuldade em ler: letras dançarinas.

00:43:56 - 00:45:48 - reunião com os pais e os professores da escola regular: sugestão de matrícula numa escola especial.

01:00:00 - 01:04.40 - maus resultados na escola especial; método de ensino.

01:39:20 - 01:46:22 - explicação da dislexia aos pais por parte do professor novo, também disléxico.

01:49:20 - 01:54:13 - professor novo capta a atenção do menino: exemplos de pessoas famosas com dislexia.

01:59:20 - 02:05:20 - professor explica ao diretor da escola especial a situação da criança: pedido de escola inclusiva; técnicas para trabalhar a dislexia com a criança e melhoria de resultados.

Beijinhos e bom resto de fim de semana!

Ana”

PC:

“Olá...,

Já enviei o email ao professor David Rodrigues com o vosso conhecimento e da professora Rosinha. Vamos aguardar por novidades!!!

Em relação de a tertúlia ser dia 5 de junho, eu penso que tenho um compromisso para esse dia, mas eu sugeria que aguardássemos a resposta do PB e depois eu confirmo se posso ou não, porque o compromisso que tenho pode ser que dê para antecipar para quinta-feira.

Relembrem-me a que horas são os nossos encontros de quarta e quinta.

Beijinhos e boa semana!”

Ana Traqueia:

“Ok. Fixe!!!

Vamos ver, então, se o PB diz alguma coisa hoje... Se não, fica para sexta, como estava combinado.

Na quarta, chego a Aveiro por volta das 17.45. Na quinta, consigo chegar uma hora antes...

Bjs”

24/05/2015 – Envio de email ao Professor David Rodrigues (PC).

A PC enviou, em nome do grupo, o convite ao Professor David Rodrigues:

“Exmº Professor Doutor David Rodrigues,

Somos um grupo de estudantes da Universidade de Aveiro que tem como ambição conceber um projeto que visa contribuir para a criação da igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior, sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão, etc... Envolvida neste projeto está, também, a professora Rosa Madeira, que indicou o Professor David Rodrigues como alguém que tem como área de interesse a inclusão como um direito humano.

Neste sentido, gostaríamos de agendar consigo um encontro informal para que possamos expor, trocar e trabalhar ideias relacionadas com esta temática. Poder-nos-ia dizer qual a sua disponibilidade? Se em breve tem a possibilidade de vir a Aveiro?

Sabemos que o professor dia 29 (próxima sexta-feira) tem a apresentação de um livro no Porto, seria possível o nosso encontro ser nesse dia, na sua passagem por Aveiro?

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade e atenção e aguardamos, ansiosamente, pela sua resposta e possível colaboração neste projeto.

Com os melhores cumprimentos”

26/05/2015 - Email da Professora Rosa Madeira.

A propósito de uma comunicação da UA sobre o período de debate sobre o Estatuto do Aluno com NEE da UA...

“Um desafio mais para o grupo ir tomando corpo e voz e sentido de si mesmo! Não deixes de lhes falar e desafiar a respeito. Isto caiu do céu neste momento. Talvez descubram a falta que faz a experiência e a voz em primeira pessoa.. ou sobretudo quando esta pessoa é coletiva!

Vou tentar abrir o link amanhã, ando exausta...porque são muitas bancadas....

Um abraço amigo a Ti e ao Grupo!”

De seguida, encaminhei o referido email para o Grupo.

26/05/2015 - Contacto telefónico com a Professora Rosa Madeira

Falei por telefone com a Professora. Confirmámos a realização da tertúlia no dia 29. Informei que estávamos a preparar a mesma a partir de excertos de alguns filmes. Sugeriu convidarmos o Núcleo de Psicologia e o Núcleo de Estudantes de Educação Básica para participarem na tertúlia, bem como fazermos o convite formal à Dra. Gracinda.

27/05/2015 - Reunião com o Grupo.

Reuni com a PA e a PC para prepararmos a tertúlia. Falei-lhes da sugestão da Professora Rosa Madeira em fazermos um convite ao Núcleo de Psicologia e ao Núcleo de Estudantes de Educação Básica. No entanto, elas não ficaram muito entusiasmadas. Lembraram que esta iniciativa era uma experiência-piloto a desenvolver num grupo restrito de pessoas com as quais já tínhamos tido até um primeiro contacto, aquando da Sessão sobre Path, em dezembro. Sei que

elas estão motivadas para a realização desta tertúlia, mas sinto que há algum receio de as coisas não correrem bem. Portanto, decidimos não convidar mais ninguém, para além da Dra. Gracinda.

Estivemos também a rever as partes dos filmes que cada uma selecionou. Optámos por não incluir o “O meu pé esquerdo”, pois começámos a apercebermo-nos de que a montagem estava bastante longa. Ainda assim, a PC irá tentar cortar algumas partes dos outros três para não ocupar tanto tempo de apresentação.

Fizemos ainda um esboço do guião. Vou organizá-lo para revermos na sexta-feira.

Acabámos por decidir não ser necessário reunirmos outra vez amanhã. As coisas já estão encaminhadas... Combinámos encontrarmo-nos na sexta-feira, às 16 horas.

À saída do Departamento de Matemática, encontrámos a PD. Convidei-a a participar na tertúlia, mas ela disse que não poderia. Falámos um pouco sobre o projeto. Na sua opinião, este não irá ser continuado. Fazer reuniões de três ou quatro pessoas, passar horas a conversar, não muda nada. É necessário sair para a rua, fazer coisas...

Apesar de saber que a PD, em parte, tem razão, senti alguma tristeza ao ouvir as suas palavras. A motivação que sentia quando estávamos a preparar a tertúlia sofreu um abalo. Reconheço que não vai ser esta pequena iniciativa que irá causar grandes transformações, mas pode contribuir para alguma mudança. Se contribuir para que outras pessoas reconheçam o valor de pessoas como a PA, a PC, o PB e a PD, já valeu a pena!

28/05/2015 - Envio de *email* à Dra. Gracinda Martins.

Enviei o convite formal à Dra. Gracinda:

“Boa tarde, Dra. Gracinda,

Como é do seu conhecimento, estamos a desenvolver, com a orientação da Professora Rosa Madeira, um projeto relacionado com a criação de um grupo, inspirado no projeto SIHO da Universidade de Gent, que tem como objetivos essenciais contribuir para a criação da igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior, tentando sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão.

Amanhã, dia 29, às 18 horas, iremos realizar uma tertúlia subordinada ao tema da inclusão na educação, juntamente com o grupo do 1º ano do Mestrado em Ciências da Educação - Educação Social e Intervenção Comunitária. Tentaremos, a partir da apresentação de excertos de alguns filmes, abrir um espaço de discussão informal. Trata-se, assim, de uma primeira experiência com outros alunos da Universidade de Aveiro.

Vimos, deste modo, deixar o nosso convite à sua participação nesta iniciativa, pelo contributo que tem dado à inclusão de alunos com necessidades especiais nesta instituição. Gostaríamos imenso que, se tiver disponibilidade, estivesse presente na mesma. Decorrerá, em princípio, na sala 5.3.13.

Com os melhores cumprimentos,”

A Dra. Gracinda respondeu:

“Obrigada pelo convite, Dra. Ana. Tenho estado aqui a pensar como é que hei de conciliar tudo o que tenho para fazer, porque não está fácil. Posso estar às 18h, mas não vou poder ficar para além das 19h30. Esta hora é mesmo o limite máximo.

Um abraço.

Gracinda”

E eu agradei...

“Acredito que não lhe seja fácil conciliar tudo, Dra. Gracinda!...

Em nome do grupo, agradeço a sua disponibilidade!

Um abraço.

Ana”

29/05/2015 - Reunião com o Grupo e Tertúlia sobre Inclusão na Educação: “TALKING - Talk about inclusion”.

Chegou o dia!

Encontrei-me com a PA e a PC por volta das quatro da tarde, no Geometrix.

Estivemos a rever a apresentação em *Powerpoint* que a Isabel preparou e que já tinha partilhado connosco através da *Dropbox*. Confrontámos com o Guião que eu elaborei e dividimos as intervenções de cada uma.

Estávamos bastante confiantes. Penso que PA e a PC, sobretudo a PA, estavam um pouco nervosas. A PA confessou que não está muito habituada a falar em público. Mesmo no seu curso, não é costume ter de apresentar trabalhos oralmente...

Foi pena o PB não poder estar presente... A PC disse que a PD também não estaria.

Uns trinta minutos antes da hora agendada, fomos levantar as colunas que eu tinha requisitado, liguei à Professora Rosa Madeira, para confirmar se já se encontrava na UA, e dirigimo-nos para a sala onde iria decorrer a tertúlia, no Departamento de Educação.

Entretanto, chegou a Dra. Gracinda e depois a Orientadora. Após alguma confusão com a sala destinada para o efeito, a nossa atividade começou.

Para além de nós as cinco, estiveram presentes na tertúlia oito alunas do Mestrado e duas crianças, filhas de uma delas.

Comecei por fazer as apresentações: minha, das colegas, do projeto e do GUÊ ATUA. Agradei a presença de todos os participantes e solicitei a autorização para gravar, em áudio, a atividade, garantindo o anonimato dos presentes.

Posteriormente, fiz uma leitura dos objetivos da tertúlia que são, no fundo, os do grupo: “Contribuir para a criação da igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior; Sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão; Criar condições de empoderamento, numa perspetiva de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação; Reforçar redes de relações entre pares, parceiros nacionais e instituições de ensino superior através de consultoria orientada para a resolução de problemas.”

De seguida, passámos para uma imagem representando os conceitos de Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão e pedi para a descreverem. Foi curioso observar que foi exatamente uma criança, filha de uma das alunas, que referiu “O que está correto é o último, o da inclusão.”. Discutiu-se, então, o conceito, associando-o a vários contextos. Concluiu-se que, de uma forma geral, a sociedade ainda está muito a viver a fase da integração, ou até mesmo da segregação, através da institucionalização. Mesmo no que diz respeito à educação, “Diz-se escola inclusiva, mas o que faz é a integração apenas.”.

Relativamente ao emprego, por exemplo, A Dra. Gracinda referiu: “O emprego é o pior, o emprego é o pior. Se falarmos aqui da universidade, isto é um mundo à parte, vivem à parte. As pessoas estão devidamente integradas, estão incluídas. O emprego é muito complicado e, pela experiência que eu tenho de alguns alunos da universidade, são muito poucos aqueles que estão empregados. A PC acrescentou: “Costumo até usar aquela analogia de que a universidade é uma redoma de vidro, em que estamos cá, estamos incluídos. No meu ponto de vista, considero que aqui há inclusão. Foi aqui quando eu vi mais inclusão no meu percurso académico, mas realmente, quando se sai daqui para o mundo exterior, para o mundo do trabalho, há muitas barreiras.”.

No que diz respeito à empregabilidade, grupo, juntamente com o das pessoas com deficiências visuais ou o Síndrome de Down, são talvez aqueles que ainda conseguem ter lugar no mundo do trabalho: “O mercado de trabalho se abre para que tipo de limitações: o deficiente auditivo, o deficiente visual e para a criança na síndrome, de todas, para a questão do Down. Você pode ver que as empresas contratam esse tipo de pessoas, de dificuldades. As outras não têm contratação. É muito difícil isso.” A este propósito, questionou-se o facto de as empresas terem benefícios fiscais ao contratarem pessoas com deficiências. Como referiu a Professora Rosa Madeira, “É criar uma base de negociação provisória. (...) Nas cotas, por exemplo, foi muito debatido a questão das cotas das mulheres na Assembleia. Houve muitas mulheres e muitos homens que disseram que isso era uma discriminação horrível, que as mulheres não precisavam

das cotas para entrar na Assembleia. Uma vez, ouvi a Helena Roseta dizer que isso era uma “não discussão” e que, espontaneamente, os políticos se recrutam uns aos outros em jantares e que as mulheres, pela condição de terem crianças, não vão aos jantares e, portanto, nunca passará pela cabeça deles, eles não pensam que estão discriminando as mulheres, eles vão é buscar outros homens que ocupem os lugares e, portanto, o que acontece, com os empresários, eles não pensam que estão excluindo. Se nunca tiveram uma pessoa com deficiência, eles não pensam que estão incluindo. Se não tiverem uma consciência, um critério para começarem a incluir, isso vai ser muito mais difícil, isso funciona como condição provisoriamente necessária.”

Falou-se também do mundo da política, da falta de representação das pessoas com Necessidades Especiais na Assembleia da República, por exemplo.

Foi também referido que “Os surdos, enquanto comunidade, ganharam muitos direitos. (...) É uma comunidade forte. Inicialmente, eles arranjaram, eles conseguiram ver pela positiva a questão da comunicação entre eles e conseguem ter força suficiente para dialogar.”

Outro assunto em destaque foi a família: a ideia de que a família é inclusiva é um estereótipo, pois verificamos a quebra dos laços familiares com a institucionalização de idosos em lares, quando perdem as suas capacidades. Por outro lado, viver com a família nem sempre está relacionado com a qualidade de vida. Falou-se também do facto de muitas crianças com deficiências serem abandonadas nos hospitais, mostrando também a segregação relacionada com a família.

Uma das participantes na atividade contou também o caso de uma iniciativa relacionada com o mundo da moda, em que foram criados manequins com deficiências físicas e criadas peças de vestuário, por estilistas, a pensar nesses manequins. Foi uma forma de chamar a atenção da sociedade para a visão do corpo associada à deficiência. “Essa exposição foi para isso mesmo, foi para chamar a atenção à sociedade de que não é tudo igual, que a beleza não está associada à visão dos critérios dominantes.” (Professora Rosa Madeira).

De seguida, foi apresentada uma montagem feita a partir de excertos do filme “Como estrelas no céu – Toda a criança é especial”. Este retrata a discriminação vivida por uma criança indiana, quer no contexto familiar, quer no contexto escolar, até ao aparecimento de um novo professor que associa o insucesso escolar do mesmo à dislexia. A partir dos excertos apresentados foram levantadas algumas questões, como o papel da família, dos professores e a exclusão de que a criança disléxica apresentada no filme foi alvo, tanto a nível familiar, como escolar. Concluiu-se que esta discriminação, que ainda hoje acontece, se deve ao desconhecimento, quer dos familiares, quer dos professores.

Destaco, assim, algumas intervenções sobre o papel da família:

- “Pode dizer-se que a família pode ser o apoio ou não. O que acontece com os pais é que os pais, às vezes, também não têm conhecimento. A exclusão não é algo voluntário.”(Participante)
- “Os pais não estão a excluir, estão avaliando, estão sofrendo como parte da exclusão (...) o que se nota aqui é que a família também aguenta com o peso do desconhecimento do que se passa e a pressão para a exclusão.” (Professora Rosa Madeira)

- “Mas eu aqui entendo a atitude dos pais, porque os professores mostraram aos pais que o filho é capaz. E portanto, os pais, pessoas sem conhecimentos, pelo menos nessa área... Eu aqui não critico os pais. (Dra. Gracinda Martins)

Relativamente à educação e, concretamente, ao papel dos professores, foi referido, por uma participante que “Os professores vêm uma turma, não vêm o aluno....”. Através do filme apresentado, foi notório que só com a intervenção de um professor em específico é que a situação da criança foi alterada, da discriminação e segregação para a inclusão. Isto aconteceu, neste caso, devido ao facto de o professor em questão ser também ele disléxico e, por esse motivo, teve uma sensibilidade para o sofrimento da criança que os restantes professores não tinham, devido ao seu desconhecimento.

Na opinião da PC, é muito importante que os professores “acreditem nas potencialidades dos alunos. (...) Porque o filme também mostra que, se não fosse aquele professor a valorizar as capacidades daquele aluno, ele iria reprovar certamente e iria para a escola especial. Ou não estudar mais. Por isso, é que devemos estar atentos para que a exclusão não aconteça.”. Como referiu ainda, “há famílias que também só olham para a incapacidade do filho como mostra no filme. (???) Mas no caso de não saberem, mesmo assim, valorizam qualquer capacidade. (???) E acredito agora e se calhar há uns anos atrás, muitos sujeitos teriam a capacidade de chegar mais longe, mas foram colocados em CERCI ou outras instituições, porque não acreditaram neles. (...) E se calhar não tiveram a sorte de cruzar com profissionais que pudessem ir buscar qualquer capacidade e ver ali a ponte para o sucesso.”

A PA também acrescentou: “Isso também pode ter a ver com o ambiente familiar que a pessoa tem. Eu para chegar à escola tive que ter alguém que me pusesse lá e que me dissesse “Estuda.””.

A Professora Rosa Madeira deu ainda o exemplo de um aluno que “disse que o lugar onde ele chegara e lhe perguntaram, não o que ele tinha, mas o que ele precisava, foi aqui na universidade. Em todo o percurso escolar, as pessoas andavam à procura do que eles tinham de defeito para depois disponibilizarem inicialmente e depois ver o que precisa. Claro que um aluno no ensino superior já passou por tantas coisas e já sabe dizer o que precisa. Uma criança não terá essa competência, esse poder de dizer o que precisa.”.

Destaco também a seguinte intervenção da Dra. Gracinda: “A escola é importantíssima, a escola e a família. A escola logo nos primeiros anos. O que vemos na universidade, os estudantes que nos chegam e sobretudo a nível de dislexia estão muito bem preparados porque, não sei quantos ficam pelo caminho, mas os que nos chegam estão muitíssimo bem preparados, fazem o seu percurso sem dificuldades (???) e as únicas coisas que eles nos pedem é apenas tempo extra nos testes e compreensão com os erros ortográficos. São as duas únicas coisas que nos pedem na universidade. Uma ou outra disciplina pode necessitar de uma prova oral (???) mas o maior número de alunos com necessidades especiais que temos na universidade de Aveiro têm dislexia e, portanto, são problemas. Pelo menos esses chegam bem preparados aqui. Há uns meses antes estive com um aluno, era um aluno com dislexia e, só no 10º/11º ano é que tinha sido detetado e

até aí era isto: era burro, foi discriminado pelos colegas. Ele era um rapaz inteligentíssimo, mas ele era um pouco... não era agressivo, dizia de qualquer maneira porque (???) realmente tinha sido discriminado.”

Uma das participantes, a este propósito, referiu: “A única coisa para a qual a escola está preparada para trabalhar é a dislexia. Por isso, eles virem bem preparados porque eu acho que na escola, a única coisa que é tratada, que realmente tem um bom acompanhamento é a dislexia, porque se nós sinalizarmos um aluno por coisas que achamos, por exemplo não tem concentração e tem um nível familiar complicado, é problema dele! Agora se dissermos que tem dislexia, já tem direito a um aconselhamento, já tem direito a uma série de coisas. Acho que é a única coisa que efetivamente a escola está preparada para trabalhar.”

A Professora Rosa Madeira falou também de uma sua experiência: “Em Águeda, decidiu-se que nenhum menino mais sairia da escola por ter uma deficiência ou, então, nenhuma criança ou família tinha de sair dali pelo tipo de deficiência. A comunidade tinha que resolver os problemas. Assim, começou o movimento da inclusão. A inclusão incondicional. Então, nós vencemos aquilo que, naquele momento, estava impedindo que a pessoa se sentisse bem no lugar onde estava, entre pares, e serem capazes de se afirmar como pessoa com existência e serem tratados com dignidade. E depois eu fui aprendendo qual era o peso que tendo conhecido a deficiência daquelas crianças que nós incluímos, incluímos não, incluíram os professores mais velhos e eles já tinham capacidade de ver... Já tinham visto muitos alunos passarem pelo sucesso e insucesso que tinham resultado na vida deles e sabiam o que era essencial no percurso para não machucar a integridade da pessoa. Mas sinto que há uma diferença grande no ângulo da visão. Nós podemos ficar incondicionalmente falando do tipo, do grau, das implicações da incapacidade. É muito difícil para nós mesmos pensarmos no tipo de condições, do tipo e grau de incapacidade da sociedade de lidar com alguém que não conseguem compreender. Ela exclui idosos, também exclui as mulheres que não falam a linguagem da política, exclui as pessoas de outros níveis académicos e que não têm linguagem académica. Ela exclui. A sociedade é aquilo que não conhece e os grupos dominantes têm o poder de um corpo estranho numa circunstância de ser objetivado aquilo em que ele não é capaz de corresponder ao padrão dominante. Nós estamos a ver porque é que as crianças não participam nas decisões sobre a sociedade. Não é porque não sejam capazes, é pelo grupo dominante. Quem tem o poder são os adultos e nem sequer se ocupam em saber se elas são competentes ou não devido à idade, ao tamanho, inexperiência, da imaturidade para justificar que ela não é competente para a tarefa.”

Um outro assunto discutido está relacionado com a visibilidade das pessoas com NE. A propósito de uma observação da PC sobre os professores da criança apresentada no filme (“Mas não deram uma oportunidade ao Isham, não utilizam outras estratégias.”), a Dra. Gracinda fez a seguinte intervenção: “Mas quando lhes foi mostrado, eles mudaram de atitude. É isso que eu acho, isto é por contágio. Eu costumo dizer e às vezes digo aos alunos em linguagem um pouco sensível: é a realidade: mostrem-se! As pessoas vão olhar para a “PA” e dizer “Ai, coitadinha, tão bonita e numa cadeira de rodas!” Vão, ainda dizem, mas já dizem cada vez menos.”

Relacionou ainda esta necessidade de visibilidade com o projeto “Danças Inclusivas” da UA: “Se mostrarem, aliás, isto da dança inclusiva, a primeira vez que dançaram, há uns anos já, não sei se a “PA” já estava ou não, há uns 5 a 6 anos, já não sei, foi a segunda vez que dançaram, eu pedi que fosse no átrio da reitoria numa cerimónia que não tinha nada a ver, mas o Senhor Reitor concordou e onde estavam várias pessoas, desde um funcionário de um centro de reabilitações, ex-reitores e há uma pessoa desta casa (???) que teve a humildade de dizer: “Eu nunca tinha pensado nisto. Temos que olhar para estes alunos com os olhos, não são só as condições pedagógicas, não são só as acessibilidades. Portanto, eles podem fazer outras coisas.”. Um testemunho de um colega vosso, vocês sabem bem quem é... que primeira vez que dançou... ele tem paralisia cerebral, mais ou menos como a “PC”, e que disse “Eu não preciso disto para nada, para conviver.”, porque é uma pessoa que convive, tem uma reunião... e disse: “Hoje sinto, pela primeira vez, que faço parte da Universidade de Aveiro.”. Vejam só! Pelo facto de ter dançado. (???) O aluno sempre esteve incluído. (???) Porque há a tuna e a tuna vai atuar, o basquete, vai jogar, mas ele nunca tinha feito nada e é uma pessoa extremamente independente, que se sente à vontade com os amigos, que anda aí na noite, que anda nas praxes, que praxou, sem problemas nenhuns. Mas, nisso, ele sentiu isso porque, pela primeira vez, ele fez alguma coisa para alguém. E ele tem outras atividades que já tinha, mas o facto de ter dançado... Eu percebo o que ele dizia antes. Ele pôde praticar uma atividade que provavelmente toda a sua vida lhe tinha sido negada.”. Através destes exemplos, A Coordenadora do Gabinete Pedagógico quis mostrar que a questão da inclusão numa universidade não pode estar só relacionada com aspetos pedagógicos, mas envolver toda a comunidade, mesmo através das próprias atividades lúdicas e desportivas promovidas pela instituição.

Deu ainda outros exemplos de situações vividas por alunos da UA fora do contexto académico que comprovam que a discriminação muitas vezes experienciada por pessoas com NE acontecem por desconhecimento da própria sociedade:

- “Aliás, uma vez na rua, no Porto, uma senhora de idade foi ter com ele e ralhou com ele, porque a paralisia cerebral está associada, muitas vezes, à deficiência intelectual, em muitas pessoas. (???) Pois, há pessoas com menos informação. Ele andava no Porto, foi passear para o Porto e essa senhora foi ter com ele e perguntou-lhe o que estava ali a fazer e que era muito feio ele sair de casa e, com certeza, os pais não sabiam que ele estava ali. Foi quando ele disse: “Oh, minha senhora, eu sou um aluno universitário.”

- “E já com outro aluno também com paralisia cerebral, mas anda numa cadeira de rodas, também uma vez viveu uma cena incrível. Ele próprio no Porto, no metro, também uma senhora foi com ele aos bombeiros, porque achava que ele fugira de casa. Os bombeiros telefonaram, ligaram, na verdade, para os pais, porque ele ia para o aeroporto para se despedir de uma amiga, e foi obrigado a ligar para os pais, porque acharam que ele era uma pessoa com deficiência e que tinha fugido de casa.”

- “Como um colega que tem paralisia cerebral e perguntaram-lhe, uma vez, na rua, se ele já tinha nascido assim e ele disse: “Não, nasci mais pequenino e sem dentes!””

Na opinião da referida Coordenadora, para que de facto haja uma mudança de mentalidade, é necessário que as próprias pessoas com NE tenham um papel ativo na sua própria inclusão social: “Se as pessoas se mostrarem e derem realmente alguma resposta... Provavelmente, é necessário que façam isto, é mostrarem-se. As pessoas começam cada vez a achar mais natural uma pessoa em cadeira de rodas... anda como nós, mas só de uma forma diferente; uma pessoa cega vê como nós, mas só de uma forma diferente, mas é assim que as pessoas pensam na sociedade.”. Como acrescentou mais tarde, “Quando digo “Mostrem-se!”, é as pessoas andarem, não terem medo de andar. As pessoas tinham medo de ir para a rua, porque eram discriminadas, olhavam para elas. Não, não devem ter medo, vão para a rua como os outros, vão para a praia em biquíni com os outros. Nesse aspeto, não tenham medo do que os outros dizem. “Ai meu Deus, agora estou numa cadeira de rodas, não sei o que fazer!”. Na próxima, já não irá vencer. E muitas vezes, há pessoas que se retraem, não vão para determinados sítios exatamente por causa disto.”

Estes factos foram corroborados pelas próprias participantes no presente Projeto: “Eu acho que muito do preconceito que existe, parte também em muito do (???), porque se as pessoas não convivem também não sabem como lidar com a pessoa que tenha alguma incapacidade.” (PC); “Normalmente, as pessoas que têm já pessoas na família com algum tipo de incapacidade têm mais facilidade em lidar com outras, porque já conhecem esse.” (PA)

Num outro momento da tertúlia que desenvolvemos, apresentámos uma imagem, neste caso, um *cartoon* representativo da discussão que se gera em volta da terminologia utilizada. A própria história da Educação Especial aborda as alterações de nomenclatura ocorridas ao longo dos tempos: deficiente, incapacitado, pessoa com limitações, etc. Na maior parte das vezes, o termo usado assume uma carga pejorativa e discriminatória. No entanto, como eu referi, reportando-me à imagem em questão, “O senhor que está em cadeira de rodas diz “Chega muito bem o meu nome.” Às vezes, o rótulo mais apropriado que nós temos é mesmo aquele com que nascemos, portanto, aquele que os nossos pais nos dão, que é o nosso nome.”

A este propósito, a Dra. Gracinda afirmou: “O que posso dizer relativamente a isso é que não são as palavras... Posso ter palavras muito bonitas ou feias, não ligo nada a isso. Uso a sensibilidade, mais nada. É evidente que a “PA” é a “PA”, mas se eu dissesse a alguém que não sabe quem é a “PA”, como é que a vou descrever: “Olha é uma menina que anda em cadeira de rodas.”. Se falarem de mim, vão dizer que tenho o cabelo assim ou assado, que é uma pessoa mais gorda ou mais magra, mas não é um rótulo. É a forma de apresentação de uma pessoa que não se conhece. Depois, às vezes temos que usar rótulos. Eu aqui, na universidade, uso alunos com Necessidades Educativas Especiais. Não tenho problemas efetivamente nenhuns em dizer que tem deficiência ou incapacidade. (???) Necessidades especiais, porquê? A universidade também é um meio totalmente diferente e não podemos ignorar a diferença, pois se ignorarmos, então, nós não fazemos nada, mas sabemos que ela existe. Todos nós somos diferentes e nós vamos tratar das pessoas com toda a naturalidade, porque as pessoas são normais ou anormais como nós todos somos. Eu sou anormal. De maneira que cada um tem as suas características e

eu esqueço-me que a “PA” está em cadeira de rodas, mas eles também se esquecem. De certeza que a “PA” também se esquece que está numa cadeira de rodas. Noutro dia, um aluno que estava numa cadeira de rodas e disse-me que estava tão contente, estava tão bem que a cadeira desapareceu. É isso que temos que fazer, que as cadeiras desapareçam e por isso a linguagem... A “PA” vai a pé...claro, que vai a pé, vai de cadeira de rodas...”.

Posteriormente, a Professora Rosa Madeira colocou em discussão a necessidade de abirmos este debate a outras comunidades que não só este pequeno grupo de alunos do Mestrado em Ciências da Educação. De facto, “nós somos uma comunidade muito privilegiada, uma comunidade muito respeitada e eles são alunos muito competentes e muito privilegiados, porque estão numa universidade que é assim e tudo isso. Mas o mundo não é assim. (...) Muitas vezes, nós podemos pensar que são as pessoas fora da universidade que têm esse tipo de preconceito. Todas as pessoas que estão cá dentro também estão lá fora. A questão é pensar se este tipo de discussão deve ser feito aqui numa comunidade de (???) ou se é lá fora. A questão das palavras, das discórdias... ou se é lá fora. Se a nossa sessão de grupo deve ser dirigida àqueles que ainda lá fora colocam barreiras ou criam barreiras aos outros.”.

São, no fundo, estas questões que justificam a ação de um grupo como o GUÊ ATUA. Como a Orientadora salientou, pretende-se que esta iniciativa da Tertúlia não fosse “sobre a deficiência, mas sobre o contexto da integração. O trabalho da Ana é criar um contexto de inclusão.”. “A Ana, a “PA” e a “PC” devem orientar a sua ação para fora da universidade...O que eu estou entendendo é que isto não é um estudo sobre pessoas com deficiência, é um ensaio numa instituição em que as pessoas se mostram como atores, como alguém que está a por em debate um problema social. É assim que eu vejo a sessão de hoje. Não é um trabalho sobre a deficiência.”

Em resposta a estas questões, a Dra. Gracinda fez o pedido de não se sobrecarregar demasiado os alunos com NE: “(...) tem sido um massacre aqui na universidade. Tem sido um massacre com questionários, com coisas. É raro mesmo! É constantemente, constantemente, constantemente!”, “Eu só digo que não façam nada para as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência.”; “Na parte dos questionários, dos inventários têm sido demais, tem sido constantemente. No outro dia, foi de um aluno da Universidade Aberta, constantemente. As pessoas já não respondem, são umas heroínas que estão aqui! Acredite que só três ou quatro é que respondem. (???) Não é uma crítica, não me estou a referir a este grupo... mas uma chamada de atenção. Que os poupem...”.

A Coordenadora deu ainda outro exemplo ilustrativo desta sobrecarga: “Sai um questionário de uma outra universidade... sabem o que perguntaram às pessoas? “Quanto é que sente deficiente?” Isto para um doutoramento. “Quanto é que se sente deficiente? 20%, 50%, 90%?”. Sabem quantas perguntas eles tinham? 270. Não chegou. Estava com o Vice-Reitor a conversar e ele disse: “Isto por mim, não vai.” Eu disse: “Deus me livre!”. A primeira pergunta era esta: “Quanto é que se sente deficiente?” Isto para um doutoramento! Imaginem onde chega! Portanto, vejam se a minha preocupação não é... O meu gabinete é um gabinete de ação

pedagógica para todos os alunos. Nós vemos aí, andam felizes da vida e têm sucesso e são, com certeza, muito mais competentes que a maioria das outras pessoas, mas isto para dizer que no meu gabinete eu vejo-lhes a alma. É isso mesmo! E não é que eu tenha meios...”.

Por um lado, compreendo a posição da Dra. Gracinda, exatamente pelo facto de ela conhecer a realidade vivida pelos alunos de quem fala, realidade essa que já me foi transmitida pelos próprios participantes neste Projeto.

Por outro lado, considero que o objetivo do mesmo não se enquadra nessa mesma realidade. Como argumentou a Professora Rosa Madeira, este tipo de iniciativas tem como propósito “lutar pelos grupos minoritários, minoritários, porque são visíveis numas coisas e invisíveis, marginalizados, noutras (???). Todos os grupos, pela maneira como a sociedade está organizada, não têm um espaço para se mostrar”. (...) “Aqui não vai haver investigação. Nós não investigamos. (???) Podemos traduzir conhecimento sem transformar, constituir as pessoas como um objeto. Na área das ciências sociais e na nossa área de intervenção, pessoas não são objetos. São sujeitos, sujeitos que nós queremos participantes. (...) Portanto, nesse grupo, especificamente, há coisas que nós não fazemos, não é possível fazermos. Estamos a lutar contra isso. (???) Para saber um tipo de ação como essa, que há um grupo que tem pares, tem pessoas, alunas com deficiência e alunas sem deficiência, que dentro da comunidade académica ou fora, só será através dessa metodologia se há alguma forma para quebrar o silêncio que está por trás de todas as atitudes de discriminação. (...) O foco e a ideia desse mestrado, o que é que no contexto dessas relações sociais a gente deve alterar, nas imagens, nas ideias, nas relações de poder, nos contextos, no tipo de atividades que possa criar um núcleo onde toda gente possa contribuir, continuar a sentir-se acompanhado nas trajetórias que vai fazendo.”.

Na minha opinião, estas tomadas de posição aparentemente antagónicas caminham na mesma direção: a luta pelos direitos das pessoas. Se, por um lado, temos o respeito pelo direito ao silêncio do outro, também temos o respeito pelo direito à sua voz. É, no entanto, uma linha muito ténue a que separa o trabalho académico, de investigação, do projeto de intervenção. Daí que surjam receios como o que destacou a Professora Rosa Madeira: “Eu participei em algumas reuniões do grupo delas. Um dos medos de abrir o “Sempre em Frente” a pessoas que não tivessem algum tipo de incapacidade era o de, de repente, chegarem algumas pessoas e nem a página era delas nem nada...”.

Sobre este aspeto, eu referi que a página “Sempre em Frente”, na rede social do *Facebook*, era fechada, mas que iríamos criar uma página para o GUÊ ATUA que seria aberta. A “PC” referiu também que considera “que devem vir mais pessoas” e mostrou a sua discordância relativamente à observação anterior da Professora Rosa Madeira: “Eu discordo do que falou, de as pessoas virem atacar, entre aspas, a nossa voz (???) O que eu acho é que nós somos suficientemente autónomas para dizer (???) “A minha ideia é esta e a tua ideia é aquela!”. Acho que ninguém vai querer sobrepor-se ao outro, porque senão não é inclusão.”

Já na fase final da atividade, tomámos, então, a decisão de criar a referida página e convidar as presentes a aderirem à mesma e de avançarmos para o final da apresentação. Apesar

de termos planeado ainda a apresentação de alguns excertos dos filmes “A cor do paraíso” e “A teoria de tudo”, devido a ser já bastante tarde, optámos por concluir a sessão.

Em jeito de remate, a propósito da referência ao último filme, a Orientadora referiu o seguinte: “por exemplo, no filme “Teoria de tudo”, é muito fácil nós nos colocarmos na deficiência, o quão forte é ele que passa por isso, que passa por aquilo, quão maravilhoso, quão extraordinário é o que ele conseguiu fazer. Isso é o que nós devíamos evitar. Porque a história daquele homem é o que leva a estar vivo. Nós não devemos falar sobre ele, mas sobre o tipo de barreiras e facilidades que ele foi encontrando nas atitudes das pessoas, no modo como as coisas funcionaram na sociedade, porque isso a gente pode mudar. Onde é que as ideias estereotipadas e preconceituosas estabeleceram o limite do percurso que aquela pessoa estava fazendo e onde é o contrário onde é que as barreiras preconceituosas, pelo contrário, fizeram direções mais afirmativas e alargaram ainda mais a estrada por onde ia caminhando, acrescentando mais uma causa.”.

Por último, a “PC” apresentou o último diapositivo, onde se lê “Alone we can do so little; Together we can do so much.”, frase atribuída a Helen Keller, e disse: “Já agora, é esta a ideia... Esta ideia! (...) Porque não podemos ir sozinhos, temos de ser um grupo...”.

No final, após as despedidas e agradecimentos, fui jantar com a PA e a PC. Aproveitámos para fazer um balanço da iniciativa: positivo! Pensamos que correu bem, foram discutidos pontos interessantes, as alunas estavam recetivas e participaram ativamente. Considerámos que as posições algo divergentes, mas ambas válidas, da Dra. Gracinda e da Professora Rosa Madeira, no que diz respeito a participação dos alunos com NE da UA em projetos, trabalhos académicos e teses, criaram uma acesa discussão sobre a urgência de reconhecer a voz dos mesmos mas também do seu direito ao silêncio.

Esta foi, portanto, uma iniciativa que consideramos ter alcançado os seus objetivos, evidentemente num contexto favorável, ainda que restrito, em que as participantes *a priori* partilham dos nossos ideais, mas que criou condições de empoderamento do grupo, reconhecendo a voz não só da PA e da PC, mas dos alunos com Necessidades Especiais, de uma forma geral. Foram levantadas questões relacionadas com a Inclusão e com os Direitos Humanos que nos parecem bastante pertinentes e que promoveram uma reflexão por parte dos presentes. Penso que foram criadas condições para que este projeto embrionário do GUÊ ATUA tenha a sua importância na Universidade de Aveiro. Foram, de facto, construídos os alicerces para outras iniciativas que possam futuramente ser desenvolvidas.

14/07/2015 a 22/07/2015 – Contactos telefónicos com a Professora Rosa Madeira e com a PC.

Depois da realização da tertúlia, não voltámos a reunir. Terminaram as aulas na UA e eu tive um aumento do volume de trabalho na escola, devido ao final do ano letivo, Exames

Nacionais, avaliações, etc. Portanto, o projeto ficou, mais uma vez, em *stand by*! Falei com a Orientadora algumas vezes por telefone, transmitindo-lhe as minhas impressões sobre a realização da mesma, sobre a minha falta de tempo para redigir o trabalho escrito, etc.

Em meados do mês de julho, a Professora ligou-me para dar a informação de um projeto de empreendedorismo, promovido pelo BPI, na área da inclusão de pessoas com Necessidades Especiais. Sugeriu a candidatura por parte da PC, com o objetivo de encontrar financiamento para as iniciativas do GUÊ ATUA. Procurei esta informação no *site* do banco e, de facto, este concurso está aberto até à próxima semana. No entanto, verifiquei que não é possível apresentar uma candidatura em nome individual. Está dirigido a instituições particulares, legalmente formalizadas e com contabilidade organizada. De qualquer forma, liguei à PC e transmiti-lhe estas informações, sugerindo uma reunião com a Orientadora na próxima segunda-feira. A PC informou que, em princípio, estaria disponível para reunir, mas que não estava interessada em candidatar-se ao referido projeto. Não tem tempo para se dedicar a essa eventual candidatura, pois a sua prioridade é o Doutoramento que está a realizar. No entanto, disse-lhe que iria colocar esta informação no grupo do *Facebook*, com o respetivo *link* de acesso, e ela ficou de analisar melhor a proposta.

Porém, esta reunião acabou por não se realizar. A PC não pôde ir a Aveiro e, portanto, não faria sentido reunir com a Professora, pois o objetivo era mesmo avançar com a candidatura da PC. De qualquer modo, como referi, o projeto não se destina a pessoas em nome individual. Logo, não seria de todo possível.

Da última vez que falei com a Professora, senti que de facto não estava a conseguir levar o Projeto tão longe como gostaria. Conciliar a investigação académica com a vida profissional e familiar não é nada fácil. A falta de tempo para desenvolver iniciativas no âmbito da temática do Projeto e fazer a respetiva reflexão escrita, sem descurar os meus papéis de professora e mãe, faz com que sinta que esta é uma limitação do mesmo. Um projeto como este faz todo o sentido, numa sociedade que deveria ser inclusiva, mas não o é, nem sequer no campo educativo, mas necessita de ter à frente alguém com disponibilidade para o fazer crescer.

04/09/2015 – Contacto telefónico com a Professora Rosa Madeira.

Após o período de férias, a Professora Rosa Madeira ligou-me. Em julho, tínhamos combinado voltar a falar no início de setembro. Combinámos um encontro para a próxima semana, no sentido de a mesma me orientar e de delinear os próximos passos. Fiquei de lhe enviar o material que entretanto redigi durante o mês de agosto.

09/09/2015 – Envio de *email* à Dra. Gracinda Martins.

Fui enviando à Professora Rosa Madeira os pequenos avanços na redação do Projeto e fomos falando por telefone acerca do desenvolvimento do mesmo. A Orientadora foi fazendo algumas sugestões, no que diz respeito à organização dos conteúdos, a novas leituras, etc.

Entretanto, a propósito da aprovação do Regulamento do Estatuto do Estudante com NEE da UA, de que falámos, a Professora sugeriu enviar um *email* à Dra. Gracinda Martins questionando-a sobre o mesmo. Enviei, assim, o seguinte *email* à Coordenadora do Gabinete Pedagógico.

“Boa tarde, Dra. Gracinda.

Em primeiro lugar, queria agradecer-lhe, formalmente, a sua participação na tertúlia sobre inclusão que realizámos no final do ano letivo anterior. Foi, de facto, um excelente contributo para o desenvolvimento da discussão de ideias entre os presentes.

Estou, neste momento, a concluir a redação do Projeto, com o objetivo de o entregar para apresentação até ao final do mês de outubro. Gostaria, assim, de lhe solicitar algumas informações mais recentes que considere importantes para o mesmo, nomeadamente sobre os seguintes pontos:

- Foi recentemente publicado pela UA o Regulamento do Estatuto do Estudante com NEE da UA. Tem conhecimento da forma como foi redigido? Sabe se houve participação de estudantes com NEE na elaboração do mesmo ou se, durante o período em que a proposta esteve em apreciação pela comunidade académica, houve alunos com NEE a darem a sua opinião?*
- Tem conhecimento de qualquer outro tipo de publicação ou iniciativa prevista pela UA para o próximo ano letivo, relacionada com a temática da inclusão dos alunos com NEE na UA?*
- Como já tinha referido anteriormente, o Gabinete Pedagógico disponibiliza-se, no final do ano letivo, para dar a conhecer a UA às escolas secundárias com alunos com NEE interessados em frequentar esta universidade. Houve esse contacto no final do ano letivo anterior? E relativamente a 2015/2016, já tem alguma informação sobre novos alunos com NEE na UA?*
- Por último, em relação ao GTAEDES, estão previstas novas ações?*

Não querendo abusar da disponibilidade que sempre demonstrou, fico-lhe muito agradecida se puder responder a estas questões ou dar outras informações que considere importantes para o Projeto.

Faço votos sinceros de muito sucesso para o novo ano letivo e continuação de um bom trabalho!

Com os melhores cumprimentos.

Ana Traqueia”

14/09/2015 – Receção do email de resposta da Dra. Gracinda Martins.

Recebi a resposta ao email que tinha enviado à Dra. Gracinda. Agradei-lhe evidentemente a disponibilidade e as informações prestadas que se revelaram bastante pertinentes para o Projeto. Encaminhei também o seu email para a Professora Rosa Madeira, juntamente com mais algum desenvolvimento da redação do mesmo.

Transcrevo, de seguida, a resposta da Dra. Gracinda:

“Cara Dra. Ana

Vamos lá a ver se é desta que consigo responder, porque já tentei algumas vezes e nunca pude.

O Estatuto do Estudante com NEE - fui eu que redigi a primeira proposta de regulamento, com base no que são os procedimentos da UA e na minha experiência com estes alunos, e com base nos regulamentos de outras universidades que fazem parte do GTAEDES. Propus ao Sr. Vice-reitor que acatou de imediato a iniciativa e depois segui os trâmites regulamentares.

Uma vez que vai inserir esta informação no seu projeto, posso dar uma resposta mais formal que seria a seguinte: - o regulamento foi proposto, pelo Gabinete Pedagógico, ao Vice-reitor para a área académica e redigido com base nos procedimentos habituais da Universidade de Aveiro para com os alunos com NEE e nos regulamentos de outras universidades, que fazem parte do GTAEDES. Foi revisto por juristas, foi discutido no Conselho Pedagógico e posto à consulta. Concluídos os trâmites regulamentares, foi aprovado pelo Sr. Reitor e publicado.

Os estudantes com NEE não participaram na elaboração do regulamento e não tenho acesso à identificação das pessoas que, no período de consulta, poderão ter-se pronunciado. Os estudantes membros do Conselho Pedagógico puderam dar o seu contributo durante as sessões em que a proposta estava em discussão neste órgão. Não há alunos com NEE no grupo de estudantes membros do Conselho Pedagógico, mas nada impede que dele façam parte. Os estudantes membros do CP são eleitos, mediante a constituição e apresentação de listas que qualquer estudante tem a liberdade de integrar, independentemente de ser ou não aluno com NEE.

Segunda pergunta – se haverá outra publicação na UA durante o próximo ano letivo – não está prevista.

Contacto com as escolas no final do ano letivo anterior - sim houve, como já há alguns anos a esta parte acontece, durante o mês de Maio, com datas previstas, mas os contactos de escolas ou potenciais alunos ou familiares vão acontecendo fora desse calendário.

Terceira pergunta - há já novos alunos com NEE para este ano letivo, que se matricularam na semana dedicada às matrículas, mas surgirão mais que, apesar de informação clara e abundante nos locais de matrícula, não se aperceberam que terão que se dirigir ao Gabinete Pedagógico para pedir o estatuto.

Quarta pergunta - relativamente ao GTAEDES e, embora estando na coordenação com a Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa e o Instituto Politécnico de Leiria só poderei dar as informações que são públicas na página do GTAEDES.

O GTAEDES está sempre ativo e vamos, brevemente, ter a reunião anual do grupo e a reunião temática. Quer uma quer outra são apenas para o grupo, podendo a reunião temática, que é uma reunião de formação, estender-se a pessoas convidadas. Este ano, convidámos os Serviços de Ação Social das Universidades para discussão da legislação sobre atribuição de subsídio aos estudantes com NEE.

Na reunião do grupo trataremos, certamente, de vários assuntos e surgirão atividades que, tendo desenvolvimento de interesse público, serão, creio eu, divulgados na página do GTAEDES.

Espero ter respondido. Disponha sempre.

Um abraço.

Gracinda”

16/09/2015 – Reunião com a Professora Rosa Madeira.

Reuni com a Professora Rosa Madeira. Apesar de termos mantido o contacto telefónico e de ela me ter dado várias orientações desta forma, é sempre bom reunirmos na presença uma da outra.

Tentei fazer uma breve (dado que o tempo de ambas não era muito) exposição da forma como tinha organizado o índice e a ligação que encontrava entre os capítulos. A Professora forneceu mais algumas indicações e sugeriu acrescentar outras leituras para enriquecer a parte do enquadramento teórico, nomeadamente de Tomaz Tadeu da Silva, Boaventura de Sousa Santos e do Professor Geert Van Hove para fazer a ligação com o SIHO.

Combinámos reunir novamente para organizar a forma como vou apresentar a parte da discussão de dados.

Sinto que, neste momento, a parte escrita do Projeto já está a ganhar forma...

20/09/2015 – Envio de email para o Grupo.

“Olá a todos!

Como estão? Está tudo bem convosco? Espero que sim!

Depois da tertúlia nunca mais falámos...

Os meses seguintes, para mim, foram muito complicados... (Para variar!) Terminei o ano a rebentar pelas costuras, como se costuma dizer!

Entretanto, nas férias, consegui descansar e redigir alguma coisa do Projeto. Estou a acabar... Conto entregá-lo até ao final do mês de outubro.

Por isso, precisava da vossa ajuda! Pedia-vos que me dessem a vossa opinião sobre como este correu. Ou seja, o vosso feedback do Projeto: a proposta inicial, o que correu bem, o que correu mal, os constrangimentos, o proveito (ou não!) das nossas reuniões, o balanço da Tertúlia (para a PA e para a PC que organizaram e estiveram presentes), o futuro do GUÊ ATUA, etc., o que considerarem importante...

PB, apesar de na parte final do ano não te ter sido possível participar como no início, a tua opinião é muito importante!

E...

PD, apesar de não teres participado de forma tão ativa, ainda nos encontrámos algumas vezes e a tua opinião é muito válida! Se puderes, agradecia-te também esta reflexão...

Se tiverem essa disponibilidade, enviem-me as vossas opiniões mesmo por email. Não é para dar graxa! Pedia-vos mesmo a vossa opinião sincera, com todos os aspetos negativos que considerarem!

Depois, se vos for possível (não sei se ainda estão por Aveiro...), gostava de reunir convosco e com a Prof. Rosinha mais uma vez. Este ano saio sempre tarde, mas se não houver alterações, tenho a quarta-feira de tarde livre. Acham que nos podemos encontrar no dia 30? Posso a partir das 14.30...

Por último, queria dizer-vos que, quando terminar a redação da tese, gostava de partilhar a mesma convosco. Ainda não disse isto à professora, mas uma das críticas que vocês fizeram (e muito bem!) aos projetos anteriores foi que, de facto, nunca tiveram contacto com o resultado final da vossa participação nos mesmos. Parece-me que é algo que não é correto fazer-se e, por isso, tenho intenção de vos enviar o trabalho antes de o entregar, para vocês verificarem se concordam e aceitam.

Digam coisas...

Beijinhos e uma boa semana!

Ana”

30/09/2015 – Reunião com o Grupo.

Após contactos telefónicos com a Professora Rosa Madeira e algumas mensagens trocadas entre mim e a “PC”, para nos reunirmos, ficou combinado encontrarmo-nos para fazer uma reflexão sobre o Projeto. Encontrei-me com a “PC”, no Departamento de Matemática, e acabámos por nos juntar com a “PA” e outras suas colegas na cantina.

Relativamente ao Projeto, informei-as que estava a terminar a parte escrita e pedi-lhes, então, um comentário sobre todo o processo. Ambas se mostraram disponíveis para ajudar no que fosse necessário para eu terminar a redação do mesmo, mas que não se sentiam interessadas em continuar com o GUÊ ATUA. Na sua opinião, como já tinham referido noutros momentos, a Universidade de Aveiro é inclusiva, o problema posiciona-se noutros contextos, como o do emprego. Como referiu a “PC”, para ela, “Os objetivos do Grupo nunca foram muito bem definidos” e tratou-se de uma ideia que lhes “foi proposta”, ou seja, não partiu delas próprias, daí talvez não sentirem a vontade de continuação. Um grupo apenas de reflexão e discussão teórica e académica não tem utilidade. Para além disso, ambas referiram que um projeto deste género, para ser de facto eficaz e pertinente, exige uma disponibilidade de tempo que elas não têm, devidos aos seus estudos.

Penso que os objetivos do Projeto sempre estiveram claros e, como lhes referi, “o meu objetivo, enquanto mestrande, era proporcionar ao grupo algumas “ferramentas” para que os próprios elementos sentissem que tinham um papel a desempenhar na luta pelo respeito dos próprios direitos”. O objetivo seria que os próprios participantes vissem o Projeto como o “seu” Projeto e não um trabalho de uma colega.

No entanto, compreendo e aceito as suas posições, embora com um óbvio sentimento de fracasso. Partilho da opinião de que um Projeto como o GUÊ ATUA exige tempo, disponibilidade para contactos, para organizar iniciativas, etc. Qualquer um dos participantes deste Projeto tem os seus projetos pessoais, académicos, profissionais,... Porém, se os próprios alunos com NE não sentem que têm o direito e o dever de lutar pelos seus próprios direitos, continuamos a não ultrapassar o paradigma do assistencialismo e da satisfação de necessidades.

30/09/2015 – Envio de email para o PB.

“Olá, PB!

Está tudo bem contigo? Sei pela PA e pela PC que deixaste mesmo a UA... Espero sinceramente que esteja tudo a correr bem! A vida é mesmo feita de escolhas!

Peço desculpa por te estar a chatear, mais uma vez, por causa do Projeto...

Estou a tentar terminá-lo para o entregar no final do mês. Precisava, por isso, da tua ajuda!

Em primeiro lugar, gostaria que me confirmasses a tua autorização de participação no mesmo. Vou garantir o anonimato, pois a PA e a PC também o pediram. Quando tiver o trabalho pronto, envio-vos, para também poderem dar uma vista de olhos...

Depois, pedia-te apenas uma pequena reflexão, um ou dois parágrafos, que eu pudesse citar no trabalho, sobre o projeto do GUÊATUA, a sua utilidade e pertinência, o que correu bem e o que correu mal, as condições que poderiam garantir o futuro do grupo, etc. Enfim, a tua opinião sobre o que foi feito e o que faz sentido fazer...

Não quero de todo abusar do teu tempo e disponibilidade, mas se me puderes enviar este comentário, ficava-te muito grata!

Beijinhos e boa sorte!

Ana”

14/10/2015 – Envio de email para a Pa e para a PB.

“Olá, PA e PB!

Tudo bem convosco?

Não consegui ainda terminar o Projeto. Já não falta tudo, mas não consegui avançar muito mais desde o dia em que nos encontrámos... O tempo parece que cada vez é menos!

De qualquer forma, queria pedir a vossa ajuda para a parte das conclusões. Sei que já falámos sobre isto, mas era muito importante ter uma pequena reflexão vossa, que pudesse citar no trabalho, para não apresentar só as minhas notas, sobre os seguintes pontos:

1 - Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Qual a vossa perceção sobre este documento? Qual a pertinência de discussão do mesmo no âmbito do Ensino Superior?

2 - Tertúlia e Facebook - O que correu bem e o que correu mal? Qual a pertinência de iniciativas como esta no contexto da UA? Qual a importância do material enviado pela Leen do SIHO?

3 – GUÊ ATUA - Que condições poderiam ter garantido/podem vir a garantir o futuro do grupo?

Se puderem enviar-me as vossas opiniões (basta um ou dois parágrafos!), ficava-vos muito grata, a sério!

Quando tiver terminado, envio-vos o trabalho, como tínhamos combinado!

Beijinhos e tudo de bom para vós! :-)

Ana”

19/10/2015 – Email da PC.

“Olá Ana,

Como estás? Espero que esteja tudo a correr bem, apesar de todas as dificuldades que tens sentido para terminares a tua dissertação.

Bem, tal como pediste envio em anexo a minha reflexão sobre as questões que colocaste. Não sei se o que fiz está bem, mas espero receber o teu parecer... se é necessário alterar/acrescentar

mais algum detalhe. Sabes que estás à vontade para dar a tua opinião e reclamar se alguma coisa não estiver bem.

Não quero que desanimes, falta pouco para concluíres esta etapa!! :)

Um beijinho,”

Transcrevo, seguidamente, as respostas da PC:

“1 - Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Qual a vossa perceção sobre este documento? Qual a pertinência de discussão do mesmo no âmbito do Ensino Superior?

Na minha opinião a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência é importante na medida em que reconhece e promove os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, bem como promove o respeito pela sua dignidade inerente e a proibição da discriminação em todas as áreas da vida das pessoas. A Convenção responsabiliza toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, contudo penso que há muito caminho a desbravar neste sentido.

No que respeita ao ensino superior, a convenção também prevê que as pessoas com deficiência possam aceder ao ensino superior em condições de igualdade com as demais pessoas. Todavia, as condições de igualdade nem sempre são asseguradas pelas instituições de ensino superior, quer seja a nível arquitetónico, como a nível de disponibilização de conteúdos em formato acessível atempadamente, daí talvez a pertinência em discutir este documento, mas não basta apenas discuti-lo, têm-se que partir para a prática, ou seja, de alguma forma sensibilizar toda a comunidade académica para esta temática e, não só, criar condições para que a igualdade prevaleça.

2 - Tertúlia e Facebook - O que correu bem e o que correu mal? Qual a pertinência de iniciativas como esta no contexto da UA? Qual a importância do material enviado pela Leen do SIHO?

Considero que a problemática de todo este percurso foi a definição dos objetivos do grupo. O material disponibilizado pela Leen veio de alguma forma elucidar alguns dos objetivos que o grupo poderia alcançar, mas no meu ponto de vista não foi o suficiente para traçarmos as metas atingir, faltava ou falta sempre algo... Em relação à criação do grupo no facebook, este serviu essencialmente para partilhas entre o grupo e a não abertura do grupo a mais pessoas, na minha opinião deveu-se à tal indefinição dos objetivos atingir e que meios poderiam ser utilizados para determinados fins. De um modo geral, a tertúlia correu bem talvez por ter sido enquadrada num público que já está ciente das temáticas que foram abordadas. Contudo, penso que iniciativas como esta tinham que ser reestruturadas, uma vez que a visualização de alguns filmes com vários

minutos cada pode ser muito maçador para quem está a assistir e poderemos perder o foque pretendido para aquela sessão.

3 – GUÊ ATUA - Que condições poderiam ter garantido/podem vir a garantir o futuro do grupo? Quanto a esta questão não sei bem o que dizer... Eu penso que a primeira condição para ter garantido o GUÊ ATUA era a definição dos seus objetivos, ou seja, saber quais são as metas a alcançar, o que é que pretendemos na realidade com este grupo, que no meio ponto de vista nunca ficou bem definido; saber quais as pessoas que poderíamos envolver neste processo; era bom a existência de pessoas no grupo com realidades bem diferentes das nossas ou o conhecimento de situações, sobre as quais pudéssemos atuar/arranjar soluções para determinado acontecimento em conjunto; não pode ser mais um grupo de reflexão das questões relacionadas com a inclusão, mas sim um grupo pró-ativo na comunidade académica e na sociedade em geral.”

19/10/2015 – Resposta ao email da PC.

“Obrigada, PC! A sério! Veio mesmo na hora certa!...

Estou a tentar terminar esta semana!

Depois dou notícias!

Beijinhos :-)”

20/10/2015 – Envio de email para a PA.

“Olá, PA!

Tudo bem contigo?

Desculpa estar a chatear-te, mais uma vez! Não quero abusar do teu tempo nem da tua disponibilidade, mas podes enviar-me só um pequeno comentário sobre aqueles pontos que vos pedi no email anterior?

Quando tiver o trabalho terminado, envio-vos, como combinámos!

Beijinhos e boa semana!

Ana”

De seguida, a PA respondeu ao meu email:

“Olá Ana,

Esta semana vai ser muito complicado...vou ter teste de bioquímica alimentar na quarta-feira da próxima semana...até esse dia não consigo mesmo!

De qualquer das formas lá para quinta-feira da próxima semana já consigo enviar-te os meus comentários!

Beijinhos,”

23/10/2015 – Contacto telefónico com o PB.

Recebi um telefonema do PB. Pediu desculpa por não ter respondido ao meu email anterior, mas de facto tem andado muito ocupado com treinos e competições. Informou que teve de optar entre o desporto e a continuação do Mestrado e que tinha pena de não ter continuado a participar no Projeto, mas a sua vida seguiu por um caminho diferente.

Tivemos uma conversa agradável, em que o PB sintetizou a sua perspetiva sobre o Projeto, sobre os conceitos de inclusão, educação, autodeterminação, etc.

Ficam aqui alguns registos:

- “Lembro-me de algumas coisas... Sinceramente, o Projeto baseava-se na vida independente e não só. Na minha opinião, sou a favor! Aliás, tudo o que seja para melhorar as condições, a independência das pessoas com limitações... porque a sociedade portuguesa e não só... Portugal está num paradigma de institucionalização em que eu coloco um grande símbolo de “STOP”! Eu não sou obrigado a ir para uma instituição, se eu tenho uma casa!”.

- Na sua opinião, pelo menos no que se refere ao período em que participou no Projeto, este tem como objetivo essencial criar condições para que a pessoa com deficiência se torne mais autónoma, mais independente, não fazendo do mesmo, como ele referiu “algo do género – “Eu sou deficiente. Tenho a minha comunidade... Todos somos pessoas. Todos temos direitos e deveres. Eu não caminho, mas desloco-me numa cadeira de rodas. Posso ter alguns benefícios, mas tenho também contrapartidas... Há que respeitar...”

- Falou também de uma reunião que teve com uma assistente social da Câmara Municipal de Aveiro: “Eu tive de deixar muito bem claro, a assistente social que me atendeu não estava a perceber o que realmente quero, porque eu fui sincero: eu quero a vida independente, porque eu não acho que a minha mãe tenha de trabalhar oito horas mais umas horas extra, porque o salário mínimo não é nada, e depois ainda tenha de cuidar do filho! Filho é filho! Mas, na minha visão, acho que a minha mãe não deveria ser obrigada a ter mais umas horas de trabalho, porque eu tenho direito, ou deveria ter direito, a uma verba para contratar uma pessoa, um assistente pessoal. Tenho duas hipóteses: ou ficar dependente da minha mãe e ela ter e faltar ao trabalho, se eu precisar, ou ter um assistente pessoal. Isto não é um luxo, é um direito! Todos nós temos direitos, quer seja na educação...”

- Outra ideia: “Hoje, mais do que nunca, estamos a mudar de paradigma... Fico satisfeito de ver pessoas com deficiências ou doenças raras a irem para a Universidade. É um direito, estudar! Mesmo que vá morrer em cinco anos... Isto aplica-se a tudo, à saúde, à discriminação, à educação, à igualdade. A sociedade tem é de interagir e perder os preconceitos. Eu não aceito tudo, porque não gosto, mas tenho de respeitar!”.

- Contou também um exemplo de uma situação que viveu no contexto dos Jogos Paraolímpicos: na cerimónia final, os atletas tinham de subir 12 degraus para cumprimentar as altas individualidades. Tiveram de repensar e, para cumprirem as normas, colocaram uma rampa amovível. “É preciso adaptações, é preciso cumprir a lei. A teoria está mal feita, mas ainda está melhor do que na prática!”.

- Falou também do caso de 6 alunos da Universidade do Porto, utilizadores de cadeiras de rodas, “estão a exigir a vida independente. Têm toda a razão do mundo! Eles vão para estudar, têm de ter as condições para estudar! Os direitos têm de ser iguais, mas nós, com limitações físicas, temos de respeitar as pessoas ditas “normais” e elas têm de respeitar as pessoas com deficiência. Enquanto a sociedade não criar condições ou pensar “Ai, aquele coitadinho!”... Quem me garante que eu não sou mais feliz? É claro que se pudesse, caminhava, nem que fosse à China! Eu sei que não caminho, há que aceitar e ser feliz! Não consigo viver, fazer as coisas de uma determinada maneira, tenho de me adaptar!”.

- Relativamente à Universidade de Aveiro, o PB anteriormente criticara o facto de não se promover o alojamento e a vida independente a todos os alunos – “Porque é que eu aqui tenho de comprar uma casa e um colega meu no Porto teve direito ao alojamento?”. Referiu agora que entende a razão pela qual isso é possível na Universidade do Porto: deve-se ao facto de essa instituição ter feito uma parceria com o Novo Banco. Sugeriu também a criação deste tipo de parcerias na Universidade de Aveiro.

- Por outro lado, deu também o exemplo de um colega do Porto que veio à Universidade de Aveiro e “ficou espantado e disse: “Isto aqui é magnífico!”. “De facto, é, em termos de acessibilidades... quase todos os departamentos, gabinetes, salas... são acessíveis. No Porto, promove-se a vida independente, mas para falar com um professor, por exemplo, o meu colega teve de usar o corredor.”

- Por último, o PB referiu que não se pode olhar “para as pessoas como um todo”. É necessário ver as diferenças. “Deve-se ter direito à vida, à educação, a trabalhar, mas é preciso que se tenha as condições para isso.” No entanto, mostrou que, às vezes acontece é um paradoxo: “Tens de trabalhar, mas é melhor ficares em casa!”.

Foi, como referi, uma conversa agradável, interessante, que mostrou a visão do PB sobre a necessidade de autodeterminação pelo respeito e cumprimento dos direitos humanos.

Semana de 26 a 30 de outubro de 2015

Fase final da elaboração do Projeto escrito para entrega da versão provisória!

Redação das conclusões, reflexão sobre o conhecimento produzido mas também sobre os limites do Projeto...

Fica a noção de crescimento científico e, sobretudo, pessoal e humano, mas também a sensação de incompletude! Há muito ainda por fazer...

ANEXO II

GUIÃO – TERTÚLIA – 29 DE MAIO DE 2015

**Pedir autorização para gravar.
Garantir o anonimato.**

1 – Introdução (ANA TRAQUEIA)

- Agradecer a presença dos participantes, da Dra. Gracinda, ...
- Apresentar o projeto:
 - Tema da Tertúlia: Inclusão na educação;
 - Tema do projeto: Inclusão de alunos com NE no Ensino Superior;
 - Criação de um grupo de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação;
 - GUÊ ATUA – Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação;
 - Tertúlia – 1ª experiência de ação do grupo no terreno.

2 – Objetivos (ANA TRAQUEIA)

- Ler/explicar...

3 – Imagem – Exclusão, Segregação, Integração, Inclusão (ANA TRAQUEIA)

- Perguntar:
 - O que representa a imagem?
 - Qual a diferença entre os vários conceitos?
 - Em que situação consideram que a sociedade atual se encontra? Em que contextos (Educação, emprego, relações interpessoais,...)?

4 – Filme: Como estrelas no céu – Toda a criança é especial (PC)

5 – Discussão (PC)

- Perguntar:
 - Como descrevem a reação dos professores na 1ª escola que a criança frequenta? Como tratam Ishaan? E na 2ª escola ?
 - Qual pensam ser a causa desse tipo de reação, de comportamento?
 - O que pensam sobre os castigos aplicados à criança? E sobre os “rótulos”?
 - Como pensam que se sente o menino? Como reage a esses sentimentos?
 - O que mudou com a chegada do novo professor?
 - Como descrevem a reação dos pais à notícia da dislexia?
 - Qual é a imagem que o pai tem do filho?
 - Qual foi a reação do diretor da escola? O que destacam da conversa entre o diretor e o professor novo?
 - De que forma mudaram os professores a sua imagem sobre Ishaan?
 - Como reagiram os pais às avaliações do final do ano letivo?
 - Qual pensam ser a mensagem deste filme?

6 – Cartoon – In- ou exclusão (PA)

- Pedir para descrever/explicar
- Relacionar com os rótulos apresentados no filme

7 – Filme A Cor do Paraíso (PA)

8 – Discussão (PA)

- Perguntar:

- Qual é a noção de “futuro” do pai e da avó da criança?
- Como caracterizam a relação entre o menino e a avó?
- O que pensam da reação do menino quando as irmãs vão para a escola?
- Como reage a avó nessa altura?
- Como é recebido o menino na escola?
- Porque é o pai contra a frequência da escola por parte do filho? Porquê a carpintaria?
- Como se processa a aprendizagem da carpintaria? Qual é a reação do carpinteiro? E o estado de espírito do menino?

9 – Filme A Teoria de Tudo (PC)

10 – Refletindo... (PC)

- Sentimentos de Stephen quando se diagnostica a doença
- Reação dele e da namorada
- Evolução da doença
- Perda de capacidades físicas vs. Reconhecimento do seu potencial académico
- Sugestão do médico (morte indolor vs. Traqueotomia – perda da fala)
- Reação da mulher
- Apoio / reconhecimento do público na publicação do livro e na conferência
- Mensagem final – esperança, vida

11 – Citação de Helen Keller (PC)

- importância da união e do esforço para a verdadeira inclusão

ANEXO III

TERTÚLIA “TALK – TALKING ABOUT INCLUSION”

Universidade de Aveiro

29 de maio de 2015

Siglas utilizadas:

AT – Ana Traqueia

RM – Professora Doutora Rosa Madeira

GM – Dra. Gracinda Martins, Coordenadora do Gabinete Pedagógico

PA, PB e PC – Alunos participantes no Projeto

P1, P2, P4, P5, P6, P7 e P8 – Alunas do 1º ano de Mestrado em CE – ESIC, participantes na atividade

P3 – Criança de cerca de 9 anos, filha de uma das alunas presentes.

P? – Emissor impercetível

(???) - Impossibilidade de transcrição, devido à qualidade da gravação e a intervenções em simultâneo.

TRANSCRIÇÃO DA ATIVIDADE

AT - Então, o tema da nossa tertúlia será “Talking - Talk about inclusion”. Portanto, nós utilizámos este... assim, em inglês, porque de facto (???) ... Surgiu de forma espontânea, porque estávamos a trabalhar com alguns documentos em inglês do projeto SIHO, que é algo similar ao que nós gostaríamos de construir na universidade de Aveiro, um projeto organizado por alguns alunos com necessidades especiais da própria universidade. São os próprios alunos que trabalham pela sua autodeterminação. Portanto, foi isto mesmo. Esta ideia surgiu assim nesse contexto e ficou. Portanto, o tema será, então, a inclusão na educação. Queríamos concentrar-nos, na parte do estudo e também nesta tertúlia, queríamos concentrar-nos exatamente nesta temática da educação.

P1 - O grupo que vocês fazem parte ...

AT – O grupo de que nós fazemos parte... GUÊATUA é o nome que nós demos ao grupo. Portanto, somos nós as três, mais o “PB”, que não pode estar, porque está em competição. É atleta de alta competição e não pode estar, infelizmente, presente hoje, mas está connosco, porque também tem sido um grande apoio. Nós demos este título ao nosso grupo, GUÊATUA, Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação, porque é exatamente esse o nosso objetivo, um grupo unido de estudantes que têm este objetivo de trabalhar e lutar pela autodeterminação.

Temos quatro grandes objetivos, quer do grupo quer desta tertúlia, que é um pouco a primeira iniciativa no terreno em que nós pretendemos integrar, no fundo, os alunos da universidade. Portanto, colocamos como objetivos essenciais do projeto: contribuir para a criação de igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior; sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão; criar condições de empoderamento numa perspetiva de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação; e reforçar redes de ligações entre pares, parceiros nacionais, instituições do ensino superior através de consultadoria orientada para a resolução de problemas. Estes são os nossos grandes objetivos. Nós vemos como um projeto gradual... Este não seria um projeto só para este ano. Pretendemos que seja continuado futuramente. Criámos um grupo no Facebook para nós conversarmos, para irmos colocando os nossos comentários, vídeos, o que fizemos entretanto, etc, como uma forma de começarmos uma pequena rede de comunicação que gostaríamos mais tarde de ser alargada, com um conteúdo mais vasto.

P2 - Esse grupo já funciona?

AT - Funciona, para já, é fechado. Para já, ainda estamos mesmo a trabalhar, mas futuramente vai ser aberto, sim. Portanto, esta tertúlia é exatamente uma experiência piloto no sentido de colocarmos em prática os nossos objetivos. (Pausa) Depois, temos aqui uma imagem que eu gostava que vocês tentassem descrever. O que é que vos sugere?

(Pausa)

AT - Temos aqui em cima, na primeira, a exclusão.

(???)

P3 - O que está correto é o último, o da inclusão.

(???)

AT - E porquê? Queres explicar porque achas que está correto?

P3 - Porque estão todas as pessoas...

P4 - Há interação entre os pares. A interação...

P3 - Porque as pessoas com cadeiras de rodas...

P5 - As pessoas com necessidades ditas especiais estão dentro, mas num mundo à parte.

(???)

P6 - Mesmo a escola inclusiva. Diz-se escola inclusiva, mas o que faz é a integração apenas.

P7 - Exatamente. E a sociedade ainda está muito naquela fase da segregação.

RM - Sim. Há alguns grupos que estão segregados, porque (???) porque, por exemplo, eu e a (???) estávamos falando, por exemplo, na questão das pessoas que perdem capacidades com a idade. É um processo mais natural. Se nós todos nos mantivermos pessoas muito felizes, teremos uma vida tão longa que teremos nos tornado deficientes e, portanto, alguns são segregados mesmo num mundo à parte. Portanto, tem também relação com a capacidade.

AT - Em que áreas da nossa sociedade atual... Estamos a falar concretamente da educação, mas... Consideram que noutras áreas, por exemplo, emprego, relações interpessoais, se mantêm

o mesmo conceito, a mesma condição? Podemos falar de inclusão nessas situações? (Pausa)
Outras áreas da sociedade... emprego, por exemplo?

GM - O emprego é o pior, o emprego é o pior. Se falarmos aqui da universidade, isto é um mundo à parte, vivem à parte. As pessoas estão devidamente integradas, estão incluídas. O emprego é muito complicado e, pela experiência que eu tenho de alguns alunos da universidade, são muito poucos aqueles que estão empregados.

PC – Costumo até usar aquela analogia de que a universidade é uma redoma de vidro, em que estamos cá, estamos incluídos. No meu ponto de vista, considero que aqui há inclusão. Foi aqui quando eu vi mais inclusão no meu percurso académico, mas realmente, quando se sai daqui para o mundo exterior, para o mundo do trabalho, há muitas barreiras.

RM - No mundo do trabalho, no mundo da política... Eu não sei, na Assembleia da República, quantas pessoas têm a sua cadeira de rodas ou têm algum apoio para audição ou... para a visão muita gente tem, embora disfarce. Mas não sei, por exemplo, no mundo da política.

(???)

P8 - O que sei é que, na Assembleia da República, normalmente os debates envolvem intérprete para os surdos.

RM – Para os surdos. Os surdos, enquanto comunidade, ganharam muitos direitos, não é?

P8 - Sim, sim, eles agora estão a lutar para que haja outros programas (???)

RM - É um grupo bem unido, não é?

P8 - É, é.

RM - É uma comunidade forte. Inicialmente, eles arranjaram, eles conseguiram ver pela positiva a questão da comunicação entre eles e conseguem ter força suficiente para dialogar.

P8 - Por exemplo, não sei se é sábados e domingos, mas pelo menos no sábado, os telejornais têm intérprete, normalmente é durante a semana e à hora do almoço, agora à noite também há intérpretes nos telejornais.

(???)

GM - Mas estávamos a falar de deputados com incapacidade e que eu saiba não há nenhum em Portugal, agora no estrangeiro, sim. (???)

RM - Eu penso que depende da família. Eu penso que depende das famílias. Estivemos há pouco falando disso, partindo do pressuposto que todas as famílias são inclusivas e isso é um estereótipo.

GM - Não são.

RM - Mas nós imaginamos e coloca-se com bastante evidência essa questão. Propriamente nós faremos um ponto de partida (???) . Essa conversa que tem a ver com a outra e desencadeia nisso. Colocar o idoso numa instituição e depois enfraquece o laço e é esquecido. E a única hipótese que encontro é ter que achar uma atitude. É uma segregação (???) não aceitar que aquela realidade de integração existir na própria família. O idoso está ali isolado dentro de uma comunidade que hoje é tida como diferente. Qual é o problema? Autodeterminação. As pessoas decidem associar-se a outras pessoas idosas e viverem juntas e, portanto, é um fenómeno bem

mais complexo e pensar que nem sempre o facto de estar dentro da família significa estar com qualidade de vida, com poder, como perfeito participante. E depois há outros, no mundo da moda, no outro dia tivemos aqui uma apresentação da...

(???)

RM - Maravilhoso! Conta! Da moda, do corpo. Sim. Da educação, inclusão.

(???)

RM- Fizeram um trabalho sobre a questão do corpo, sobre a importância que agora se dá ao corpo. (???) E o exemplo que elas deram, foi uma experiência que eu não sou capaz de contar.

(???)

P8 - Os manequins não tinham perna, não tinham braço, outro tinha a perna amputada. Eles levaram um escultor e ele fez um humano em estuque mesmo próprio deles e depois foi colocá-los na vitrina das lojas.

RM - Numa grande loja, ou seja no mundo do mercado já é problemático, já é também sentido como um problema a resolver. Então, numa loja muito chiquérrima, eles convidaram pessoas que não tinham deficiência, tiveram estilistas a fazerem moda e fizeram com os manequins a moda para chamar a atenção da sociedade. É uma peça bonita. Devias postar isso.

Há muitos grupos que são sensíveis. À medida que a sociedade envelhece, a questão da incapacidade passa a ser muito mais transversal. Já há muitos grupos que têm voz suficiente para reclamar o direito à diferença. O reconhecimento a essa diferença é essa exposição, essa mostra, essa exposição foi para isso mesmo, foi para chamar a atenção à sociedade de que não é tudo igual, que a beleza não está associada à visão dos critérios dominantes.

P6 - Em relação à família, eu vi essa semana uma notícia, para mim surpreendente... O facto dos velhinhos que são largados no hospital e... infelizmente, isto é normal. Mas eu não tinha a noção que isso acontecia com crianças, com bebés. E acontece. Aquela casa de acolhimento do Algarve que é muito conhecido, do Aboim Ascensão... Está agora a construir um edifício preparado para acolher as crianças que são abandonadas. Porque as crianças que são abandonadas, são hospitalizadas por alguma coisa e, como mais ninguém aparece, todas elas têm uma coisa em comum, que é qualquer deficiência e a família não as vai buscar. Ele diz que não há ninguém, que os outros edifícios não estão a aceitar, porque não têm condições. Ele vai criar é meio, pelo que eu percebi, é meio hospital... Portanto, está a criar condições para trabalhar com essas crianças.

RM - E assim, ele pode gerar uma solução como essa...

P6 - É ali aquela da integração. Eles vão estar em baixo mas, ora lá está, no mesmo edifício, mas num cantinho.

P2 - Eu acho que é segregação. (...) Vai criar um espaço para colocá-los... Agora a questão do mercado de trabalho é dos tipos de limitação que acho que vai crescer bastante. Por exemplo, o surdo, vocês têm muitos estudos voltados para a frente e para trás e a limitação é só a comunicação e tem um aparelho de amplificação auditiva que pode criar a comunicação.

P8 - Alguns, nem todos com aparelho conseguem ouvir.

P2 - Mas se a limitação é só a comunicação, outros tipos de... não se chama mais deficiência, outro termo, incapacidades... Elas são mais..., não sei como caracterizar, perante a sociedade. (???) E aí o mercado de trabalho não se abre. O mercado de trabalho se abre para que tipo de limitações: o deficiente auditivo, o deficiente visual e para a criança na síndrome, de todas, para a questão do Down. Você pode ver que as empresas contratam esse tipo de pessoas, de dificuldades. As outras não têm contratação. É muito difícil isso.

(???)

P? - Mas eu acho que há grupos mais fortes.

(...)

P? - O que é forte tem recurso para tentar.

(...)

P? - Tem quem lute...

P? - Mesmo tendo quem lute, é difícil.

(???)

P? - Mas as empresas agora também têm um incentivo para contratação, têm benefícios fiscais se contratarem pessoas com deficiência. É inclusão.

(???)

RM - É criar uma base de negociação provisória.

P? - Provisória.

RM - Nas cotas, por exemplo, foi muito debatido a questão das cotas das mulheres na Assembleia. Houve muitas mulheres e muitos homens que disseram que isso era uma discriminação horrível, que as mulheres não precisavam das cotas para entrar na Assembleia. Uma vez, ouvi a Helena Roseta dizer que isso era uma “não discussão” e que, espontaneamente, os políticos se recrutam uns aos outros em jantares e que as mulheres, pela condição de terem crianças, não vão aos jantares e, portanto, nunca passará pela cabeça deles, eles não pensam que estão discriminando as mulheres, eles vão é buscar outros homens que ocupem os lugares e, portanto, o que acontece, com os empresários, eles não pensam que estão excluindo. Se nunca tiveram uma pessoa com deficiência, eles não pensam que estão incluindo. Se não tiverem uma consciência, um critério para começarem a incluir, isso vai ser muito mais difícil, isso funciona como condição provisoriamente necessária.

(???)

P2 - Também existe essa aceitação, porque são tipos de limitações, mas com que se convivem de uma forma melhor e produzem. (???) Tem o histórico exemplo da questão. A própria medicina na parte da deficiência auditiva é super avançada, extremamente avançada. Então, eu acho que isso dá força entre as instituições.

P8 - Mas nesta medicina, ela abusa um bocadinho nos estudos para lhes dar, para lhes escolher o que para ele não tem total visibilidade que sempre lhes vai devolver a audição. Os aparelhos auditivos podem, a longo prazo, afetar a capacidade neurológica.

(???)

RM – Preconceito, sim. Não é a incapacidade, é o preconceito sobre a incapacidade que não se conhece. Pode ser a barreira de resistência a deficiências, complicações que eles tenham e nem sequer são perceptíveis.

(???)

RM – Talvez fosse bom agora vocês fecharem, como nas orquestras. (???) Qual é o próximo passo?

AT - Nós fizemos a seleção de alguns excertos de filmes que achámos pertinentes para esta discussão e passávamos para o primeiro que é “Como estrelas no céu – Toda a criança é especial”.

P? – Não conheço...

PC – Não conheces? Mas eu recomendo!

(EXCERTO DO FILME)

PC - Podemos achar um pouco extenso, mas para nós foi complicado resumir um filme completo (???) São pequenos excertos do filme. Então, o que é que para vós este filme vos suscitou? Quais são as grandes... as temáticas aqui envolvidas?

P2 - Primeiro, a exclusão da própria família. A exclusão da própria família.

PC – Exatamente.

P2 - Pode dizer que a família pode ser o apoio ou não. O que acontece com os pais é que os pais, às vezes, também não têm conhecimento. A exclusão não é algo voluntário.

RM - Os pais não estão a excluir, estão avaliando, estão sofrendo como parte da exclusão.

P2 - Mas eles tiram de casa e o tempo passou, eles levam para outra escola distante, o menino chora desesperadamente para não ficar lá e eles vão embora, vão chorando porque não têm voz.

RM – (???) o que se nota aqui é que a família também aguenta com o peso do desconhecimento do que se passa e a pressão para a exclusão.

P2 - É aí que fazem a comparação com o irmão.

P8 – Comparam com o irmão que era brilhante o tempo todo.

P4 - A diferença entre o irmão que era muito bom e este que era péssimo, muito mal.

RM – Outra coisa que não mostram é o valor do diálogo com alguém que está a por em causa a capacidade do filho (???) estavam reagindo a um critério que vem de fora.

GM - Mas eu aqui entendo a atitude dos pais, porque os professores mostraram aos pais que o filho é capaz. E portanto, os pais, pessoas sem conhecimentos, pelo menos nessa área... Eu aqui não critico os pais. Os professores...

P? - Pela falta de sensibilidade deles. Têm que sensibilizar os professores. Os professores vêm uma turma não vêm o aluno....

P? - Mas o outro professor chegou e explicou. Mas os pais não aceitaram (...)

P? - Esse professor tinha dislexia.

(???)

P4 - Mas a questão é que este professor conseguiu entrar num domínio onde ele estava à vontade e por isso é que lhe chamou a atenção. Como é que tantos professores se queixam e como acha o menino brilhante, quando na disciplina dele, não precisava de escrever, não mostrava as falhas que ele tinha? A questão é que ele não se ficou com isso. Os professores reclamam ou não, tem que haver aqui alguma razão. Procurou saber o porquê daquele miúdo ser tão diferente quando muda a disciplina.

P2 - O mais incrível também é mostrar a potencialidade da criança. Uma coisa é a escrita ou a leitura, mas ele tem outras potencialidades. Acho que aí ele conseguiu trazer...

P? - Só que primeiro teve que trabalhar a autoestima, a motivação para depois conseguir trabalhar e ser criativo, muito criativo.

P? - Tem que mostrar criativo na escrita, na leitura, ele não tinha isso. E aí foi o fio condutor.

RM - Parece que ele deu uma linguagem através do qual a criança pode expressar e a demonstrou competente. Uma linguagem como os surdos. Os surdos passaram por deficientes, foram segregados, isolados durante muito tempo, porque as pessoas não sabiam comunicar com eles. Não sabiam ver nada nos sinais que eles faziam nem nos sons que diziam. Portanto, a sociedade protegeu-se da sua própria incompetência de comunicar, rejeitando. O que aparece nesse filme é que ele consegue dar uma linguagem ao menino que é uma linguagem universal. Quando as pessoas olham para um desenho, é uma coisa que as pessoas compreendem. Portanto, cria-se um novo percurso diferente, não é porque ele ainda... ele prossegue. Aliás, no outro dia, a (???) comentou com o João, que depois quando fizerem este projeto no próximo ano, podem convidar o João. O João é formado em Economia, é professor, nesse momento, em Valença. É uma pessoa competente, é caminhaeiro, pertence a várias associações e tem uma dislexia séria numa família onde todos eles são muito bem-sucedidos. E o João tinha dislexia mas nem a família se preocupou com (???) ele não sofria aquilo que se vê aí, que as atitudes das crianças reflitam, façam a ressonância no juízo de desqualificação da pessoa e a pessoa emite porque é que tu não queres, porque é que tu não fazes, porque és preguiçoso e as crianças fazem ressonância disso, riem dele, (???) um ambiente muito aversivo. Portanto, o João não foi tao exposto até certa idade a essa aversão. Ele não teve a autoconfiança dele lesada naquela família. Mas ele, no outro dia, nós ouvimos aqui numa reunião com o Geert, foi que os bons alunos... disse que o lugar onde ele chegara e lhe perguntaram não o que ele tinha mas o que ele precisava, foi aqui na universidade. Em todo o percurso escolar, as pessoas andavam à procura do que eles tinham de defeito para depois disponibilizarem inicialmente e depois ver o que precisa. Claro que um aluno no ensino superior já passou por tantas coisas e já sabe dizer o que precisa. Uma criança não terá essa competência, esse poder de dizer o que precisa. Uma vez, a gente trouxe aqui um filme que fez uma descrição da síndrome de Down (???) e depois passou um pequeno filme com o mesmo síndrome de Down, lendo com a perna em cima da mesa e a família funcionando. O problema que a família tinha com ele não era nenhum daqueles traços que a discriminava e afasta. Era um problema muito comum que tinha em mãos, de funcionalidade, de dar atenção que ele precisava. Portanto, é muito... Mas nós tivemos aqui... É o foco do que ele

precisa. Precisava de um meio de comunicar, de expressar que era competente, que compreendia o que estava sendo dito e também era capaz de dizer coisas. Eu não vejo a arte como uma vocação (???). Eu vejo-a como uma linguagem. A partir do momento que ele tira dele aqueles desenhos do subterrâneo irão tocar em um mundo como nós. É um dos nossos. Eu acho que os surdos ganharam quando foram capazes de ter uma linguagem que eles conseguiram usar uns com os outros e também serem capazes de comunicar para fora sendo competentes.

GM - A escola é importantíssima, a escola e a família. A escola logo nos primeiros anos. O que vemos na universidade, os estudantes que nos chegam e sobretudo a nível de dislexia, estão muito bem preparados porque, não sei quantos ficam pelo caminho, mas os que nos chegam estão muitíssimo bem preparados, fazem o seu percurso sem dificuldades (???) e as únicas coisas que eles nos pedem é apenas tempo extra nos testes e compreensão com os erros ortográficos. São as duas únicas coisas que nos pedem na universidade. Uma ou outra disciplina pode necessitar de uma prova oral (???) mas o maior número de alunos com necessidades especiais que temos na universidade de Aveiro têm dislexia e, portanto, são problemas. Pelo menos esses chegam bem preparados aqui. Há uns meses antes estive com um aluno, era um aluno com dislexia e, só no 10º/11º ano é que tinha sido detetado e até aí era isto: era burro, foi discriminado pelos colegas. Ele era um rapaz inteligentíssimo, mas ele era um pouco... não era agressivo, dizia de qualquer maneira porque (???) realmente tinha sido discriminado. Nós éramos amigos e continuámos amigos, tinha imensa cultura, era muitíssimo inteligente, mas foi o que eu disse, depois na universidade não havia problemas, só nesse 11ºano, exatamente.

(???)

AT – Eu que trabalho numa escola secundária, eu que não sou da área, que não percebo nada de despistes de dislexia, de diagnósticos,... já me aconteceu encaminhar alunos para o psicólogo da escola.

(???)

P4 - A única coisa para a qual a escola está preparada para trabalhar é a dislexia. Por isso, eles virem bem preparados porque eu acho que na escola, a única coisa que é tratada, que realmente tem um bom acompanhamento é a dislexia, porque se nós sinalizarmos um aluno por coisas que achamos, por exemplo não tem concentração e tem um nível familiar complicado, é problema dele! Agora se dissermos que tem dislexia, já tem direito a um aconselhamento, já tem direito a uma série de coisas. Acho que é a única coisa que efetivamente a escola está preparada para trabalhar.

P8 - Mas isso aí é um problema também porque, às vezes, a criança não tem necessariamente uma dislexia, mas você rotula essa criança logo nos primeiros anos. São avaliados por um profissional, não é só falar, senão não tem direito a nada nessa escola.

(???)

P8 - Eu estava aqui a dizer-lhes que os alunos surdos vão para as escolas bilingues. Por exemplo, em Ílhavo, é uma escola bilingue de educação para surdos, eles estão integrados entre alunos ouvintes, mas depois tem aulas complementares de língua gestual portuguesa, têm a relação

bilingue e a Associação em Portugal. Depois há em Coimbra, Lisboa, Porto e Viseu. Mas eles estão integrados em turmas normais.

(???)

RM - Nesta tertúlia, devem explorar o máximo de pontos de vista possível. E sobre a questão... Eu sou da área da Educação Especial e foi com grande treino que eu aprendi a ver situações que eu não tinha antes, porque eu não tinha educação especial. Quando comecei a trabalhar pela inclusão, eu não tinha informação sobre educação especial. Então, o que eu via era o lugar da pessoa, as condições de comunicação, condições de envolvimento, de pertença, de valorização da pessoa, o lugar onde ela estava. Portanto, eu via esses e outros fatores, não via os processos cognitivos e a deficiência. Depois, tirei a especialização para tirar a teima. Qual era o peso de conhecer o diagnóstico e deficiência nas decisões que era possível tomar para que a pessoa se mantivesse incluída nas famílias, escolas e comunidades? Em Águeda, decidiu-se que nenhum menino mais sairia da escola por ter uma deficiência ou, então, nenhuma criança ou família tinha de sair dali pelo tipo de deficiência. A comunidade tinha que resolver os problemas. Assim, começou o movimento da inclusão. A inclusão incondicional. Então, nós vencemos aquilo que, naquele momento, estava impedindo que a pessoa se sentisse bem no lugar onde estava, entre pares, e serem capazes de se afirmar como pessoa com existência e serem tratados com dignidade. E depois eu fui aprendendo qual era o peso que tendo conhecido a deficiência daquelas crianças que nós incluimos, incluimos não, incluíram os professores mais velhos e eles já tinham capacidade de ver... Já tinham visto muitos alunos passarem pelo sucesso e insucesso que tinham resultado na vida deles e sabiam o que era essencial no percurso para não machucar a integridade da pessoa. Mas sinto que há uma diferença grande no ângulo da visão. Nós podemos ficar incondicionalmente falando do tipo, do grau, das implicações da incapacidade. É muito difícil para nós mesmos pensarmos no tipo de condições, do tipo e grau de incapacidade da sociedade de lidar com alguém que não conseguem compreender. Ela exclui idosos, também exclui as mulheres que não falam a linguagem da política, exclui as pessoas de outros níveis académicos e que não têm linguagem académica. Ela exclui. A sociedade é aquilo que não conhece e os grupos dominantes têm o poder de um corpo estranho numa circunstância de ser objetivado aquilo em que ele não é capaz de corresponder ao padrão dominante. Nós estamos a ver porque é que as crianças não participam nas decisões sobre a sociedade. Não é porque não sejam capazes, é pelo grupo dominante. Quem tem o poder são os adultos e nem sequer se ocupam em saber se elas são competentes ou não devido à idade, ao tamanho, inexperiência, da imaturidade para justificar que ela não é competente para a tarefa. Esse filme também nos mostra um pouco isso. Os professores desesperam. Aquela mulher é uma mulher desesperada, não é só uma professora. É uma pessoa desesperada. Ela diz: "Lê!" e leva tempo, "Lê!" e leva tempo e, a certa altura, começa a maltratar pela própria incapacidade.

PC - Mas se não houver professores que acreditem nas potencialidades dos alunos... a convicção que tenha... nenhum aluno chegaria ao fim da sua formação académica. Porque o filme também mostra que se não fosse aquele professor a valorizar as capacidades daquele aluno, ele iria

reprovar certamente e iria para a escola especial. Ou não estudar mais. Por isso, é que devemos estar atentos para que a exclusão não aconteça.

RM – (???) Nunca tinha parado para pensar que tenho amigos disléxicos. Mas criei uma irmã deles que é médica e também tem um certo grau de dislexia, às vezes, escrevendo de forma diferente, mas não se aperceberam disso e virou uma médica muito competente. Foi uma das pessoas que estive no movimento para a inclusão e perceberam também que a diferença dela tinha um peso relativo nas questões. Eu tenho amigos disléxicos, pessoas que têm esse problema específico e o problema muitas vezes fica fora do acesso, porque se as pessoas... Se eu tivesse conhecido aquelas pessoas pela dislexia e não pelo seu contexto, por outros contextos, seria amigo dos meus amigos, porque temos grupos em conjunto, trabalhos em conjunto... Eu provavelmente também teria algum medo de, por exemplo, propor-me, agora não, que os computadores agora fazem correção de texto, de propor uma troca de mensagens por email ou por carta com uma pessoa que eu sabia que tinha dislexia. Eu evitaria. Se o meu único meio de comunicar, por exemplo, fosse, com o João, fosse a escrita e se eu soubesse só a informação da dislexia, se eu não o conhecesse em nenhum outro contexto, eu provavelmente não teria uma amizade forte. Esse meu desconhecimento funcionaria como uma barreira, como um medo para mim. E o que aparece ali muito evidente é que os professores todos se desesperam. (???)

PC - Mas não deram uma oportunidade ao Isham, não utilizam outras estratégias.

GM - Mas quando lhes foi mostrado, eles mudaram de atitude. É isso que eu acho, isto é por contágio. Eu costumo dizer e às vezes digo aos alunos em linguagem um pouco sensível: é a realidade: mostrem-se! As pessoas vão olhar para a “PA” e dizer “Ai, coitadinha, tão bonita e numa cadeira de rodas!” Vão, ainda dizem, mas já dizem cada vez menos. Se mostrarem, aliás, isto da dança inclusiva, a primeira vez que dançaram, há uns anos já, não sei se a “PA” já estava ou não, há uns 5 a 6 anos, já não sei, foi a segunda vez que dançaram, eu pedi que fosse no átrio da reitoria numa cerimónia que não tinha nada a ver, mas o Senhor Reitor concordou e onde estavam várias pessoas, desde um funcionário de um centro de reabilitações, ex-reitores e há uma pessoa desta casa (???) que teve a humildade de dizer: “Eu nunca tinha pensado nisto. Temos que olhar para estes alunos com os olhos, não são só as condições pedagógicas, não são só as acessibilidades. Portanto, eles podem fazer outras coisas.”. Um testemunho de um colega vosso, vocês sabem bem quem é... que primeira vez que dançou... ele tem paralisia cerebral, mais ou menos como a “PC”, e que disse “Eu não preciso disto para nada, para conviver.”, porque é uma pessoa que convive, tem uma reunião... e disse: “Hoje sinto, pela primeira vez, que faço parte da Universidade de Aveiro.”. Vejam só! Pelo facto de ter dançado. (???) O aluno sempre esteve incluído. (???) Porque há a tuna e a tuna vai atuar, o basquete, vai jogar, mas ele nunca tinha feito nada e é uma pessoa extremamente independente, que se sente à vontade com os amigos, que anda aí na noite, que anda nas praxes, que praxou, sem problemas nenhuns. Mas, nisso, ele sentiu isso porque, pela primeira vez, ele fez alguma coisa para alguém. E ele tem outras atividades que já tinha, mas o facto de ter dançado... Eu percebo o que ele dizia antes. Ele pôde praticar uma atividade que provavelmente toda a sua vida lhe tinha sido negada. Por ele ter

paralisia cerebral, tem alguma descoordenação de movimento efetivamente natural. Aliás, uma vez na rua, no Porto, uma senhora de idade foi ter com ele e ralhou com ele, porque a paralisia cerebral está associada, muitas vezes, à deficiência intelectual, em muitas pessoas. (???) Pois, há pessoas com menos informação. Ele andava no Porto, foi passear para o Porto e essa senhora foi ter com ele e perguntou-lhe o que estava ali a fazer e que era muito feio ele sair de casa e, com certeza, os pais não sabiam que ele estava ali. Foi quando ele disse: "Oh, minha senhora, eu sou um aluno universitário." Portanto, estão a ver... E já com outro aluno também com paralisia cerebral, mas anda numa cadeira de rodas, também uma vez viveu uma cena incrível. Ele próprio no Porto, no metro, também uma senhora foi com ele aos bombeiros, porque achava que ele fugira de casa. Os bombeiros telefonaram, ligaram, na verdade, para os pais, porque ele ia para o aeroporto para se despedir de uma amiga, e foi obrigado a ligar para os pais, porque acharam que ele era uma pessoa com deficiência e que tinha fugido de casa, quando realmente isto é inadmissível! Se as pessoas se mostrarem e derem realmente alguma resposta... Como um colega que tem paralisia cerebral e perguntaram-lhe, uma vez, na rua, se ele já tinha nascido assim e ele disse: "Não, nasci mais pequenino e sem dentes!" Provavelmente, é necessário que façam isto, é mostrarem-se. As pessoas começam cada vez a achar mais natural uma pessoa em cadeira de rodas... anda como nós, mas só de uma forma diferente; uma pessoa cega vê como nós, mas só de uma forma diferente, mas é assim que as pessoas pensam na sociedade.

(???)

RM - Eu acho que a arte pode ser uma linguagem que dá muitas possibilidades de expressão. Por exemplo, o Geert mostrou aqui uma prática inversa, que é um dançarino que aprende com um atetósico, espático a fazer uma performance de maneira a que ambos pudessem entrar no palco e atuar. Realmente, existem várias formas de, não é familiarizar essa diferença, mas é integrar essa diferença na influência das coisas que a arte pode criar. O que a arte faz é pegar ali um afogado e transformar aquilo numa mensagem. Portanto, a arte pode funcionar assim. Existe muitos movimentos de arte pela inclusão por causa disso, por causa do poder que tem mudar o cenário, mudar o contexto. (???)

PC - Eu acho que muito do preconceito que existe, parte também em muito do (???), porque se as pessoas não convivem também não sabem como lidar com a pessoa que tenha alguma incapacidade.

PA – Normalmente, as pessoas que têm já pessoas na família com algum tipo de incapacidade têm mais facilidade em lidar com outras, porque já conhecem esse.

GM - Mas a paralisia cerebral é isso mesmo, cerebral, está ligada ao cérebro. Portanto, está ligada às deficiências mentais. É por isso, que a paralisia cerebral, para quem não a conhece, é uma deficiência que está ligada às deficiências mentais.

PC - Mas há famílias que também só olham para a incapacidade do filho como mostra no filme. (???) Mas no caso de não saberem, mesmo assim, valorizam qualquer capacidade. (???) E acredito agora e se calhar há uns anos atrás, muitos sujeitos teriam a capacidade de chegar mais longe, mas foram colocados em CERCI ou outras instituições, porque não acreditaram neles.

RM - Eles nem tiveram nem espaço, tempo e meio de dizer a eles e provavelmente não tinham direito de fazer isso.

PC - Exato. E se calhar não tiveram a sorte de cruzar com profissionais que pudessem ir buscar qualquer capacidade e ver ali a ponte para o sucesso.

(???)

(Nota – Dado o adiantado da hora, a Dra. Gracinda informa que tem de se ausentar e o grupo decide avançar para a parte final da tertúlia.)

RM – (???) Se nós tivéssemos algumas perguntas tipo “Onde está o problema?” Nós não nos deixaríamos levar pela lógica do filme. O mundo tem um problema, mas tem muitos mais problemas, por causa dos outros problemas que as pessoas tentam resolver. Talvez algumas perguntas chave que fizessem mas esse conteúdo é que faz muita falta. Mas eu acho que é para continuar, não é? (???) O que é que vocês tinham preparado...

AT - Nós íamos discutir esta imagem, tem a ver com o rótulo. Há alguma polémica que surge... Qual o melhor termo? O que devemos chamar à pessoa? Tem deficiência? É deficiente? É incapacitado? Pronto,... O senhor que está em cadeira de rodas diz “Chega muito bem o meu nome.” Às vezes, o rótulo mais apropriado que nós temos é mesmo aquele com que nascemos, portanto, aquele que os nossos pais nos dão, que é o nosso nome. Não sei se querem comentar...

GM - O que posso dizer relativamente a isso é que não são as palavras... Posso ter palavras muito bonitas ou feias, não ligo nada a isso. Uso a sensibilidade, mais nada. É evidente que a “PA” é a “PA”, mas se eu dissesse a alguém que não sabe quem é a “PA”, como é que a vou descrever: “Olha é uma menina que anda em cadeira de rodas.” Se falarem de mim, vão dizer que tenho o cabelo assim ou assado, que é uma pessoa mais gorda ou mais magra, mas não é um rótulo. É a forma de apresentação de uma pessoa que não se conhece. Depois, às vezes temos que usar rótulos. Eu aqui, na universidade, uso alunos com Necessidades Educativas Especiais. Não tenho problemas efetivamente nenhuns em dizer que tem deficiência ou incapacidade. (???) Necessidades especiais, porquê? A universidade também é um meio totalmente diferente e não podemos ignorar a diferença, pois se ignorarmos, então, nós não fazemos nada, mas sabemos que ela existe. Todos nós somos diferentes e nós vamos tratar das pessoas com toda a naturalidade, porque as pessoas são normais ou anormais como nós todos somos. Eu sou anormal. De maneira que cada um tem as suas características e eu esqueço-me que a “PA” está em cadeira de rodas, mas eles também se esquecem. De certeza que a “PA” também se esquece que está numa cadeira de rodas. Noutro dia, um aluno que estava numa cadeira de rodas e disse-me que estava tão contente, estava tão bem que a cadeira desapareceu. É isso que temos que fazer, que as cadeiras desapareçam e por isso a linguagem... A “PA” vai a pé...claro, que vai a pé, vai de cadeira de rodas...

(???)

RM - É pensar que nesse momento, o facto de sermos comunidade, nós somos uma comunidade muito privilegiada, uma comunidade muito respeitada e eles são alunos muito competentes e muito privilegiados, porque estão numa universidade que é assim e tudo isso. Mas o mundo não é assim. Será que nós não temos que abrir o debate? Para chegar a essas, para que as portas também se abram? Nós deveríamos ver as estatísticas da educação especial e ver quantas crianças vão para lares/centros de acolhimento, em nome de quem faz esses estudos porque é uma questão da educação para a inclusão. Quantas crianças são institucionalizadas, quantas estão na escola e quantas chegaram ao ensino superior? E nós tínhamos que fazer isso também. Quantas crianças com necessidades especiais entram e são identificadas no sistema? Quantas chegam aqui à universidade? Vocês já se perguntaram sobre isso? Muitas vezes, nós podemos pensar que são as pessoas fora da universidade que têm esse tipo de preconceito. Todas as pessoas que estão cá dentro também estão lá fora. A questão é pensar se este tipo de discussão deve ser feito aqui numa comunidade de (???) ou se é lá fora. A questão das palavras, das discórdias... ou se é lá fora. Se a nossa sessão de grupo deve ser dirigida aqueles que ainda lá fora colocam barreiras ou criam barreiras aos outros...

P4 - Aqui estamos a remar para o mesmo lado. A importância que eu quero, assim, expor era o choque porque... ainda agora aquele seminário que eu fui da comunidade cigana, a maior parte delas estavam desinteressadas. Mas foi lá um senhor que foi o que ouviu tudo, porque ele não podia ver um cigano. Aqueles dois que lá estavam, não sei como não tiveram medo dele, só apontou as coisas más dos ciganos, mas isso depois é que fez com que se trabalhasse, se tirasse a imagem que o senhor levava.

RM - Estava ali presente.

P4 - Exatamente. Se ele não tivesse feito aquilo, todos nós estávamos a concordar com o que ele estava a fazer, prontos, a fazer também aquilo e houve o contrário que era isso que era importante. O importante era elas trabalharem, falarem diretamente com pessoas que acham que elas... porque têm uma limitação, têm todas as limitações. Era com pessoas assim que se avançava mais um bocadinho.

GM - Mas eu também vos peço uma coisa. Que não se pese muito assim nas pessoas que têm necessidades especiais, porque elas a fazerem... Eu peço desculpa, mas tem sido um massacre aqui na universidade. Tem sido um massacre com questionários, com coisas. É raro mesmo! É constantemente, constantemente, constantemente!

RM - É por isso que eu estou aqui a tentar fazer a tertúlia que não seja sobre a deficiência, mas sobre o contexto da integração.

GM - Hoje aconteceu uma coisa fantástica. Os alunos de Design querem falar com uma pessoa cega ou com baixa visão para verem o que conseguem fazer no Museu de Ílhavo para estudar, para planear as visitas que irão fazer no Museu de Ílhavo, na prática. (???) Nós não podemos estar sempre, sempre a pedir-lhes as coisas... "Façam isto ou façam aquilo.". Sabem o que é que me disse um aluno há tempos? "Com isso, estão constantemente a lembrar-me que sou deficiente!" Eu peço desculpa de estar com esta conversa...(???) Não estou a dizer que seja

aqui...Eu só peço que não se pese demasiado em cima das pessoas que têm alguma necessidade especial, porque não são muitos, bem, na universidade são sempre os mesmos e não é só na universidade, é em todo o país, constantemente. Já não aguentam. Alguns já não respondem...

RM - (???) O trabalho da Ana é criar um contexto de inclusão (???)

GM - (???) Eu sei que não é politicamente correto ... e peço desculpa por isso, mas eu penso neles, eu penso neles (???) nos alunos com Necessidades Especiais (???)

(???)

GM - (???) eu peço que não pesem muito, vão lá para fora (???) vão para a rua... Eu não sei se eles se sentem à vontade...

(???)

RM - (???) Nesse contexto, eu também penso (???) Portanto, eu quero é dizer que a última coisa que com esse tipo de ação, que é lutar pelos grupos minoritários, minoritários, porque são visíveis numas coisas e invisíveis, marginalizados noutras (???) Todos os grupos, pela maneira como a sociedade está organizada, não têm um espaço para se mostrar...

GM - (???) Eu só digo que não façam nada para as pessoas com deficiência sem as pessoas com deficiência. Porque fazem rampas que são completamente erradas. Na parte dos questionários, dos inventários têm sido demais, tem sido constantemente. No outro dia, foi de um aluno da universidade Aberta, constantemente. As pessoas já não respondem, são umas heroínas que estão aqui! Acredite que só três ou quatro é que respondem. (???) Não é uma crítica, não me estou a referir a este grupo... mas uma chamada de atenção. Que os poupem...

(???)

RM - (???) A Ana, a "PA" e a "PC" devem orientar a sua ação para fora da universidade...O que eu estou entendendo é que isto não é um estudo sobre pessoas com deficiência, é um ensaio numa instituição em que as pessoas se mostram como atores, como alguém que está a por em debate um problema social. É assim que eu vejo a sessão de hoje. Não é um trabalho sobre a deficiência.

(???)

RM - (???) Qual seria o bom desenvolvimento desse grupo?

GM - (???) Mas este grupo está bem...

RM - A tertúlia é para ensaiar se esse tipo de ações eram ações boas a desenvolver na universidade, não foi assim que eu vos disse?

GM - Então, se é assim, ainda bem. Aí eu concordo. É com contenção. É com contenção. Não pode ser sempre, sempre, sempre. Eles têm sido muito solicitados para trabalhos.

RM - Aqui não vai haver investigação. Nós não investigamos. (???) Podemos traduzir conhecimento sem transformar, constituir as pessoas como um objeto. Na área das ciências sociais e na nossa área de intervenção, pessoas não são objetos. São sujeitos, sujeitos que nós queremos participantes. Foi ontem, não foi? Na pesquisa sobre crianças? Crianças não são objetos ou crianças são sujeitos? Não podem ser tratadas como objetos, são sujeitos e facilmente

são tornadas participantes. Ou seja, sujeitos que são reconhecidos como parte do grupo que fala, que contribui, que participa para que a sociedade se transforme. Mas, portanto, nesse grupo, a Gracinda não deve ter mesmo preocupações (???)

GM – Ó Rosinha, eu não estou com preocupações. Eu penso que estamos a falar de pessoas com deficiência em geral.

(???)

RM - Esse tipo de ações, de se mostrar, aquele slide, a primeira discussão...

(???)

GM - Quando digo “Mostrem-se!”, é as pessoas andarem, não terem medo de andar. As pessoas tinham medo de ir para a rua, porque eram discriminadas, olhavam para elas. Não, não devem ter medo, vão para a rua como os outros, vão para a praia em biquíni com os outros. Nesse aspeto, não tenham medo do que os outros dizem. “Ai meu Deus, agora estou numa cadeira de rodas, não sei o que fazer!”. Na próxima, já não irá vencer. E muitas vezes, há pessoas que se retraem, não vão para determinados sítios exatamente por causa disto. Agora, tudo bem... Esta discussão, sim, eu estou totalmente a favor.

RM – (???) Este grupo tem trabalhado a questão do corpo com as pessoas com deficiência. (???) As pessoas se privam de ir à piscina e a outros sítios por causa da discriminação. O nosso objeto e a nossa preocupação é o olhar de quem olha, as palavras de quem diz, e que cria condições sociais para que as pessoas sejam constituídas um objeto e ainda por cima se pode recolher factos sobre o que se pode expor. (???) Não, com esse grupo, não se preocupe...

GM – Não, eu conheço o trabalho que a Ana está a fazer e, se a “PA” e a “PC” e o “PB”, o “PB” não está sempre, tem um estágio amanhã, tem um estágio não, um campeonato, mas estão a poder trabalhar e penso que estão bem e que estão contentes. Aliás, isto é um trabalho de todos. Eu estou a falar realmente daquilo que tem sido, não imaginam, não imaginam! Sai um questionário de uma outra universidade... sabem o que perguntaram às pessoas? “Quanto é que sente deficiente?” Isto para um doutoramento. “Quanto é que se sente deficiente? 20%, 50%, 90%?”. Sabem quantas perguntas eles tinham? 270. Não chegou. Estava com o Vice-Reitor a conversar e ele disse: “Isto por mim, não vai.” Eu disse: “Deus me livre!”. A primeira pergunta era esta: “Quanto é que se sente deficiente?” Isto para um doutoramento! Imaginem onde chega! Portanto, vejam se a minha preocupação não é... O meu gabinete é um gabinete de ação pedagógica para todos os alunos. Nós vemos aí, andam felizes da vida e têm sucesso e são, com certeza, muito mais competentes que a maioria das outras pessoas, mas isto para dizer que no meu gabinete eu vejo-lhes a alma. É isso mesmo! E não é que eu tenha meios...

(???)

RM - Esse é o estado das Ciências da Educação, não é a Educação Especial. É a ideia que lhe dá todos os conhecimentos criados em todos os campos da educação para (???) captar os grupos que são objeto da educação especial, ou seja, daqueles grupos que são objeto de discriminação e de desvantagem no apoio e desconhecimento. Esses é que são os objetos da educação social através da intervenção comunitária que é o equivalente. Portanto, nesse grupo, especificamente,

há coisas que nós não fazemos, não é possível fazermos. Estamos a lutar contra isso. (???) Para saber um tipo de ação como essa, que há um grupo que tem pares, tem pessoas, alunas com deficiência e alunas sem deficiência, que dentro da comunidade acadêmica ou fora, só será através dessa metodologia se há alguma forma para quebrar o silêncio que está por trás de todas as atitudes de discriminação.

(???)

GM - Eu concordo. Infelizmente, nós não conseguimos público, eu já tenho outra experiência, mas isso de abordar as pessoas, facilita ao conversar com outras, já há várias ideias e é semelhante.

(???)

GM – (???) Os questionários que agora estão a fazer... Os questionários têm sido um autêntico massacre. São massacrados, massacrados! Uma coisa impressionante! No país inteiro.

(???)

RM - Aquilo que a gente vê como tipo, o grupo numa categoria social, é o que nós não conseguimos ver que todas aquelas condições nos podem ser inerentes no momento e no futuro trabalho se as pessoas forem felizes e tiverem uma vida longa. (???)

(NOTA – A Dra. Gracinda pede desculpas por ter mesmo de se ausentar, dado ser já bastante tarde, despedindo-se e desejando a continuação de um bom trabalho. As participantes agradecem a sua presença e ela sai.)

RM – Quanto tempo mais?

Isabel – Nós tínhamos mais dois filmes...

RM – Nós tínhamos tomado uma decisão sobre isso, não é?

P4 – Eu estou aqui a pensar... Aquela pergunta “quanto se sente deficiente?”... Eu entendo essa pergunta. Eu entendo o que a pessoa queria porque, de certeza, ia haver lá perguntas a seguir a essa que ela iria perceber que, se o sentir ou não, está para aquele motivo de se fazer algo ou não. Quem se sente 100% deficiente, não faz nada da vida, com certeza. E vocês não se sentem, por isso, é que estão aqui. Mas se sentissem deficientes, os 100%, não tinham saído de casa, ficavam recatadas, não lutavam por nada, não queriam nada na vida, não tinham uma atividade. Acho que ficavam... Eu vejo essa pergunta nesse sentido. Avaliar. Eu lidei com o “PB” e o quanto ele se sentia deficiente é que me ensinou a lidar com ele. Ele chegava de táxi à escola e a minha tendência era ir ajudá-lo a sair do carro. Ele não deixava, porque ele não se sente e, como não se sente, ele está hoje onde está. Se ele se sentisse 80% ou 90% de deficiência, ele não iria a competições.

PC – Por isso mesmo é que não faz sentido essa pergunta!

(???)

P4 – Faz sentido, porque eu conheço muitas pessoas que não saem à rua...

(???)

PA - Isso também pode ter a ver com o ambiente familiar que a pessoa tem. Eu para chegar à escola tive que ter alguém que me pusesse lá e que me dissesse “Estuda.” É por aí...

PC – E acreditar...

PA – Exatamente.

(???)

P2 - Quero dizer uma coisa. O que realmente aparece para quem não tem uma incapacidade é a incapacidade do outro. Primeiro, olho e vejo ali um cadeirante, um deficiente físico e eles dizem “Não, eu sou eu.”, antes de qualquer coisa, “Eu sou eu”. Normalmente, é assim mesmo que acontece, a gente olha para o que o outro tem de menos. Não é positivo. A gente olha primeiro para a incapacidade, não consegue, não sabe ou se não faz e depois é que vê a pessoa. E quando a gente nota que é uma pessoa, a gente não enxerga mais a diferença. Eu acho que é isso... Eu trabalhei, é pessoal. Fazer um trabalho pessoal para enxergar primeiro as pessoas e depois ...

(???)

RM - Imaginem que a diferença pode ser objeto, motivo de afastamento, de pouca comunicação, pouco conhecimento. Não faço ideia, nunca perguntei sobre o que sentem os estudantes da Guiné. Não são os estudantes negros, são os estudantes da Guiné, porque há uma trajetória de guerra colonial e as pessoas não tinham palavras para falar sobre a presença dos alunos da Guiné aqui. Fala-se dos PALOP...

(???)

RM – A discussão é essa... No Brasil, há uma grande diferença na democratização do ensino superior. E o texto é sobre índios na universidade. Os índios são uma comunidade que nós sabemos tem uma relação muito especial com a natureza, tem um caso comum que foram confinados territorialmente e isso alterou alguma coisa, conseguem inserir-se na sociedade só se tiverem dinheiro e não estão assimilados pelas partes da produção, para que aconteça a inclusão. Eu estive agora no Natal no gabinete de inclusão na universidade do Rio de Janeiro (???) que são os negros, são os alunos indígenas, são os alunos das comunidades Quilombola... São outras categorias. E também quem está nesse gabinete é uma mulher, uma professora com deficiência porque ela percebeu de que realmente a maneira como a deficiência dela (???) muito tempo era problemática da vida dela. E ela, então, criou o gabinete. Agora, ela está bastante doente e há o problema da substituição dela e estão refletindo quem é que poderá ter um ponto de vista tão fino. Esse problema de inclusão não está na deficiência, pode estar na cor da pele, (???) pode estar no falar, na linguagem. Há muitos fatores, que mesmo ali no Rio que tem discriminações de gênero, discriminações de classes, discriminações econômicas e essa mulher teve a percepção. Ela podia ter feito o gabinete só (???) mas tem sucesso na universidade, sentimos presença, merece ser aqui permitida pela universidade. Agora, vocês imaginem, se vocês acham que foi boa a experiência que vocês tiveram, essa de tentarem colocar junto com a Ana... serem vocês a colocar a questão da inclusão... Têm que pensar, pode-se pensar que essas são vocês, mas podiam ter sido outros aqui. (???) Mas quantas pessoas, quando chegam ao limite de idade é que

começam a ser visíveis e que em casa são invisíveis quando estão em consideração com o tamanho da letra nas provas, a quantidade de texto que se manda ler... são invisíveis, mas que acabam por ser visíveis fisicamente, por terem bastante idade. (???) Mas a idade aqui é ainda um fator de invisibilidade. Eu não sei se a política do não se falar na diferença é uma boa política para a afirmação da diferença, da igualdade... O direito de ser igual, quando a diferença interioriza o jeito de ser diferente, quando a igualdade caracteriza... Eu não sei, mas vocês podem ajudar a pensar nisso. Porque é que uma série de grupos... Porque, por exemplo, os ciganos, uma pessoa descreve sobre (???). Andou na universidade sempre e não disse nada. Depois de concluir o doutoramento, com um professor de uma universidade de Lisboa, ele disse "Eu sou cigano. (???) E não disse isso porque tem que ser feito. Se eu tivesse dito isso antes, eu não conseguiria mostrar capacidade, produção de conhecimento, estar aqui. (???) Por mim, pela maneira subtil de conseguir superar toda essa diferença invisível, foi isso que me tornou visível aqui, mas não é isso que eu quero para a minha comunidade".

P? - Eu acho que o contacto com a diferença faz as pessoas também acordarem para isso e mudarem a atitude delas.

(???)

RM - No entanto, faz parte da direção que mais reclama visibilidade em espaço social. Os estudos que tocam na comunidade... A ACAPO reclama a sua condição de cegueira e precisa, porque senão não há nada, ... não consegue, não há semáforo, não há nada... Mas é engraçado que a (???) está numa associação que é de cegos, mas por exemplo, vê essa ação de organização dos próprios alunos com deficiência como um possível grupo a consultar, a ser consultado em caso da exclusão, como uma coisa negativa.

(???)

RM – Podíamos continuar este diálogo...

(???)

RM - Podemos estabelecer entre nós que é um esforço, a ver o que é que é mudado no contexto porque eu acho que a trajetória da vida das pessoas, a trajetória de vida de cada um de nós é sagrada. Eu acho que esse é um dos pressupostos universitários. Não é esse tipo de gente que sai por aí a incomodar as pessoas e a história de vida das pessoas, quem chegou aqui já ganhou muito e está indo, não está à espera que a gente influencie. Se todos nós, qualquer um de nós que está aqui e eu, todas nós devemos ter uma vida que deve ser sagrada, não deve ser exposta. O foco e a ideia desse mestrado, o que é que no contexto dessas relações sociais a gente deve alterar, nas imagens, nas ideias, nas relações de poder, nos contextos, no tipo de atividades que possa criar um núcleo onde toda gente possa contribuir, continuar a sentir-se acompanhado nas trajetórias que vai fazendo. E acho que o foco do filme era um desafio para nós, como é que nós conseguimos ver esses filmes com essa temática mesmo? A pessoa está vindo e está indo em direção de alguma coisa. Todos nós estamos. Temos uma visão... Há alguém que fala na memória do futuro, desenvolver uma memória do futuro, ou seja, algo menos desejável que a gente vem trazendo e largamos isso do foco, porque por exemplo no filme "Teoria de tudo" é

muito fácil nós nos colocarmos na deficiência, o quão forte é ele que passa por isso, que passa por aquilo, quão maravilhoso, quão extraordinário é o que ele conseguiu fazer. Isso é o que nós devíamos evitar. Porque a história daquele homem é o que leva a estar vivo. Nós não devemos falar sobre ele, mas sobre o tipo de barreiras e facilidades que ele foi encontrando nas atitudes das pessoas, no modo como as coisas funcionaram na sociedade, porque isso a gente pode mudar. Onde é que as ideias estereotipadas e preconceituosas estabeleceram o limite do percurso que aquela pessoa estava fazendo e onde é o contrário onde é que as barreiras preconceituosas, pelo contrário, fizeram direções mais afirmativas e alargaram ainda mais a estrada por onde ia caminhando, acrescentando mais uma causa (...) Não sei se esta proposta é boa... Era nós ensaiarmos... O Que acham? Ou não pensamos e continuamos à conversa? O que vocês preferem: vocês preferem entrar no nosso e mantermos essa conversa lá ou querem-nos convidar para o vosso? Ou vice-versa? Querem pensar sobre isso e depois nos dizer?

(???)

RM – Eu participei em algumas reuniões do grupo delas. Um dos medos de abrir o “Sempre em Frente” a pessoas que não tivessem algum tipo de incapacidade era o de, de repente, chegarem algumas pessoas e nem a página era delas nem nada...

(???)

PC – Eu acho que devem vir mais pessoas...

RM – Então, nos convidem! Podem nos convidar, nós aceitamos!

(???)

AT – Nós temos o “Sempre em Frente” que é fechado, mas vamos abrir o “GUÊATUA”.

P? – Vamos inaugurar o “GUÊATUA”!

(???)

RM – Ponham o que apresentaram aqui, ponham o que não apresentaram aqui...

(???)

PC – Eu discordo do que falou, de as pessoas virem atacar, entre aspas, a nossa voz (???) O que eu acho é que nós somos suficientemente autónomas para dizer (???) “A minha ideia é esta e a tua ideia é aquela!”. Acho que ninguém vai querer sobrepor-se ao outro, porque senão não é inclusão.

RM – (???) Eu e a Gracinda somos ambas, de maneira diferente, somos ambas paternalistas...

(???)

PC – Já agora, é esta a ideia... Esta ideia!

(NOTA – É apresentado o último diapositivo, onde se lê “Alone we can do so little; Together we can do so much.”)

PC - Porque não podemos ir sozinhos, temos de ser um grupo...

(???)

(NOTA – As participantes despedem-se e termina a atividade.)

ANEXO IV

Tertúlia
TALKING
Talk about inclusion

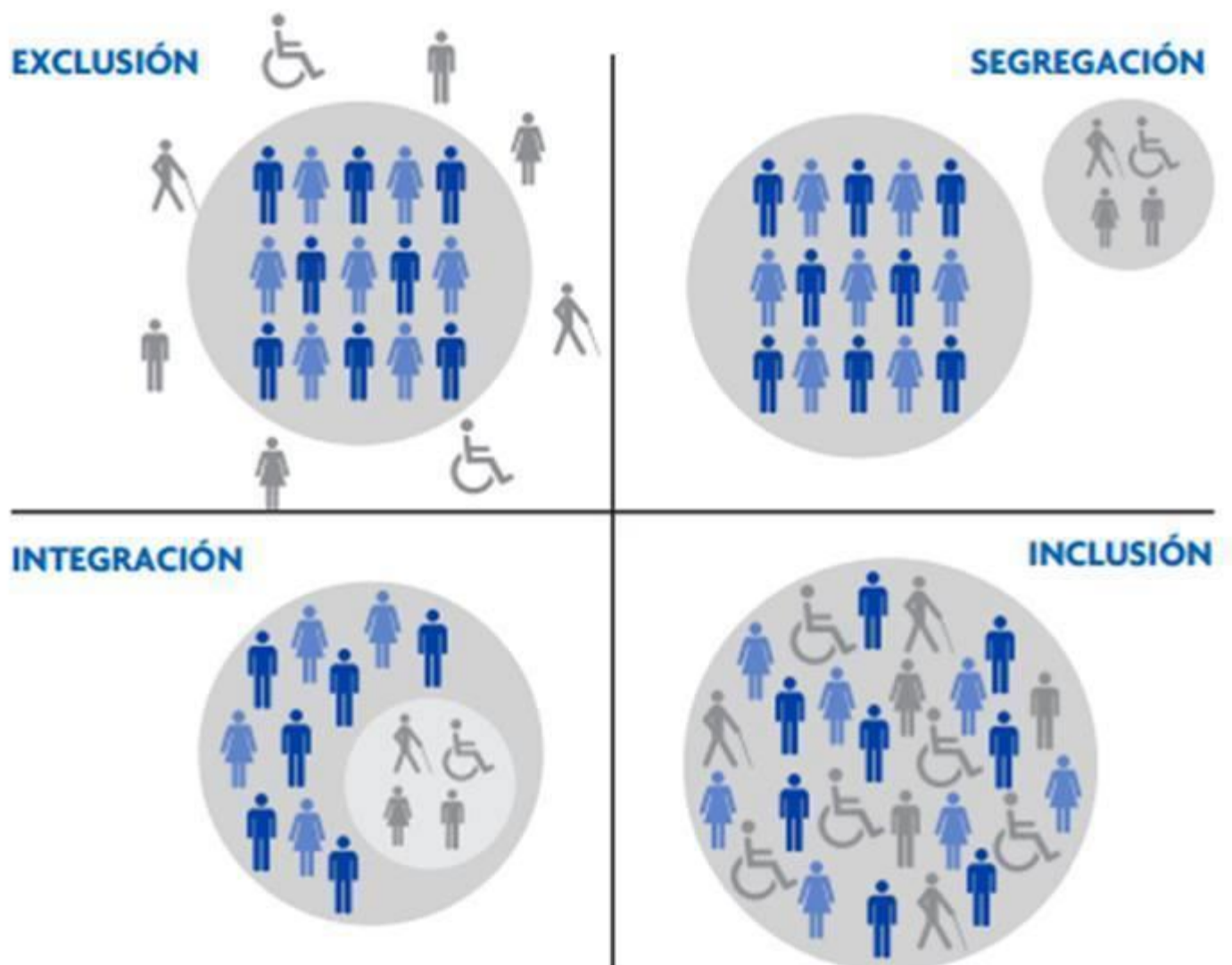
GUÊ ATUA

Grupo Unido de Estudantes pela Autodeterminação

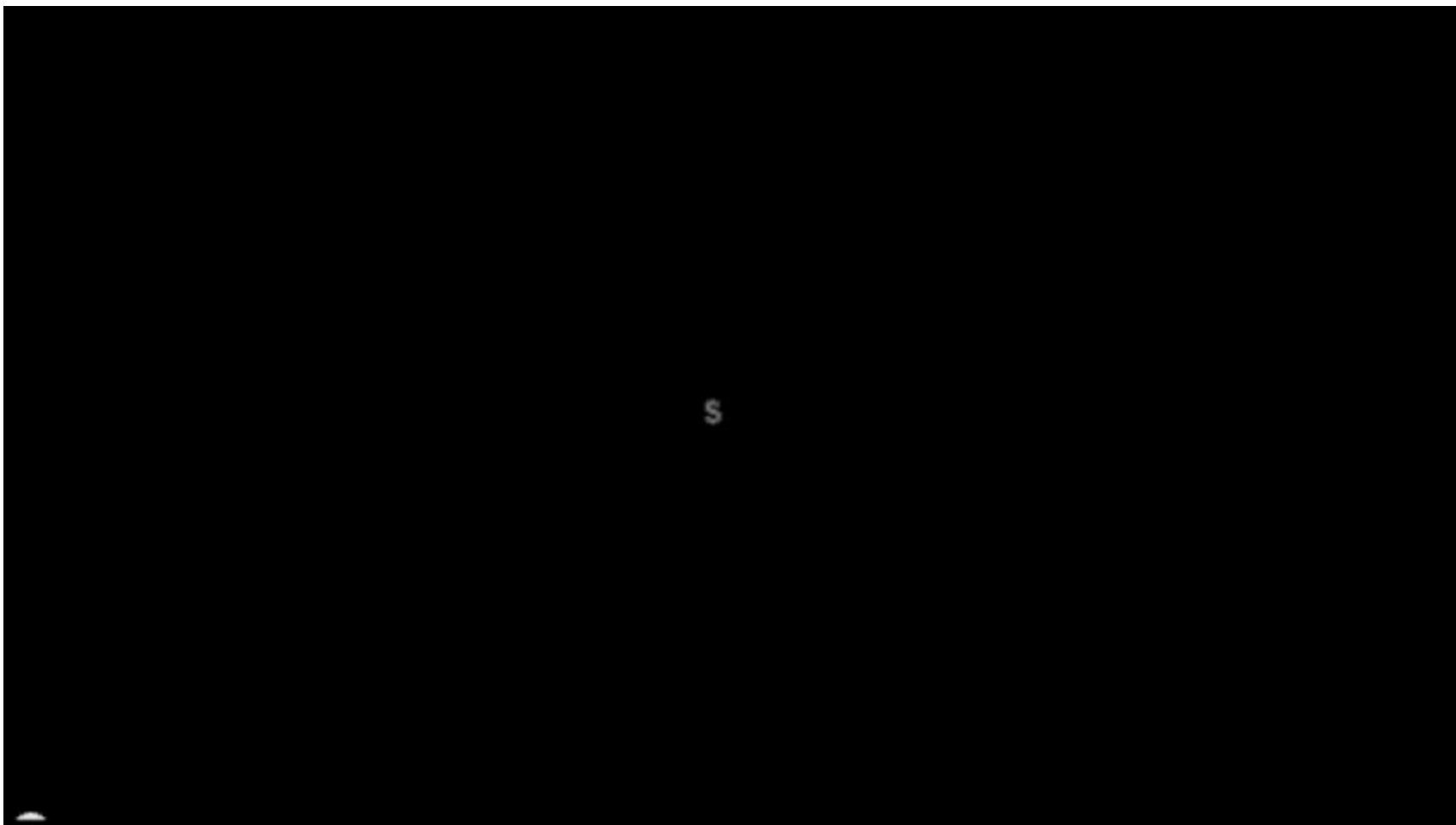
[29 MAIO 2015]

OBJETIVOS

- Contribuir para a criação da igualdade de oportunidades e plena participação das pessoas com necessidades especiais no ensino superior;
- Sensibilizar a comunidade académica para questões relacionadas com a inclusão;
- Criar condições de empoderamento, numa perspetiva de interajuda, autoadvocacia e autodeterminação;
- Reforçar redes de relações entre pares, parceiros nacionais e instituições de ensino superior através de consultoria orientada para a resolução de problemas;



COMO ESTRELAS NO CÉU – TODA A CRIANÇA É ESPECIAL



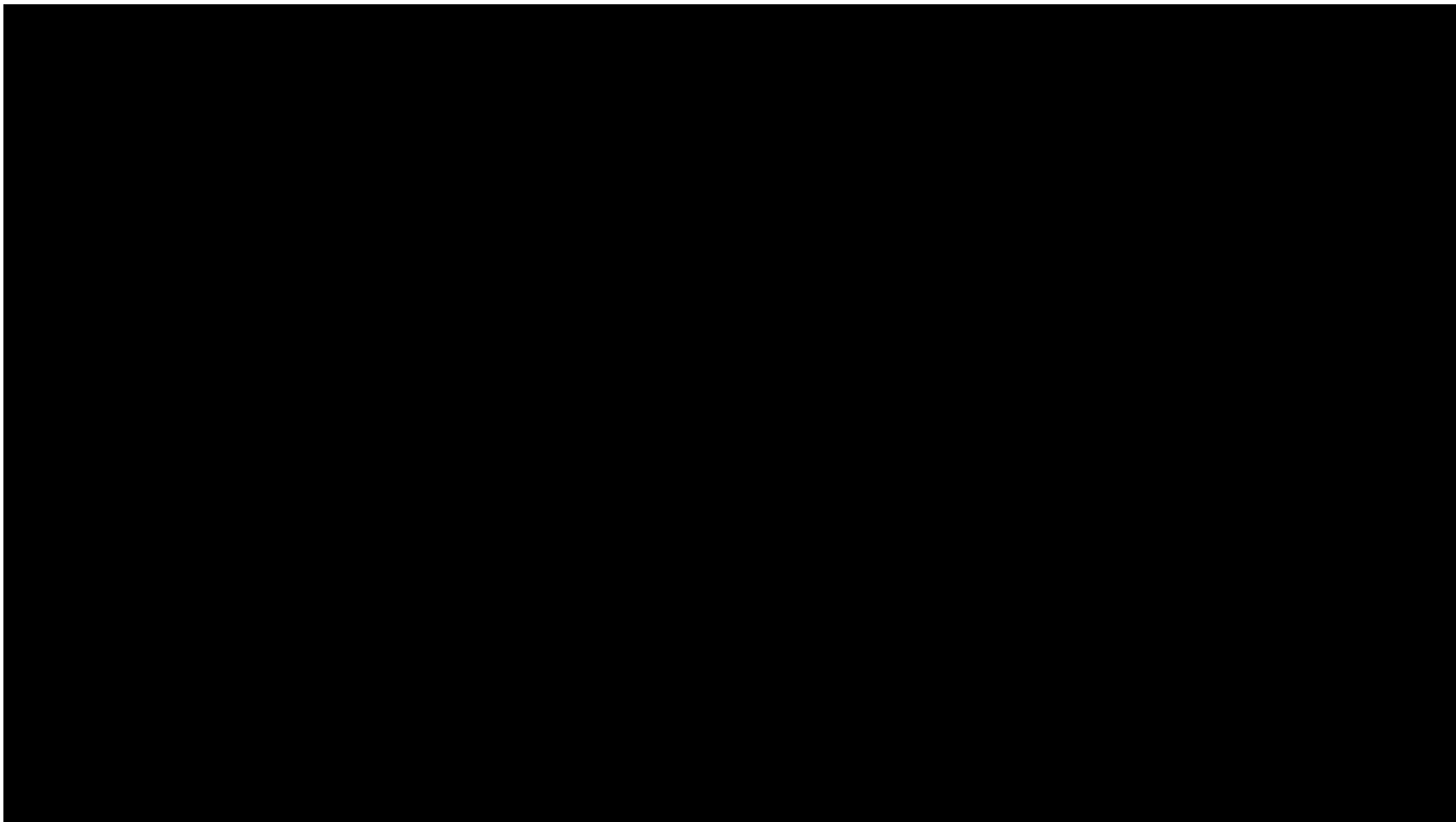


IN- OU EXCLUSÃO



THE MOST APPROPRIATE LABEL IS
USUALLY THE ONE PEOPLE'S PARENTS
HAVE GIVEN THEM.

A COR DO PARAÍSO





A TEORIA DE TUDO



REFLETINDO...

Tudo pode mudar...

Mas a esperança é tudo...

A vida é tudo!!!

Alone we can do so little;



Together we can do so much.

MUITO OBRIGADA PELA VOSSA
ATENÇÃO!!!